

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ARACAJU: "PAISAGENS & FETICHES"

ABORDAGENS ACERCA DO PROCESSO DE
SEU CRESCIMENTO URBANO RECENTE

por

EWERTON VIEIRA MACHADO

D I S S E R T A Ç Ã O D E M E S T R A D O

Dr. MAURICIO DE ALMEIDA ABREU

- Orientador -

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

JULHO DE 1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ARACAJU: "PAISAGENS & FETICHES"

ABORDAGENS ACERCA DO PROCESSO DE
SEU CRESCIMENTO URBANO RECENTE

por

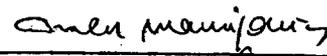
EWERTON VIEIRA MACHADO

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de MESTRE EM GEOGRAFIA.

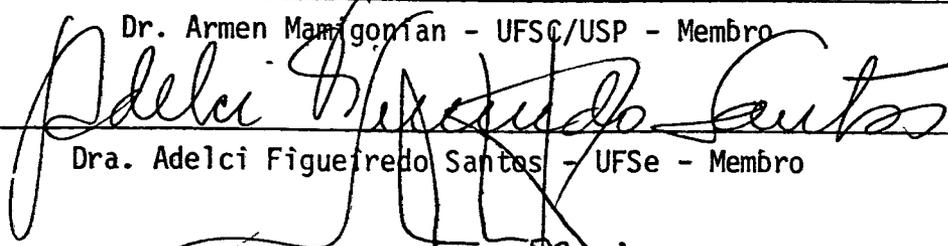
Comissão Examinadora:



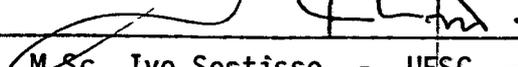
Dr. Mauricio de Almeida Abreu - UFRO - Orientador/Presidente



Dr. Armen Mamigonian - UFSC/USP - Membro



Dra. Adelci Figueiredo Santos - UFSe - Membro



M.Sc. Ivo Sostisso - UFSC - Membro/Suplente

APROVADA EM DEFESA PÚBLICA

Em 12 / 09 / 89

FLORIANÓPOLIS / SC - 1989

*Este trabalho foi possível,
em parte, com incentivos fi
nanceiros do CNPq e da CA-
PES.*

Ao ilustre sergipano

"TOBIAS BARRETO",

*um dos pioneiros a difundir as
idéias sociológicas de Karl Marx
no Brasil, a nossa homenagem, neste
ano em que se comemora o
sesquicentenário do seu nascimento.*

"... Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo do este
outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham
a vista à chave.
Escondem o horizonte, empurram o
nosso olhar para longe de todo o
céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tira
ram o que os nossos olhos podem
dar,
E tornam-nos pobres porque a nos-
sa única riqueza é ver.

Fernando Pessoa
(In: VII Poema de Alberto Caeiro)

AGRADECIMENTOS

Seria impossível listarmos os nomes de todos que, direta ou indiretamente colaboraram na construção desta modesta contribuição científica. Entre tantos a quem devemos agradecimentos, registramos aqui alguns:

- * à família de Pedrinho e Marion Machado, estimuladores em todos os momentos desta empreitada;
- * ao povo Sergipano, que através do Governo de Sergipe/Secretaria de Estado da Educação, nos concedeu licença profissional para realizarmos os estudos de Pós-graduação;
- * aos que fazem as Escolas onde ministramos aulas, particularmente à direção da Escola "Pe. Gaspar Lourenço" – São Cristóvão/SE, pela compreensão e estímulo à nossa saída para cursar o Mestrado;
- * às Geógrafas Cibele Correia - IESAP/SEPLAN-SE e Hosana Souza - UFSe e ao Prof. Luiz R. Leite, por confiarem e recomendarem a nossa participação no curso ora concluído;
- * aos Professores Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) e Carlos Augusto F. Monteiro (USP) que, na qualidade de Visitantes do nosso curso, possibilitaram oportunidades para trocar idéias e apresentar sugestões em suas áreas de ensino, e que estão, na medida do possível, diluídas neste estudo;
- * aos Funcionários da UFSC (C.C.H.) e Professores do Curso, especialmente Odair Gercino, Fernando Scheibe, Neide Oliveira, e mais recentemente à Raquel Fontes, que no limite de suas possibili-

dades, apoiaram e acompanharam a nossa caminhada, que minimamente tem algo a ver com o início e desenrolar do Mestrado em Geografia na UFSC;

- * ao Prof. Idaleto Aued, paciente mestre, que com seu jeito especial e amigo, nos conduziu ao caminho da "alfabetização" de nossas reflexões via "Economia Política";
- * aos Colegas de Curso - especialmente à Célia Silva, Nazareno Campos, Lúcia Hermman e Bernadete Azambuja - e Companheiros da APGeo e APG, pelos incentivos nas andanças acadêmicas;
- * à Salette Huguen e Celeste Gracik, amigas que se tornaram nossas amigas, e companheiras de muitos momentos que curtimos nesta "Ilha de Santa Catarina";
- * à Ivana Pereira que emprestou significativa colaboração na organização bibliográfica;
- * aos funcionários de órgãos que nos concederam apoio durante as pesquisas de campo, entre os quais da Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros (Sr. Josiel Silva); da Caixa Econômica Federal - Ag. Aracaju (Sr. Airton Lócio), da EMURB (Engenheiros Sérgio Santana e João Bosco) e do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (Prof^a Benemérita);
- * e, finalmente, à Claudete Andrade; Rosely Xavier; ao Egon Luís Schaden, e ao Zacarias Lima, que competentemente prestaram seus serviços, respectivamente de revisão gramatical, de tradução (resumo), datilografia e desenhos.

AGRADECIMENTOS PARTICULARES

Ao Professor e Amigo Dr. MAURICIO DE ALMEIDA ABREU, da UFRJ, que estimulado pelo surgimento de mais um curso de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, o da UFSC - 1º Mestrado da região sul -, entendeu nosso convite e emprestou sua orientação profissional, segura e competente.

Ao Amigo e Professor Dr. Armen Mamigonian, um dos grandes incentivadores de etapas como esta, na nossa trajetória acadêmica [coisas da AGB...], e do surgimento do Mestrado em Geografia na UFSC.

DEDICAMOS:

- * aos Colegas-Professores de Geografia das escolas secundaristas de Sergipe, menos privilegiados que nós, que saímos para reciclar os conhecimentos de nossa formação profissional. Para eles, esperamos que estas páginas tenham algum eco, no labutar de cada cotidiano.

- * à mana "Cris", secretária/procuradora dos nossos interesses, quando ausentes de Aracaju.

- * aos ex-Mestres e amigos sempre lembrados Prof. Jorge Netto - UFSe (in memorian) e Prof. Victor Peluso - UFSC, que atuando distantes espacialmente, nós passaram sabedorias e conhecimentos, inconfundíveis e inesquecíveis.

- * aos sobrinhos Klenilson, Gustavo e Matheus e à afilhada Milena, que nasceram durante a "gestação" deste trabalho.

SUMÁRIO GERAL

	Pág.
AGRADECIMENTOS	i
AGRADECIMENTOS PARTICULARES	ii
DEDICATÓRIA	iii
SUMÁRIO GERAL	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	v
ÍNDICE DE FOTOS	vi
ÍNDICE DE TABELAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
CAPÍTULO I	
. INTRODUÇÃO	1
. NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10
CAPÍTULO II	
. O DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO. CARACTERÍSTICAS RECENTES - A INSERÇÃO SERGIPANA	11
2.1 - INDUSTRIALIZAÇÃO: FIO CONDUTOR DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	12
2.2 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E ESVAZIAMENTO DEMOGRÁFICO: O CAMINHO PARA A CIDADE	15
2.3 - DINÂMICA URBANA E REGIONAL: REFLEXOS DA QUESTÃO E O ESPAÇO NORDESTINO	21
2.4 - A INSERÇÃO SERGIPANA: BREVES NOTAS PARA SITUAR AS PROBLEMÁTICAS ENFOCADAS	28
. NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

CAPÍTULO III

. "GEOMORFOLOGIA SOCIAL" E O "METABOLISMO ESPACIAL" - A CONSTRUÇÃO DE ARACAJU	45
3.1 - REFLEXÕES: A PARTIR DE QUÊ	45
3.2 - DO "PLANO DE PIRRO" À OCUPAÇÃO DOS ARRABALDES INTERIORANOS	47
3.3 - A PETROBRÁS E A EXPANSÃO URBANA: "A CONQUISTA DEFINITIVA DOS ARRABALDES PRAIANOS"	54
3.4 - APARÊNCIA E ESSÊNCIA: ASPECTOS DA REPRODUÇÃO E USO DO SOLO E O CRESCIMENTO URBANO RECENTE DE ARACAJU	65
. NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

CAPÍTULO IV

. O ESTADO E O URBANO EM ARACAJU	84
4.1 - RECORTES PARA A QUESTÃO	84
4.2 - ESTERILIZAÇÃO AGRÁRIA + VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA ≠ ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	89
4.3 - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E IMPACTO AMBIENTAL ...	98
4.4 - A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS RECENTES	135
4.4.1 - DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E ÁREAS DE LAZER	135
4.4.2 - IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE BASE E SISTEMA PORTUÁRIO	146
. NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

CAPÍTULO V

. "COROA DO MEIO": ANTÍTESE SOCIAL DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA ESTATAL	167
5.1 - CONDIÇÕES LOCAIS E ORIGENS DA PROPOSTA	168
5.2 - DESENVOLVIMENTO DO PLANO: A EXECUÇÃO DA OBRA	174
5.3 - DESTINO TRAÇADO OU TENDÊNCIAS ATUAIS	199
. NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

CAPÍTULO VI

. CONSIDERAÇÕES A GUISA DE CONCLUSÃO	224
. NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
BIBLIOGRAFIA GERAL	232
- LIVROS	233
- MONOGRAFIAS/DISSERTAÇÕES/TESES	244
- ARTIGOS E COMUNICAÇÕES	249
- PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS	254
- REPORTAGENS JORNALÍSTICAS	260
ANEXOS	271
- Anexo 1 - Cap. I: Guia para Coleta de Informações e/ou Opiniões Gerais (Modelo) ...	272
- Anexo 2 - Cap. II: SERGIPE - Demonstração da Exportação de Açúcar - Média Anual 1890 - 1930 (Tabela)	276
- Anexo 3 - Cap. II: SERGIPE - DEMONSTRAÇÃO DE DADOS DE ESTABELECIMENTOS FABRIS INSTALADOS ENTRE 1882 a 1930 COM VILAS OPERÁRIAS	277
- Anexo 4 - Cap. II: Cópia do Of. nº 85/76 da Prefeitura de Aracaju - Adesão ao Programa CURA/BNH	278
- Anexo 5 - Cap. V: Cópia de Editorial Jornalístico, em 1987, avaliando situação da "Coroa do Meio" hoje	279
- Anexo 6 - Cap. V: Idem	280
- Anexo 7 - Cap. V: Projeto CURA: Coroa do Meio - Relatório de Encerramento - 3ª Etapa (Extrato de Dados)	281
- Anexo 8 - Cópia de Acordo assinado em 04.08.1987 entre a EMURB e Associações Comunitárias ..	282

ÍNDICE DE FIGURAS (Cartográficas, Estatísticas e ilustrativas) Pág.

Capítulo I

- Fig. nº 1 - Área teste que norteia as discussões da pesquisa (esboço) 6

Capítulo II

- Fig. nº 2 - Evolução da população urbana e rural. Brasil: 1940-1980 (gráfico) 19

Capítulo III

- Fig. nº 3 - ARACAJU: Aspectos ambientais do "sítio" onde o plano de cidade se concretizou - 1855 50

- Fig. nº 4 - Evolução do espaço urbano de Aracaju e delimitação das zonas periféricas 58

- Fig. nº 5 - ARACAJU: Áreas de "Favelas" e de "Baixa Renda" - 1979/80 (esboço) 62

- Fig. nº 6 - Expansão do Espaço Urbano de Aracaju em direção aos arrabaldes praianos (situação em 1981) 64

- Fig. nº 7 - Aspectos gerais dos processos de construção do espaço urbano/metropolitano de Aracaju - 1989 (em encarte) 71

Capítulo IV

- Fig. nº 8 - Utilização do solo - Povoado de Atalaia Nova/Município de Barra dos Coqueiros 94

- Fig. nº 9 - Exemplo (I) de Promoção Imobiliária e o redimensionamento físico de Aracaju ao final da década de setenta 100

	Pág.
Fig. nº 10 - Exemplo (II) de Promoção Imobiliária e o redimensionamento físico de Aracaju no início da década de oitenta ...	101
Fig. nº 11 - Características Gerais do Loteamento "Parque Residencial Marivan"	105
Fig. nº 12 - Exemplo de Localização de "Terras Escotadas" sob Controle da COHAB-SE, ao lado de empreendimentos privados e seletivos, ao sul de Aracaju (Povoado Robalo) - 1987	109
Fig. nº 13 - Aracaju entre as áreas degradadas na costa brasileira	116
Fig. nº 14 - Exemplo de tipo de promoção turística de Sergipe, instalado pelo governo local, na era da "Nova República" ...	138
Fig. nº 15 - Localização da Rodovia "José Sarney" implantada em Aracaju	140
Fig. nº 16 - Planta de situação do Sistema Rodoviário planejado para o município de Barra dos Coqueiros	144
Fig. nº 17 - Estado de Sergipe - Recursos Naturais e suas respectivas potencialidades. Matriz de oportunidades industriais	147
Fig. nº 18 - Esquema básico do complexo de Base/Pólo Cloroquímico de Sergipe	153

Capítulo V

Fig. nº 19 - Coroa do Meio - Aracaju/SE. Base Genética da formação desta área a partir da reprodução do Mapa da "Barra do Cotinguiba", datado de 1823	169
Fig. nº 20 - "Coroa do Meio" - Aracaju/SE - Características Geo-ambientais básicas e de localização hoje	170

	Pág.
Fig. nº 21 - Coroa do Meio - Aracaju-SE. Projeto de Urbanização - Etapas de Execução da Obra (esboço)	176
Fig. nº 22 - Coroa do Meio - Aracaju-SE. Projeto de Urbanização - Proposta de Uso do Solo (esboço)	177
Fig. nº 23 - Coroa do Meio - Aracaju-SE. Manifestações de Incidentes no início das obras da 1ª etapa	179
Fig. nº 24 - Inauguração da 1ª etapa da Coroa do Meio - Reprodução de matéria publicada na Imprensa. (I)	182
Fig. nº 25 - Inauguração da 1ª etapa da Coroa do Meio - Reprodução de matéria publicada na Imprensa. (II)	183
Fig. nº 26 - Inauguração da 1ª etapa da Coroa do Meio - Reprodução matéria publicada na Imprensa. (III)	184
Fig. nº 27 - (Re)Inauguração da Coroa do Meio / 1ª etapa. Reprodução de matéria publicada na Imprensa. (IV)	186
Fig. nº 28 - (Re)Inauguração da Coroa do Meio / 1ª etapa. Reprodução de matéria publicada na Imprensa. (V)	188
Fig. nº 29 - Coroa do Meio - Obras da 2ª etapa. Reprodução de matéria publicada na Imprensa - Suspeitas de Irregularidades	191
Fig. nº 30 - Coroa do Meio - 2ª etapa. Reprodução de matéria jornalística publicada na Imprensa acerca de novos incidentes Agosto/79	190
Fig. nº 31 - Coroa do Meio - Aracaju/SE. Exemplo de matéria promocional para venda dos lotes	193

	Pág.
Fig. nº 32 - ... e a "Coroa do Meio" virou Cartão Postal	199
Fig. nº 33 - Matéria promocional do RIOMAR-SHOPPING, na Coroa do Meio (Lançamento do Empreendimento)	203

ÍNDICE DE FOTOS

pág.

Capítulo IV

- Foto nº 1 - Propriedade rural no Povoado Mosqueiro (entre São Cristóvão e Aracaju) 118
- Foto nº 2 - Povoado Areia Branca (Aracaju) com aspectos - vestígios - de sua vida comunitária rural 118
- Foto nº 3 - Povoado Areia Branca (Aracaju): os sítios de Coco dão lugar as pequenas chácaras para "fins de semana" e/ou "veraneio" 119
- Foto nº 4 - Areia Branca (Aracaju). Exemplo do padrão habitacional que substitui as "casas enfaixadas", de palha de coqueiro 119
- Foto nº 5 - Povoado Areia Branca (Aracaju): Exemplo do novo tipo de "residência permanente" 120
- Foto nº 6 - O Estado implantou rodovia à beira mar 121
- Foto nº 7 - ... e projetou a rede de drenagem em direção à orla da praia 121
- Foto nº 8 - Exemplo de uma das áreas de lazer na Rodovia José Sarney, trecho inicial em Aracaju da "Rodovia do Coco", que ligará Sergipe à Bahia 123
- Foto nº 9 - Com a rodovia implantada, o Estado quer "proteger" o que restou das "dunas desmontadas" 123
- Foto nº 10 - Local da rodovia "José Sarney" onde se expande as instalações de sedes sociais de categorias profissionais 124

	pág.
Foto nº 11 - Povoado Mosqueiro. Aspectos parciais de uma "servidão" de acesso às casas de praia na margem esquerda do Vasa Barris, com rua e rede de energia implantadas	124
Foto nº 12 - Aspectos de uma construção residencial sobre Dunas em área do loteamento "Aruana" - Aracaju	125
Foto nº 13 - Exemplo do tipo de "mansão" em construção no bairro de Atalaia Velha (Aracaju)	126
Foto nº 14 - Exemplo do tipo de Casa de Veraneio no Povoado de Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros)	126
Foto nº 15 - Exemplo de terminal hidroviário implantado pelo governo estadual no município de Barra dos Coqueiros (se- de)	128
Foto nº 16 (a e b) - Aspectos parciais da construção de um empreendimento hoteleiro, com financiamento do governo de Sergipe. Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros)	129
Foto nº 17 - Povoado de Atalaia Nova - Barra dos Coqueiros - Ocupação da área de mangue com usos residenciais e comerciais	130
Foto nº 18 - Atalaia Nova - Casa de Pescador colocada à venda. Exemplo de ação estimulada pela "especulação imobiliária"..	130
Foto nº 19 - Reprodução de foto aérea do Conjunto Augusto Franco	131
Foto nº 20 - Reprodução de foto aérea do Conjunto Orlando Dantas	131

	pág.
Foto n° 21 - Conjunto Orlando Dantas - Aspectos parciais de habitações edificadas em área de mangue	132
Foto n° 22 - ... ao lado também, de áreas por onde passa gasoduto da Petrobrás que abastece o Distrito Industrial de Aracaju	132
Foto n° 23 - Ocupação da Farolândia: aspecto parcial do tipo de padrão habitacional e qualidade de vida	133
Foto n° 24 - Ocupação da Farolândia: aspecto da estrutura urbana - vias públicas	133
Foto n° 25 - Reprodução fotográfica do Calçadão de Atalaia Velha (Aracaju), início da rodovia "José Sarney"	142
Foto n° 26 - Reprodução fotográfica de folder com esquema ilustrativo da rodovia "José Sarney" e tipos de usos projetados...	142
Foto n° 27 - Reprodução de foto da Maquete do Porto de Sergipe a ser implantado no Município de Barra dos Coqueiros	152

Capítulo V

Foto n° 28 - Coroa do Meio - Aspectos dos barracos e local onde a EMURB construiu 75 unidades (2ª etapa) para remanejar e assentar a população carente que ocupava áreas daquele loteamento	197
Foto n° 29 - Coroa do Meio - nos barracos implantados pela EMURB (2ª etapa) os destinos foram traçados: a passagem para terceiros	197
Foto n° 30 - Coroa do Meio. Das ricas construções...	208
Foto n° 31 - ... às miseráveis ocupações	208
Foto n° 32 - A ação do Mar sobre o muro de proteção do loteamento	209

	pág.
Foto nº 33 - ... provocou diversos desmoronamentos. Até a pista para automóveis foi interditada e a população estará sempre ameaçada	209
Foto nº 34 - Aqui nasceu o RIOMAR Shopping - Grupo Cohabita	210

ÍNDICE DE TABELASCapítulo II

Tab. nº 1 - Evolução da População Urbana no Brasil: 1940-1980	18
Tab. nº 2 - Evolução do Número de Migrantes no Brasil: 1940-1980	20
Tab. nº 3 - Distribuição Percentual das Aplicações do BNH	24
Tab. nº 4 - População Total e Urbana de Sergipe 1940-1980	32

Capítulo III

Tab. nº 5 - População Presente ou Residente e Taxas de Crescimento Demográfico de Sergipe e Aracaju - 1950-1988	57
---	----

Capítulo IV

Tab. nº 6 - Evolução da Capacidade de Utilização da Terra em Áreas de Estabelecimentos Rurais de Aracaju e de municípios do entorno imediato	92
Tab. nº 7 - Loteamentos Aprovados pela Câmara e/ou Prefeitura de Aracaju - 1962-1982 ..	102
Tab. nº 8 - Loteamentos Cadastrados. Região da Grande Aracaju - 1986	104
Tab. nº 9 - Produção de Habitação pela COHAB-SE. Região da Grande Aracaju (De Março de 1979 a Março de 1977)	107
Tab. nº 10 - "Terras em Estoques" na Região da Grande Aracaju sob comando da COHAB-SE (março de 1987)	108

	Pág.
Tab. nº 11 - Atuação do INOCOOP na produção imobiliária de Aracaju - 1974 a 1986	111
Tab. nº 12 - Vinculações Econômico/Político/Sociais dos Principais Grupos Empresariais Ligados à Promoção Imobiliária em Aracaju.	113

RESUMO

ARACAJU: PAISAGENS & FETICHES se constitui numa contribuição acadêmica ao entendimento do processo de crescimento urbano recente da capital do estado de Sergipe – localizado na região Nordeste do Brasil.

Este estudo pretende compreender a dinâmica da paisagem urbana aracajuana, avaliando as características de sua "forma e conteúdo". As nossas análises giram acerca do comportamento local, na sua relação e inserção no movimento da economia nacional, hoje cada vez mais integrada ao modelo da universalização capitalista.

Procuramos desvendar o sentido da essência e da aparência do crescimento urbano de Aracaju, tomando como referencial básico o papel do Estado. Este agente do desenvolvimento capitalista é, no nosso entender, aquele que, em suas diversas instâncias, vem promovendo as condições de um desenvolvimento sócio-espacial desigual.

A partir de Aracaju nota-se, com maior nitidez, as diversas transformações que vêm se processando nas últimas décadas, irradiando um "progresso" que se espalha pela hinterlândia daquela cidade.

Como resultado, verificamos que o uso do solo da capital, e da sua região em torno, vem sofrendo alterações substanciais. Estes eventos são fruto de uma nítida ruptura que a sociedade local assimila, alterando "padrões de vida", a partir da chegada da Petrobrás. Com a presença dessa empresa estatal, a trajetória sergipana – notadamente de Aracaju – redimensiona-se, deslocando-se da esfera dos interesses agrários, e assumindo cada vez mais, aspectos de uma "sociedade em processo de industrialização".

ABSTRACT

ARACAJU: PAISAGENS & FETICHES in concerned with the recent urban development process of the capital of the state of Sergipe in the northeast of Brazil.

This present study analyses the dynamics of the urban landscape of Aracaju and the characteristics of its form and content. This analysis involves the local context and its relation with and its insertion in the dynamic of the Brazilian economy, which reflects the model of the capitalistic universality.

It is also provided in this work the meaning of essence and appearance in the urban growth of Aracaju on the basis of the role of the State. It is believed that the State in its several aspects has contributed to an unequal socio-spatial development.

In the last decades, Aracaju has undergone socio-spatial changes which reflect a progress to the hinterland of that city. As a result of this progress, the use of the land in this region has caused profound alterations. In addition, the local society has adjusted to a new standard of living, especially after the establishment of Petrobrás. This State enterprise has contributed largely to change the agrarian interests of the Sergipana society, especially the Aracajuana one and to make it into a society in the process of industrialization.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

"... são o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento".

JOSE DE SOUZA MARTINS*

Os caminhos pelos quais transitaremos com as idéias neste trabalho, traduzem, em si, tentativas de se compreender o processo de crescimento urbano de Aracaju.

Desde a realização dos primeiros períodos da nossa formação acadêmica, defrontamo-nos, de modo pulverizado, com questões da problemática urbana na realidade de Aracaju. Desde aquela época, também, nos inquietamos com os rumos que o referido processo vem, ultimamente, tomando.

Este estudo pretende, mais do que buscar ou oferecer soluções, compreender as características do problema em sua raiz. Em outras palavras, o que pretendemos, aqui, é estudar a forma e o conteúdo da urbanização capitalista no contexto aracajuano, e entender aguçadamente o significado desencadeado pelo processo de reprodução econômica numa determinada lógica de organização sócio-espacial.

Assim sendo, esta modesta contribuição acadêmica reflete, no momento, o estágio que alcançamos em nossa vivência como cidadão, e em nosso aprendizado nos caminhos que a ciência reservou e nos ofereceu. Não são caminhos prontos, acabados, pois teremos sempre que avançar em novos passos, res-

(*) Cf. In: *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*. São Paulo, editora Hucitec, 1978, p.XIII.

gatando e/ou reconstituindo eles. Em síntese, este trabalho é, por ora, uma "criação" coletiva de todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram-se presentes, através de leituras, informações e idéias que fluem nos textos aqui organizados. Ele reflete, também, nossas idas e vindas por caminhos até então não percorridos.

Ao longo de cada colocação feita, estão ainda presentes viezes de momentos diversos que vivenciamos. Momentos que foram, em algumas instâncias, questionadores do conteúdo tratado, mas que também surgiram a partir de nossas próprias contradições, de nossa busca de algo esclarecedor para este estudo, que consideramos significativo para a sociedade, a grande financiadora da sua viabilização, e a quem devemos compromissos.

Alguns desses momentos foram angustiantes (dizem até que isto se tornou ritual para a maioria dos pós-graduandos). Deparamo-nos com injunções as mais diversas, desde aquelas referentes à empreitada acadêmica propriamente dita, até aquelas referentes ao sentimento de impotência frente às condições concretas da realidade em xeque, da "inércia-dinâmica" do desenvolvimento desigual, que, aos nossos sentidos, sobressaltava a cada paisagem.

Aqueles espaços coisificados escondiam o verdadeiro sentido das suas existências. Por trás daquelas formas, ocultavam-se, ou escamoteavam-se, as mais diversas ideologias de produção do fenômeno urbano, produto histórico de relações sociais que lá se estabeleceram.

O conhecimento dessas realidades em Sergipe e, principalmente, em sua capital e região em torno, implica num conhecer particularidades do que se passa a nível da sociedade brasileira e, porque não dizer, da realidade "terceiro-mundista".

Transformá-la não é tarefa apenas de alguns. Mas, através da conscientização geral da sociedade, o processo

pode ser invertido. Cada cidadão, individual e/ou coletivamente, tem papéis a desempenhar.

A reflexão e a análise desses fatos, à luz do conhecimento acadêmico/científico de base histórico-espacial que sustenta este trabalho, têm por objetivo oferecer à sociedade elementos que lhe permitam interferir no processo de urbanização, ora em andamento.

Neste sentido, ARACAJU: Paisagens & Fetiches, como resultado de nossos exercícios acadêmicos, pretende ser um desses caminhos de reflexão. Como nos fala Ana Fani A. Carlos,

"o trabalho intelectual preocupado com a explicação e/ou interpretação do mundo não produz sua transformação, mas é um passo importante na desmistificação que permeiam a vida cotidiana".¹

Com a preocupação de realizar um trabalho que es tampasse, pela realidade sergipana, parte daquilo que é a "cara" brasileira (algumas vezes, graça ao estímulo das lições cantadas por Cazuzá), tomamos como ponto de partida al gumas questões que consideramos fundamentais para o entendimento da dinâmica urbana que se espalha a partir de sua capital.

São elas:

Primeira: Qual é e/ou quais são os indicadores do desenvolvimento sócio-espacial sergipano recente e, particularmente, como este(s) processo(s) tem favorecido o crescimento urbano de Aracaju?

Segunda: Em que consiste o papel do Estado nessa situação de expansão urbana e na formação de um dinâmico arranjo espacial metropolitano?

Terceira: Que perspectivas estão se esboçando com

relação ao espaço geográfico e às relações sócio-ambientais?

Para discutir essas questões, procuramos encaminhar um arcabouço teórico e empírico, a partir do qual estão estruturadas as partes que constituem este trabalho. Basicamente, nossas preocupações tiveram, como fio condutor, a tentativa de entender como a realidade histórica e socialmente espacializada é produzida de uma determinada forma, mas mitificada (parte do fetiche) de outra.

Permeia, em quase todo o nosso exercício, o esforço de mostrar e avaliar o papel que o Estado vem exercendo nesse processo. Acreditamos mesmo, que ele é a figura central do tema em discussão. É pela "ação estatal" que os espaços (de produção, circulação, consumo e troca) vêm sendo construídos ao longo da trajetória sergipana. Através dele, o capital realiza, à sua maneira, etapas do processo de acumulação, ampliando cada vez mais a divisão social e territorial do trabalho.

Aliás, Aracaju surge desde o início de sua formação sob este signo, que rege seus caminhos até os dias atuais. É a partir desta cidade, que o comando das relações no território estadual se efetiva. Sob o pretexto de realizarem atividades e programas, os governos usaram, e usam ainda, a "força" do Estado para agilizar empreendimentos políticos e econômicos, cujos dividendos são auferidos geralmente por categorias sociais que, direta ou indiretamente, se alinham à filosofia do comando do "poder estatal", ou seja, do poder dos próprios capitalistas.

Dentro destas características de realização do sistema, nas últimas décadas, sob influência de mudanças que acontecem ao nível da realidade nacional e de sua inserção no contexto mundial, o espaço geográfico sergipano assimila com maior nitidez, os reflexos desses "novos tempos". As articulações estatais se esboçam imbricadas entre outras instâncias que, a seu modo, passam a interferir no desenvolvimento local, criando e recriando os arranjos espaciais.

Neste cenário de articulações, o Estado, seja a nível local ou nacional, apresenta-se assim como o grande avalista da iniciativa privada, estando à frente da maioria das realizações traçadas para o desenvolvimento de Sergipe. Através de vários de seus organismos, como a SUDENE, o BNH e, principalmente, do sistema PETROBRÁS, o Estado tem desencadeado uma série de mudanças nas últimas décadas, num ritmo muito mais acelerado do que aquele que predominava até a década de sessenta, do século atual.

É a partir da chegada da PETROBRÁS, em 1964, que podemos demarcar, com toda segurança, um ponto de ruptura indiscutível no processo histórico de transformações ocorridas em Sergipe. Pode-se, certamente, analisar e mapear essas transformações a partir de dois segmentos: antes e com a presença daquela empresa estatal.

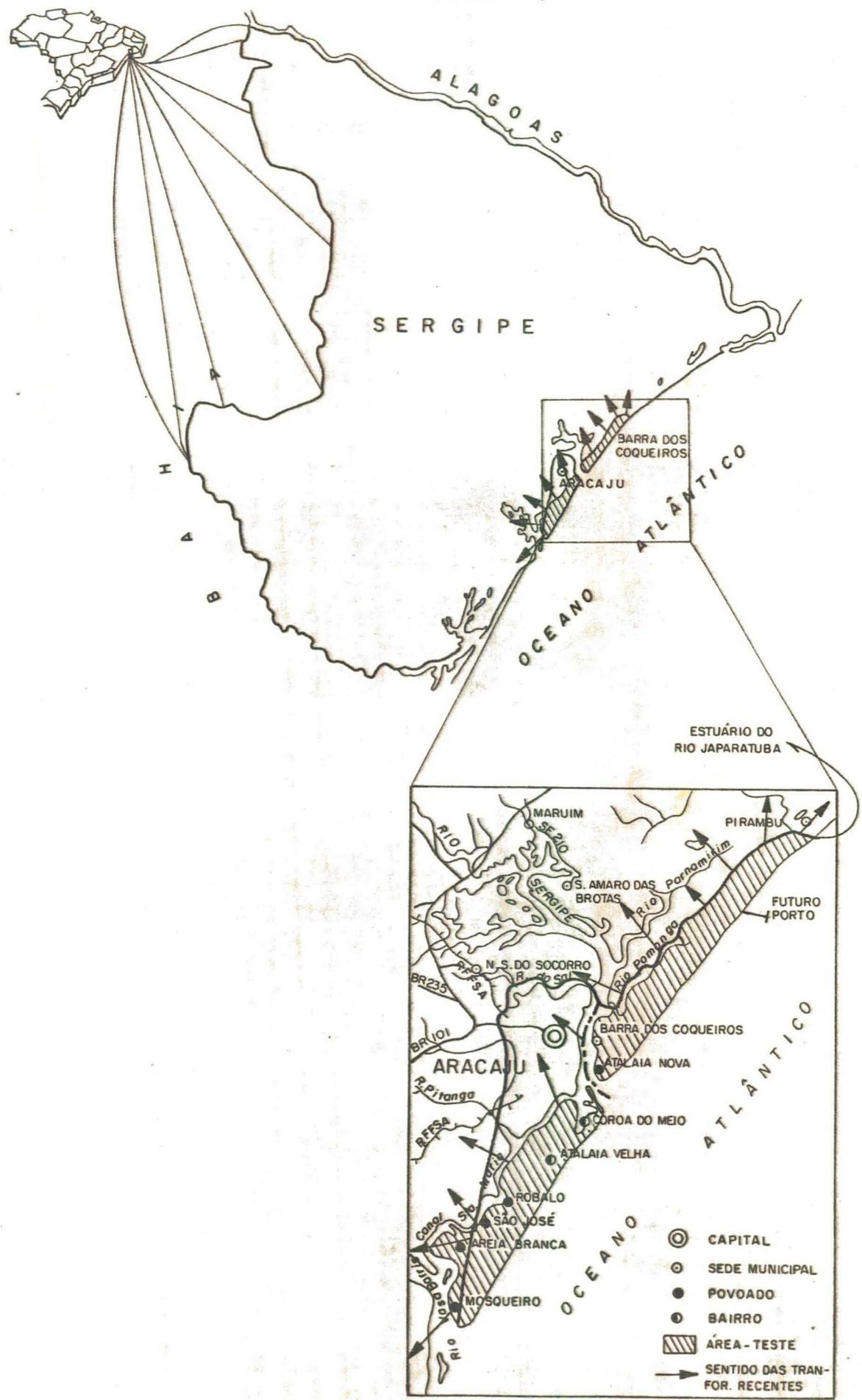
Em decorrência das atividades centralizadas administrativamente em Aracaju, a Petrobrás oportuniza uma variedade de efeitos multifacetados, tanto na capital como em sua hinterlândia. Oportuniza também uma multiplicidade de expectativas de progresso e de redenção social. Essas expectativas são criadas e redimensionadas em várias etapas. Pela falta de condições infra-estruturais para alcançar o progresso apregoado, a sociedade e seu meio ambiente passam então a conviver com situações que, muitas vezes, comprometem a própria qualidade de vida dos cidadãos (impactos negativos), mas que são justificadas amplamente como o "preço" a ser pago pelo tal progresso.

Para verificarmos como estas situações vêm acontecendo, inicialmente, quando da elaboração da proposta desta pesquisa, delimitamos como área-teste, para análise, a faixa costeiro-litorânea dos municípios de Aracaju (ao sul do município, no sentido do bairro de Atalaia e do Povoado Mosqueiro - zona limítrofe entre Aracaju e São Cristóvão) e Barra dos Coqueiros (ver Figura nº 1).

Durante um período de mais ou menos um ano (com

FIG. Nº 1

ÁREA-TESTE QUE NORTEIA AS DISCURSSÕES DA PESQUISA (ESBOÇO)



fases intercaladas) passamos a "garimpar" informações, realizando visitas a essa área de observação direta; consultas a pessoas e profissionais conhecedores das problemáticas locais; consultas bibliográficas; e, coletas de dados a partir de um roteiro aberto, previamente estabelecido (modelo anexo), sem entretanto termos uma preocupação de rigor metodológico (cálculos - análises fatoriais -, testes de comprovação, etc.)², como também, através de reportagens, publicadas notadamente na imprensa escrita local³.

Desses contatos realizados, e a partir do material que conseguimos coletar, percebemos que nossas discussões empíricas não deveriam ficar restritas àquela área anteriormente estabelecida. Era preciso que nossas considerações se estendessem, quando necessário, a outros lugares, onde o limiar da problemática de nossas preocupações também já vinha se efetivando. E foi o que fizemos.

Assim, diante do quadro geral que anteriormente esboçamos, o nosso objetivo, com este estudo, foi também o de caracterizar e evidenciar, a partir de uma escala local, os processos desiguais e combinados de atuação do desenvolvimento capitalista, notadamente do Estado.

Nesses processos, procuramos:

- a) Caracterizar as formas de expansão urbana de Aracaju, notadamente em direção à faixa costeira e aos municípios de seu entorno;
- b) Avaliar o processo acelerado de transição de "remanescentes rurais" para "novos espaços urbanos";
- c) Avaliar o significado das políticas de lazer & turismo orientadas para essas áreas, identificando suas formas, conteúdos e impactos; e, finalmente,
- d) Caracterizar os principais aspectos da degradação ambiental decorrentes das manifestações dos processos citados acima.

Seguindo estes objetivos, as reflexões do presente trabalho estão assim organizadas:

No capítulo seguinte, tecemos alguns comentários gerais acerca do desenvolvimento urbano brasileiro recente, enfatizando os desequilíbrios e desigualdades regionais dele decorrentes. O capítulo se encerra com a inserção de realidade de sergipana na discussão.

A trajetória de Aracaju e a construção do seu espaço recente são o tema do terceiro capítulo, que pretende também colocar em evidência o papel (direto e indireto) que a Petrobrás vem desempenhando na transformação física, ambiental, social, econômica e cultural da área em estudo.

Como consideramos que o Estado é o "principal agente" construtor do espaço urbano aracajuano, no quarto capítulo discutimos as diversas formas de sua atuação na área, como também os parâmetros que ele estabelece no processo de definição da paisagem da capital sergipana, e de sua "região metropolitana" em formação.

Com o objetivo de ressaltar ainda mais o papel exercido pelo Estado na construção do espaço aracajuano o quinto capítulo apresenta uma discussão detalhada do Projeto CURA "COROA DO MEIO", considerado por nós como um exemplo significativo de atuação direta do Estado no espaço urbano em Aracaju.

No capítulo final, resgatamos alguns temas discutidos nos capítulos anteriores e, a partir deles, encaminhamos as sínteses explicativas a que chegamos em nossos questionamentos.

Como o temário geral apresenta uma rica abrangência de enfoques, o que também possibilitou reunir uma variada riqueza de dados e informações, muitas vezes, a nossa capacidade de manipulação e tratamento analítico desses dados limitou-se às interpretações elementares. Isto foi de certo modo proposital, mas estivemos sempre atentos à necessidade de relacionar o que discutimos com o contexto maior ao qual ele pertence.

Queremos registrar ainda a nossa satisfação por termos cumprido esta tarefa. Ela representou não somente uma possibilidade de amadurecimento profissional mas, sobretudo, a de conviver com pessoas e idéias em diversas situações. Temos certeza de que os frutos dessa convivência extrapolam a elaboração desta dissertação, e nos acompanharão, como marcas indelêveis, nas buscas que o cotidiano nos impõe.

O que fizemos e/ou que deixamos de fazer não foi tudo aquilo que ainda pode se apresentar como possibilidade de vir a ser concretizado.

A nosso modo, esperamos que este trabalho tenha atingido os objetivos a que nos propusemos, como cidadão e como profissional. Afinal, como nos fala Carlos Walter Gonçalves,

"os problemas urbanos definem as con tradições que em nossa sociedade se expressa no espaço de vida",⁴

que para Yves Lacoste, ao geógrafo cabe "ajudar o conjunto dos cidadãos a saber pensar melhor o espaço".⁵ Esperamos ter atendido a essa sugestão. Acreditamos que este trabalho possa vir a contribuir efetivamente para debates sobre a questão urbana, nos ciclos acadêmicos e/ou profissionais, e seus desdobramentos na sociedade. Ele é fruto do ser que somos, na síntese do que pensamos e procuramos agir.

NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do Espaço Urbano – O Caso de Cotia. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, F.F.C.L./USP, 1987, pp.1 e 2 (inédita).
2. Em nossa consciência, o uso de "modelo" e/ou "parâmetros" rígidos para os estudos de campo ou de gabinete (estratégia ainda muito comum em trabalhos de ciências humanas, sociais ou ambientais, onde a geografia se insere) não necessitariam destes procedimentos, haja vista que fugiriam da ótica e propósitos traçados no objetivo da pesquisa.
3. Esta estratégia foi importante para resgatarmos "informações e dados", ainda não analisados e/ou difundidos amplamente na literatura acadêmica ou técnica, a respeito de problemáticas local. As consultas foram encaminhadas dentro dos assuntos que norteiam esta pesquisa (urbanização recente e o papel dos agentes – o Estado em particular – construtores do espaço). Estabelecemos como referencial básico de "amostragem", para as consultas, dois importantes veículos da imprensa sergipana, no período de 1977-1980 e no primeiro semestre de 1987, ampliamos a todos os jornais de Aracaju em circulação, como uma "checagem" de dados. Veja na Bibliografia Geral, as principais matérias jornalísticas consultadas, com suas respectivas fontes.
4. Cf. GONÇALVES, Carlos Walter P. Paixão da Terra - Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro, Rocco/Socii, 1984, p.63.
5. Cf. LACOSTE, Yves. A Geografia – Isso serve, em Primeiro Lugar, para Fazer Guerra. (Tradução M^a Cecília França). São Paulo, Papirus, 1988, p.201.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO CARACTERÍSTICAS RECENTES - A INSERÇÃO SERGIPANA

"... enquanto as modernizações se difundem no território, é nas grandes cidades, cada vez mais repletas de pobres, que a convivência prolongada entre formas modernas e arcaicas é possível..."

MILTON SANTOS*

Não é intenção deste capítulo discutir a urbanização brasileira, fazendo longas abordagens sobre o impacto desse processo social na organização espacial do território nacional. Nesta parte do estudo buscaremos apenas tecer considerações a respeito de encaminhamentos assumidos pelos processos da urbanização do país, deflagrados com intensidade a partir da década de cinquenta, deste século.

Mais especificamente, pretende-se resgatar fatos que delinearão o "desenvolvimento brasileiro" a partir dessa época, a fim de se compreender não apenas o conteúdo e a atual configuração do sistema urbano nacional, como também as formas através das quais suas bases regionais se "integram" ao dinâmico e reciclante movimento de mundialização dos espaços exercido pela economia capitalista.

(*) Cf. In Folha de São Paulo, edição de 28/04/88, p.A.3

2.1 - INDUSTRIALIZAÇÃO: FIO CONDUTOR DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Até as primeiras décadas deste século, a distribuição populacional do Brasil se concentrava predominantemente, ao longo do litoral, próxima das regiões agro-exportadoras criadas no período colonial.

O caráter "exótico" das cidades litorâneas brasileiras, com suas vidas voltadas mais para a Europa, produziu uma forma de urbanização que, segundo Vioti da Costa,

"seria menos fruto da expansão do mercado interno, e mais reflexo da expansão do mercado internacional e do desenvolvimento da economia de exportação de produtos tropicais destinados aos mercados europeus e americanos do norte e setores subsidiários".¹

Por volta do primeiro ano do século XX, o Brasil registrava uma população de cerca de 17.400.000 habitantes, menos de 10% dos quais, conforme menciona Martine², residiam nas cidades. Em outras palavras, naquela época podia-se verificar um atrelamento quase que por completo da população às atividades do campo. Este quadro começa a ser modificado a partir do segundo quartel deste século, quando ocorrem as primeiras transformações na estrutura do modelo econômico.

A década de trinta, para o Brasil, se configurou como o período em que são desencadeadas as primeiras grandes mudanças no modelo agrário-exportador. Tais mudanças tiveram início, na verdade, após a primeira guerra mundial, sendo reforçadas pela eclosão da crise internacional de 1929. A partir de 1930, o "novo modelo" impôs-se definitivamente, estabelecendo mecanismos que conduziram o país a estágios modernizantes das suas estruturas econômicas, visando, com isso, superar os desequilíbrios e desigualdades já reinantes naquele momento.

Cidades localizadas sobretudo nos estados do centro-sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul)³, comporão junto a outras que tradicionalmente assumiram importância no contexto histórico (como Salvador e Recife), um conjunto espacial de forças desiguais, e atrairão para si grande parte do crescimento urbano nacional, agindo como verdadeiros "pólos" de comando dos espaços regionais, sobretudo a partir das décadas de quarenta e cinquenta.

O Estado brasileiro pós-30 exerceu importantes funções nesse processo, essencialmente através do estímulo que deu às atividades industriais, localizadas nas cidades. Percebe-se assim, uma progressiva vitória das atividades da cidade sobre o campo. Como argumenta Octávio Ianni:

"pouco a pouco, as classes sociais de mentalidade e interesses caracteristicamente urbanos impuseram-se por sobre a mentalidade e os interesses enraizados na economia primária exportadora".⁴

Dessa forma, o modelo sustentado pelo Estado constituiu-se, portanto, num grande instrumento a favor da urbanização, pelas estratégias de modernização das atividades produtivas, agora sob a égide da atividade secundária e terciária. Essas estratégias foram, além do mais, potencializadas no estabelecimento pelo Estado, através da definição de legislações sindicais e trabalhistas, que oficializaram a criação do "exército nacional de reserva".

Será a partir do fluxo de uma industrialização, considerada por alguns pensadores da questão como "restringida e dependente"⁵, que o modelo surgido na década de trinta⁶ percorrerá os mecanismos do desenvolvimento capitalista brasileiro, atingindo seu ápice a partir de meados dos anos cinquenta, "quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura"⁷.

Dessa época saem, portanto, as bases propulsoras da transformação industrial brasileira, realizada principal-

mente via investimentos estatais em atividades produtivas ou incentivadoras da produção (CSN - Volta Redonda/RJ; Energia Elétrica em Paulo Afonso/BA; F.N.M. - Automóveis; Petrobrás, etc ...), e que influenciaram também, o desenvolvimento urbano brasileiro.

A década de cinquenta trouxe, para o país, transformações não somente a nível das relações internacionais mas, principalmente, quanto à redefinição das estruturas internas do território nacional.

Esta fase, que forjou uma marca e passou a se identificar com os anos do governo de Juscelino Kubitschek ("50 anos de governo em 5") teve reflexos no país. As diretrizes do "Programa de Metas"⁸ do Governo JK não só levaram a transformações de peso na estrutura econômica do país, como espacializaram essas transformações na realidade, nos campos e nas cidades. São desse período as medidas planejadas com relação aos investimentos infra-estruturais, sobretudo para expansão da indústria de base, transportes e energia; a implantação da nova capital do país - Brasília⁹ e a criação da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste¹⁰.

Atuando dessa maneira, o Estado Brasileiro, a partir do governo JK, traçou os rumos da remodelagem do território nacional agora sujeito a transformações rápidas e bruscas em suas estruturas sócio-espaciais. Com efeito, as medidas promovidas pelo Estado condicionaram o encadeamento de processos de concentração urbano-industrial em determinados pólos, que passaram cada vez mais a orientar os movimentos migratórios rurais às cidades e a favorecer a concentração de riquezas.

A sobrevivência de todos os habitantes urbanos (antigos e novos) não foi, entretanto, satisfatoriamente atendida pelas infra-estruturas que cada uma das cidades passou a dispor, pois a diversidade de cada lugar possibilitou a existência cada vez mais nítida de uma defasagem de ritmos de crescimento¹¹.

Percebe-se então, que o audacioso modelo de transformação modernizante do país, só convergiu, ao favorecimento da acumulação para determinados segmentos sociais, em diversos lugares, o que possibilitou a própria expansão e reprodução do sistema capitalista.

A marca que identifica o desenvolvimento brasileiro se transveste pois, nas estratégias de expansão econômica presentes nas desigualdades espaciais, combinadas nas mais diversificadas formas (antigas e modernas) de relações de trabalho e produção de mercadorias. Nessas condições, o desenvolvimento brasileiro apesar de "ter peculiaridades" no seu processo de orientação, apresenta-se "sem originalidade", conforme define Francisco de Oliveira.¹² Por isso, os resultados positivamente alcançados em alguns momentos, em que o país se distinguiu entre as nações do terceiro mundo e, por superar inclusive experiências vivenciadas em período anteriores, não foram suficientes para extirpar resquícios do atraso histórico que permeia a vida do país, comprometendo ainda mais, os destinos de toda a nação.

2.2 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E ESVAZIAMENTO DEMOGRÁFICO DO CAMPO: O CAMINHO PARA A CIDADE

No início da década de sessenta, a entrada de capital estrangeiro (comercial, industrial e financeiro) para grandes investimentos (que havia redimensionado as políticas populistas dos governos de Getúlio Vargas e, sobretudo de Jucelino Kubitscheck), sofre um curto retrocesso na sua atuação e começam a ruir os pilares da "super-estrutura" viabilizada pelo Estado Brasileiro, em decorrência de mais uma "crise cíclica", do modelo econômico nacional.¹³ Se por um lado, a burguesia industrial e as demais correntes que compunham o "pacto de modernização" começavam a sentir instabilidades, nas bases das classes média e baixa as rachaduras se explicitaram, comprometendo o regime em vigor, levando a radicais mudanças na vida da sociedade nacional.

Uma "nova ordem" foi inaugurada a partir do golpe militar deflagrado em 1964, redefinindo o pacto de poder no país entre militares, empresários, industriais e segmentos da sociedade (com parcela de intelectuais e da igreja).

Com o novo regime instalado¹⁴ foram replanejadas as condições de expansão do poder e do "capitalismo brasileiro", num processo que deu origem ao famigerado "milagre" de 1968/74, cuja

"essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras)",¹⁵

que empreenderam realizações no país (projeto Jari, estrada Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Hidrelétrica de Itaipu, projeto Carajás, entre outras tantas dezenas).

A profusão tecnológica, resultado também de uma opção industrial tipo substitutiva de importações, também chegou ao campo, consubstanciando-se em "reformas agrícolas" e não "reforma agrária", como era e é, ainda hoje, o anseio da maior parte dos cidadãos brasileiros.

A política agrícola do país se pautou exclusivamente para a exportação, viabilizando os interesses do grande "empresário" de latifúndios. Foram viabilizadas aquisições de maquinarias, importação de tecnologias e de produtos básicos à modernização dos processos de cultivo e criação, necessários ao desempenho dos empreendimentos.

Essa modernização, que foi e continua sendo dolorosa para a maioria da população, só veio beneficiar os proprietários de terras (herdadas, compradas, griladas, etc.), os intermediários das produções agrícolas, e os empresários industriais e comerciais que, em muitos casos, são os próprios "donos de terras". Os pequenos produtores, responsáveis pelo abastecimento de produtos básicos para a alimentação da população brasileira (mas que só detêm 19% da área do território agricultável, embora constituam 89% dos estabeleci-

mentos - 1980) pouco ou nada obtiveram das políticas governamentais.

Inúmeros são os problemas que nasceram no campo e que, hoje, se refletem desmascaradamente nas cidades. Todos são consequência da ausência de políticas de agricultura eficientes, e de uma reforma agrária verdadeira.

Observe-se por exemplo, o que foi produzido por alguns projetos implantados nas etapas da modernização da agricultura brasileira e/ou a ela relacionados (Pró-Álcool, projetos CODEVASF, Polo Nordeste, etc.). Se eles foram enfatizados como "políticas de desenvolvimento" - desde a época dos governos populistas até os governos militares -, com o passar do tempo se tornaram dramáticos processos de crescimento econômico que o país vem experimentando, com consequentes implicações para os destinos da nação.

Os reflexos sentidos hoje pela sociedade brasileira exprimem um quadro caótico de conflitos e lutas de classe, no campo e na cidade, cheios de perversos desdobramentos que se sucederam nas relações homem X homem e sociedade X natureza.

Assim, com a população na sua maioria urbanizada¹⁶, a qualidade de vida se tornou muito mais pauperizada. Pouco se fez para conter essa dinâmica. Pelo contrário, ela foi incentivada e os resultados estão a comprometer o futuro de milhões de cidadãos e a própria soberania nacional.

O processo de urbanização¹⁷ do Brasil no período de 1940-1980 se reflete nos dados populacionais contidos na tabela nº 1. Conforme se pode observar, é durante a década de sessenta que a maior parte da população do país passa a se localizar nas cidades, tendência que não foi acompanhada, entretanto, por todas as regiões. O Nordeste, por exemplo, que sempre se destacou como uma área de dinâmicos processos migratórios entre o campo e cidade, só passou a ter a maioria de sua população concentrada nas cidades e mesmo assim de forma bastante tênue, a partir da década de oitenta.

Tabela nº 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL: 1940-80

GRANDES REGIÕES	Domicílio	POPULAÇÃO PRESENTE				
		1940	1950	1960	1970	1980*
BRASIL	Urbano	12.880.182 (31,24)	18.782.891 (36,16)	31.303.034 (44,67)	52.084.984 (55,92)	80.454.712 (67,57)
	Rural	28.356.133 (68,76)	33.161.506 (63,84)	38.767.423 (53,33)	41.054.053 (44,08)	38.616.153 (32,43)
NORTE	Urbano	405.792 (27,75)	580.867 (31,49)	957.718 (37,38)	1.626.600 (45,13)	3.040.254 (51,66)
	Rural	1.056.628 (72,25)	1.263.788 (68,51)	1.604.064 (62,62)	1.977.260 (54,87)	2.845.282 (48,34)
NORDESTE	Urbano	3.381.173 (23,42)	4.744.808 (26,40)	7.506.500 (33,89)	11.752.977 (41,81)	17.581.828 (50,44)
	Rural	11.052.907 (76,58)	13.228.605 (73,60)	14.665.380 (66,11)	16.358.950 (58,19)	17.273.641 (49,56)
SUDESTE	Urbano	7.231.905 (39,42)	10.720.734 (47,55)	17.460.897 (57,00)	28.964.601 (72,68)	42.841.510 (82,79)
	Rural	11.113.926 (60,58)	11.827.760 (52,45)	13.169.831 (43,00)	10.888.897 (27,32)	8.904.808 (17,21)
SUL	Urbano	1.590.475 (27,73)	2.312.985 (29,50)	4.360.691 (37,10)	7.303.427 (44,27)	11.881.928 (62,46)
	Rural	4.144.830 (72,27)	5.527.885 (70,50)	7.392.384 (62,90)	9.193.066 (55,73)	7.157.007 (37,54)
CENTRO-OESTE	Urbano	270.837 (21,52)	423.497 (24,38)	1.007.228 (34,22)	2.437.379 (48,04)	5.118.092 (67,72)
	Rural	987.842 (78,48)	1.313.468 (75,62)	1.935.764 (65,78)	2.635.880 (51,96)	2.435.415 (32,28)

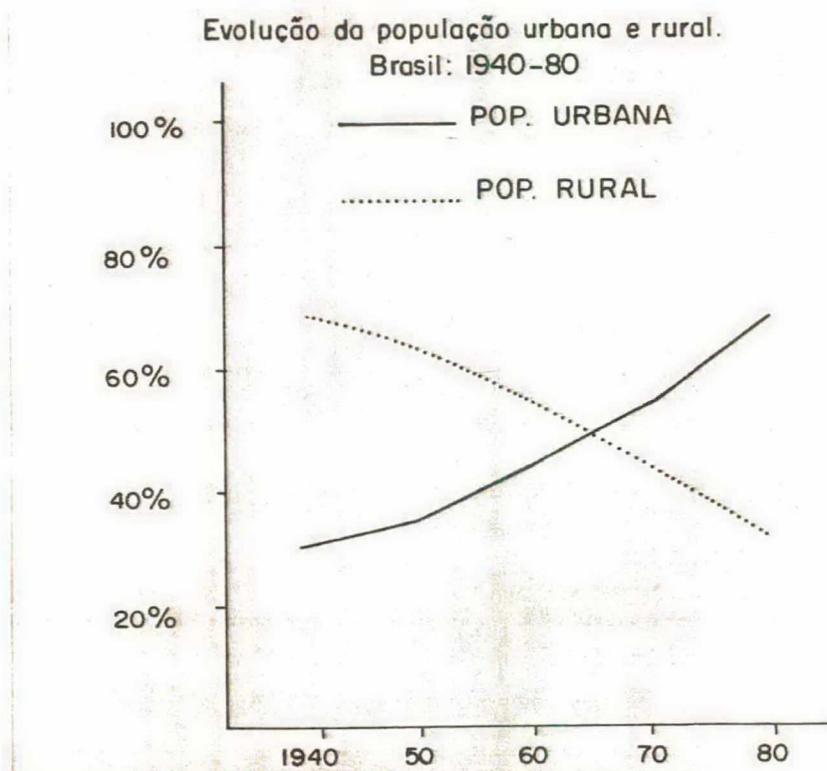
Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1981 e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1981.

* População residente ** Entre parênteses, as percentagens das populações urbana e rural

Apud, Migrações no Brasil. O Peregrinar de um Povo sem Terra, CEM/Ed. Paulinas, Vol. 17, 1986, p.15.

A figura nº 2 também ilustra esse processo de urbanização ocorrido no período 1940-80. Note-se que em 1960, tínhamos um percentual em torno de 44,6% da população brasileira vivendo nas cidades. Em 1970, o percentual já havia ultrapassado 55%, chegando, dez anos depois, a 67,5%. Segundo dados da P.N.D.A./F.I.B.G.E. - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, para 1985/86, o Brasil já havia registrado, nesse período, um percentual de 72,8% (98,8 milhões) de pessoas vivendo em cidades, contra 27,2% (36,8 milhões) que ainda viviam no campo.

Figura nº 2



Fonte: I.B.G.E. - Anuários Estatísticos 1940 a 1980

Um outro dado interessante a ser observado, com relação à dinâmica demográfica brasileira, diz respeito ao crescente volume de movimentos migratórios (ver tabela nº 2) que a urbanização proporcionou, evidenciando claramente a influência das inovações modernizantes na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, nas transformações das relações sócio-espaciais.

Tabela nº 2

Evolução do Número de Migrantes

Brasil: 1940-80 (em milhões)

DÉCADA	Migração interna (milhões)	População brasileira (milhões)	Migr. interna população bras. (%)
1940	3,4	41.165.289	8,5
1950	5,2	51.941.767	10,3
1960	12,5	70.070.457	18,2
1970	29,5	93.139.037	31,7
1980	40,0	119.070.865	33,6

FONTE: 1940/60: Paul Hugon, Demografia Brasileira, Ed. Atlas, EDUSP, São Paulo, 1973, p.188.

1970/80: Jacyr F. Braido, "As Migrações na atualidade brasileira", In CEM (Centro de Estudos Migratórios), Migrantes: êxodo forçado, Ed. Paulinas, São Paulo, 1980, p.15.

Apud: Migrações no Brasil, CEM/Ed. Paulinas, Op.Cit. p.22.

Obs.: Nos censos de 1940/50/60 o conceito de migrante é aquele que não reside no estado onde nasceu. Nos censos de 70/80 o conceito de migrante é aquele que não reside no município onde nasceu.

A gradativa transformação da população brasileira de "predominantemente rural" para "predominantemente urbana" se constitui pois, numa tendência desde a incipiente penetração das relações capitalistas no campo, passando por sucessivas "etapas" de desenvolvimento, atingindo também, os diversos setores da vida nacional.

Os dados mostrados e que ilustram aspectos da questão enfocada, registram e até denunciam, particularidades de um fenômeno sócio-espacial de cada lugar, de uma região ou de todo país, e dão literalmente o significado da feição do sistema de vida de nosso povo, a qual reflete a própria crise, hoje, do mundo econômico que traça a nossa trajetória.

2.3 - DINÂMICA URBANA E REGIONAL: REFLEXOS DA QUESTÃO E O ESPAÇO NORDESTINO

Historicamente, os modelos de desenvolvimento impostos à nação brasileira, e a muitos outros países "apelidados" de terceiro mundo, permitiram, de um modo geral, que ficassem registradas, no território, as marcas de sua atuação.

Essas marcas constituem ainda hoje, no conteúdo e na forma, a expressão concreta da maneira através da qual realizou-se o processo de acumulação capitalista. Quando esse processo é acelerado, como ocorreu no Brasil pós-64, suas marcas invariavelmente refletem desequilíbrios e desigualdades, denunciando os tipos particulares de desenvolvimento espacial implantados. Refletem também, o caráter "desigual e combinado" que caracteriza o atual e mundializado processo de acumulação capitalista, no qual formas antigas e arcaicas de formação coexistem no espaço e se interrelacionam umas com as outras.¹⁸

Para avaliarmos o significado da dinâmica urbano-regional que o país vem experimentando, principalmente a partir de meados deste século, é fundamental que tenhamos sempre em mente que, em todo o processo, o papel desempenhado pelo Estado brasileiro condiciona "políticas públicas" que favorecem excepcionalmente as atividades privadas.

As políticas implantadas pelo Estado, visando ao atendimento dos interesses que gravitam na esfera econômica, resultaram na concentração de capitais e de força-de-trabalho (estimuladas por processos migratórios) em determinados locais do país, possibilitando o surgimento, aqui, do "fenômeno da metropolização". Com efeito, esse fenômeno, característico de algumas áreas européias e norte-americanas desde o início deste século, só toma impeto a partir da década de sessenta, afirmando-se definitivamente a partir dos anos setanta.¹⁹

A concentração demográfica nos centros urbanos, lo

go resultou no aparecimento de sérios problemas nas cidades, relacionados na sua grande maioria, à questão de habitação, saúde, segurança, transporte e emprego, dentre outros. Isso sem falar nos graves danos à qualidade do meio ambiente, causados muitas vezes pelas várias populações carentes, na sua busca de sobrevivência num espaço tornado cada vez mais hostil.

As "políticas públicas" são nos países capitalistas (notadamente naqueles do plano periférico), elementos fundamentais do processo de concentração de renda. A partir delas, recursos oriundos das mais variadas fontes (impostos, taxas, descontos em salários, e/ou via empréstimos financeiros externos) são investidos em projetos e/ou locais que possibilitem um fluxo de retorno seguro.

Muitas vezes, para viabilizar e assegurar esse retorno, o Estado cria inclusive organismos especializados, como aconteceu no Brasil com a criação de órgãos tipo BNH - Banco Nacional de Habitação, DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, etc. na instância nacional, ou SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco, BNB - Banco do Nordeste do Brasil, etc. na instância regional. Com efeito, esses organismos tiveram papel fundamental na geração das condições viabilizadoras de muitos projetos idealizados e planejados para fomentar a "modernização e o desenvolvimento", em diversos setores da vida sócio-econômica do país, privilegiando, notadamente, aquelas atividades ligadas diretamente ao setor urbano-industrial.

Para "resolver" o problema habitacional, por exemplo, o Estado Brasileiro, na expectativa de "solucionar o déficit de moradias" da maioria das cidades, criou em 1964, o BNH. Com esta ação, o governo militar, em seu discurso, pretendeu sistematizar uma nova estratégia de produção e oferta de casas populares, definindo uma política habitacional diferente daquela que imperou no início do século (construção de vilas operárias por Companhias de Estrada de Ferro e/

ou estabelecimentos fabris) ou mesmo no período populista (programas habitacionais dos IAPs - Instituto de Aposentadorias e Pensões ou da Fundação da Casa Popular).²⁰

Através do BNH - criado pela Lei 4.380, de 21/8/64 -, difundiu-se em todo o país a ideologia de aquisição da "casa própria". Sem sombra de dúvida foi uma estratégia importante para atrair aliados e legitimar a "nova ordem" então implantada.²¹ Paralelamente instituiu-se também a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, as sociedades de créditos imobiliários, as letras imobiliárias, e o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

A captação dos recursos para a política habitacional do BNH também foi muito engenhosa,²² baseando-se tanto na poupança voluntária (cadernetas do SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo)²³ como em recursos compulsórios arrecadados nas folhas salariais dos trabalhadores regidos pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas,²⁴ através do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Ao longo da existência do BNH,²⁵ extinto em 1986, o que se percebe é que, em torno das suas finalidades, as pressões e os interesses econômicos prevaleceram sempre sobre as necessidades amplas da sociedade. Villaça afirma,

"o verdadeiro objetivo do BNH nunca foi oferecer casa própria, especificamente à população de menor renda, mas sim usar a casa própria (se possível até mesmo a população de menor renda) para promover a acumulação",²⁶

auferida principalmente por segmentos dos setores produtivos da construção civil e especulativos de promoção imobiliária.

Os recursos arrecadados e administrados pelo BNH, por exemplo, a serem distribuídos de acordo com os desdobramentos que entraram em cena na política deste programa (conforme ilustra a Tabela nº 3), deram, gradativamente, um peso

cada vez maior a investimentos em obras de desenvolvimento urbano e regional,²⁷ não necessariamente vinculados a projetos de construção de habitação para população de baixa renda.

Tabela nº 3

Distribuição Percentual das Aplicações do BNH

Ano	Habitação			Desenvolvimento Urbano		Apoio Técnico-Financeiro
	Cohab	Cooperativa	Total	Saneamento	Total	
Até 73	12%	34%	84%	7%	9%	7%
1974	2%	9%	64%	14%	27%	9%
1975	3%	7%	60%	14%	31%	9%
1976	7%	11%	53%	17%	37%	10%
1977	11%	21%	63%	16%	30%	7%
1978	14%	22%	68%	16%	28%	4%
1979	16%	19%	66%	18%	30%	4%
1980	19%	20%	68%	20%	29%	3%
1981	26%	17%	65%*	30%	34%	1%
1982	25%	14%	68%*	27%	31%	1%
1983	23%	11%	69%*	26%	30%	1%

(*) Inclui Prô-Morar.

FONTE: Diversas, in Guglielmi, Pascoal, p.61.

Apud. VILLAÇA, Flávio, Op. cit., p.75

No que tange à realidade regional nordestina, cabe aos órgãos ligados diretamente ao poder central da República planejar e executar grande parte das medidas que vêm gerando o seu crescimento urbano-regional.

As bases para o desenvolvimento do "modelo", em sua versão nordestina, são antigas. Começaram com medidas isoladas, anteriores mesmo à implantação do regime militar, como foram a criação da CHESF - Cia. Hidrelétrica do São Francisco, em 1945²⁸ e, a partir da Constituição de 1946, o estabelecimento de diversas metas, que são colocadas em prática a partir dos anos cinquenta. Em 1952, ademais, é instituído o

BNB - Banco do Nordeste do Brasil, que só foi, entretanto, instalado em 1954. É a partir desse agente financeiro e planejador de "políticas regionais", que se dá a criação da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, com operações iniciadas a partir de 1960.²⁹

Outros órgãos estatais, como o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, também assumiram e realizaram programas de desenvolvimento no Nordeste, integrando-os sempre ao contexto da realização econômica nacional, e atendendo satisfatoriamente às aspirações e interesses de grupos regionais e extra-regionais, o mesmo acontecendo com a SUDENE.

Via BNB e SUDENE, o Nordeste cresceu através da implementação de projetos agropecuários, industriais (sobretudo) e de serviços, de acordo com a sistemática de incentivos fiscais e financeiros que foram concedidos a muitos empresários da própria região e do centro-sul do país, amplamente conhecidos como "incentivos 34/18".³⁰

A nível do setor urbano, a atuação da SUDENE e do BNH possibilitou a implantação de distritos e complexos industriais, notadamente em locais como Recife, Salvador, Fortaleza e outras cidades localizadas na área de sua jurisdição, criando e recriando condições para que, através de empresas como a Petrobrás e suas subsidiárias, Eletrobrás, Portobrás, etc., outras indústrias se dirigissem àquela região.

O modelo de desenvolvimento traçado para o Nordeste seguiu a lógica do modelo nacional. No entanto, apesar do cenário de progressos ufanistas, as contradições latentes, reflexos das disparidades sócio-espaciais, logo explodiram, especialmente nas áreas urbanas. Toda tentativa de mudar o panorama de atrasos na região não passou, como o próprio termo diz, do nível da tentativa, pois os objetivos perderam-se nos meandros de um "perene" rio de poder.

Conforme documento oficial recente, da própria SUDENE, a questão nordestina pode ser assim resumida:

"a economia nordestina como um todo pode ter crescido a taxas semelhantes às taxas nacionais, 7,2% a 7,3%, respectivamente, durante o período 60/80, mas este crescimento foi eminentemente concentrado em alguns setores ligados aos monopólios".³¹

Junte-se a estes dados, a consolidação ao longo das três últimas décadas, de um modelo de produção capitalista cada vez mais selvagem, incapaz de (e não interessado em) dar solução adequada às precariedades da vida das populações do campo e das cidades. Referimo-nos àquelas cidades, principalmente, para onde se deslocou, em número crescente, a força de trabalho, seja por razões ligadas a distúrbios de origem ambiental (as secas, por exemplo), seja por fatores ligados à dimensão das relações sociais de posição importantes na região, muito mais importantes para a explicação da dinâmica migratória (e, por conseguinte, da pauperização das populações urbanas nordestinas).

Resulta disso tudo um processo acentuado de "inchação" urbana, incapaz de promover uma relação campo-cidade mais equilibrada. Por sua vez, a penetração do capitalismo em atividades de modernização do campo e da cidade culminou na produção de descompassos na vida da região, em decorrência da flagrante distribuição desigual de rendas. Aventa, aqui, a falta cada vez maior de moradias, principalmente em áreas localizadas fora dos centros intra-urbanos, afetando principalmente as camadas populares de média e baixa renda.

É através dessas dimensões, de ordem historicamente estrutural, que as cidades nordestinas vêm sendo produzidas, produção essa que reflete todas as contradições presentes no processo. São, de um lado, as favelas nos morros e alagados de Salvador; os mocambos e cabanas do Recife; os barracos nas dunas de Fortaleza e Natal ou vilas de quartos

nas baixadas de mangues de São Luís, Maceió e Aracaju. São também, por outro lado, as mansões, loteamentos e condomínios verticais ou horizontais de Amaralina a Itapoã (Salvador), de Boa Viagem (Recife), da praia do Futuro (Fortaleza), da praia do Meio (Natal) e de Atalaia/Coroa do Meio (Aracaju), todas essas áreas próximas da abrandada costa Atlântica. Até mesmo localidades do agreste e sertão nordestinos não são poupadas do "desordenado" crescimento urbano. Localidades como Feira de Santana (BA), Caruaru (PE) e Campina Grande (PB) já mostram inúmeros problemas, como a acentuação da favelização das populações³² ou o surgimento de áreas sociais elitizadas e segregadas, em função de suas "amenidades peculiares".

Como em todo o Brasil, no Nordeste o problema habitacional se configurou como um dos esteios da atuação do BNH. Nessa região, entretanto, por suas peculiaridades regionais, a ação desse banco causou uma ressonância muito maior, e esteve em grande sintonia com os interesses das classes dominantes locais.

Com a diversificação da filosofia do BNH - conforme abordamos em passagem anterior deste mesmo capítulo -, a expansão das áreas urbanas nordestinas foi amplamente estimulada, não apenas via atuação política, na realização de "obras públicas", mas sobretudo, em função da energia vital que ela transferiu ao setor privado do capitalismo brasileiro, "notadamente o comercial e financeiro", sempre apoiado e/ou incentivado pelos empreendimentos estatais.

Por outro lado, parecem estar em atuação hoje, no crescimento das áreas urbanas/metropolitanas "consolidadas" ou "embrionárias"; em particular no Nordeste, os processos dinamizadores decorrentes da reversão da polarização das grandes metrópoles nacionais.

Como assinala Milton Santos, este fato é explicado pela "transição de uma sociedade industrializada para uma sociedade informacional".³³ Conforme este geógrafo, o que

está acontecendo é uma "reversão da polarização, aplicada tam bem ã população", pois, "crescendo menos, metrópoles ficam mais fortes".³⁴

Segundo Milton Santos ainda, "a partir da metrópole paulista", por exemplo, "a reversão se dá em alguns ramos mais do que em outros, para mais perto ou mais longe, a custos financeiros, sociais e políticos diversos", que permitem uma "dispersão industrial" e de outras atividades econômicas, fazendo surgir um novo contexto, para aquela metrópole,

"que inclui novas vocações e novas formas de atividades e lhe assegura novas modalidades de hegemonia e controle sobre o resto do país".³⁵

Com isso, a grande cidade-metrópole permite que outros lugares, cidades menores e/ou regiões cresçam mais de pressa, e ela, ao crescer menos, tende a ficar mais forte e adquirir mais controle sobre o restante da rede urbana.

No âmbito da realidade nordestina, os reflexos des se processo são evidentes e observados, por exemplo, no deslançar dos setores químicos e petroquímico na região, especialmente em cidades situadas fora dos eixos metropolitanos convencionais, como Natal, Maceió e mais recentemente, Aracaju, todas elas implantando pólos industriais derivados daque les ramos. É ainda o caso de São Luís, que se destaca como área terminal de um complexo conjunto de atividades ligadas ã extração mineral, no sul do Pará. Tudo isso faz com que o estudo de como esses processos estão acontecendo nessas cida des seja cada vez mais instigante e necessário.

2.4 - A INSERÇÃO SERGIPANA: BREVES NOTAS PARA SITUAR AS PROBLEMÁTICAS ENFOCADAS

Como as demais unidades federativas, o estado de Sergipe também expressa, na sua urbanização, os processos so

ciais que definem historicamente a dinâmica da organização territorial.

Sergipe teve a sua trajetória ligada inicialmente às atividades agrárias,³⁶ que constituem ainda hoje, significativa base da sua vida sócio-espacial, apesar de não serem mais expressivamente dominantes, pois, na atual conjuntura econômica este setor representa apenas, cerca de 4,04% de participação no PIB estadual, bem abaixo dos setores industriais (45,03%) e de serviços (50,93%).³⁷

O estado

"passou por uma longa fase de predominante ruralização de sua economia, onde o setor agro-exportador dominava o cenário produtivo",³⁸

ligado as raízes colonialistas, cuja dependência política e econômica orientada por agentes alienígenas, se tornou uma constante.

Os espaços urbanos aparecem a partir das necessidades de intercâmbio da escala local com "centros metropolitanos". Os primeiros núcleos urbanos localizavam-se assim, próximo às margens dos rios Japarutuba, Cotinguiba, Sergipe, Vasa Barris e Piauí, que cortavam regiões voltadas para as atividades agro-industriais do açúcar. No sistema de relações econômicas, várias dessas cidades surgiram para atuar como "sedes do capital comercial".³⁹

Algumas dessas localidades urbanas prosperaram (entre os séculos XVIII e XIX), por exercerem importantes funções de centro comercial e/ou portuário para os produtos agrários ou de subsistências para as comunidades locais, destacando-se aí Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Estância, São Cristóvão (até 1855, a capital da província) e, posteriormente, Aracaju, a capital criada para assumir as funções da anterior.

A nova capital dos sergipanos começa a existir de fato como decorrência de um "surto de urbanização" que se desenrola no país a partir de meados do século XIX, relacionado de certo modo com as características dos processos de afirmação da nação depois de sua independência política (1822), e que culmina também com as conseqüências da abolição da escravatura (1888) e Proclamação da República (1889).

No entanto, o "complexo capitalista exportador" sergipano,⁴⁰ que promoveu a mudança da capital, não criou as condições para que a nova cidade se consolidasse como centro urbano dinâmico e de importância regional, como talvez a sua aristocracia açucareira almejava.

Acreditamos que tal fato decorre sobretudo de certas condições geográficas do sítio da nova cidade, àquela ocasião, e da crise que se abateu sobre a economia sergipana no final do século XIX. Com efeito, a agro-indústria açucareira sergipana, que era a principal atividade produtiva e que contribuía para as exportações brasileiras (veja anexo nº 02),

"durante o período que vai da abolição da escravidão até 1930, perderia inexoravelmente sua posição relativa no mercado nacional, deslocada por novos e antigos concorrentes",⁴¹

resultando em fechamento de muitos engenhos, e abrindo espaços para um impulso da pecuária, do algodão e de produtos de subsistência.

Em Sergipe, a agricultura teve sempre o papel de promover o seu próprio "crescimento". O algodão, por exemplo, apesar de não ter contribuído para a economia à altura do açúcar, em virtude das características limitantes em seu cultivo,⁴² permitiu que, ainda nos fins do século XIX aparecessem as primeiras fábricas têxteis⁴³ em algumas cidades, que possibilitaram o surgimento de novas fontes de rendas e deram emprego, principalmente, aos migrantes provenientes de

áreas atingidas periodicamente pelas secas e que certamente eram utilizados como força do trabalho nas fábricas de fiação e de tecidos.⁴⁴

Ao salientarmos estes acontecimentos objetivamos realçar o significado que aqueles estabelecimentos tiveram no contexto estadual, contribuindo, de certo modo, para o crescimento urbano de Sergipe que, apesar de lento, já apresentava nas primeiras décadas deste século, uma tendência à concentração de população em algumas cidades. A contribuição a que nos referimos acima se liga ao papel que as fábricas instaladas entre 1882 e 1930 (veja anexo nº 03) em Aracaju, Estância, Neópolis, Propriá, São Cristóvão, Maruim e Riachuelo, tiveram na "expansão" horizontal daquelas cidades, a partir das vilas operárias e dos serviços oferecidos a funcionários e seus dependentes (escolas, lazer, saúde e igreja), como também, devido à oportunidade da instalação de alguns equipamentos urbanos públicos (esporádicos) e privados, que permitiram a ampliação do tecido urbano.

A dinamização do papel de Aracaju sobre o espaço sergipano, só vai se verificar, entretanto, a partir da década de 1930, com a implantação da rede de estradas de rodagem. Até então, o maior fluxo de pessoas e mercadorias se realizava por uma linha ferroviária quase paralela ao litoral, ou através de pequenos navios que adentravam a "ria" do rio Sergipe.

A partir de 1940 (conforme dados da tabela nº 4), a população sergipana começa a crescer e a partir dos anos 50, a direcionar-se cada vez mais, às cidades. Este fato é, sobretudo, fruto da intensificação do fenômeno migratório em Sergipe, como ressaltou Adelci Santos⁴⁵ em análise das causas de êxodo rural, tendo influência direta, nesse processo, o avanço da pecuarização, substitutiva dos cultivos que tradicionalmente eram realizados.

Tabela nº 4

População Total e Urbana de Sergipe
1940 - 1980

Anos	População Total	População Urbana		Taxas de Crescimento	
	N	N	% da Pop. Total	População Total	População Urbana
1940	542.226	166.241	30,6	-	-
1950	644.361	204.984	31,8	18,8	22,3
1960	760.263	295.929	38,9	18,8	44,4
1970	900.744	415.415	46,1	18,5	40,4
1980	1.140.121	617.796	54,1	26,5	48,7

FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

Localizadas próximas do eixo rodo-ferroviário, algumas cidades passaram então a atrair maior número de migrantes, destacando-se, a partir de Aracaju, a cidade de Estância, em direção a Salvador e sul do país, e a cidade de Propriá, no sentido de Maceió/Recife e rumo ao resto do nordeste e norte do país.

A partir da década de setenta, outras cidades, como Itabaiana e Lagarto, no agreste central e Tobias Barreto, no sudoeste do sertão, também passaram a apresentar índices de crescimento urbano. No entanto, no conjunto geral do estado, nenhuma dessas cidades – que vêm se urbanizando por uma acentuada força da "terciarização" – apresenta qualquer competitividade com o crescimento da capital do estado.

A proximidade e a facilidade, de comunicação de Aracaju com sua hinterlândia, permitiram a criação de um "pólo" concentrado de população no município da capital, e nos municípios de entorno imediato, contribuindo para o esvaziamento de cidades menores, inclusive de Propriá. No caso desta cidade, que durante muito tempo teve papel importante

no atendimento das demandas de diversas comunidades ribeiri_nhas do baixo vale do São Francisco, a fragilidade atual do seu papel de comando regional é notável, resultado da concor_rência e dinamismo assumido por centros urbanos alagoanos co_mo Penedo e Arapiraca e, principalmente, pela construção, na década de setenta, da ponte rodoferroviária ligando Sergipe a Alagoas, o que facilitou os fluxos entre o Nordeste e Sudeste do país pela BR-101, sobretudo entre as capitais daqueles estados.

A chegada da Petrobrás a Sergipe, na década de sessenta, e de empresas subsidiárias desse grupo, na década de setenta, só veio reforçar esse padrão de concentração, reiterado ainda mais, pela filosofia industrializante da SUDENE, que concentrou em Aracaju - mais especificamente no recém-criado Distrito Industrial de Aracaju - DIA - vários investimentos industriais.

Em Estância, o governo estadual, com apoio da SUDENE, também vem empreendendo incentivos para a recuperação do tradicional parque fabril-têxtil daquele município e, a implantação de um modesto distrito industrial, dentro das vocações econômicas da região. Já em Propriá, a própria SUDENE e o governo estadual estão realizando tentativas industrializantes, procurando através de produtos pecuários produzidos pelo sistema CODEVASF, dinamizar, naquela região, um pseudo "pólo industrial", sem no entanto alterar hoje, o panorama daquele município que ainda não conseguiu inverter a sua posição de precária capacidade produtiva no cenário estadual. A SUDENE reforçou ainda, no setor primário, projetos de modernização na agro-pecuária, contribuindo assim para restringir cada vez mais o espaço de atuação do homem rural no pequeno território sergipano, que não vê outra saída, além dos caminhos para as estradas ...

Hoje, as perspectivas que vislumbram o "futuro" de Sergipe passam pelos esforços que estão sendo destinados à consolidação da extração mineral, que tem norteados a implantação de grandes empreendimentos com total apoio oficial,

como o porto em mar aberto (nas costas do município de Barra dos Coqueiros), hidrelétrica de Xingó (no rio São Francisco, alto sertão sergipano, na divisa com Alagoas), Complexo Clo-roquímico (a maioria das indústrias estão sendo implantadas na chamada "grande Aracaju"), entre outros.

Há ainda, as tentativas ligadas ao desenvolvimento turístico, a partir da rica potencialidade tropical da paisagem, associada ao histórico legado cultural do povo sergipano.

Em todos esses contextos, as ações desempenhadas e/ou respaldadas pelo Estado, em suas diversas instâncias espaciais de poder, têm sido decisivas. Na produção de um arranjo espacial cada vez mais diversificado, segregado e com tendências a assumir deformações não desejadas, certamente, pela maioria da "gente sergipana", as forças oligárquicas tradicionais reciclam periodicamente seus poderes sobre as demais classes e sobre o espaço.

É sobre isso que falaremos, de agora em diante, neste trabalho.

NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ver COSTA, Emília Vioti da. Da Monarquia a República - momentos decisivos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, pp.216 - 218.
2. Ver MARTINE, George. colocações a respeito do processo de concentração urbana, ao avaliar o significado demográfico da fronteira agrícola in- As Mudanças na Dinâmica Urbano-Regional e Suas Perspectivas. Espaço & Debates. Nº 13, 1984, p.75.
3. Segundo COSTA, E. ao longo do século XIX, nesses estados, alguns núcleos urbanos se estruturavam em função de serviços e mercados ligados ao exterior e aí puderam concentrar mão-de-obra e capitais, bem como uma infra-estrutura de transportes, criando condições para que posteriormente, o desenvolvimento industrial acontecesse. Ver autora, Op. Cit., pp.216 e 217.
4. Cf. IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, (1930-1970), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p.21-22. Apud OLIVEN, Rubem George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 1982, p.66.
5. MENDONÇA, Sônia Regina in Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro, edições Graal, 1986, 106p. Faz considerações sobre conceitos citados por MELO, João Manoel C., que ampliou os referidos conceitos para o contexto brasileiro. Ver este autor in Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982. Ver ainda OLIVEIRA, Francisco de in A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, CEBRAP, nº 2, 1972 que ao tratar da dualidade brasileira (inspirado certamente nas idéias de Ignácio Rangel) enfatiza que aquelas interpretações a respeito da forma de desenvolvimento, tiveram in-

fluências no modelo defendido pelo CEPAL, seguido por muitos estudos realizados por ilustres economistas como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

6. As mudanças que se processaram a partir de 1930 são de fundamental importância para o desenvolvimento industrial no país, que deu origem a um "novo modelo" para as relações que influenciaram na organização territorial do espaço nacional. Segundo MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel in GEOSUL. Nº 3, Florianópolis, 1987, as bases desse modelo já estavam esboçadas em períodos anteriores com atividades econômicas do café e indústria têxtil, respectivamente primeiro e segundo setores da economia nacional no início deste século.
7. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit., p.10.
8. Esse programa significou toda uma tendência expressa à internacionalização do subsistema econômico brasileiro, em combinação com as tendências do sistema capitalista mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Sobre esta questão, consulte IANNI, Octávio. Op. Cit. pp.145/146 e subsequentes.
9. Sobre Brasília, ver VESENTINI, J. William. A Capital da Geopolítica. São Paulo, editora Ática, 1986.
10. Como a bibliografia sobre a SUDENE é bastante extensa e variada, sugere-se como consultas básicas a seu respeito, as seguintes obras: LAFER, Betty M. Planejamento no Brasil, São Paulo, ed. Perspectiva, 1970; OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1978 e ALBUQUERQUE, Teresa Helena C. de. A Ação da SUDENE para o Desenvolvimento Regional. Brasília, MINTER (série monografia), 1977.
11. A defasagem de ritmos de crescimento gera também, níveis de desenvolvimento. Entre os níveis de desenvolvimento ur

bano, o terciário é o setor que chama a atenção de muitos estudiosos pelas suas formas de reprodução capitalista e/ou não capitalistas, classificados dentro de "circuitos superior e inferior da economia". Sobre este assunto ver SANTOS, Milton in O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A., 1979.

12. Para OLIVEIRA, F. a "... combinação de desigualdades não é original: em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que - sem abusar do gosto pelo paradoxo - a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo-se relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modelo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações arcaicas no novo preserva o potencial da acumulação liberando exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo". Ver, A Economia Brasileira ... Op. Cit. p.28.
13. Para uma consulta detalhada em aprofundamento sobre "ciclos da economia brasileira", ver obras de Ignácio Rangel, que tratam das idéias a partir dos Ciclos Juglarianos, de períodos breves como intermediário dos Ciclos de Kondratieff, para períodos longos. Sobre o mesmo assunto, uma interpretação para interesse de muitos geógrafos, ver MAMIGONIAN, Armen. Op. Cit.
14. O período pós-64 foi marcado pela difusão de um falso sentimento de nacionalismo como, "Brasil: Ame-o ou Deixe-o" ; "Prá Frente Brasil"; "Integrar para não Entregar" entre outros slogans, que fizeram a toda força a imagem de um país cuja grandeza e riqueza territorial se contradiziam pela pobreza também grande, de diversas camadas sociais nas cidades e campos, de todas unidades da federação. Dezenas de milhares de situações foram escamoteadas nos espaços rurais (grilagem de terras, conflitos com nativos, não realização plena da reforma agrária, etc...) e urba-

nos (marginalidades, desempregos, inseguranças, favelização, etc...) em que as questões de qualidade de vida da população foram postergadas a segundos planos.

15. Cf. MENDONÇA, Sônia Regina. Op. Cit. p.75.
16. De acordo com dados publicados pela Fundação Getúlio Vargas, "... de 1900 a 1980, a população do país cresceu em mais de 100 milhões de pessoas (17,4 para 119 milhões). Em média, o crescimento anual da população excedeu a 1.250 mil pessoas, o que corresponde a adição, em cada dez anos, de aproximadamente 1,5 vezes a população de São Paulo recenseada em 1980 (8.493.226 habitantes). Esta média, no entanto, não é representativa do ocorrido nas últimas décadas. Isto porque os acréscimos na população por decênio se elevaram aproximadamente 5 milhões de pessoas, entre 1900 a 1910, para 26 milhões de pessoas entre 1970 a 1980 ...". Ver VERA, Francisco e ALVES, Eliseu. Urbanização: de safio à produtividade Agrícola in Conjuntura Econômica, IBE/FGV, vol.39, nº 3, março de 1985, p.159.
17. O aspecto quantitativo da demografia tem sido utilizado durante muito tempo como instrumento aferidor de urbanização não só no Brasil mas em muitos outros lugares. Alguns estudos já procuraram demonstrar em seus objetivos de pesquisas o fenômeno da urbanização com a utilização de outros dados estatísticos, (sobre equipamentos urbanos, atividades produtivas, etc.) além dos demográficos que apenas demonstrem quantitativamente quem reside no campo ou em cidades. Veja por exemplo, as investigações da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNDA realizada anualmente pelo IBGE. Ver ainda trabalhos que tratam com exclusividade de questões analíticas a respeito de moradia, transportes, segurança, saúde e lazer, enfim, questões de qualidade de vida nas cidades.
18. Ver OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião... pp.27 e 28.

19. Sobre o desempenho das "Regiões Metropolitanas", ver ANAIS do Encontro Nacional sobre REGIÃO METROPOLITANA - ANO 10, FIDEN, Recife (PE), julho de 1983, 140p. Ver também coletânea de textos apresentados no seminário "As Metrôpoles Latino Américas frente à Crise: Experiências e Políticas", publicação da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, São Paulo, 1985.
20. A produção literária sobre questões habitacionais, principalmente no Brasil tem aumentado consideravelmente. Muitas publicações têm surgido em períodos recentes, destacando-se entre outras:
- . BLAY, Eva A. et alii. A Luta pelo Espaço. Petrópolis, Vozes, 1979;
 - . VALLADARES, Lícia P. et alii. Habitação em Questão. São Paulo, editora Alfa-Omega, 1977.
 - . MARICATO, Ermínia. et alii. A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, editora Alfa-Omega, 1982.
 - . AZEVEDO, Sergio de e ANDRADE, Luís Aureliano G. de. Habitação e Poder - Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
 - . PERUZZO, Dilvo. Habitação - Controle e Espoliação. São Paulo, Cortez Editora, 1984.
 - . MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar - do milagre brasileiro a crise econômica. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
 - . RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia Nas Cidades Brasileiras. São Paulo, editora Contexto - coleção Repensando a Geografia, 1988.
 - . KOWARCIK, Lucio et alii. Terra de Habitação X Terra de Espoliação. São Paulo, Cortez Editora, 1984.
 - . SILVA, Iranise A. da. A Crise da Moradia: A Política Habitacional para as classes de Baixa Renda de Campina Grande (PB). Rio de Janeiro, Editora AGR/UFPb, 1987.

- . VILLAÇA, Flávio. Habitação - O que todo cidadão precisa saber sobre. São Paulo.
- . SILVA, M^a Ozarina da Silva e. Política Habitacional Brasileira - Verso e Reverso. São Paulo, editora Cortez, 1989.

21. Nos documentos que definem as estratégias para esta nova política habitacional, fica claro em muitos deles esta intenção do Estado brasileiro através dos argumentos apresentados pelos assessores do governo, como as defendidas por Sandra Cavalcanti em carta encaminhada ao Presidente Castelo Branco e do economista Roberto Campos. Ver detalhes de seus comentários in VILLAÇA, Flávio. Op. Cit., pp. 67 e 68.
22. Na definição da política de atuação do BNH, esta empresa oficial "foi inicialmente constituída com um capital de 1 milhão de cruzeiros antigos e suas principais fontes arrecadadoras eram a arrecadação compulsória de 1% do valor de pagamento mensal de todas as empresas sujeitas ao regime de CLT do país". Ver VILLAÇA, Op. Cit. p.64.
23. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo é um conglomerado de "agentes" oficiais e privados que atuavam junto ao Sistema Financeiro do BNH e que certamente foram incorporados e/ou integrados a Caixa Econômica Federal, quando esta incorporou em 1986 o próprio BNH. Dele faziam parte as Caixas Econômicas, Sociedades de Créditos Imobiliários (SCIs), Associações de Poupanças e Empréstimos e os bancos que possuem Cadernetas de Poupanças, que são os agentes financiadores e/ou repassadores de recursos para empreendimentos do BNH e de muitas outras iniciativas privadas.
24. O FGTS foi criado pelo Governo Federal pela Lei nº 5.107, de 14/09/1966.

25. A partir do sistema BNH, dinamizou-se ainda as Companhias Habitacionais (COHAB's) sob as responsabilidades dos governos estaduais e municipais e as Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) para atender basicamente às categorias profissionais, via interlocutores junto ao próprio BNH. A expansão de atividades permitiu o surgimento ainda de programas e sub-programas como o FIMACO - Financiamento do Material de Construção ou Reformas (1967); o FINASA - Programa de Financiamento para o Saneamento (1968) posteriormente transformado em PLANASA - Plano Nacional de Saneamento (1970); o Projeto CURA - Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada (1972); o PLANHAP - Plano de Habitação Popular (1973) e a partir deste o PROMORAR - Programa de Erradicação de Favelas (1979). O PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanos em áreas já loteadas e servidas por infra-estruturas surge no início da década de oitenta.
26. Cf. VILLAÇA, Flávio. Op. Cit. p.65
27. O BNH não atendia exclusivamente ao setor habitacional, nem muito menos para classes sociais de baixa renda. Sua presença se concretizou também, através do setor de construção civil na implantação de infra-estruturas, como aconteceu para vários terminais portuários e aeroportuários, hidrelétricas, obras de saneamento, metrô, rodovias e ferrovias espalhados pelo país. Segundo A Folha de São Paulo (ed. de 27/11/86), "só para a Eletrobrás - maior devedor inadimplente para o BNH, foram concedidos recursos para obras de infra-estrutura das usinas de Itaipu, Tucuruí, São Simão entre outras, gerando uma dívida vencida de Cz\$ 412,4 milhões". Cf. VILLAÇA, Flávio. Op. Cit. pp.74 a 79.
28. Com a Chesf surgiu a Hidrelétrica de Paulo Afonso, inaugurada em 1954, programada para capacidade de gerar cerca de 120.000 kwh de energia, a ser distribuída para todo o nordeste. Sua viabilização se deu a partir de empréstimos

contraídos pelo Brasil ao Banco Mundial, desde 1940, na ordem de 15 milhões de dólares, onde o governo brasileiro pretendia lançar as bases para o "desenvolvimento brasileiro" no vale do São Francisco, se espelhando no plano similar que acontecera no Vale do Tennessee (EUA). Ver detalhes in ROBOCK, Stefan H. Desenvolvimento Econômico e Regional - caso do Nordeste Brasileiro. Lisboa, editora Fundo de Cultura, 1963.

29. Ao BNB coube, basicamente, administrar fundos da receita tributária federal estabelecidos pela Constituição de 1946 em 1% anual, destinados para socorros de emergência durante as secas. Aqui está uma das fórmulas que pode ser consideradas como estratégias de oficialização da "indústria da seca". Por outro lado, o BNB que assumiu também o papel de coordenador e executor do planejamento regional foi o responsável pela criação do GTDN - Grupo de Técnicos para Desenvolvimento do Nordeste, transformado em CODENO e posteriormente em SUDENE (1959).
30. O sistema 34/18 corresponde ao artigo 34 do Decreto 3.995, de dezembro de 1961 e as alterações introduzidas pelo artigo 18 do Decreto 4.239, de junho de 1963. Este sistema significou para a SUDENE a maneira de concessão de estímulos fiscais e financeiros para projetos industriais, agro-pecuários e de tele-comunicação localizados na sua área de jurisdição. Fazem parte da área de atuação da SUDENE todos os estados da região nordestina mais área do estado de Minas Gerais pertencente à chamada "região do polígono das secas". - área definida por Lei em 1936 e ampliada posteriormente em 1947 e oficializada pela Lei nº 1.348, de 10/02/1951. Ver ANDRADE, Manoel Correia. Estado e Industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981 (principalmente da página 50 a 60).
31. Cf. In MINTER/SUDENE/CDU. Elementos para formulação de uma proposta de Política Urbana para o Nordeste. Recife, 1984.

32. Ver SILVA, I. por exemplo in A Crise de Moradia ..., Op. cit.
33. SANTOS, Milton. trata do assunto, ao chamar atenção para necessidades de reflexões acerca do significado teórico de paradigmas como o de "inchação das cidades" bastante utilizados em estudos da urbanização. Ver artigo do autor: "Crescendo menos, Metrôpolis ficam mais fortes" in Folha de São Paulo, edição de 28/04/88, p.A,3.
34. Idem. Op. Cit. p.A.3.
35. Idem. Op. Cit. p.A.3.
36. Consulte CARVALHO, Ionaldo Vieira. Evolução da Estrutura Agrária no Estado de Sergipe. Dissertação de Mestrado em Economia, Fortaleza, UFCE/CAEN, 1981. In Indicadores da Conjuntura Sergipana. Aracaju, INEP/SEPLAN-SE, 1983, pp. 139 a 199.
37. Vale destacar, que no setor industrial, as atividades extrativas mineral representam a maior parte dessa totalidade. Nela, a Petrobrás ocupa 44,15% do setor. Cf. in GOVERNO DE SERGIPE. Folheto sobre o Complexo Industrial de Base. Aspectos Econômicos de Sergipe.
38. Cf. RIBEIRO, Neuza Maria Góis. Transformações Recentes do Espaço Urbano de Aracaju. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife, UFPE. (inédita), 1984, p.20.
39. Ver OLIVEIRA, Francisco a partir de discussões elaboradas por SANTOS, Milton. O Caminho de Uma Teoria Substantiva da Urbanização in Revista Orientação, nº 6, São Paulo, Instituto de Geociências/USP, 1985, pp.81/82.
40. Ver SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. História Econômica de Sergipe (1850-1930). Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas, IFCH/UNICAMP (cópia xerografada), 1983. Consultar principalmente capítulo II, pp.77 - 133.

41. Cf. SUBRINHO, Josué M. dos Passos. Op. Cit. p.85.
42. Idem. Op. Cit. pp. 101 - 110.
43. A primeira fábrica de tecidos de algodão de Sergipe (ainda quando Província) é a Sergipe Industrial, propriedade da firma Cruz & Cia., localizada em Aracaju, no atual bairro Industrial, sendo inaugurada em 1884. Em 1896 foi instalada a segunda fábrica de tecidos, a Companhia Industrial de Estância, na cidade de Estância, cuja sede ficava na Bahia. Ver SUBRINHO, Josué M. dos Passos. Op. Cit. pp. 101 e 102.
44. Segundo os registros estatísticos do "primeiro recenseamento econômico" feito no Brasil em 1907 pelo Centro Industrial do Brasil, dos 103 estabelecimentos industriais sergipanos (10º lugar na classificação quantitativa e na mesma classificação no valor da produção nacional para aquela ocasião) catalogados, as quatro indústrias de tecidos e fiação (também no 10º lugar no valor da produção anual nacional) possuíam um número de operários (1.288) ligeiramente superior aos da indústria de açúcar (1.285). Este número se elevava gradativamente e no censo do IBGE em 1920 atingia 4.234. Sobre as primeiras informações, veja Séries Estatísticas - Retrospectivas, Vol.2, Tomo 3 - Indústria de Transportes, Indústria Fabril, ed.fac-símile da FIBGE e CNI, Rio de Janeiro, 1986, pp.131 e 134.
45. Ver SANTOS, Adelci Figueiredo. Contribuição ao Estudo do Processo Migratório em Sergipe. Tese de Livre Docência. Aracaju (cópia xerografada), UFSe, 1976.

CAPÍTULO III

"GEOMORFOLOGIA SOCIAL" E O "METABOLISMO ESPACIAL"

A CONSTRUÇÃO DE ARACAJU

"A Cidade tem uma história; é obra de uma história, isso é, de pessoas e grupos muito determinados que realizam esta obra em condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e delimitam as possibilidades, não bastam nunca para explicar o que nasceu delas, em nelas, por elas".

HENRI LEFEBVRE*

3.1 - REFLEXÕES: A PARTIR DE QUÊ?

Partindo-se da idéia de Pierre Lavedan, a cidade de Aracaju se insere no grupo das localidades urbanas criadas¹, ou seja, de origem "planejada".

Dessa característica, que assinala o "batismo" da cidade nascente, por uma resolução provincial do então presidente Ignácio Joaquim Barbosa, em 1855, a nova capital dos sergipanos inicia a sua trajetória, não a partir da colina (altos do Santo Antônio onde sua origem tradicionalmente está vinculada, mas espraiando-se sobre um conjunto natural es

(*) Cf. In: El Derecho a La Ciudad. Cuarta Edición, Barcelona (Espanha), Ediciones Península, 1978, p.65. Citação vertida para o Português pelo autor do Trabalho.

tuarino, à margem direita do rio Sergipe, numa estreita faixa de terra baixa e alagável, entre dunas, mangues e pântanos. O uso daquela área na ocasião, era feito apenas por pescadores da região, e servia de passagens de embarcações para o interior da Província.

É nossa intenção mostrar, neste capítulo, as características gerais da forma de cidade que se concebeu para Aracaju, relacionando-a com processos sociais manifestados espacialmente, na sua trajetória evolutiva. Ousamos, para tanto, empregar expressões terminológicas, comumente utilizadas por outros segmentos científicos, adaptando-as às idéias que pretendemos discutir.

Portanto, utilizarmos a expressão "geomorfologia social" queremos nos referir à forma como a ação humana viabilizou a implantação da cidade, interferindo em seu "tecido" geomorfológico não apenas via desmontes de dunas e barreiras, mas também através de aterros nos córregos, pântanos, baixadas e mangues, dando origem a um verdadeiro "solo criado", necessário para a viabilização do plano da nova cidade.

A expressão "metabolismo espacial", por sua vez não apenas está intimamente associada à anterior, como remete-nos ao processo de formação, desenvolvimento e mudanças que a cidade sofre ao ser estruturada socialmente.

Não é nosso objetivo, ao traçar rápidas considerações acerca da evolução urbana de Aracaju, seguir o mesmo "critério de periodização" definido por Fernando Porto² e, posteriormente, utilizado (em parte) por Silva Wiedemann³, por Filizola Diniz⁴ e por Kátia Loureiro e Neuza Ribeiro⁵. Ainda que levando em consideração muitos dos aspectos abordados por esses autores, este trabalho privilegiará o período que é posterior à chegada da Petrobrás a Sergipe.

Com efeito, a chegada da Petrobrás a Sergipe constituiu-se em marco divisório fundamental para o estudo de Aracaju.

É a partir da presença desta grande empresa esta-

tal/transnacional no estado, que são detonadas a maioria das condições urbanizantes em Sergipe, especialmente em Aracaju. No momento atual, o crescimento da capital já se faz sentir inclusive em outros municípios do seu entorno, denotando a formação de um novo arranjo espacial "metropolitano", alimentado principalmente pelo esvaziamento do interior. Conseqüentemente, consolida-se o alto grau de primazia da capital na rede urbana.

Porém, não se deve pensar que estamos atribuindo à Petrobrás a responsabilidade única pelo que foi exposto acima. Seria caso de "miopia crônica" se somente enxergássemos por esta ótica, esquecendo-nos de outras causas que, de certo modo, já foram e/ou serão também citadas em partes deste estudo. Lembramos ainda que o caso de Aracaju não é único nem especial, já que o mesmo processo – com variantes locais – vem sendo reproduzido em outras partes do país.

O que qualifica a ênfase dada neste estudo ao impacto da ação estatal, via Petrobrás e outras empresas, no processo de urbanização sergipano, é que ela redirecionou quantitativa e qualitativamente todo o processo vivenciado por Aracaju desde a sua criação, em meados do século passado. Esse processo será agora recuperado. Neste capítulo, teremos considerações gerais sobre a evolução urbana da capital de Sergipe (antes e com a chegada da Petrobrás). Nos capítulos subsequentes, aprofundaremos e detalharemos a nossa análise.

3.2 - DO "PLANO DE PIRRO" À OCUPAÇÃO DOS ARRABALDES INTERIORANOS

A trajetória da organização espacial sergipana e em parte, da vida de suas cidades, está ligada historicamente às atividades agrárias, mais especificamente, àquelas desenvolvidas na "zona da mata", onde se localiza o "vale do Cotinguiba" (ainda hoje a mais importante região canavieira

sergipana). Inserida no complexo colonial capitalista agro-exportador, esta região, e algumas de suas cidades, prosperaram e tiveram momentos de apogeu e glória.

A partir de meados do século XIX entretanto, quando esse tipo de atividade econômica começa a ruir, desmoronam também os alicerces que sustentavam a base econômica das antigas cidades. É nessa época que surge então, a idéia de se transferir a capital da província.

A transferência da capital, feita pelo então presidente da província, Ignácio Joaquim Barbosa, embora não parecesse, atendia aos interesses econômicos das classes dominantes da época, que apoiaram as argumentações para a criação e localização da nova cidade-capital. Nessas justificativas sobressairam os fatores considerados "geográficos"⁶, mais especificamente a necessidade de se ter um porto com melhores condições de navegabilidade, em relação aos principais portos comerciais sergipanos da época⁷.

A nova capital no plano do seu idealizador, se constituiu, a princípio, como um pensamento oposto ao dominante na época colonial, pois se tratava de uma proposta revolucionária às idéias vigentes, ou seja, diferente do modelo de cidade colonial, vinculada com a terra e seus proprietários. Agora é a vez da cidade-porto substituir a do tipo acrópole.

Formalizado o projeto de transferência da capital pelo então Presidente da Província, o mesmo foi

"sancionado em 17 de março de 1855, constituindo um dos atos de mais profunda repercussão na vida sergipana. Foi mesmo uma verdadeira subversão política, econômica e social: deslocou para o norte o centro de gravidade política local; alterou o intercâmbio de mercadorias e fez declinar núcleos até então florescentes; criou a primeira cidade-livre de Sergipe"⁸ (grifo nosso).

A cidade que nasce como "obra benemérita" da ação estatal, tem a sua realização num "plano" encomendado ao Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, e refletia as influências e tendências urbanísticas dominantes na época. Uma das primeiras cidades brasileiras de origem planejada, a capital nascente logo passou a se constituir em orgulho para muitos sergipanos.

O "plano" de urbanização para a antiga "praia de Aracaju" (conforme Figura nº 03), na idéia concebida por Pirro, se resumia a

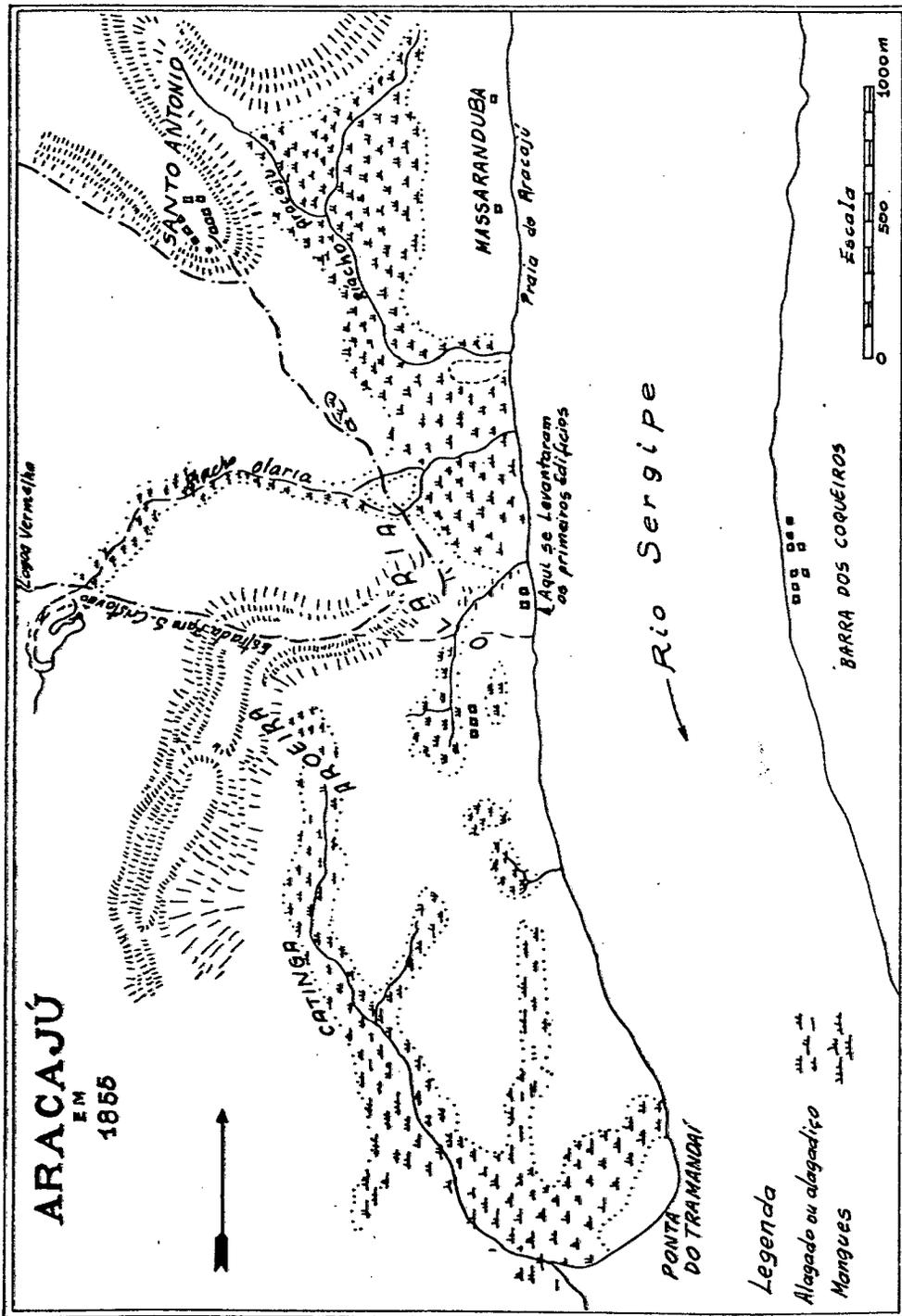
*"simplex alinhamento de ruas retas, cruzando-se em ângulos retos, o traçado de xadrez, em quadrados de 540 braças de lado, estando traçados quarteirões de forma quadrada com 55 braças de lados, separados por ruas de 60 palmos de largura"*⁹.

Não obstante as inovações urbanísticas nele presentes, o fato é que o plano teve muitas dificuldades para se consolidar, só se viabilizando porque "a capital foi arrastada pelo porto"¹⁰. Com efeito, sua implantação se deu lentamente, a expansão urbana acontecendo dentro da simplicidade arquitetônica que refletia as condições sociais de sua população e do rigor geométrico do traçado original.

Aracaju só ganha fisionomia de cidade a partir das primeiras décadas do século atual, quando começa a firmar-se na vida política e administrativa do estado e, economicamente, quando os primeiros estabelecimentos industriais, surgidos ao final do século passado, provocam o início da formação de bairros, agora com características mais populares e fora do "quadrado de Pirro"¹¹. A cidade passa então a ocupar a planície pantanosa, promovendo uma aceleração de aterros de riachos e mangues, com materiais retirados basicamente das dunas desmontadas, e dos tabuleiros (barreiras) da redondeza.

Os momentos amargos das primeiras décadas de vida

ASPECTOS AMBIENTAIS DO "SÍTIO" ONDE O PLANO DE CIDADE SE CONCRETIZOU - 1855



FONTE : PORTO, Fernando. A Cidade de Aracaju, 1855/1856, Ensaio da Evolução Urbana, Estudos Sergipanos II, Aracaju, edição do Autor, 1945.

da capital — falta de infra-estrutura, epidemias, etc. — ,no século passado, paulatinamente são substituídos por fases de perspectivas mais promissoras.

Gradativamente são implantados os primeiros equipamentos urbanos importantes (água encanada-1908/1º serviço público organizado; construção de grandes prédios públicos; criação da empresa de carris urbanos-1908; implantação de trechos da rede de esgoto-1913; energia elétrica-1919 e bondes elétricos-1926, etc.), necessários ao atendimento das demandas crescentes de um contingente demográfico em expansão.

Já nas primeiras décadas do século atual, Aracaju passa a registrar um expressivo crescimento populacional de corrente do fluxo migratório de populações rurais, sobretudo das áreas onde houve intensa dinamização de pastagens para a criação e engorda de gado de corte, e das antigas áreas de "plantation" da cana-de-açúcar, que passaram a ser estocadas como reserva de valor.

Refletindo esse crescimento, os tentáculos urbanizadores da cidade, após comporem os limites do "quadrado de Pirro", em direção ao norte, agora ganham o sentido oeste, em direção das estradas de ferro e de rodagem, que ligavam Aracaju ao resto do Estado.

A cidade de Aracaju cresce, pois, por migração. O contingente demográfico que demanda à capital passa a estabelecer-se nos bairros periféricos, notadamente naqueles adjacentes aos grandes eixos viários (na zona oeste), e em áreas mais dispersas da zona rural da capital e dos municípios do entorno imediato.

Embora atraísse grande força de trabalho, a cidade se revelou incapaz de utilizar produtivamente o exército de reserva que estava ao seu dispor. Somente o setor terciário possuía alguma perspectiva de absorção de mão-de-obra, mas sem grande relevância, haja vista que os serviços públicos como principal atividade do setor, também pouco se expandiam¹².

A arrancada urbana que o país assimilou com a ideologia do progresso dos "50 anos em 5", do período JK, pouco afetou a vida sergipana. Algumas ondas de modernização, é verdade, atingiram o setor agrário (a pecuária, mais precisamente), que foi beneficiado por inúmeros incentivos fiscais da SUDENE. As demais atividades, entretanto, permaneceram quase que intocáveis e o grau de pobreza que reinava tanto na sua capital, como no próprio estado, aumentou relativamente, não conseguindo, por isso, um bom lugar no "trem", ou melhor, no "ônibus", da modernização ampliada que se estendia pelo Brasil do centro-sul.

Por sua vez, o Estado oligárquico e conservador sergipano pouco fez para evitar colapsos na vida dos cidadãos. A maioria de suas realizações foi puramente "de aparência" ou seja, tentativas pequenas de demonstrar que o "progresso" deflagrado naquela fase (fins da década de cinquenta) havia chegado também ao estado.

Ainda que inôcuas (no sentido de promover o bem geral), foi em Aracaju, que já detinha certa primazia na rede urbana local, que a atuação do Estado se fez sentir de maneira mais forte. E, aí, não há como negar que as aparências se transformaram em benesses para uma determinada classe, que pôde apropriar-se sabiamente dos investimentos públicos, internalizando benefícios custeados por todos os contribuintes.

Para exemplificação, podemos citar obras ditas "prioritárias", como foram as de embelezamento de áreas nobres da cidade do centro em direção à zona sul (bairros 13 de julho e São José), com novos aterros, calçamento de ruas e melhoramento de praças e parques; a construção de edifícios para o Hotel Palace, Palácio das Secretarias, Estação Rodoviária e o Aeroporto Santa Maria (no embrionário bairro de veraneio de Atalaia); e, complementando este quadro genérico, mais uma obra que daria "ares de civilização" à capital de Sergipe, isto é, a criação de duas novas faculdades: Medicina e Química.

Enquanto isso, na outra fase da mesma moeda, uma paisagem predominantemente pobre expandia-se, ao mesmo tempo e espontaneamente, por todos os arrabaldes periféricos, que estavam à margem dos planos de melhoramento, e ousavam imiscuir-se também nas áreas nobres. Para evitar a favelização nas áreas mais centrais e valorizadas, as autoridades tomaram então "providências", como aconteceu com o núcleo de favelados da "Ilha das Cobras" – primeiro registro oficial de favela de que se tem notícia, existente nas proximidades da fábrica Sergipe Industrial – cujos moradores foram remanejados para um conjunto residencial construído pelo governo estadual, na zona oeste de Aracaju¹³.

A erradicação dessa favela – anunciada como "solução de problemas" – já expressava claramente, em seu conteúdo, "uma tendência a segregar no espaço, o que é estratificado ao nível da sociedade"¹⁴.

De fato, ao eliminar essas "patologias sociais" do espaço burguês, o governo, na base de um discurso em que procurava demonstrar que a atuação estatal tinha um cunho democrático e que estava a serviço de todos, passa a direcionar qualitativamente os tentáculos da expansão da cidade, dando início a um processo que logo apresentaria uma dinâmica surpreendente.

No geral, foram estas as principais manifestações que, direta ou indiretamente, moveram o desenvolvimento e a urbanização de Aracaju – e de Sergipe como um todo – antes da chegada da Petrobrás, que aconteceu em 1964, apesar do "ouro negro" ter jorrado pela primeira vez no estado em 1963, no município de Carmópolis, distante 47 Km de Aracaju.

A seguir, passaremos a discutir o que aconteceu em Sergipe, e na sua capital, na fase de desenvolvimento inaugurada sob a presença e "auspício" da Petrobrás, quando a atuação estatal desta e de outras empresas, juntamente com a iniciativa privada, irradiará uma perspectiva de redenção e redimensionamento econômico da cidade e do estado.

3.3 - A PETROBRÁS E A EXPANSÃO URBANA:

"A CONQUISTA DEFINITIVA DOS ARRABALDES PRAIANOS"

A "nova ordem", implantada a partir de 1964, redimensionou o país nos seus mais diversos segmentos sociais, desde a atuação político-partidária, passando pela ordem econômica e refletindo no modo de agir e pensar dos brasileiros, em todos os pontos do território nacional.

A coloração das medidas impostas, a partir daquele ano, ganharam difusão em seus mais diversos matizes. Percebemos um vasto desenvolvimento da economia, concentrado principalmente em alguns pontos da nação, a custos de um programa de planejamento amplamente discutível, que comprometeu sensivelmente os recursos naturais e sociais do país.

Colocado à margem do processo de concentração geográfica de capitais no centro-sul, promovido pela política econômica do regime militar e que viabilizava a criação de inúmeras economias externas nessa região do país, o estado de Sergipe logo teve o seu destino alterado. A confirmação das potencialidades dos poços petrolíferos descobertos em Carmópolis, Siriri, Riachuelo e Aracaju reacenderam esperanças antigas e colocaram o estado em posição destacada no cenário nacional.

O sergipano passou a viver, então, momentos de ufanismo, impulsionado pelas ideologias do novo sistema político implantado, e a acreditar que o progresso, agora, chegara de fato ao "pequeno gigante do nordeste"¹⁵.

Em Aracaju, cidade que vinha servindo de base de operação da Petrobrás desde o início de sua atuação no estado¹⁶, os impactos logo se fizeram sentir.

Dinamizaram-se setores que anteriormente eram de pequena dimensão, ou inexistiam. Por outro lado, as exigências e necessidades das atividades petrolíferas levaram a cidade a se expandir¹⁷, notadamente em direção ao litoral,

surgindo daí um novo arranjo espacial, de significados amplamente questionáveis.

A produção sergipana de óleo e gás (inicialmente em terra e depois na plataforma continental)¹⁸, ensejou muitas perspectivas econômicas para o estado, pois através de pagamentos de impostos e royalties, os governos teriam mais recursos para aplicar em obras públicas. Levou também a que a capital sergipana passasse a receber um crescente contingente populacional (ver Tabela nº 5), não só de migrantes oriundos do meio rural, mas também, e significativamente, de funcionários da Petrobrás e seus familiares, transferidos para Aracaju quando da mudança da sede da Região de Produção do Nordeste - RPNE, antes localizada em Maceió.

Os fluxos migratórios para Sergipe - particularmente para Aracaju e sua periferia imediata -, que atraíam pessoas do interior do estado e até mesmo profissionais qualificados de outros locais do país, foram motivados basicamente pelos altos salários pagos pela Petrobrás ou pelas empresas que lhes prestavam serviços (algumas transnacionais como DOWLL SCHLUMBERGER - prospecção e perfuração de poços, obras hidráulicas, etc.). Isto possibilitou também um crescente fluxo de capitais e mercadorias, como observou o geógrafo Aluísio C. Duarte, em estudo publicado no início da década de setenta:

"O número de empregados que a Petrobrás mantém em Sergipe é de 1.259. Destes, 588 estão em Aracaju. Dos restantes, apesar de estarem lotados nos campos de Carmópolis, Riachuelo, Siriri e Pirambu, muitos moram em Aracaju, e nela consomem.

Representam um mercado consumidor importante, pois os salários pagos pela Petrobrás são altos, muitas vezes superiores aos maiores salários dos funcionários públicos estaduais, federais e municipais que representam a massa da população economicamente ativa da cidade... Se compararmos esses salários com a renda "per capita" da população aracajuana, ve-

remos que essa percentagem da população ativa mantida pela Petrobrás veio contribuir para aumentar o consumo e movimentar o comércio da capital. Igualmente a Petrobrás tem contratos de serviços com firmas de Aracaju (11), algumas criadas para atender à essa estatal. Isto movimentou o mercado de trabalho da cidade"19.

Nessa cadeia de interrelações, o afluxo de volumes capitais deixou em Aracaju marcas e influências não somente nos modos de vida cotidiana (exigências de melhorias do padrão alimentar, vestuário, habitação, lazer, serviços básicos de saúde, educação, etc.) mas também na forma de renovar valores culturais, técnicos e científicos, vitalizados, sobretudo, com a criação da Universidade Federal de Sergipe²⁰ e, posteriormente, de Institutos de Ensino Superior Isolados, ou ainda, através dos meios de comunicação de massas que foram dinamizados²¹.

A cidade de Aracaju passou a assumir a partir da década de setenta (justamente no período posterior à chegada da Petrobrás), um rápido "crescimento" em todos os sentidos, tanto na expansão física-horizontal, via formação de novas periferias (veja esboço ilustrativo - Figura nº 4), como através da verticalização, que se transformou em um padrão de "status" na cidade. A verticalização deu-se, sobretudo, às expensas de antigas áreas residenciais unifamiliares próximas ao centro²² ou, na medida em que novas ruas e avenidas foram abertas ou ampliadas (Hermes Fontes, Francisco Porto, Nova Saneamento, etc.), em locais que, até o início da década de setenta, se constituíam como espaços "semi-rurais".

Percebemos, neste contexto, que foram criadas todas as condições possíveis para a dinamização do mercado imobiliário, ainda que para uma demanda notadamente "seletiva", surgida não apenas por razões de caráter local (Petrobrás e suas conseqüências) mas também como reflexo do "boom econômico" deflagrado no país, em fins da década de sessenta, época do famoso "milagre brasileiro".

Tabela nº 5

POPULAÇÃO PRESENTE OU RESIDENTE E TAXAS DE CRESCIMENTO
DEMOGRÁFICO DE SERGIPE E ARACAJU - 1950/1988

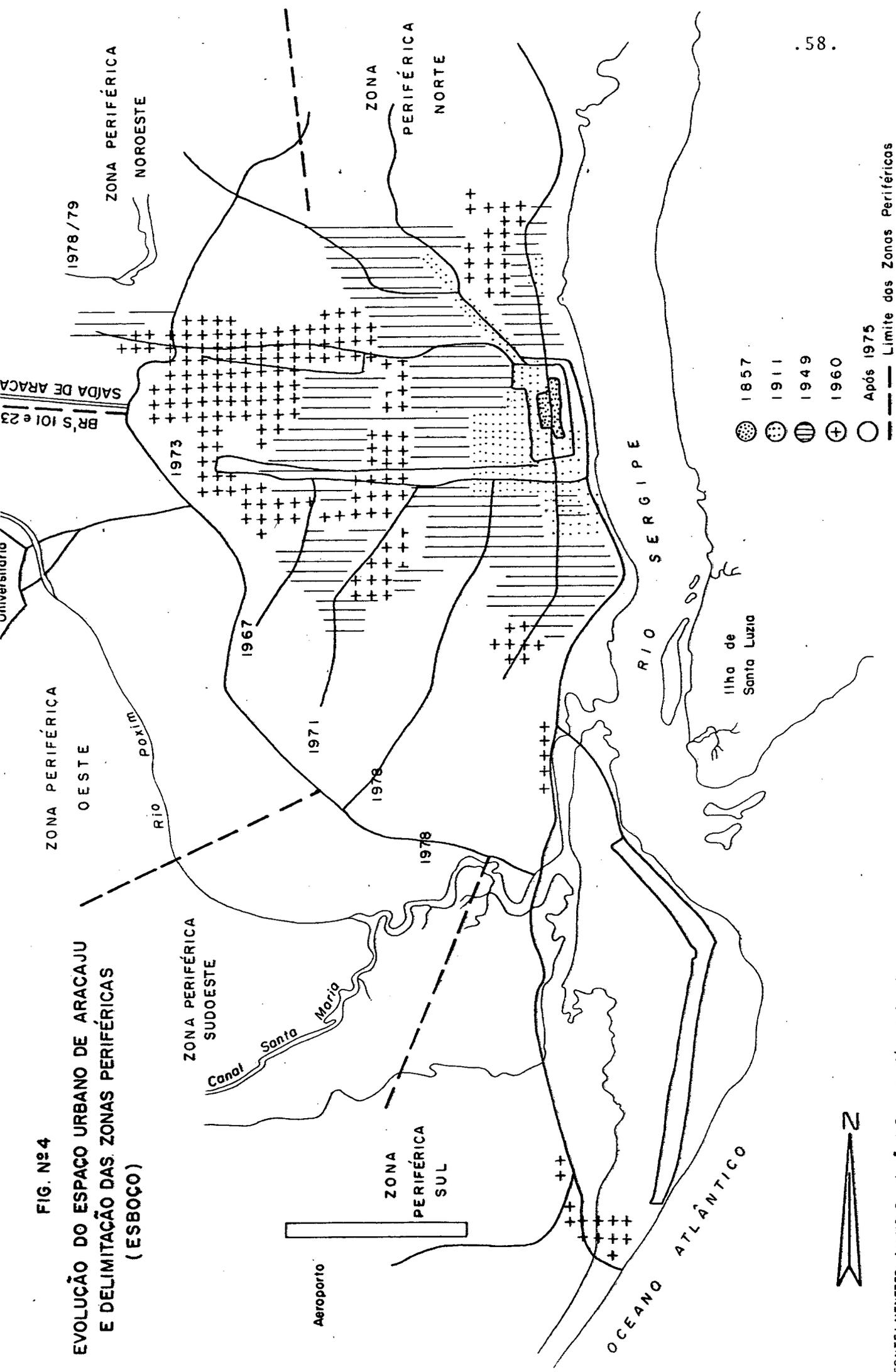
CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO: PRESENTE OU RESIDENTE												TAXAS DE CRESCIMENTO (%)										
	1950 ¹			1960 ¹			1970 ²			1980 ²			1988 ³			1950/60		1960/70		1970/80		1980/88 ³	
	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU	
URBANO	204.984	67.539	295.929	112.516	415.415	179.276	617.796	287.934	-	-	-	44,36	66,59	40,37	59,33	48,71	60,60	-	-	-	-		
RURAL	439.377	10.825	464.263	3.197	485.329	4.394	522.325	5.197	-	-	5,66	29,53	4,53	37,44	7,62	18,27	-	-	-	-			
TOTAL	644.361	67.539	760.263	115.713	900.744	183.670	1.140.121	293.131	1.492.651	467.995	17,98	71,32	18,47	58,72	26,57	59,59	30,92	59,65	-	-			

FONTES: Censos Demográficos F.I.B.G.E. e Anuários Estatísticos de Sergipe, INEP/SEPLAN-SE

1. População Presente
2. População Residente
3. População Estimada

FIG. Nº 4

EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARACAJU
E DELIMITAÇÃO DAS ZONAS PERIFÉRICAS
(ESBOÇO)



FONTE: MENEZES, Ang V.C. Organização do Espaço Periférico de Aracaju, Aracaju, AGB, 1963, p. 12

Nesta fase, acentua-se não apenas a marcha da transnacionalização da economia nacional, mas também o processo de concentração de renda, que resultou, nas cidades, na ênfase dada ao consumo de inúmeros produtos, dentre os quais o automóvel, mola mestra do processo de industrialização do país. A concentração de renda possibilitou, também à "classe média" em ascensão, o consumo de novos espaços urbanos, criados tanto para servir de áreas residenciais (elitizadas e segregadoras), como de lazer.

É nessa conjuntura que as intervenções deliberadas do Estado (nacional e local) começam a ter manifestações as mais visíveis em Aracaju. Inúmeros empreendimentos são desencadeados, pela influência da atuação da Petrobrás e "suas" agregadas, e muitas obras são viabilizadas com incentivos oferecidos pela SUDENE, Banco do Nordeste, BNH, entre outros órgãos.

Através dessas e outras estatais, os governos estadual e municipal implantaram, por sua vez, inúmeras "obras urbanas de base" (abertura e calçamento de ruas, iluminação pública, abastecimento de água, saneamento e drenagem, calçada, transportes coletivos) sobressaindo nesta fase, a criação do Distrito Industrial de Aracaju - D.I.A. (em 1971).

Ao criar a nova área industrial, a intenção do governo era aumentar a oferta de empregos para a capital, e oportunidades de colocação para muitos migrantes que demandavam a Aracaju, na esperança não mais de fazer passagem para o centro-sul do país, mas de serem absorvidos pelo surto de desenvolvimento que a cidade respirava. Na verdade, o D.I.A. serviu mesmo, foi para orientar os destinos da especulação imobiliária, rumo à zona sul, passando a ser um dos pontos de direcionamento do crescimento da cidade, em sentido às praias.

É bom lembrar que, o D.I.A.²³ foi instalado numa área onde a expansão urbana se processaria fatalmente. Talvez, entretanto, ela se desse de outra maneira e não na for-

ma acelerada como está acontecendo, notadamente por residências em seu entorno, e sob os "auspícios oficiais". Veja-se que não se trata de residências para os operários do D.I.A., já que a maioria do contingente dos que aí trabalham não reside tão próximo às empresas ali instaladas, e sim em bairros distantes ou em municípios vizinhos à capital.²⁴

Com efeito, a demanda dos grandes conjuntos habitacionais (de casas e/ou apartamentos) construídos e, mais recentemente dos edifícios e casas isoladas (estes mais sofisticados) construídos nas imediações do D.I.A., não é constituída de trabalhadores das fábricas, mas de categorias de funcionários públicos e de parte do comércio local. Muitos desses imóveis (comprados ou alugados) são ocupados por funcionários da Petrobrás ou empresas do seu sistema, como detectamos em informações colhidas em alguns desses conjuntos (Ignácio Barbosa, Paulo VI, Presidente Médici, Orlando Dantas, etc.), e que foram confirmadas por empresas imobiliárias consultadas. Nota-se assim que, nas "previsões industriais" para essa área, o que aconteceu foi bem o inverso.

Ainda dentro das considerações gerais acerca da expansão urbana recente de Aracaju — expressão também do acelerado crescimento demográfico —, vale ressaltar aqui a expressiva posição assumida pelo setor "terciário" da capital, cada vez mais fortalecido, em relação ao "secundário", que não consegue absorver todo o potencial do "exército de reserva". Estes fatos dão margem para que, não somente na capital, mas também em locais da região do aglomerado urbano, os espaços de atuação do "setor informal" sejam cada vez mais crescentes.

Na cidade de Aracaju, as atividades desse setor estão cada vez mais presentes, ressaltando a sua importância para a sobrevivência familiar, de significativa parcela da população. Concentram-se, especialmente, no centro tradicional e nos locais de recepção de significativas parcelas de migrantes, mais ao norte e a oeste da cidade, apesar de existirem também 'enclaves' na área nobre da zona sul. De acordo

com uma pesquisa desenvolvida por órgãos oficiais do governo estadual, em 1985, além do centro tradicional

"os bairros com mais incidência do setor informal foram os seguintes: Dezoito do Forte, Farolândia, Industrial, América e Siqueira Campos. São considerados bairros de baixa renda, constituindo o último no mais populoso e no segundo em movimento comercial de Aracaju".²⁵

Não é de se estranhar, nesse sentido, que é exatamente nos locais (ou imediações) mencionados pela citada pesquisa, que percebemos a cidade mergulhar na ampliação de áreas com "favelização" e/ou "empobrecimento"²⁶ das condições de qualidade de vida de seus moradores, incompatíveis com o mínimo considerado como decente para seres humanos.

Já no início da década de oitenta, quando a cidade contava com uma população em torno de 293.000 habitantes, existiam cerca de 24 (vinte e quatro) focos daquele processo (veja localização a partir da Figura nº 5), socialmente deprimidos e cristalizados. Dentre eles, os ditos "enclaves da zona sul" (como o Jardim Esperança, a "ocupação" da Cerâmica, do São Conrado, da Farolândia e da Coroa do Meio) são áreas singulares, pois aí o contraste e a desigualdade entre as classes no processo de produção e uso do solo urbano é visível. É aí também que, o papel estatal é mais frequente e assíduo (em relação a outras áreas também deprimidas socialmente), pois a sua presença não visa somente a atender às categorias sociais privilegiadas, mas também a estabelecer mediações que reforçam, para Aracaju, a impressão de ser considerada uma cidade com paisagem pobre quase inexistente, se comparada com o interior sergipano ou com as demais capitais nordestinas.

Este escamoteamento da feição pobre da cidade é facilitado, de certo modo, pelo tipo de sítio onde a mesma se localiza (uma planura dominante), vinculado ao tipo de desenho projetado inicialmente e seguido na sua trajetória

FIG. Nº5
 ARACAJU
 ÁREAS DE "FAVELA" E DE "BAIXA RENDA"
 1979/80
 (ESBOÇO)

LEGENDA

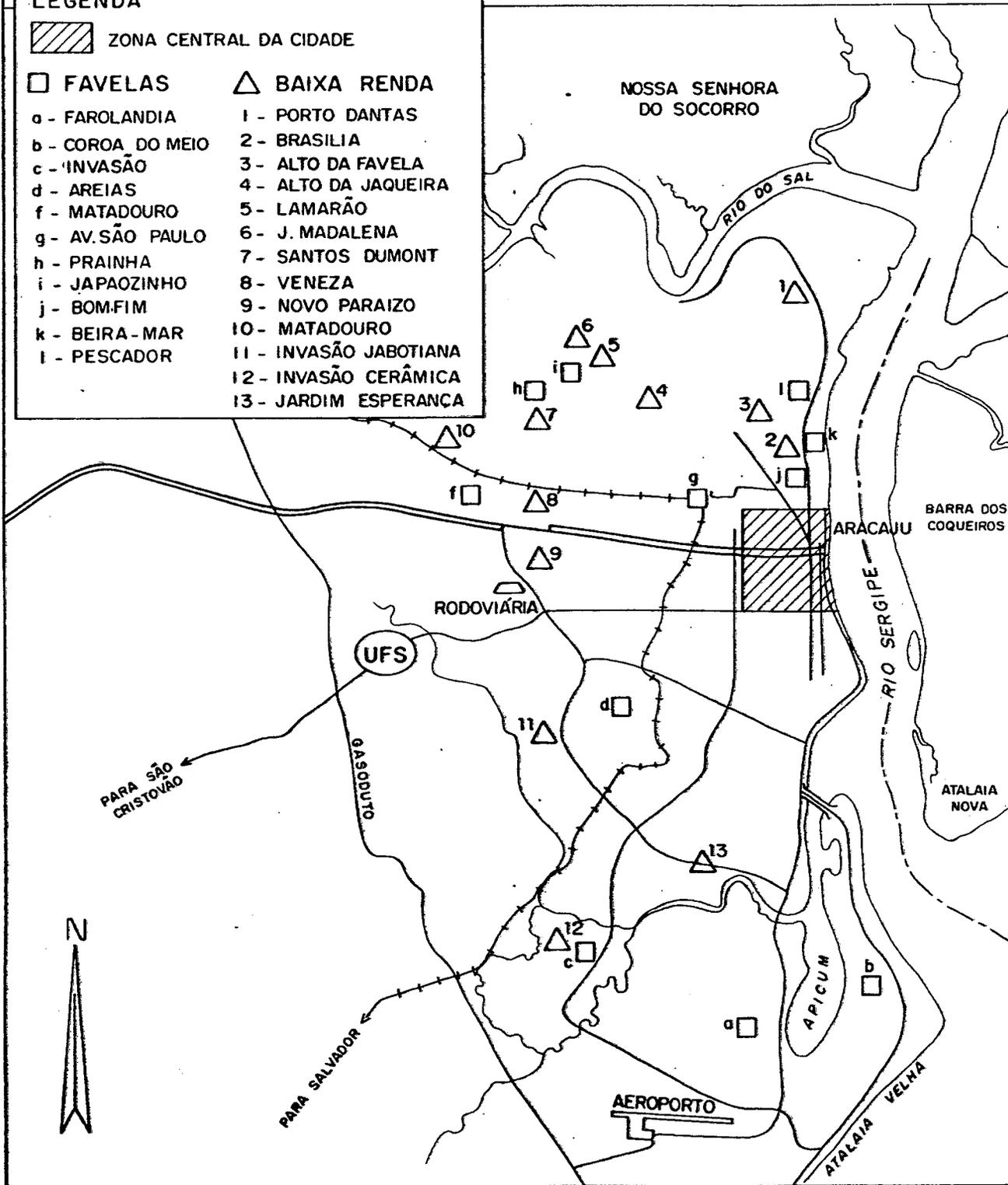
 ZONA CENTRAL DA CIDADE

 FAVELAS

- a - FAROLANDIA
- b - COROA DO MEIO
- c - INVASÃO
- d - AREIAS
- f - MATADOURO
- g - AV. SÃO PAULO
- h - PRAINHA
- i - JAPAOZINHO
- j - BOM-FIM
- k - BEIRA-MAR
- l - PESCADOR

 BAIXA RENDA

- 1 - PORTO DANTAS
- 2 - BRASILIA
- 3 - ALTO DA FAVELA
- 4 - ALTO DA JAQUEIRA
- 5 - LAMARÃO
- 6 - J. MADALENA
- 7 - SANTOS DUMONT
- 8 - VENEZA
- 9 - NOVO PARAIZO
- 10 - MATADOURO
- 11 - INVASÃO JABOTIANA
- 12 - INVASÃO CERÂMICA
- 13 - JARDIM ESPERANÇA



FONTES: PREFEITURA DE ARACAJU, Programa de Investimentos do Gov. Heráclito Rollemberg, vol. I, Aracaju, 1979 e LOUREIRO, Kátia. Op. Cit. P.83

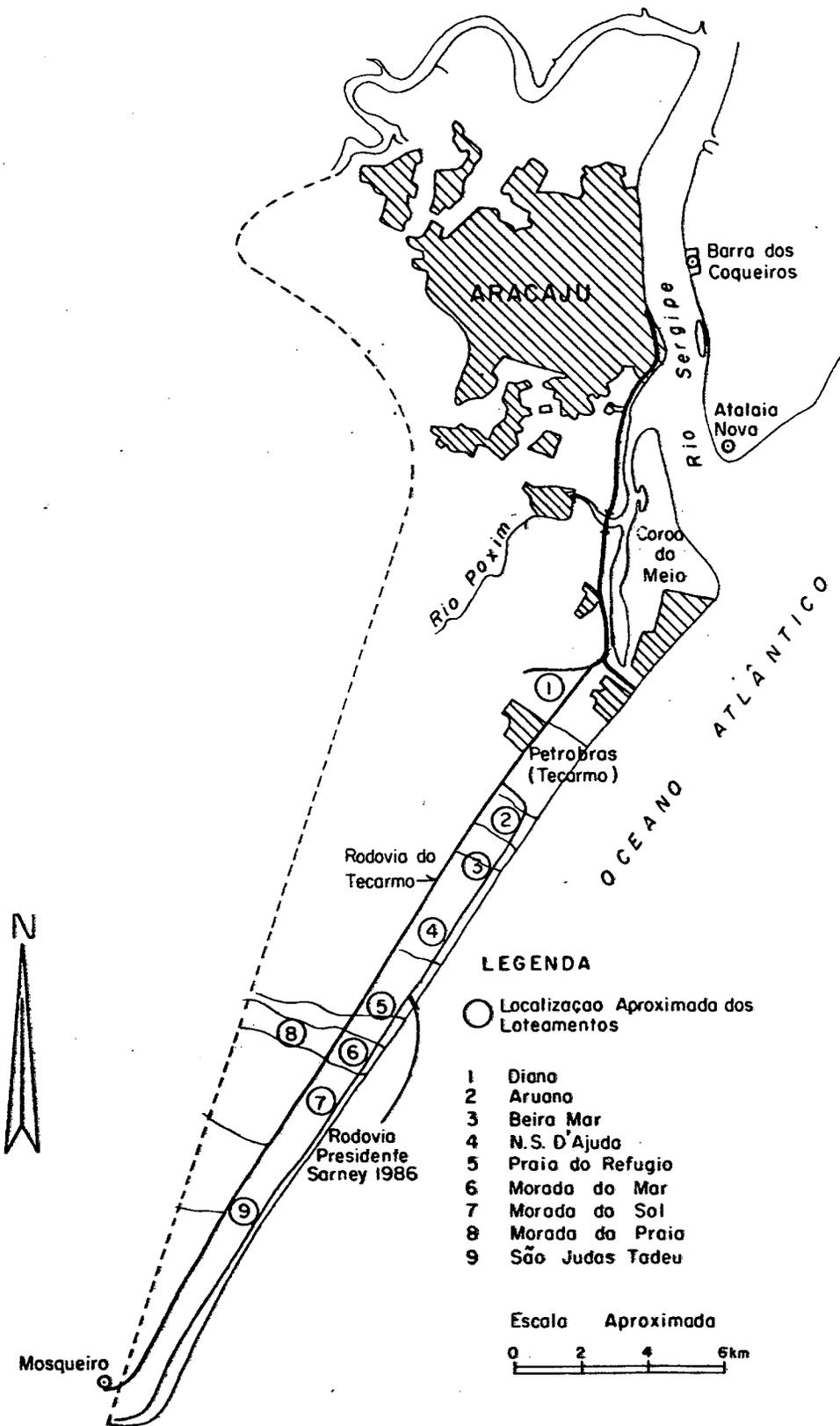
de crescimento. É algo que fica difícil de sustentar haja vista que, no cotidiano da vida da capital, a condição de pobreza exposta em suas franjas periféricas ou pela presença de transeuntes e biscateiros no centro comercial, ou em lugares de amplo acesso público, como as áreas de lazer na orla praiana, denunciam a verdadeira realidade social de Aracaju.

Por outro lado, é bom salientar ainda, como reflexo da expansão urbana de Aracaju, o que vem acontecendo nas áreas próximas ao TECARMO - Terminal Petrolífero de Carmópolis, ao Aeroporto Santa Maria e ao Bairro de Atalaia Velha, localizadas ao sul daquele município. Junto a esses locais, e inclusive a partir de obras oficiais, uma "ocupação desordenada" vem se instalando gradativamente, em particular sobre os recursos naturais da região, contribuindo, por conseguinte, para o comprometimento futuro das condições ambientais do local. Pela evolução destas formas de uso do solo, nos é permitido elucidar pelo curto espaço de tempo (algo em torno de 12 a 15 anos atrás), os indícios dos destinos para essa área, se um melhor uso, equilibrado racionalmente de acordo com suas potencialidades, não for viabilizado.

Nessa área que faz divisa com parte do município de São Cristóvão, formando uma "restinga-insular" (entre os rios Vasa Barris/Santa Maria/Poxim/Foz do Sergipe e Oceano Atlântico), com uma extensão territorial relativamente pequena (cerca de 21,17 Km²) -, os remanescentes da vida rural estão, também, cada vez mais ausentes, afetados que são pelos avanços dos diversos tipos de usos através dos quais a especulação imobiliária se faz sentir (veja Figura nº 6).

Num pretérito ainda recente, os arrabaldes rurais sediavam residências para lazer e veraneio de pessoas quase que exclusivamente de Aracaju. Nas áreas "livres", de criação e cultivos por populações do Mosqueiro e adjacências, produziam os víveres que abasteciam o mercado das feiras públicas de Aracaju, (peixes, crustáceos, moluscos, frutas, verduras, legumes, e até de aves e carne bovina). Estas atividades passaram a ter seus "dias contados" a partir da ins-

FIG. Nº6
EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARACAJU EM DIREÇÃO AOS
ARRABALDES PRAIANOS (SITUAÇÃO EM 1981)



FONTE: A partir FONTES, Lio A.B. Transformações de Povoados Peri-Urbanos:
O Caso Mosqueiro, Aracaju, UFSE, 1982

talação do Aeroporto Santa Maria (1962), e da implantação do TECARMO - Terminal Marítimo Petrolífero da Petrobrás - Terminal de Carmópolis (1968), quando se deu então o início do processo de grandes transformações na área sul de Aracaju.

Estas transformações foram em geral, fruto de "obras públicas" do governo estadual ou municipal, como a construção de grandes zonas residenciais (via loteamentos como o da Coroa do Meio ou por conjuntos habitacionais, tipo Santa Tereza, Augusto Franco, Orlando Dantas, etc.); implantação de sistema viário (ampliação da contorno sul/Av. Heráclito Rollemberg, José Sarney, etc.); e a implantação de equipamentos turísticos e de lazer (hotéis de categoria, calçadas, quiosques, etc.), cuja apropriação se fez, em grande parte, por interesses particulares os mais diversos, conforme será discutido nos capítulos seguintes.

A essas características devemos acrescentar, outros elementos que, embora não estejam ainda incorporados ao "espaço urbano" diretamente ligado à Aracaju, já produzem inúmeros questionamentos. Referimo-nos ao plano de criação do Complexo Industrial de Base, formado pelo Pólo Cloroquímico de Sergipe e pelo conjunto Portuário e Retro-portuário, vinculados aos planos da Petrobrás e subsidiárias. Todos esses projetos já em fase de implantação, ao norte de Aracaju, a partir da costa litorânea da Ilha de Santa Luzia (município de Barra dos Coqueiros), num raio de atuação de 30 Km em direção ao interior do estado. Sem dúvida, estes projetos são, no momento atual, aqueles que mais incisivamente deverão levar as transformações no espaço urbano de Aracaju²⁷. Falaremos deles, também, no próximo capítulo.

3.4 - APARÊNCIA E ESSÊNCIA: ASPECTOS DA (RE)PRODUÇÃO E USO DO SOLO E O CRESCIMENTO URBANO RECENTE DE ARACAJU

A interpretação acerca da evolução ou desenvolvimento espacial de um determinado território deve levar em

conta uma análise, a mais global possível, e que possa, simultaneamente, combinar elementos que resgatem uma visão de totalidade, expressão maior das relações empreendidas pela sociedade na natureza. Esta totalidade pode não significar todos os fatos como bem diz Kosik, mas sim "a realidade como um todo estruturado"²⁸. (grifo nosso).

Para Milton Santos, a realidade pode ser decomposta em elementos (o Homem, Firmsas, Meio Ecológico, Instituições e Infra-Estrutura)²⁹. Para entendê-los, é necessário buscar a compreensão de "como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças"³⁰.

É possível explicitar esta "dinâmica espacial" a partir da utilização das categorias de análises – Estrutura/Processo/Função/Forma –, conforme sugere Milton Santos ao trabalhar as idéias de Henri Lefebvre. Roberto Lobato Corrêa, em análises didáticas, assim traduz o pensamento daqueles autores:

- Forma: é o aspecto visível, exterior de um objeto que de acordo com seu arranjo, passa a constituir um padrão espacial, com formas em diferentes escalas. Ex. Casa, bairro, cidade, etc.
- Função: implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Não existe função sem uma forma correspondente;
- Estrutura: está relacionada ao modo como os objetos estão organizados. Refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão interrelacionados entre si. Ela é invisível (diferente da forma). É a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento de tempo;
- Processo: uma ação que se realiza continuamente, visando a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. O processo é uma estrutura em seu movimento de transformação".³¹

A cristalização dos tipos de produção social no espaço geográfico, que surge da criação do trabalho, significa o verdadeiro elo de ligação entre os homens, e entre estes e a "natureza-natural" ou a "natureza transformada".

Neste sentido, a forma concreta que a paisagem representa, tanto hoje, como no passado, expressa o processo que a constituiu, ou seja, a maneira através da qual os elementos construtores do espaço se articulam historicamente.

O conteúdo dessa paisagem, resultado das relações sociais mediatizadas pelo trabalho, não é independente dos objetos que se concretizam na forma. Por sua vez, o conjunto de formas dispostas geograficamente, como expressão do movimento da sociedade, corporificada pela trajetória dinâmica e transformativa, dá um sentido quantitativo e qualitativo ao espaço³².

Como resultado das diferentes combinações de objetos (naturais e sociais) espacializados, surge um "ambiente artificial", fabricado pela obra (trabalho) do homem, representando o dinamismo das relações sociais de um determinado local – paisagem cultural –, impresso na paisagem natural, possuidor conteúdos externos e internos, visíveis e invisíveis, que se traduzem respectivamente pelo sentido da aparência e da essência³³.

A paisagem urbana é um desses tipos de "paisagem artificial". Ela apresenta, na sucessividade dos modos de produção e de seus momentos, uma heterogeneidade de formas – resultado dos níveis de produção –, que traduz "uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas"³⁴, devendo ser pensada em cada conjuntura, a partir das condições políticas, econômicas e culturais, prevaescentes em cada local.

No caso dos espaços urbanos brasileiros atuais, não há como pensá-los sem levar em conta a crescente internacionalização da economia capitalista. Esta internacionalização se esboça, e até se realiza, por processos de mudança

tecnológica, reestruturação econômica e dinâmica da divisão do trabalho que tem impactos não apenas sobre as diferentes economias nacionais, mas também sobre cada fração da paisagem global, planetária, numa total interdependência de elementos³⁵.

Na apreensão do significado dos objetos coisificados da paisagem urbana de Aracaju, produzidos por momentos históricos recentes, buscamos neste capítulo, a nível do aparente e do imediato, entender as manifestações espaciais superficiais da paisagem, contidas no sítio urbano e nos elementos que o compõem.

Esta preferência pela análise do chamado "espaço construído", não quer dizer que ignoramos a existência de "movimentos de vida"³⁶.

Com efeito, ao ressaltar o urbano e/ou os processos de produção deste através de manifestações recentes, objetivamos demonstrar, com elementos empíricos, que essas manifestações traduzem também as lutas das classes modeladoras do uso do solo, salientando, ademais, o papel desempenhado pelo Estado, na própria mediatização e resolução de jogo político das forças sócio-econômicas.

O "espaço construído" é, portanto, no nosso entender, o foco da paisagem, e reflete as contradições que o "movimento de vida", no cotidiano (de pessoas e mercadorias) incute nessa mesma paisagem, reproduzindo a sociedade aracajuana (e como tal, a sergipana), na sua inserção junto à sociedade brasileira. Reflete também, numa outra escala e respeitando as singularidades locais, o atual contexto de universalização dos espaços³⁷, pela economia capitalista.

Assim, na base da produção ou construção do espaço urbano capitalista, pode ser encontrada a essência das relações estabelecidas pelos mais diversos atores, nas mais diversas escalas.

Esses atores ou agentes que atuam no sistema de

apropriação e/ou uso do solo são indicados por Luiz Bahiana como sendo: O Morador, Os Proprietários do Solo; A Indústria Imobiliária; A Indústria de Construção Civil; Os Proprietários Industriais e O Estado³⁸.

Esses elementos/agentes, ao atuarem individualmente ou associados (principalmente com capital bancário/financeiro), criam e recriam espaços na ou para a cidade, de acordo com os diversos interesses (comércio, indústria, serviços, residências, lazer, etc.), não estando dissociados, em nenhum instante, da lógica de reprodução do sistema. Eles constituem o que Kátia Loureiro, considera como "agentes que operam no mercado de terras e na produção de moradias"³⁹.

Mesmo assim, na literatura correspondente à análise desses agentes, verifica-se a ausência de alguns deles que cada vez mais estão em evidências nos processos de urbanização, como as empreiteiras ou as camadas populares entre outros, que nem sequer são tratados nas teorizações referentes às modelagens espaciais.

Em cada lugar, alguns agentes se destacam com mais ênfase do que outros. Neuza Ribeiro, num estudo sobre as transformações recentes do espaço urbano aracajuano, enfatiza com bastante propriedade que

*"as grandes mudanças que vêm ocorrendo na estrutura urbana de Aracaju têm como principais agentes o Estado e as empresas imobiliárias e de construção civil, notando-se que existe uma íntima ligação entre a ação dos agentes privados e a atuação do poder público"*⁴⁰.

Esta conjugação de esforços fica mais notória pela presença de pessoas dos setores produtivos privados em cargos de decisão do poder público local, insinuando a existência do que David Harvey chamou de "mecanismos ocultos dos processos de barganha" que segundo o autor, "tendem, naturalmente, a beneficiar o rico e enfraquecer o pobre"⁴¹.

Por isso, ao se analisar o processo de urbanização de Aracaju torna-se necessário, e porque não inevitável, que se avalie constantemente, nos mecanismos desta realização social, o papel do Estado. Este agente tem singular importância, pois é a partir do seu desempenho, que o uso do solo ganha determinações específicas locais e/ou associadas à relações externas, e até transnacionais. Dentre essas determinações, destaca-se a "renda da terra".

Apesar de não ser objeto deste estudo detectar os tipos de renda que o chão de Aracaju produz, com base nos constructos e análises metodológicas que comumente se faz⁴², acreditamos que, pelas características de como o fenômeno do crescimento urbano se realiza, com forte tendência de atuação da especulação imobiliária, esta cria uma forma de valorização e geração de renda que está sujeita a oscilações violentas. Isto se dá nas áreas periféricas que compõem a franja rural-urbana, que sofre então, valorizações gradativas pelas expectativas das mudanças que estão acontecendo ou por ocorrer.

Esta é uma característica que o economista Ignácio Rangel identifica como um "quarto tipo de renda da terra", considerado por ele "como diferente das versões tradicionais"⁴³. Assim diz Rangel:

*"... uma 4^a renda, causadora última da valorização da terra, tanto rural como urbana (...) converte o título imobiliário em título mobiliário, no sentido de que torna o preço da terra agudamente sensível às variações dos mercados onde encontra expressão a taxa de lucro do sistema econômico"*⁴⁴.

Em outras palavras, o autor fala que este tipo de renda é gerado pela expectativa de valorização da terra, muitas vezes com mais influência do que os tipos tradicionalmente discutidos. Nesse caso, a compra de terra por exemplo, é feita pelo valor que ela possa assumir. Como é um tipo cíclico, note-se que este tipo de renda pode gerar a partir das

expectativas (geralmente de incorporar valorizações), fatores de ordem positiva ou negativa. Este tipo de 4^a renda, de fine-se e identifica-se facilmente nas economias instáveis, inflacionárias, e com moeda fraca, e em condições nas quais o solo atinge plenamente a caracterização de reserva de valor.

Feitas essas considerações sobre as características da urbanização de Aracaju, mostraremos a seguir, através de uma representação objetiva cartografada (veja Figura nº 7), o conjunto de elementos que exemplifica o processo de produção e uso do solo, que acabamos de discutir.

Figura nº 7

ASPECTOS GERAIS DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO/METROPOLITANO DE ARACAJU
1989

(Segue em encarte

ao final deste Trabalho)

NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ver LAVEDAN, Pierre. *Geographie des Villes*, Paris, 1936. Apud PORTO, Fernando. A Cidade de Aracaju - 1855/56. Ensaio de Evolução Urbana, Aracaju, 1945, p.13.
2. PORTO, F. define 04 períodos de duração diferentes, entre a fundação da cidade (1855) até meados do século atual. Em cada um desses períodos, ele aponta uma característica marcante, mas seus estudos se concentraram basicamente no primeiro período (de 1855 a 1860), que trata como de "crescimento inicial", onde "a cidade cresceu por si mesma, casa por casa, lentamente como gôta de óleo". Ver A Cidade de Aracaju... Op. Cit., p.14.
3. WIEDEMANN, Luiz Felipe Silva (ARARIGBOIA). Aracaju, 1855/1955, publicação da Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955. Veja principalmente pp.19 e 20.
4. DINIZ, J.A.F. Aracaju - Síntese de sua Geografia Urbana. Aracaju, impressão do autor, 1963. Neste trabalho, o autor procura avançar cronologicamente as idéias de Fernando Porto e define tipologias dos períodos que estabelece, para o desenvolvimento da cidade.
5. Nos estudos das autoras, a periodização segue a mesma de finida por Diniz - Op. Cit., tomando-se por base o que estabelece Porto, Op. Cit.. Entre ambas, a periodização está relacionada ao crescimento urbano (físico) da cidade-capital, destacando as mudanças ocorridas no processo de uso do solo e diferindo em alguns aspectos do que os outros autores argumentaram. Ver LOUREIRO, Kátia. A Trajetória Urbana de Aracaju, em tempo de interferir. Monografia de Curso de Especialização em Planejamento do Uso do Solo. Aracaju, INEP/SEPLAN-SE/UFSe/UFPe, 1983 e RIBEIRO, Neuza M. Gois. Transformações Recentes do Espaço Urbano de Aracaju. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife, UFPe, 1982.

6. CALAZANS, José em sua obra sobre ARACAJU - Contribuição à História da Capital de Sergipe, apresentada para concurso à cadeira de História do Brasil e de Sergipe na Escola Normal de Aracaju, 1942, aprofunda em detalhes as principais causas que nortearam as idéias de Ignácio Barbosa, para transferir a capital de Sergipe de São Cristóvão para as praias do povoado de Santo Antônio do Aracaju:
"É necessário, pois, recordar que vivíamos, politicamente, no período Carneiro Leão e, economicamente, em plena era Mauá, quando Inácio Barbosa conseguiu que a Assembléia mudasse a sede do governo provincial. Período político Paraná significa paz, conciliação; era econômica Mauá quer dizer tentativas ousadas, realizações, progresso. Haviam passado a agitação da Regência e a rotina do colonial" (Op. Cit. p.41), e desse modo, toda expectativa demonstrada pelo Presidente da Província com relação ao seu plano maior, que era o de aproveitar o ambiente instalado no cenário da vida nacional e empreender estratégias de recuperação da acelerada decadência que pairava sobre o território de sua jurisdição.
7. Por volta do século XIX, as principais rotas comerciais que se estabeleciam entre Sergipe e outras áreas do litoral brasileiro pelo transporte fluvial/marítimo, tinham como principais portos, o Porto das Redes - Rio Sergipe em Santo Amaro das Brotas; o Porto Pedreiras - Rio Vasa Barris, com acesso para São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda e o Porto Capivaras - Rio Piauí com acesso para Estância, que marcavam assim os limites de navegação de mercadorias importadas e exportadas pela província. Ver PORTO, Fernando. Op. Cit. p.45.
8. Idem. Op. Cit. p.21.
9. Síntese das idéias de Fernando Porto. Apud MACHADO, Ewer-ton Vieira. Barão de Maruim, uma via de circulação em expansão. Monografia de Curso de Bacharelado, Aracaju, DG/UFSe, 1981, p.7.

10. PORTO, Fernando. Op. Cit. p.22.
11. O referido plano era, fortemente elitista e segregador, pois fazia restrições para o estabelecimento dos tipos de edificações dentro dos seus limites, notadamente com relação às residências mais pobres.
12. Em meados deste século, sua população economicamente ativa consistia basicamente de pessoas que trabalhavam em atividades comerciais e serviços, sendo estes últimos, em particular, vinculados à esfera pública.
13. BARRETO, Luiz Antônio. Isto é Sergipe. Poster com texto comemorativo ao aniversário da fundação de Aracaju, s/data. Apud LOUREIRO, Katia. Op. Cit. p.69.
14. LOUREIRO, Kátia. Op. Cit. p.69. A autora transcreve como complemento à sua análise, o que disse Alexandre Diniz, Op. Cit. a respeito da construção do conjunto habitacional "Agamenon Magalhães", como o local para remanejamento dos favelados, onde a "idéia inicial deveria ser a de um núcleo isolado, numa tentativa de organização de uma comunidade semi-independente do centro (grifos da autora). Veja-se que esta tentativa de caráter "estético" se configura como medida também adotada posteriormente por muitos outros administradores do estado e do município, acontecendo em tempos diferentes com questões semelhantes, como por exemplo, a transferência de favelados do mercado público central para o Conjunto Jardim Esperança - próximo do rio Poxim, ou a transferência de favelados da Bonfim (vizinhos da antiga garagem desta empresa de transportes coletivos, na Av. Simeão Sobral, próximo do centro), para o Conjunto "João Paulo II", no bairro Industrial, ambos construídos pela Prefeitura Municipal de Aracaju.
15. Esse e muitos outros slogans foram amplamente difundidos pela máquina do poder estatal sergipano, perante a grande opinião pública. Chegou-se até a rotular Aracaju de "Capi-

tal Brasileira do Ouro Negro" que, como apologia, geraria clima de otimismo e, certamente de expectativas. Todo um aparato é disparado em função desta nova dimensão que é produzida, notadamente por segmentos da imprensa e/ou de "especialistas" na produção em tais expedientes. Veja-se por exemplo, o que Francisco Rosa, ilustre personalidade vinculada à vida política sergipana, expressou em sua obra, "SERGIPE" – Política para o seu desenvolvimento, Aracaju, Livraria Regina, 1967, p.20: "De duas décadas para cá, Sergipe experimenta uma fase confusa na qual sobressai a figura do boiadeiro do asfalto. O comerciante do boi, do gado de corte. Os campos sergipanos do verde da cana-de-açúcar, passaram para o verde capim angolhinha. Agora Sergipe vestirá uma nova roupa. Será o macacão. Do chapéu de couro de há séculos para o capacete de alumínio. Novos horizontes se abrirão para Sergipe e seus filhos". Apud, RIBEIRO, Neuza M^a Góis. Op. Cit. p.26.

16. Quando ficou confirmada a grande potencialidade petrolífera sergipana, a produção inicial era basicamente de óleo, pois todo o gás era totalmente queimado. Inicialmente o óleo era transportado em comboios de Carmópolis para Aracaju/Catú-BA e de lá até Madre Deus, onde está a refinaria, através de um oleoduto. Somente em 1967 foi inaugurado o TECARMO - Terminal de Carmópolis em Aracaju, que recebia o óleo da estação inicial na Faz. Bonsucesso - Carmópolis e na estação terminal em Atalaia Velha - Aracaju, o óleo era bombeado para navios que ficavam em um porto de atracação (a 6.695 m da costa de Aracaju), que conduzia o óleo até a Bahia.
17. Se necessário for, repetiremos quantas vezes forem possíveis, que não queremos atribuir unicamente à Petrobrás as responsabilidades pelas mudanças ocorridas em Sergipe nas últimas décadas. Não há como negar, entretanto, que é a partir das diversas formas de atuação dessa empresa, de suas subsidiárias, e de uma gama extensa de outras empresas que, direta ou indiretamente surgiram em Aracaju ou

próximo às áreas produtoras de óleo e gás, para lhe prestar e/ou consumir serviços e produtos, que inúmeras transformações vêm ocorrendo em diversos pontos do território sergipano, com intensidade de maior ou menor frequência, a depender de cada lugar.

18. O óleo jorrado no mar sergipano representou na época, o primeiro poço na plataforma continental brasileira. No litoral de Aracaju, o poço "Guaricema" deu por positivo a todo um processo desencadeado pela Petrobrás, inicialmente previsto para as costas do Espírito Santo e Sergipe.
19. DUARTE, Aluísio C. Aracaju e sua região. In: Boletim Geográfico, ano 30, nº 220, Rio de Janeiro, 1971, p.97. Apud RIBEIRO, Neuza M^a Góis. Op. Cit., pp.27 e 28.
20. A criação da UFS concretiza-se por uma estruturação organizacional, compartilhada pela Igreja, pelo Estado e grupos profissionais autônomos. A Petrobrás se configura entre as representações empresariais, vinculada ao Estado, e a sua inserção neste contexto deve-se, certamente, aos possíveis rumos que aquela instituição de ensino superior poderia oferecer à empresa, em termos de ensino e pesquisa, a partir das suas atividades em Sergipe, nas expectativas econômicas em vigor no país. Sobre a dinâmica institucional da UFS, ver por exemplo, ANDRADE, Luiz A. Gama de et alii. A Modernização da Universidade no Brasil: Análise do caso MEC/BID in Ciências Sociais Hoje, 1986. São Paulo, ANPOCS/Cortez Editora, 1986, pp.320 a 328.
21. Os meios de comunicação, notadamente aqueles vinculados ao sistema de informação, tendo sido dinamizados e ampliados, passaram também a trazer influências das realidades de grandes centros (notadamente do Rio de Janeiro e São Paulo), repassando através dos canais de TV's, novas formas de consumos e unificando ainda mais os costumes urbanos para todo território sergipano.

22. Ver MACHADO, Ewerton V. Op. Cit. Neste estudo de conclusão de curso de bacharelado, o autor mostra características básicas de transformação de uma via urbana de residências tradicionais unifamiliares, por uma importante artéria com residências coletivas em edifícios, 'moderna', e servindo de via de acesso para entrada e saída da cidade, no sentido leste-oeste de Aracaju.
23. Se observarmos as características da trajetória e ocupação das áreas destinadas aos tipos de estabelecimentos industriais que na sua maioria se instalaram no Distrito Industrial de Aracaju (alimentícios, confecções, calçados, gráfica, esquadrias de alumínio e/ou ferro, plásticos, bebidas, etc.) e suas capacidades em arregimentar contingentes de operários (veja tabela a seguir) verificaremos nestas situações e afirmaremos que, a ocupação residencial se realiza não em função da oferta de empregos ou das capacidades industriais, mas em função da disponibilidade de áreas e infra-estruturas urbanas que são criadas.

Assim, de acordo com dados do Cadastro Industrial de Sergipe, em 1986, existiam na área do D.I.A., 74 estabelecimentos e um total de 5.772 operários. A grande maioria dessas empresas são de micro e pequeno porte, e nelas, certamente, a maioria dos operários recebem salários em torno de 1 a 3 valores do índice nacional (na média), impedindo-lhes de residir próximo ao D.I.A., pois a especulação imobiliária os afasta desta condição, de acordo com a atual conjuntura para aquisição de casa e as formas de sobrevivência dos operários.

DISTRITO INDUSTRIAL DE ARACAJU/Base 1986			
Classes/Operários			Estabelecimentos
01	a	10	24
11	a	50	37
51	a	100	04
101	a	500	06
501	a	1000	02
1001	a	1500	01

FONTE: F.I.E.S. - Federação das Indústrias de Sergipe/Cadastro Industrial, 1987.

24. As poucas exceções de operários que residem próximo do Distrito Industrial de Aracaju, certamente tem as suas "casas" localizadas no Conjunto Jardim Esperança (obra construída pela Prefeitura para alojar ex-favelados) e ocupações - "invasões" - do São Conrado/Cerâmica e Farolândia (onde há concentrações de muitos migrantes, ex-rurícolas, provenientes, a sua maioria, do baixo São Francisco - área onde a CODEVASF se instalou e implantou vários projetos de modernização agrícola).
25. Ver Setor Informal do Aglomerado Urbano de Aracaju, relatório da SEPLAN-SE/UAS-SE, Aracaju, 1985, p.116.
26. LOUREIRO, Kátia. Op. Cit. p.83 diz que, em Aracaju, em 1979, existiam nada menos que 11 favelas e 13 áreas de baixa renda. Ver ainda, P.M.A. Programa de Investimentos do Gov. Heráclito Polleberg, vol.I, Aracaju, dez./1979.
27. RIBEIRO, Neuza M. Góis. Em seu minucioso estudo sobre as Transformações do Espaço Urbano de Aracaju, aborda com detalhamento as características e define tipologias de como o espaço da cidade está se organizando, de acordo com padrões espaciais. Ver a autora, Op. Cit., 157p.
28. Ver KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra, 1985, pp.35 e 36.
29. Estes são elementos didaticamente apresentados e citados por Milton Santos em pronunciamentos feito em curso ministrado sobre "o espaço como instância", durante a III Semana de Geografia da UFSC. Veja resumo das conferências do referido Professor em documento publicado pelo CALIGEO-UFSC/AGB-Florianópolis, julho de 82.
30. Idem. Espaço e Método. São Paulo, Editora Nobel, 1986,p.53.
31. CORRÊA, Roberto Lobato. Op. Cit. pp.75 a 79. Ver originalmente SANTOS, Milton. Op. Cit. pp.53 - 58. Ver ainda, LEFEBVRE, Henri. La Production de l'espace, Paris, editions

Antropus, 1974 e La Revolucion Urbana, Madrid, Alianza Editorial, 1976, pp.121 - 129.

32. Ver SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo, Hucitec, 1988, p.37.
33. A discussão em torno do significado de paisagem tem levado muitos estudiosos a ver nesta questão uma interpretação pela via dos chamados elementos naturais, ou então, através de estudos tradicionais de "geografia regional", que levava apenas em consideração os aspectos visíveis e que amplamente seriam descritos a partir de uma distribuição espacial de objetos sem levar em conta o significado aprofundado do porquê de tais objetivos, nas paisagens estudadas. Poucos são os trabalhos em que a variável paisagem vai além do caráter estereótipo. Nesse sentido, resalta-se a preocupação de SANTOS, Milton. Ver este autor: "Da Sociedade à Paisagem - O significado do espaço humano". In: Boletim Baiano de Geografia, 12(18), Salvador, AGB, agosto 1979, pp.3 - 10 e Metamorfoses do Espaço Habitado, Op. Cit. pp.61 - 74. Ver também as preocupações de CARLOS, Ana Fani A. A (Re)Produção do Espaço Urbano - O Caso Cotia. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, USP, 1987, cap.1, pp.48 - 109 (inédita).
34. SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço... Op. Cit. p.68.
35. Ver CASTELLS, Manuel. Mudanças Tecnológicas, Restauração Econômica e a Nova Divisão Espacial do Trabalho in Espaço & Debates, nº 17, ano VI, São Paulo, 1986, pp.5 - 23.
36. Estes elementos e principalmente o "movimento de vida" foram considerados por CARLOS, Ana Fani A. como fundamentais em suas análises para o caso de Cotia - SP. A autora define o "espaço construído" a partir da idéia de espaços estáticos e derivados; produto material como fruto do trabalho humano: antagônicos no espaço geográfico onde homens e mercadorias produzem em momentos diferentes o que leva ao "movimento de vida". Ver Op. Cit. pp. 60 - 109.

37. Baseando-se em idéias filosóficas de Stanislas Breton, SANTOS, Milton diz: "A universalização do mundo pode agora ser constatada nos fatos. Universalização, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing; universalização das trocas; universalização do capital e do seu mercado; universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão; universalização das finanças e das dívidas; universalização do modelo de utilização das técnicas; universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do improdutivo; universalização do ambiente das firmas e das economias; universalização dos gastos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos da vida social; universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidades igualmente universalizada; universalização de uma ideologia concebida do exterior; universalização do espaço; universalização da sociedade mundial e do homem ameaçado por uma alienação total".

Veja Cf. do autor, A Geografia e a Nova Dimensão do Planeta. In: Revista Brasileira de Tecnologia, vol. 15(5), Brasília, CNPq, set./out. 1984, p.16.

38. Essas identificações feitas por BAHIANA, Luiz, são embasadas em considerações feitas por William Farm; em estudos de casos feitos no plano empírico por Horácio Capel e Nora Clichevsky ou mesmo no plano teórico por David Harvey e J. Borja.

Em seu estudo sobre agentes de Modeladores do Uso do Solo Urbano na cidade Capitalista, Bahiana: assim caracteriza (generalizações nossas) cada um desses grupos de agentes:

- a) "O Morador": enquanto proprietário ou inquilino, exerce pouca influência nas decisões sobre alocação do solo urbano;
- b) Os proprietários dos solos: seja rural ou urbano, estão preocupados em extrair ao máximo lucros, realizando operações de especulação imobiliária, sem no entanto ter alguma preocupação ao uso que lhe será destinado;

- c) A Indústria Imobiliária: esta visa empreender a organização empresarial que transaciona com o solo urbano, para nele inserir valores;
- d) A Indústria de Construção Civil: atuando geralmente com a indústria imobiliária, procura criar novos valores de uso, para outros, com finalidades de valor de troca para si mesma;
- e) Os Proprietários Industriais: operam com a preocupação básica da localização de indústrias, visando a otimização espacial a fim de maximizar os lucros;
- f) O Estado: através de setores públicos, este elemento ganha duplo e contraditórios papéis. Como Agente, na medida que empreende encargos sociais de desenvolvimento urbano consubstanciado ou não numa política urbana. Como mediador, na condição de intermediário entre conflitos de classes e/ou outros agentes".

Ver artigo do autor: Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano. In: Anais do AGB, Fortaleza, 3º ENG, 1978. Veja ainda CORRÊA, Roberto Lobato. Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano na Cidade Capitalista, texto apresentado à Reunião de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, UGI, 1979.

- 39. LOUREIRO, Kátia. Op. Cit. pp. 21 - 37.
- 40. RIBEIRO, Neuza M^a Góis. Op. cit. p.120.
- 41. Ver HARVEY, David. A justiça Social e a Cidade. São Paulo, Hucitec, p.60.
- 42. Os procedimentos que metodologicamente são utilizados para estudos de "renda da terra", estão formulados nas conceituações definidas por Marx, como "a forma em que se realiza economicamente a valorização da propriedade fundiária" (com base em Smith e Ricardo), em O Capital, livro III, editora Civilização Brasileira, São Paulo, pp. 748 - 878. Aqui resumiremos apenas as principais e genéricas idéias sobre a questão:

- a) Renda da Terra Diferencial, que resulta da produção e não da produtividade privada do solo, podendo ser apresentada por dois tipos:
- a.1) Renda diferencial I, quando há diferenças de fertilidade (natural) e/ou em relação a localização da Terra/solo;
 - a.2) Renda diferencial II, gerada a partir de investimentos de capital para melhorar a produtividade do solo ou aspectos de sua localização.
- b) Renda da Terra Absoluta, é a que resultará do monopólio da terra por uma classe ou fração de classes e é decorrente da pressão social de quem tem poder da terra. Tende a desaparecer quando as terras são nacionalizadas;
- c) Renda da Terra de Monopólio: é a renda que se obtém a partir da derivação do preço de uma certa mercadoria, quando em monopólio, é produzida em algum lugar e em quantidades espaciais".

Na Geografia, HARVEY é considerado como o teórico que, ultimamente, mais vem trabalhando com intensidade o conceito de "renda da terra", com base em princípios de economia clássica, adaptando da forma originalmente desenvolvida por Marx para a agricultura, nas suas interpretações para estudos urbanos.

Sobre "Renda da Terra", ver ainda:

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Renda da Terra in Revista Orientação, nº 5, São Paulo, IG/USP, 1984, pp.94/95;
- SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.) A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982, pp.21 - 26.
- HARVEY, David. Urbanismo e Desigualdade Social. Madrid, editora Siglo XXI, 1977.
- LOJKINE, Jean. Existe uma Renda Fundiária? In FORT, Reginaldo. Marxismo e Urbanismo Capitalista. São Paulo, Livraria editora Ciências Humanas, 1979, pp. 81 - 91.

43. Idéias discutidas pessoalmente com Ignácio Rangel, em encontro na UFSC, Florianópolis, outubro 1987.
44. RANGEL, Ignácio. Questão Agrária e Agricultura. In: Encontro com a Civilização, Nº 7, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, Jan./85, pp. 189 e 190.

CAPÍTULO IV

O ESTADO E O URBANO EM ARACAJU

"O Estado vem administrando contra o povo, apesar do povo e às custas do sofrimento das maiorias, porque em sua concepção de desenvolvimento o povo é um objeto da ação do capital".

TEOTÔNIO VILELA
"Projeto Emergência"

Esta parte do estudo pretende analisar, mais detalhadamente, o papel exercido pelo Estado, direta e indiretamente no crescimento recente de Aracaju. Como o objetivo deste capítulo é relacionar o "teórico" com o "empírico", não discutiremos aqui a importante temática da essência do Estado capitalista nas suas várias interpretações teóricas¹. É necessário, entretanto, que alguns recortes teóricos sejam apresentados, já que eles fornecerão subsídios para o entendimento da análise empírica.

4.1 - RECORTES PARA A QUESTÃO

O Estado capitalista é um agente complexo e dinâmico. Sua atuação no espaço, ao contrário do que quer o liberalismo, não é neutra, mas marcada pelos conflitos e alianças de classes, notadamente com aqueles segmentos dominantes que, a cada conjuntura, assumem o poder.

Nas cidades, o Estado que promove os meios de consumo coletivos e regula a reprodução da força de trabalho pa

ra assegurar a reprodução ampliada do sistema capitalista, é responsável, também, pela geração de inúmeras contradições urbanas entre o capital e o trabalho, conforme demonstraram amplamente L. Althusser² e M. Castells³.

Francisco de Oliveira, ao estudar a realidade brasileira⁴, é entretanto categórico ao afirmar que, apesar das "condições concretas" com que se apresentam as relações entre o Estado e o Urbano entre nós, não temos ainda um corpo teórico consistente, explicativo dessa relação, fato que limita, inclusive, o significado do próprio sentido de urbano. Segundo esse autor,

"... não temos passado, na verdade, de uma constatação da ação de investimentos estatais sobre as cidades; por exemplo, não temos passado da constatação do Estado sobre a regulação de certos aspectos da vida urbana, desde leis de uso do solo até códigos de construção..."⁵ - (grifo nosso).

Como explicar então as atuações do Estado capitalista no urbano? Como explicar ainda, a relação orgânica e dialética que ele estabelece, e que gera as contradições de classe e a apropriação particularizada de bens produzido a partir de uma base fiscal socializada?

De acordo com Gramsci, estas explicações residem no poder da "consciência" e da "ideologia", por onde se move o poder das classes dominantes, por onde perpassa a idéia de "hegemonia" através da sociedade como um todo. Para este pensador, que estabelece explicações⁶ a partir da formação social, tomando por base as unidades interdependentes entre categorias da "infra-estrutura e da superestrutura" (blocos históricos)⁷, "... o Estado, isto é, a sociedade civil mais a sociedade política, hegemonia revestida de coerção"⁸ é também "... ao mesmo tempo, direção e dominação da sociedade civil e da sociedade política"⁹.

Resulta daí uma relação entre classes sociais que estão sempre, a cada época, numa arena de lutas. As mutantes circunstâncias históricas, entretanto, criam e recriam os parâmetros dessa luta, levando-a para o campo da consciência, apesar das constantes crises políticas e econômicas, enfrentadas geralmente pelas classes.

Milton Santos¹⁰ e Francisco de Oliveira¹¹ que trabalham com questões da "organização espacial", oferecem também como pista às nossas indagações acima colocadas, a idéia de se trilhar por caminhos, onde as análises reflitam a formação econômica em que cada sociedade está inserida.

Assim, pode-se perceber em cada caso, como a atuação do Estado se faz sentir de modo mais ou menos intenso; como ele é capaz de se utilizar de mecanismos que lhe são disponíveis e, através dos quais criar um "conjunto de instrumentos" para seu desempenho, cujo resultado se reflete de signalmente no espaço¹².

Nessas circunstâncias, o papel do Estado na sociedade capitalista tem identidades com a realidade de espaços historicamente dependentes e considerados subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro.

Francisco de Oliveira, em seu clássico artigo que discute as relações entre o "Estado e o Urbano no Brasil"¹³ é categórico ao mostrar as articulações que historicamente vêm definindo o padrão funcional de nossas cidades. Segundo este autor, é a partir de 1930 que o Estado passa a ter presença marcante na vida urbana, especialmente através da regulamentação das relações entre o "capital e o trabalho". É, por exemplo, pela fixação de preços da força de trabalho que o Estado se legitima a nível do urbano, permitindo que novos processos de acumulação se realizem para a burguesia industrial. As cidades são levadas a tornar-se "autárquicas"¹⁴, pelo significado do desenvolvimento industrial ampliado a partir dos anos 50/60. Destes períodos, novos processos de acumulação se instalam e a divisão social do tra-

balho no país se torna extremamente dinâmica, por possibilitar um rápido crescimento do setor terciário, redimensionar a vida urbana, com a presença de uma ativa "classe média".

A emergência desta "nova" classe média de pequenas burguesias, por sua vez, amplia e cria, a partir das cidades, importantes volumes de demandas (notadamente de serviços e comércio), de cujo atendimento participam agora, tanto o capital como o próprio Estado, através de alianças frequentes com os setores produtivos de "seu" interesse.

Este fato é nitidamente perceptível a partir de 1964, ano em que a vida do país sofre os efeitos de um golpe de Estado Militar, autoritário, que redimensiona, em cada lugar, um plano "desenvolvimentista" a favor do capital, num modelo cada vez mais industrializado. As bases deste modelo remontam princípios estabelecidos nos tempos da era Vargas/Kubitscheck, onde se vê uma "modernização conservadora" de roupagem nova, como assim denomina Cláudio Egler¹⁵.

Hoje o Estado apresenta-se cada vez mais integrado ao processo global da acumulação capitalista, viabilizando as necessidades e os desejos do capital monopolista. Como consequência, desmantelam-se as bases da organização econômica, política e social das classes mais populares, ao mesmo tempo em que privilegiam as demandas da classe média através da implementação, por exemplo, de inúmeros projetos de urbanização segregadores (estilo programa e sub-programa do BNH), os quais direcionam o "excedente social para as mãos de uma reduzida parcela da população.

É com estas estratégias, que assumem dimensões visíveis e invisíveis, que o Estado brasileiro capitalista planeja a própria reprodução do sistema. Como diz Milton Santos, o Estado

"é cada vez mais chamado a responder a um número maior de atividades em função tanto da sua dependência como das novas condições da sociedade nacional¹⁷ ... assumindo portanto, um

papel de... "único intermediário entre o modo de produção internacional e a sociedade nacional".¹⁸

Ainda no âmbito da realidade brasileira, em escalas regionais e locais, a hierarquia de atuação do Estado implanta inúmeras funções de "desenvolvimento", cujos níveis de interesses às vezes diferenciados, são delineados para

"... facilitar a penetração das inovações de condições dos investimentos, sobretudo dos grandes capitais";

"... uma divisão das atividades em escala internacional, que assegura a continuidade e a reprodução da divisão desigual das riquezas";

e finalmente, assumindo

"... papel de mistificador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças que está bem longe de transferir para os fatos",¹⁷

como aconteceu por mais de 20 anos depois de 1964, onde a liberdade e a justiça social estiveram escamoteados nos discursos oficiais, através também, de uma técnico-burocracia emergente de setores da classe média.

É a partir desses referenciais, e de outros já apresentados em partes anteriores deste estudo, que balizaremos nosso estudo da realidade aracajuana, a respeito dos processos que vêm orientando o rápido crescimento urbano assumido pela capital de Sergipe nas últimas décadas. A nossa intenção será a de mostrar como os agentes promotores/modeladores deste crescimento têm, no Estado, o grande viabilizador de suas atuações.

Esse Estado tem, hoje, particularmente em Sergipe, o seu aparelho "controlado" por segmentos emergentes de

alguns setores de classe média (empresários em ascensão, po-
líticos de carreira, entre outros profissionais). Até um pas-
sado ainda recente esteve, entretanto, sob a tutela de três
ou quatro famílias, representantes da oligarquia econômica
local, que revezavam-se sucessivamente no poder. Unindo os
dois grupos nota-se a permanência de um modelo de desenvolvi-
mento capitalista, cujos impactos em relação aos seus desem-
penhos, são assustadores e comprometedores, tanto a nível
social quanto pela ótica ambiental.

4.2 - ESTERILIZAÇÃO AGRÁRIA + VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA = ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

O incremento da urbanização é fruto de uma repro-
dução ampliada de capitais que, no espaço de cada cidade e
a partir deste gera, simultaneamente, diversas formas de pro-
dução espacial, criando e recriando paisagens que os agentes
sociais constroem ao longo da história.

No seio desse crescimento, em que o desenvolvimen-
to do capitalismo se dá de maneira desigual e com base nas
peculiaridades de cada lugar, percebe-se que é pelas diferen-
tes condições de combinações para a realização do sistema que
surtem, também, as mais diferentes formas de uso do solo.

É a partir de movimentos desta natureza que assis-
timos, já nas décadas de cinquenta/sessenta, às "grandes"
transformações de setores produtivos brasileiros, conforme
enfatizamos anteriormente. De lá para cá, amplas consequên-
cias no comportamento das cidades e seus espaços urbanizáveis
se processam, como efeito dessas mudanças nas estruturas e
relações rurais e industriais.

A cidade de Aracaju, que se insere no cenário ur-
bano de Sergipe como a principal localidade na divisão só-
cio-política, econômica e administrativa, reflete, no seu pa-
drão de crescimento recente, uma relação direta com os pro-

cessos sociais e econômicos vivenciados, pelo Nordeste e pelo país, ao longo das últimas décadas.

Esta tendência parece cada vez mais se consolidar, haja vista que, no sistema urbano sergipano, a competitividade dos demais centros em relação a Aracaju está longe de alcançá-la, apesar das limitações físicas do território da capital.

Neste sentido, o volume de funções que surgem e vêm se concentrando em Aracaju tem permitido a expansão de atividades pelo território de seu município e por alguns outros do seu entorno, delineando os contornos de uma "região metropolitana embrionária".

Este processo de crescimento de Aracaju sobre áreas rurais remanescentes do seu município e da vizinhança tem, entretanto, efeitos perversos, destacando-se aí a "esterilização agrária".

As terras esterilizadas, ou em "pousio social" como chama Lobato¹⁸, nas áreas periféricas das cidades, são fruto da especulação imobiliária realizada por alguns setores da sociedade, interessados em associar a reprodução de capitais ao padrão espacial que a cidade assume. Permeando este processo nota-se também a ação do Estado que, atuando diretamente ou viabilizando projetos particulares, tem criado grandes expectativas de valorização da terra periurbana e, conseqüentemente, estimulado sua esterilização.

O "chão agrário" paulatinamente deixa de produzir atividades ligadas àquela forma de vida, incorporando-se as estratégias de exploração que a "grande" cidade cria e determina. Dá-se então, "uma troca de usos", como coloca Sinclair¹⁹, deixando a terra de ser rural para ser urbana. Neste contexto, pela valorização que a terra passa a adquirir, principalmente se estiver próxima ao litoral e com facilidades de acesso a um centro urbano como é o caso de Aracaju,

*"nenhum produto agrícola produzirá renda que compense sua manutenção na área. O preço obtido com a venda é tão elevado que qualquer produção agrícola torna-se inviável"*²⁰.

No entorno de Aracaju, as áreas outrora dedicadas à atividades agrárias (principalmente o cultivo de coco-da-baía e lavoura de subsistência), ou até mesmo extrativas ²¹, cada vez mais escasseiam. Tal fato decorre da influência com que a expansão horizontal da urbanização se alastra pelo território que lhe é imediatamente adjacente, reproduzindo assim, um fenômeno que também já se torna comum à maioria das capitais localizadas ao longo do litoral: o desaparecimento de um "cinturão agrário", de significativa importância (quando existe efetivamente) para as relações cidade-campo.

O desaparecimento desse espaço agrário circunjacente a Aracaju, conforme dados do período 1970-1985, pode ser claramente percebido pela perda de áreas de usos agrários para outros usos associados às formas mais urbanas, notavelmente nos municípios vizinhos à capital (ver Tabela nº 6).

Como consequência desses processos surgem periferias criadas pela especulação que, entretanto, não são homogêneas, podendo ser classificadas como "periferias interiores" e "periferias de amenidades"²² (grifo nosso).

A partir de Aracaju, as primeiras compreendem genericamente as formas de expansão realizadas e/ou em andamento no sentido norte/nordeste e oeste da capital, rumo aos municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão - (parte do município de Barra dos Coqueiros, junto à sede municipal, também encontra-se nesta condição). A segunda se espraia em direção sul/sudoeste, rumo ao povoado do Mosqueiro (e arredores) e, embrionariamente, rumo em direção ao povoado-balneário de Atalaia Nova (Ilha de Santa Luzia), na Barra dos Coqueiros.

Nos tentáculos desse movimento de expansão, as es

EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TERRA EM ÁREAS
DE ESTABELECIMENTOS RURAIS DE
ARACAJU E DE MUNICÍPIOS DO ENTORNO IMEDIATO

MUNICÍPIOS	ÁREA TERRESTRE MUNICIPAL (ha)	ÁREA TOTAL EM USO AGRÁRIO (ha)									
		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 0		1 9 8 5		1 9 9 0 (*)	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
ARACAJU	17.600,00	10.989	62,44	7.513	42,69	6.585	37,41	7.217	41,00	7.217	41,00
BARRA DOS COQUEIROS	8.600,00	5.627	65,43	5.443	63,29	4.445	51,68	6.006	69,83	6.006	69,83
N. SRA. DO SOCORRO	15.600,00	9.113	58,41	9.257	59,33	8.621	55,26	6.689	42,87	6.689	42,87
SÃO CRISTÓVÃO	47.000,00	35.190	74,87	27.690	58,91	21.539	45,82	29.003	61,70	29.003	61,70
GRANDE ARACAJU (**)	209.000,00	145.145	69,59	153.020	73,21	142.166	68,02	159.681	76,40	159.681	76,40
SERGIPE	2.194.000,00	1.743.450	79,25	1.809.540	82,27	1.897.773	86,28	1.914.072	87,02	1.914.072	87,02

FONTE: Censos agropecuários de Sergipe, 1970, 1975 e 1980, FIGBE.

(*) - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. Região Nordeste, Vol. 4, nº 2, FIGBE.

(**) - Chama-se de Grande Aracaju o aglomerado de municípios que compreende a região em torno da Capital, definida e criada pelo Decreto Estadual nº 2.371, de 30/04/1982 que, inicialmente foi formada pelos municípios da capital, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Marujim. Posteriormente foram incluídos na região da atual designação, os municípios de Itaporanga d'Aju da e Riachuelo, por força do Decreto Estadual nº 2.607, de 24/12/1986.

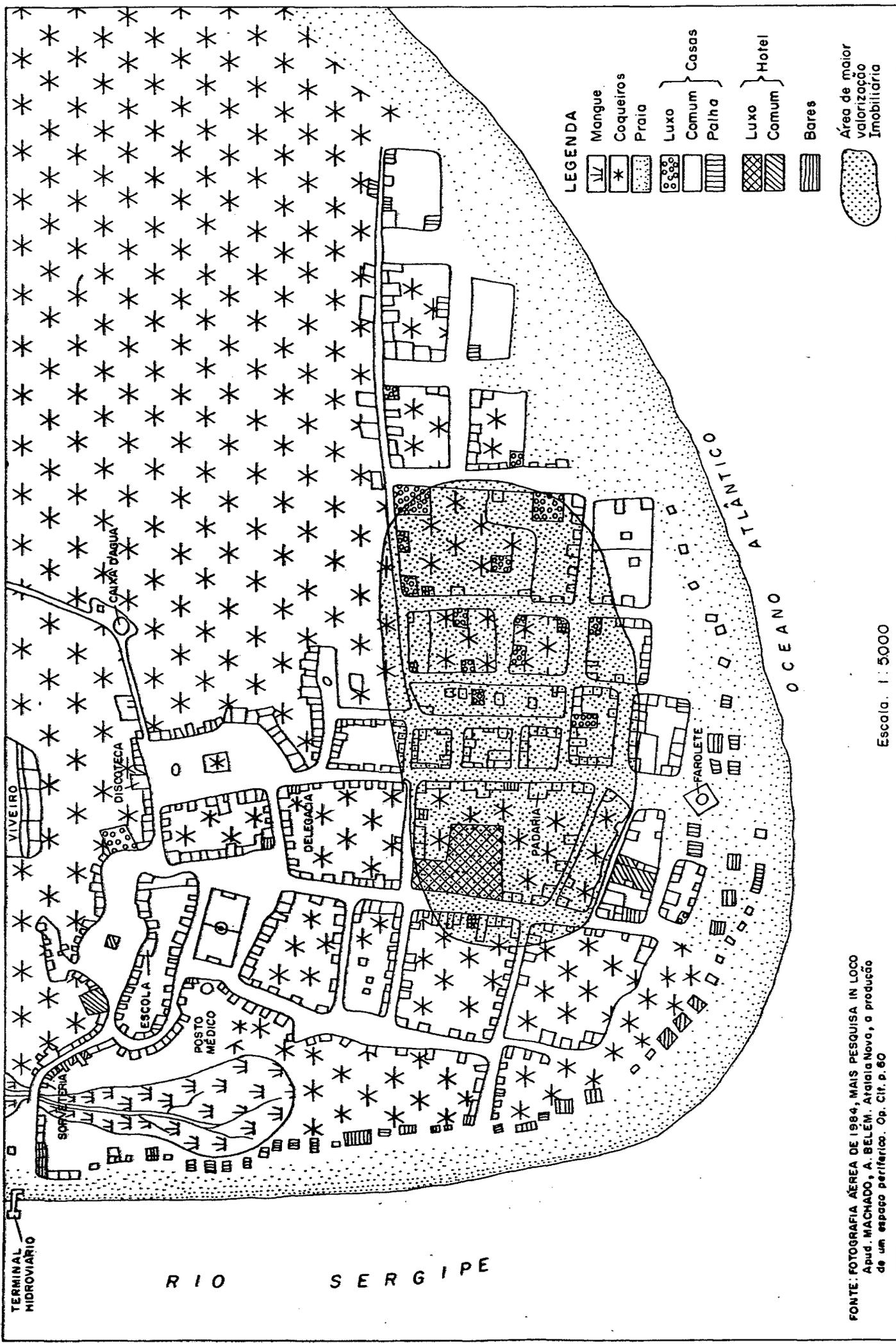
truturas precedentes vão sendo abruptamente desmanteladas por interesses geralmente externos às comunidades. Não são somente as populações, notadamente as locais, atingidas com as mudanças que se processam na paisagem. Todo o ambiente, natural ou de relações sociais, também é atingido direta ou indiretamente por um sem-número de transformações que, gradativamente, chegam a cada lugar.

Exemplos destas transformações podem ser percebidos pela proliferação de casas de alvenaria, construídas em grande parte como uma segunda residência de moradores de Aracaju, junto às pequenas comunidades litorâneas desse município ou do de Barra dos Coqueiros (veja exemplo a partir da Figura nº 8). Estas edificações vão se adensando e penetrando em áreas antes tradicionalmente dedicadas ao cultivo de coco-da-baía, de pesca artesanal ou à agricultura de subsistência.

Impressões colhidas junto a pessoas de localidades ao sul de Aracaju (notadamente nos povoados de Areia Branca e Mosqueiro), ou mesmo em Atalaia Nova - Barra dos Coqueiros a respeito das mudanças que vêm ocorrendo em suas comunidades ("rurais"), demonstraram uma notória preocupação com os processos em andamento, que afetam as formas de vida que existiam naquelas redondezas até mais ou menos a década de sessenta, e que não mais existem. Nas declarações recolhidas, nota-se que havia uma espécie de solidariedade nas relações cotidianas, principalmente para uso da terra, uma vida "mais comunitária"²³.

A terra tinha função social mesmo que fosse propriedade de alguém, pois todos os moradores de uma dada comunidade poderiam nela trabalhar, não somente nas tarefas relacionadas aos tradicionais coqueirais²⁴, mas também em tarefas complementares de subsistência, como coleta de frutos de estação, tirar lenhas, usar fontes minerais como água, areia ou argila e, mais ainda, como passagem livre para pescar nos rios, mangues ou no mar aberto.

1986



LEGENDA

- Mangue
- Coqueiros
- Praia
- Casas
 - Luxo
 - Comum
 - Palha
- Hotel
 - Luxo
 - Comum
- Bares
- Área de maior valorização imobiliária

RIO SERGIPE

FONTE: FOTOGRAFIA AÉREA DE 1984, MAIS PESQUISA IN LOCO
 Apud. MACHADO, A. BELEM. Atalaia Nova, a produção
 de um espaço periférico. Op. Cit. p. 60

Escala: 1:5000

Com o "cercamento", deu-se à terra o sentido de propriedade para uso pessoal, sob a égide de leis ou concessões legais. Os acessos ficaram impedidos ou dificultados (mesmo nas áreas ditas de terrenos de Marinha sob a tutela do SPU - Serviço de Patrimônio da União) e até mesmo os caminhos reais, que rumavam aos rios ou ao mar, foram bloqueados.

Nessas localidades "remanescentes rurais" recolhemos alguns depoimentos (1987) que merecem, registro e transcrição pelo significado que contêm. Vejamos:

"... antes se criava animais soltos - cabras, boi, cabeça de porco. Hoje tem muro e arame farpado. As pessoas de Aracaju é quem compram as terras daqui e constroem casas de tijolo".

(Sr. Gerson Batista, morador no Mosqueiro há mais de 22 anos. É carpinteiro e pescador nas horas vagas).

"... os sítios de coco estão sendo ocupados e tão virando povoados. A chegada da luz, estrada de rodagem... hoje dizem que é uma área turística; os ricos estão tomando conta. Pobre não compra mais terra, tá só vendendo..."

(Sr. Mauro - Areia Branca/Zenza, tem 42 anos que mora na área, é pedreiro e faz roça na propriedade).

"as coisas tão muito diferente, muito mudadas. As casas hoje é de burguês. Antes era de palha, enfaixada na parede. Falta trabalho. Os sítios estão sendo comprados pelos 'ricos', que compra um taquinho de terra e mora nela. O povo é fraco..."

(D. Cecília Nascimento - Areia Branca onde mora há 47 anos. É doméstica e pesca esporadicamente).

"Aqui tudo era casa de palha para pescador ou algumas tapadas de bar-

ro. Hoje em dia, acho que quase não tem casa enfaixada (com palha de coqueiro); a riqueza aqui era a pesca e coco. Hoje todos sabem que a pesca está em crise. É só lamentar. Mal se pesca — quem vive disso — para comprar o pão de cada dia. O tempo melhor que vivi aqui, foi quando existia a pesca. Hoje ninguém tá querendo pescar. Os novos hoje pegam emprego fácil e que dê um salário certo.

... a pesca aqui tá ruim. A pesca aqui é toda de canoa, rede, malho, tarrafa, groseira, jererê ..."

(Sr. Brasileiro — Mosqueiro, mora no local há 25 anos. Pescador aposentado).

"Acho que aqui tá ficando melhor do que era. As lanchas chegaram e melhoraram... tenho satisfação em ver a Atalaia Nova ser coisa diferente da minha época de menina-moça. A Atalaia Nova de ontem ninguém via movimento nenhum e hoje tamos crescendo..."

(D. Marinalva, reside na Atalaia Nova desde que nasceu há mais de 50 anos. Pesca e é esposa de pescador).

"... mudanças aqui na Vargem Grande, não. Mas na Areia Branca, sim. De primeiro, eram poucas casas por aqui. Até se contava nos dedos. Agora estão loteando tudo".

(Sr. José Quirino — Vargem Grande. Agricultor, mora no local há 12 anos. É aposentado do Funrural).

"... acho que as mudanças foram boas. Localmente tem se desenvolvido e tem valorizado, inclusive nossas casas. O único problema é a chegada de ladrão, pois os ricos deixam as casas com móveis e aí começa nossa insegurança. A tranquilidade não tá tão boa não; está se acabando. Vem muita gente que ninguém sabe de onde vem. Nós ficamos cabreiro, mas não tem jeito, né ..."

(Sr. Manoel Quirino e D. América — Moradores de Atalaia

Nova hã † 25 anos. Ele é pescador e faz bicos em construção civil; ela é doméstica).

As expressões transcritas revelam, nas "percepções simples" — às vezes cheias de saudosismo — uma certa insatisfação com as alterações que estão se processando. Algumas pessoas encaram as mudanças com naturalidade, julgando as necessárias aos "tempos modernos".

Vale salientar que, neste quadro de alterações, na "decadência" do coqueiral sergipano — idêntica condição de outros locais do litoral nordestino — também está presente, de certo modo, o papel do Estado. A derrubada indiscriminada dos coqueiros e a sua substituição por outras formas de uso do solo, dá-se a partir de obras públicas expressivas (aberturas de estradas, canteiros de obras civis, projetos industriais, perfuração de poços petrolíferos, conjuntos habitacionais, etc.) ou de empreendimentos privados, incentivados ou viabilizados pelo próprio Estado, destacando-se aí os loteamentos (muitos dos quais em situação irregular)²⁵.

A realização de obras estatais de infra-estrutura, nessas áreas periféricas a Aracaju, torna cada vez mais vulnerável a permanência de atividades rurais, já que as terras são valorizadas, e como tal, com preço definido, controlado e variando pelo mercado de terras urbanas.

A conversão do uso inicia-se, geralmente, pelo desmembramento da propriedade em pequenas chácaras que passam a ter um caráter de segunda residência em fins de semana, períodos de férias ou veraneio. Dependendo de sua localização, os proprietários (geralmente empresários, professores universitários, políticos, magistrados, etc) passam a utilizá-las como residência permanente, como já é comum nos povoados de Robalo, Areia Branca e Mosqueiro.

Tomando outro exemplo, e conforme já analisado anteriormente, a construção do Aeroporto e do TECARMO, ao sul

do município, levou à dinamização das atividades do bairro de Atalaia Velha, que transformou-se em área basicamente para residências e lazer. Hoje, percebemos naquela mesma área e a partir dela, uma continuação do que representa a sua dinâmica, levando-a a incorporar-se ao perímetro urbano como uma área nobre e em franca renovação dos padrões de uso do solo.

4.3 - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E IMPACTO AMBIENTAL

Ficou demonstrado a partir de comentários anteriores, que no processo do desenvolvimento de Aracaju e do estado de Sergipe como um todo, a atrelação do modo de crescimento econômico ao desenvolvimento ou desempenho estatal determinou muitas das maneiras através das quais os tentáculos da urbanização vêm se realizando.

Este "dinamismo" deslança, com o acelerado crescimento populacional, registrado expressivamente no início da década de oitenta, quando a falta de moradia passou a se refletir como uma grave questão de qualidade de vida, na capital sergipana.

Com isso a promoção imobiliária que havia estruturado suas bases de atuação na década de setenta, a partir de poucas iniciativas desencadeadas em décadas anteriores com o apoio oficial, passou a ser a mola propulsora do crescimento urbano, agora com parcelas mais significativas de participação e iniciativas estatais.

Desde a década de setenta os governantes passaram a "privilegiar" o melhoramento urbanístico de Aracaju, a fim de que esta cidade pudesse continuar a sua caminhada como principal centro de investimentos econômico do estado. Visava-se, com isso, prepará-la para que se transformasse em ponto de apoio fundamental às atividades de exploração de riquezas minerais, comandados pelo "sistema" Petrobrás.

Os argumentos apresentados eram de que a exploração mineral e, conseqüentemente, a aceleração do desenvolvimento industrial atrairiam volumoso contingente demográfico. Era necessário, então preparar a cidade para um crescimento com "humanização", transformá-la numa

*"... cidade em que o homem não se sinta esmagado pelas engrenagens do progresso urbano, mas sim, que este progresso lhe propicie condições de liberdade de movimentos, conforto e prazer"*²⁶.

A partir daí a opinião pública passou a ser bombardeada por notícias que falavam dos "planos revolucionários" que estavam sendo elaborados e que deveriam mudar a imagem da capital. Tudo refletia uma filosofia de "modernização", adequada às diretrizes do sistema político e econômico vigente, em consonância às leis da acumulação capitalista. Dentre esses "planos" estavam um programa integrado de política habitacional do BNH, que mereceu por parte dos governantes uma atenção especial: foi o caso do "Projeto CURA", sobre o qual falaremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

O redimensionamento físico de Aracaju, inaugurado em meados da década de setenta, se efetivou calcado num plano viário com abertura e asfaltamento de vias públicas estrategicamente interligadas entre si, que impulsionou a indústria de construção civil e viabilizou o aparecimento de loteamentos classificados de urbanos (veja Ilustrações nºs 9 e 10), e com a implantação de outras infra-estruturas, como rede de água, energia elétrica, etc., nessas novas áreas incorporadas ao tecido da cidade.

Na capital e nos municípios do seu entorno, isto resultou numa especulação e exploração imobiliárias sem precedentes. Com efeito, dos setenta e sete loteamentos aprovados pelo poder público de Aracaju entre 1962 e 1982, cinquenta e seis foram aprovados a partir de 1977 (ver Tabela nº 7).

Levantamentos feitos na região da Grande Aracaju, pelo Núcleo de Usos do Solo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, mostraram por sua vez,

Figura nº 9

EXEMPLO(I) DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E O REDIMENSIONAMENTO FÍSICO DE ARACAJU, AO FINAL DA DÉCADA DE SETENTA ÁREA DE ATALAIA/MOSQUEIRO

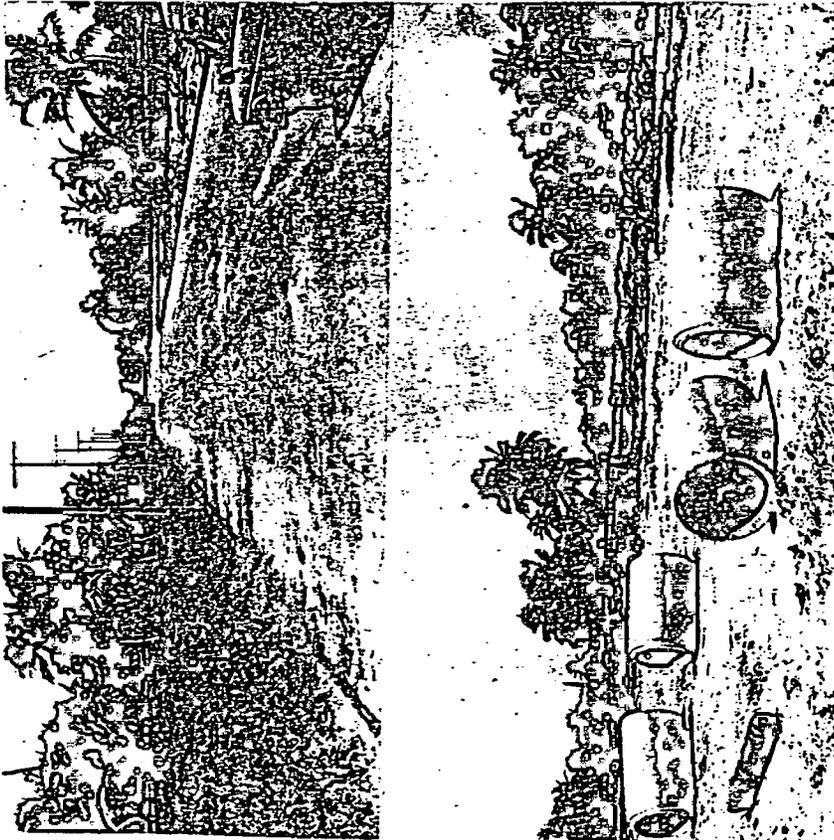
**LOTEAMENTO ARUANA
ELETIFICADO**



todo o projeto de eletrificação instalado para a sua utilização.

Agora ficará mais fácil o acesso ao loteamento Aruana, pois o governo no sentido de incentivar o desenvolvimento da área resolveu fazer a pavimentação asfáltica da estrada que liga Aracaju-Mosqueiro. A aquisição do seu lote poderá ser feita na Comlar.

A praia é a grande pedida do momento, para aqueles que sabem que viver bem, é estar constantemente em contato com a natureza. No loteamento Aruana além de você estar praticando a arte de viver bem com a natureza ao seu alcance, você encontrará toda uma infraestrutura montada, com praças, áreas verdes, ruas pavimentadas, saneamento básico, água, telefone e agora com



**Mosqueiro
Terá Estrada Com Asfalto**

rios empreendimentos sendo iniciados com a finalidade de oferecer oportunidade ao homem conviver com a natureza, com mais espaço e tranquilidade, sem ficar isolado da comunidade social de Aracaju. A venda do loteamento ARUANA está a cargo da COM-LAR.

Sem dúvida alguma, a cada dia a cidade chega, mais perto do mar. Isto se faz sentir com o grande número de loteamentos existentes na área praiana, e pelo desejo de grande parte do público que não está resistindo a gostosa sensação de viver a beira mar. O governo também estimula

Figura nº 10

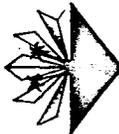
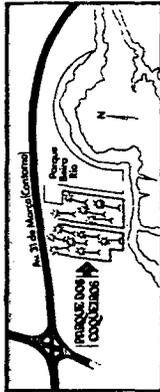
EXEMPLO (II) DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E O REDIMENSIONAMENTO FÍSICO DE ARACAJU NO INÍCIO DA DÉCADA DE OITENTA ÁREA ADJACENTE DO D.I.A.

A FELICIDADE ESPERA POR VOCÊ NO PARQUE DOS COQUEIROS

Não deixe a felicidade esperando. O Loteamento PARQUE DOS COQUEIROS nasceu para pessoas bem sucedidas, como você, que gostam de conforto, beleza e segurança. Representa, antes de tudo, um excelente investimento. Lá já existe toda a infra-estrutura necessária para a construção de sua casa com o conforto que você merece: rede de água, energia elétrica e asfalto nas proximidades, ruas arborizadas e tudo o mais. Fica próximo do centro para tudo que você necessita mas fora do alcance dos inconvenientes que todo centro de cidade causa a quem mora exatamente nele. Não deixe a felicidade esperando. Vá logo ser feliz no PARQUE DOS COQUEIROS.

ÓTIMA LOCALIZAÇÃO

- na Av. 31 de março vizinho ao Parque Beira Rio



PARQUE DOS COQUEIROS

Um empreendimento:

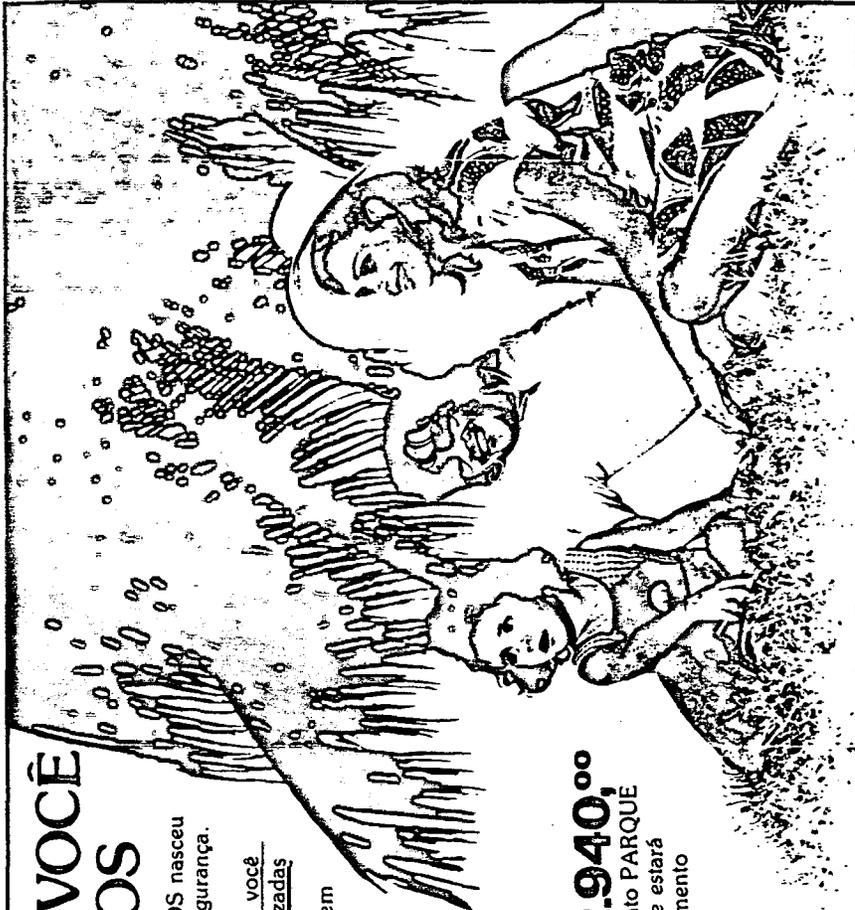
OMEGA
CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO LTDA.

Vendas:

VECON
VENDAS, CONSTRUÇÕES
E INCORPORAÇÕES LTDA.
Rua Santa Luzia, 126 Fone: 222-9203

UM EXCELENTE INVESTIMENTO. **2.940,00**
PRESTAÇÕES A PARTIR DE Cr\$

Adquira um ou mais lotes no Loteamento PARQUE DOS COQUEIROS e fique certo de que estará fazendo o melhor e mais seguro investimento imobiliário do momento.



FONTE: Encarte Promocional Avulso - Início da década de oitenta.

lanella-02

Tabela nº 7

LOTEAMENTOS APROVADOS PELA CÂMARA E/OU
PREFEITURA DE ARACAJU
1962 - 1982

ANO DE APROVAÇÃO	Nº DE LOTEAMENTOS APROVADOS	PADRÃO DO LOTE* (M ²)			ÁREA TOTAL (M ²)
		≡ 200	200 ≡ 360	≡ 600	
1962	02	-	02	-	81.700,00
1963	-	-	-	-	-
1964	-	-	-	-	-
1965	-	-	-	-	-
1966	03	01	02	-	163.016,00
1967	02	-	02	-	160.080,00
1968	01	01	-	-	62.700,00
1969	02	01	01	-	97.128,00
1970	01	-	01	-	33.007,65
1971	04	02	02	-	401.228,00
1972	03	01	02	-	224.775,00
1973	01	01	-	-	162.423,00
1974	01	01	-	-	63.000,00
1975	01	-	01	-	400.000,00
1976	-	-	-	-	-
1977	06	03	02	01	1.501.764,00
1978	03	-	02	01	104.280,52
1979	19	04	07	08	3.651.226,26
1980	16	03	08	05	2.604.117,36
1981	09	-	06	03	762.962,88
1982	03	02	01	-	351.722,46
TOTAIS	77	20	39	18	10.825.131,13

FONTE: CARVALHO, Adrielson Celestino de. Importância dos Loteamentos no Crescimento Urbano de Aracaju, 1983, p.24 a 28.

(*) Classificação de acordo com critérios adotados pela PMA - Prefeitura Municipal de Aracaju e definidos como:

≡ 200 m² - lotes de padrão baixo ou popular;

200 m² ≡ 360 m² - lotes de padrão médio;

≡ 600 m² - lotes de padrão alto.

OBSERVAÇÕES: 1) Os conjuntos habitacionais são considerados, também, como áreas características e semelhantes aos loteamentos;

2) Os dados da tabela acima foram comparados e "ampliados" junto ao setor de registros de loteamentos da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Aracaju (1987), a partir da fonte básica citada e de uma listagem de loteamentos fornecida pela EMURB. No entanto, a partir de 1983, as informações não estão disponíveis facilmente para consultas por falta de documentos comprobatórios; apesar de se saber da existência do fenômeno, os dados quantitativos são desconhecidos. É possível que, a partir de um levantamento e sistematização de informações que a Secretaria do Estado para o Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente esteve realizando, esta situação possa ser regularizada.

que até 1986 existiam "cadastrados" cerca de duzentos e quarenta e sete (247) loteamentos (ver Tabela nº 8). Há casos em que os loteamentos ainda se encontram em situação irregular junto às prefeituras, sem a devida aprovação completa pelo setor competente.

É, por exemplo, a situação de um dos loteamentos empreendidos pela IMOSEL - Imobiliária Sergipe Ltda. (que tem projetos de loteamentos em Aracaju e na Barra dos Coqueiros)²⁷, o Parque Residencial MARIVAN. Este loteamento projetado na zona sul (ver Figura nº 11) adjacências do aeroporto, zona considerada pela própria prefeitura para expansão urbana, apresentou até 1987, irregularidades técnicas no seu memorial descritivo e nas suas etapas iniciais de execução, detectadas por setores de avaliação e licenciamento imobiliário na Prefeitura de Aracaju.

Por outro lado, no que diz respeito à implantação dessas áreas loteadas, elas se efetivam de várias maneiras. A mais comum é a venda do "chão" em estado natural, sem beneficiamentos. Alguns loteamentos, entretanto, são vendidos já com uma provisão mínima de infra-estrutura, por exemplo, a abertura de acessos e, em alguns casos, o fornecimento de água e energia. Houve também, aqueles que se concretizaram na forma de áreas edificadas com unidades habitacionais individuais (mesmo que em conjuntos residenciais) ou coletivos (edifícios ou blocos de apartamentos), com dimensões as mais diversas, conforme cada projeto e categorias sociais a que foram destinados.

O Estado também teve participação direta nesse processo. Através do sistema COHAB, o governo de Sergipe também atendeu à promoção imobiliária com vários tipos de unidades residenciais, em diversos locais da capital (principalmente) e do interior.

A produção de habitações de acordo com a filosofia da COHAB²⁸ se concretiza, em geral, nos locais onde esta empresa tem realizado "estocagem de terras". São áreas loca-

Tabela nº 8

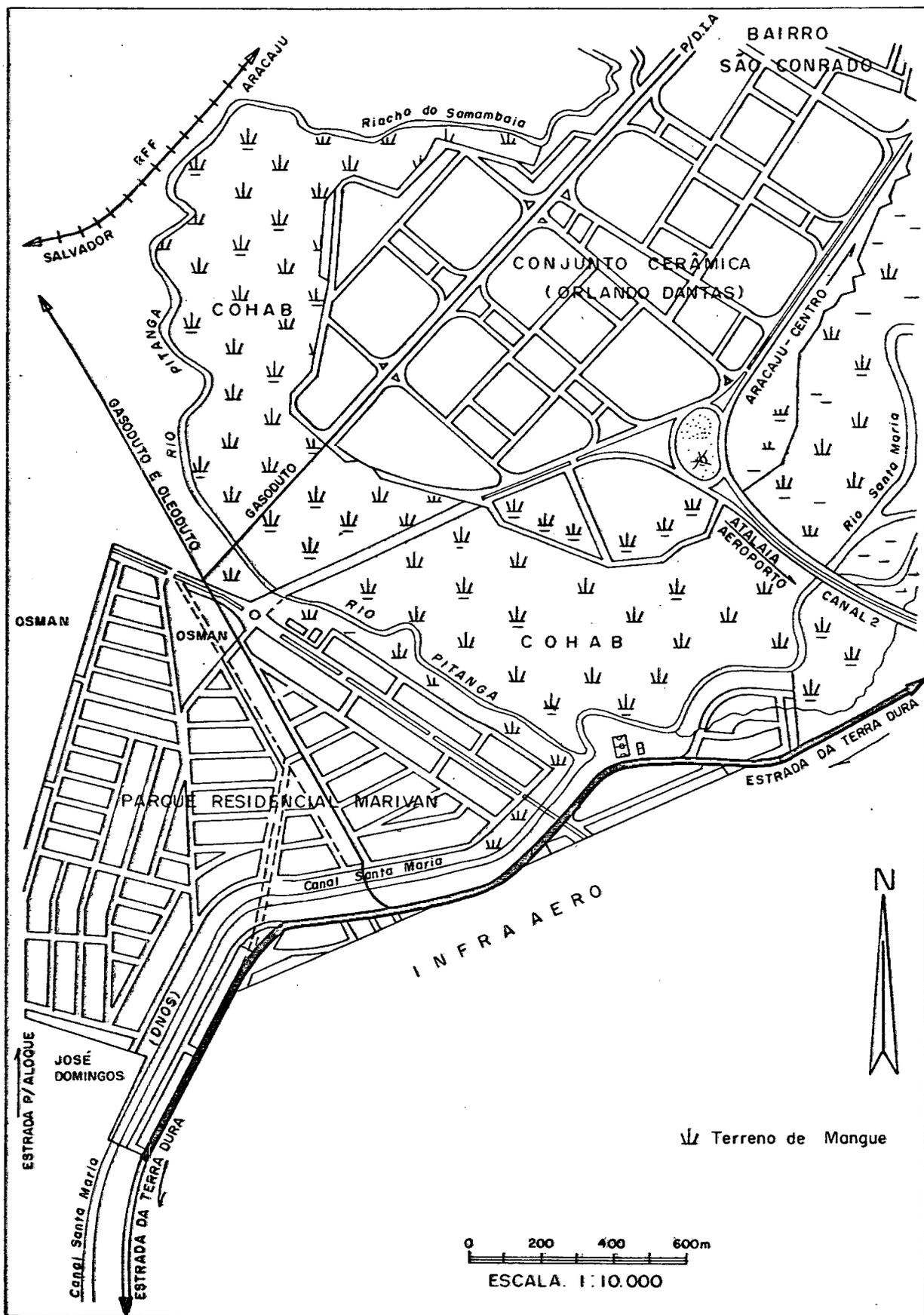
LOTEAMENTOS CADASTRADOS
REGIÃO DA GRANDE ARACAJU
1 9 8 6

LOCALIZAÇÃO	Nº DE LOTEAMENTOS	%
ARACAJU	115	46,56
BARRA DOS COQUEIROS	04	1,62
LARANJEIRAS	01	0,40
MARUIM	01	0,40
N. SRA. DO SOCORRO	38	15,38
RIACHUELO	(...)	(...)
SANTO AMARO DAS BROTAS	(...)	(...)
SÃO CRISTÓVÃO	88	35,64
T O T A L	247	100,00

FONTE: SEDUSE/SE - Núcleo de Uso do Solo.

(...) Não existe informação disponível implicando no entanto,
a possibilidade da existência do fenômeno.

FIG. Nº 11
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO LOTEAMENTO
"PARQUE RESIDENCIAL MARIVAN"
Empreendimento IMOSSEL - Imobilidria Sergipe Ltda.



FONTE: Detalhe extraído a partir de Carta de Localização, Prancha ST-1 Escala 1:10.000, Apresentada a PMA, com Registro A.R.T. no CREA/SE e 30/03/84.

lizadas a distâncias relativamente expressivas do "centro intra-urbano". Algumas delas, inclusive, até recentemente mantinham-se como ambientes "naturais" ou ainda apresentavam vestígios rurais.

Entre o período de março de 1979 a março de 1987, a COHAB/SE produziu cerca de 24.597 unidades habitacionais, sendo que 19.935 (81,04%) na região da Grande Aracaju (ver Tabela nº 9). A política adotada por esta empresa, entretanto, para os sorteios e entregas das chaves aos novos mutuários, tem sido objeto de diversas discussões e dúvidas. Nos últimos tempos, vários casos de distribuição de chaves a pessoas que mantêm vinculações com lideranças políticas da capital e do interior, tornaram-se públicos, evidenciando o peso dos interesses eleitoreiros nessa questão. Há na verdade, um "loteamento" do número de unidades residenciais entre políticos e, conseqüentemente, entre seus apadrinhados²⁹.

Como se observa, estes procedimentos sô podem causar constrangimento para as pessoas carentes e o descrêdito da sua validade. Falta ao setor competente da COHAB uma definição clara, estudada caso por caso e descomprometida da dependência política, a fim de que seus programas possam atender, de fato, às categorias sociais a que se destinam.

Com relação ao uso das unidades residenciais da COHAB, e, dos equipamentos urbanos de interesse coletivo, instalados nos núcleos, nota-se que os mesmos sofrem radicais transformações em seus aspectos estruturais³⁰. Há um "festival de remodelações" que são processadas em muitas unidades residenciais, provocando uma revolucionária ação de contra-cultura na arquitetura oficial que é estabelecida³¹.

Por outro lado, o estoque de terras sob o comando da COHAB-SE, era, em 1987, considerável (ver Tabela nº 10), indicando o papel estratégico que esta empresa desempenha no atual processo de construção do espaço de Aracaju e municípios do seu aglomerado urbano. Algumas dessas áreas, entretanto, localizam-se próximas a outras em franco processo de

Tabela nº 9

PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO PELA "COHAB-SE"

REGIÃO DA GRANDE ARACAJU

(De março de 1979 a março de 1987)

MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS
ARACAJU	Conjunto A. Chateaubriand II	1.272
	Conjunto Santa Tereza	544
	Conjunto Augusto Franco	4.510
	Conjunto J. Rollemberg Leite	224
	Conjunto João A. Garcez	112
	Conjunto João Paulo II	125
	Conjunto Morada do Sol	112
	Conjunto Alcebíades M. V. Boas	48
	Conjunto Castelo Branco III	8
	Conjunto IPES	101
	Conjunto Parque dos Artistas	112
	Conjunto Jessé Pinto Freire	3
	Conjunto Orlando Dantas I	3.000
	Conjunto Orlando Dantas II	656
	Favela Ter. Rodoviário	106
	Construções Isoladas	113
	Conjunto Bugio III (A. Chateaubriand)	130
	Condomínio Vale do Japarutuba	144
	Condomínio Vale do Cotinguiba	240
	Reformas	929
TOTAL	12.499	
BARRA DOS COQUEIROS	Construções Isoladas	02
	TOTAL	02
LARANJEIRAS	Conjunto Manoel do P. Franco	257
	Construções Agrupadas	37
	Construções Isoladas	03
	Reformas	01
TOTAL	298	
MARUIM	Conjunto Albano do P. Franco	198
	Construções Agrupadas	52
	Reformas	04
TOTAL	254	
N. SRA. DO SOCORRO	Conjunto Célia Cabral Duarte	200
	Conjunto Jardim	1.000
	Conjunto Doméstica II	197
	Conjunto Siri I - 1ª Etapa	995
	Conjunto Siri II - Mutirão	621
	Conjunto João Alves Filho	704
	Reformas	02
TOTAL	3.719	
RIACHUELO	Conjunto Tasso Sobral Garcez	31
	Reformas	08
TOTAL	39	
SANTO AMARO DAS BROTAS	Construções Isoladas	02
	Reformas	01
TOTAL	03	
SÃO CRISTÓVÃO	Conjunto Eduardo Gomes	3.109
	Construções Isoladas	09
	Reformas	03
TOTAL	3.121	
T O T A L G E R A L		19.935

FONTE: COHAB-SE - Demonstrativo de Atividades.

Administração 1979 a março de 1987, in Gazeta de Sergipe, 20/03/1987, p.6 e 7.

especulação imobiliária por empresas privadas (é o caso, por exemplo, de uma dessas áreas situada no Mosqueiro, sul de Aracaju - ver Figura nº 12), o que nos leva a questionar se, efetivamente, aquela empresa estatal dará a essas áreas uma ocupação compatível com a sua filosofia, ou se decidirá promover negociações para que outras explorações se realizem.

Tabela nº 10

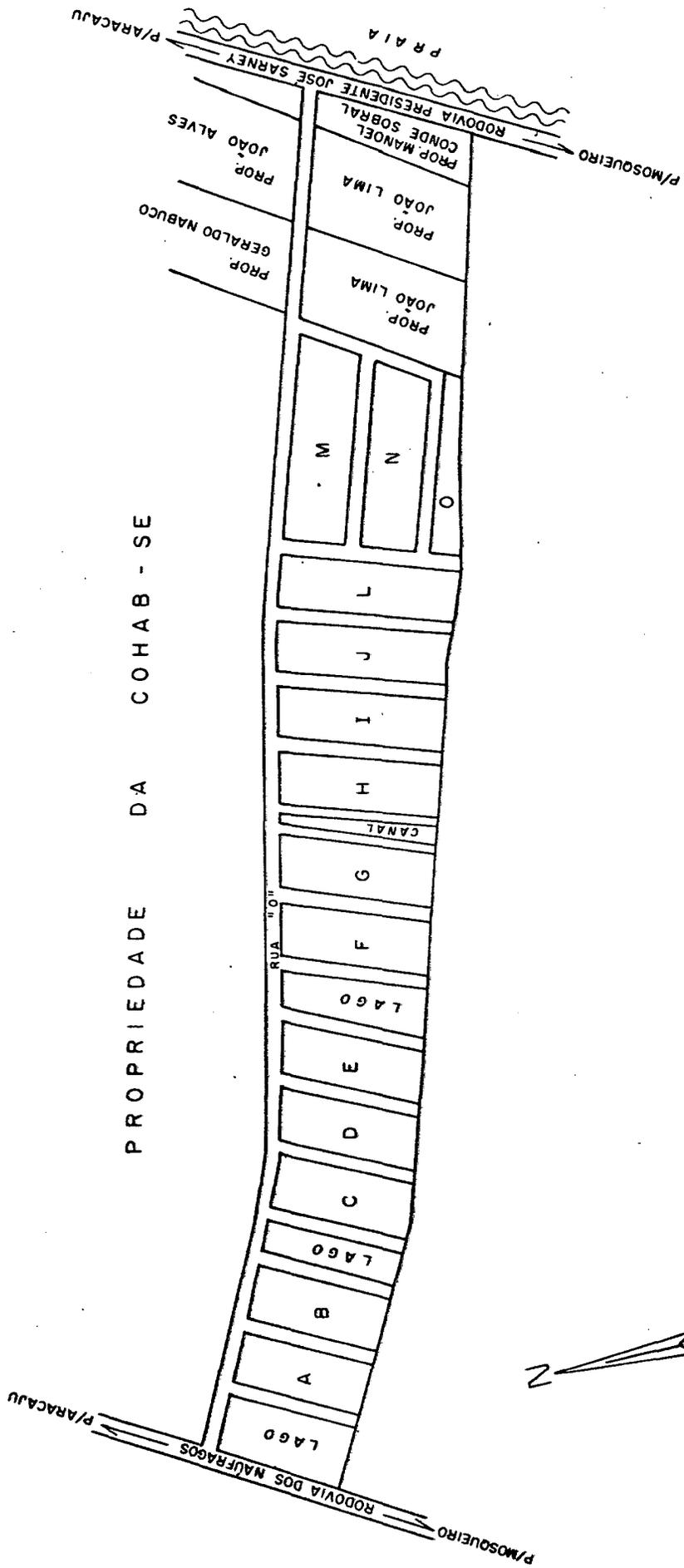
"TERRAS EM ESTOQUES" NA REGIÃO DA GRANDE ARACAJU
 SOB COMANDO DA COHAB-SE
 (Março de 1987)

LOCALIZAÇÃO	UNIDADE MUNICIPAL	M ²	PREV.P/CONSTR.DE UNIDADES HABITACIONAIS
Pintos II	Aracaju	49.723	150
Mosqueiro I	Aju/S.Cristóvão	496.000	Sem previsão
Mosqueiro II	Aju/S.Cristóvão	203.800	Sem previsão
Mosqueiro III	Aju/S.Cristóvão	150.590	Sem previsão
Cerâmica III	Aracaju	28.014	94
Cerâmica II-A	Aracaju	3.201	64
Cerâmica II-B	Aracaju	3.941	80
Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros	196.989	789
Rosa Elze II	S. Cristóvão	207.520	504
N.Sra.Socorro	N. Sra. Socorro	8.185.837	14.726
Jardim III/IV	N. Sra. Socorro	1.105	

FONTE: COHAB-SE - Demonstrativo de Atividades da Administração de 1979 a março de 1987, in Gazeta de Sergipe, edição de 20/03/87, p.6 e 7.

FIG. Nº 12

EXEMPLO DE LOCALIZAÇÃO DE "TERRAS ESTOCADAS" SOB CONTROLE DA COHAB - SE, AO LADO DE EMPREENDIMENTOS PRIVADOS E SELETIVOS, AO SUL DE ARACAJU (POVOADO ROBALO) -1987



(ESBOÇO)

FONTE: INFORMAÇÕES A PARTIR DO PROJETO DE LOTEAMENTO " PRAIA DOS COQUEIROS " GRUPO DINIZ, Folha Urbanização, Prancha 02, 1987.

As áreas em estoque na Barra dos Coqueiros e, notadamente, em Nossa Senhora do Socorro, compõem um outro quadro referencial. O governo do estado, anunciou que serão somadas outras ainda por adquirir, objetivando-se com isso realizar uma "reforma urbana" (como em todo Sergipe) para a região do "Grande Aracaju". Este propósito está sendo discutido na atual gestão, sob o comando técnico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUSE), contando com a assessoria de profissionais de renome nacional, como o Arquiteto Jaime Lerner, que em governos anteriores já havia prestado serviços ao estado, como na implantação do projeto de loteamento da Coroa do Meio.

A previsão da SUDESE³² é de atingir 1990 com uma meta de 26.000 unidades habitacionais (casas) construídas, das 40.000 inicialmente anunciadas, sob a responsabilidade da COHAB-SE, sendo 20.000 na área do projeto "Grande Aracaju II"³³, com mais de 3.000 lotes urbanizados e as infra-estruturas básicas³⁴.

Por outro lado, ressaltamos ainda a presença do INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais, atuando também no mercado da promoção imobiliária-residencial de Aracaju. Este instituto, com caráter de sociedade civil de natureza jurídica sem fins lucrativos, vem atuando em Sergipe desde 1967, quando passou a assessorar cooperativas habitacionais, construindo casas em conjuntos e, mais recentemente, blocos de apartamentos. Inicialmente, o BNH foi seu principal agente financeiro. Posteriormente, outros, como a Caixa Econômica Federal e o Bradesco, também passaram a atender planos do INOCOOP/BASE³⁵. A Tabela nº 11 ilustra para o período 1974 - 1986, as localidades onde se encontram unidades cooperativas construídas por aquele instituto, em Aracaju.

A construção de inúmeros conjuntos habitacionais a grandes distâncias do centro, vem permitindo, por sua vez, o surgimento de espaços vazios entre as áreas adensadas e os novos núcleos residenciais que surgem³⁶. A chegada posterior

Tabela nº 11

ATUAÇÃO DO INOCOOP NA PROMOÇÃO
IMOBILIÁRIA DE ARACAJU

1974 a 1986*

ANO DE IMPLANT.	COOPERATIVAS INSTALADAS	UNID. HAB. CONSTRUIDAS	TIPOS	AGENTE FINANCEIRO
1974	C.Inácio Barbosa	456	C	BNH
1975	C.Novo Horizonte	260	C	BNH
	C.Bancários	203	C	BNH
1979	C.Costa Sol	69	C	BRADESCO
	C.Beira Rio (DIA)	184	C	BRADESCO
1980	B.Vista (C.Branco)	140	C	CEF
	C.JK (Detran)	687	C	BRADESCO
	C.Sol Nascente	644	C	BRADESCO
1981	C.Cohavel I (B. Mar)	165	C	BRADESCO
1982	C.Diamante	592	Ap.	CEF
1985	Cond.Visc.Maracaju	496	Ap.	CEF
1986	Cond.Estrada do Mar	496	Ap.	CEF
	Cond.Cohavel II	348	C/Ap.	CEF
SITUAÇÃO EM 1987	13 Cooperativas	4.740	CASAS E APTOS	-

FONTE: Levantamentos de dados - Pesquisa in loco junto INOCOOP/BASE, Aracaju, agosto de 1987.

(*) No ano em que se realizou este levantamento - 1987 - o INOCOOP em Sergipe tinha ainda, em planejamento, a construção de unidades residenciais em áreas do Loteamento Coroa do Meio (468 em três etapas de 156 unidades de apartamentos) e no Bairro Santo Antônio (165 unidades de casas e apartamentos).

de alguns equipamentos de urbanização, como acessos públicos, rede de energia, água, telefone, etc., que passam por essas áreas para atingir os núcleos residenciais, transformam-nas em verdadeiras reservas de valor de particulares, mas beneficiadas pela ação pública. Em outras palavras, através de sua ação direta o Estado provoca:

"... a transferência de recursos públicos para os proprietários, por intermédio da valorização imobiliária; elevam-se os preços dos loteamentos que se tornam inacessíveis à população carente"³⁷

cada vez mais empurrada para periferias, notadamente aquelas interioranas.

Devido a isso, essas áreas passam a ser também disputadas pela iniciativa privada (empresas imobiliárias, incorporadoras, construtoras) que realizam "ad libitum" estocagem de terras ou empreendimentos para categorias sociais de poder aquisitivo alto, às quais destinam seus projetos.

O poder público age de forma indireta no processo de crescimento de Aracaju, isto é, fazendo concessões, criando condições e gerando financiamentos para que a iniciativa privada realize seus empreendimentos. Estas iniciativas se verificam através de desdobramentos das atuações de grupos econômicos que criam meios para realização das suas capacidades de ampliação de capitais.

É através de agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal (que incorporou o ex-BNH) e do Banco do Estado de Sergipe, que a presença estatal se faz sentir em muitos empreendimentos que a iniciativa privada realiza, seja através da compra de propriedades, financiamento para construção (casas, apartamentos, infra-estrutura, etc), ou até mesmo atuando como financiador de compradores. É pois, com fundos arrecadados com depósitos (principalmente da Poupança e FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) de muitos cidadãos, que a iniciativa privada empreende os seus negócios.

A título de ilustração, a Tabela nº 12 relaciona os principais grupos empresariais privados que atuam no ramo imobiliário em Aracaju, identificando as diversas vinculações econômicas e políticas que eles mantêm.

Como se vê, a presença estatal (direta e/ou indireta) na promoção imobiliária tem sido de vital importância

VINCULAÇÕES ECONÔMICA/POLÍTICO/SOCIAIS DOS PRINCIPAIS GRUPOS EMPRESARIAIS
LIGADOS À PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA EM ARACAJU*

VINCULAÇÕES	CONSTR. CIVIL	EMP. IMOBIL.	PROMOC. TURIST.	HOTEL. E/OU RESTAUR.	ESTABEL. COMERC.	COMUNIC.	VINCUL. POLIT. PARTID.	ATIVID. AGROPECUÁRIA	PROPR. TERRAS OUTROS LOCAIS	ESTAB. INDUSTRI.
PRINCIPAIS GRUPOS EMPRESARIAIS										
COSIL	X	X	X	X				X	X	
NORCON	X				X		X	X		
CELI	X	X	X	X	X					X
DINIZ	X	X								
HABITACIONAL	X	X				X	X	X		
CUNHA	X				X					
JULUZI	X	X			X			X		
DANA TAI		X								
JAPIAÇU/JABAQUARA		X								
DECIDE		X								
VECON		X								
EXPRESSO		X			X		X			
EPAMS		X								
IMOSSEL		X	X				X		X	
SEREPE		X					X			

FONTE: Levantamentos de Pesquisa in loco - (*) As informações são parciais e referentes a uma situação em 1987. Há casos em que não foi possível a comprovação da existência de outras atividades pelos grupos, limitando-se estas informações ora apresentadas, às principais atividades dos grupos destacados.

na aceleração dos processos de urbanização sergipana. Isso não se resume apenas aos incrementos alocados no setor em si³⁸. Ainda neste capítulo procuraremos destacar outras manifestações em que, pela atuação do poder público, reflexos se produzem sobre a construção do espaço imobiliário e urbano de Aracaju. Antes porém, queremos resgatar aqui, aspectos do contexto que havíamos abordado em passagens anteriores, quando analisamos o modelo da urbanização brasileiro e seus mais diversos corolários do crescimento acelerado das cidades, produzindo uma série de impactos negativos sobre o meio ambiente. Nisso Sergipe não é exceção. Pelo contrário, seus exemplos já constam das listagens apontadas por estudiosos da questão e preocupam a todos que encaram a questão ambiental com responsabilidade.

Note-se que o impacto a que queremos nos referir não trata apenas do agravamento das feições naturais em si, mas principalmente das mudanças impostas ao ecossistema litorâneo, notadamente aquele localizado na zona costeira do estado de Sergipe, próxima a Aracaju.

Estão entre os elementos desse ecossistema litorâneo de "estruturas frágeis", as formações dunárias, restingas e mangues. Estes últimos, pelo significado de relação para muitas comunidades ao longo do território litorâneo, geram inclusive uma "simbiose entre essas populações e o ecossistema, que se pode chamar de civilização do mangue"³⁹.

É no ambiente do mangue que está considerável parte dos recursos da fauna marinha,

*"pois são áreas de criação, refúgio permanente ou temporário para inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos capturados pela pesca artesanal e industrial"*⁴⁰.

Estes produtos se constituem em meios básicos ou adicionais de sobrevivência de camadas consideráveis da população brasileira. Entretanto, o intenso desenvolvimento das

formas de ocupação do solo, notadamente por processos urbano-industriais e de lazer, tem levado à degradação ambiental de manguezais, e à conseqüente extinção (ou diminuição) de seu papel supridor de alimentos para a maioria da população pobre.

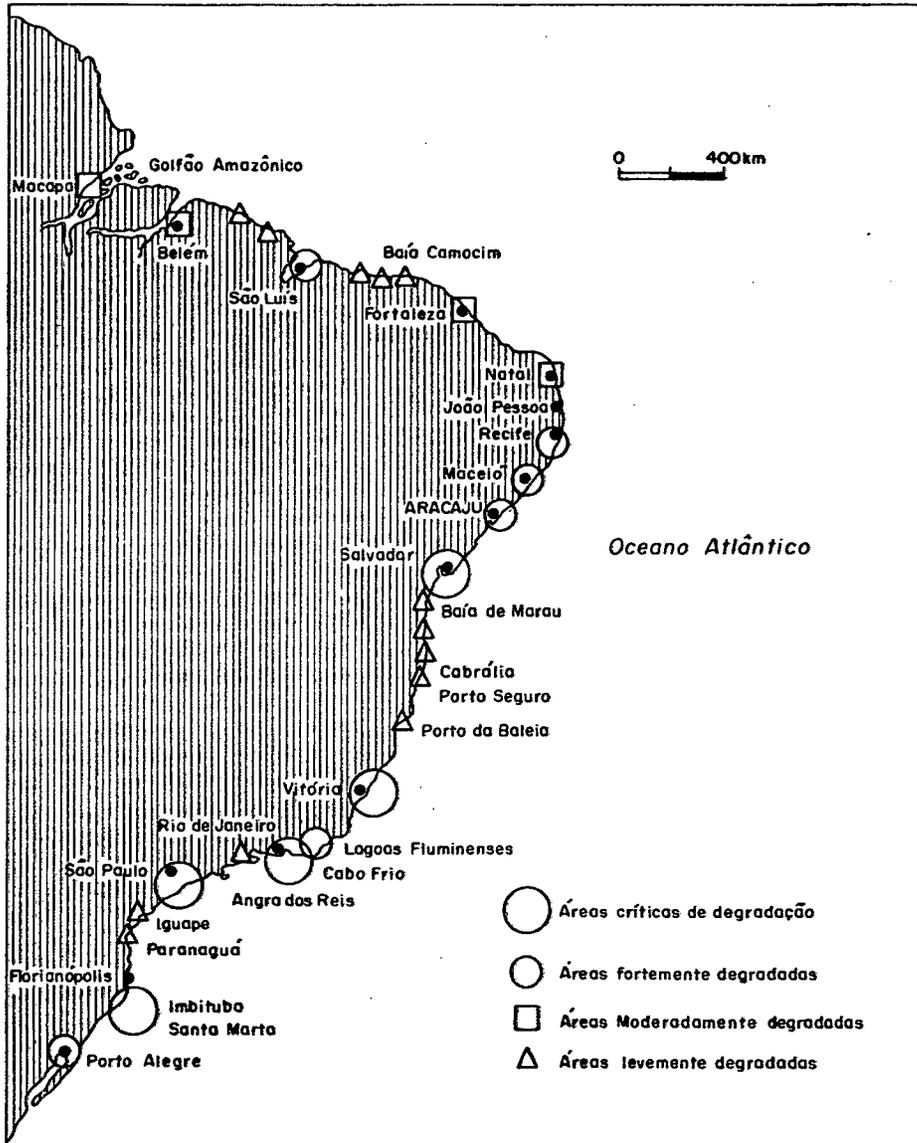
No caso dos mangues do litoral sergipano⁴¹, estes se apresentam numa situação delicada, pois encontram-se classificados entre aqueles que, na costa brasileira, figuram como "relativamente contaminados"⁴². Tal situação deve-se à falta de conscientização da população em geral, sobre o significado desses ambientes flúvio-marinho, sobretudo, pela desordenada utilização de seus componentes.

O espaço dos manguezais quando está próximo de núcleos urbanos, tem sido invariavelmente devastado⁴³, e sobre o vestígio desse ambiente novos usos são programados, através da realização de aterros muitos dos quais de qualidade técnica discutível. Dentre esses, cita-se a sucessão de loteamentos "pré-urbanizados ou urbanizados" (aparece aí a Coroa do Meio) e a construção de conjuntos habitacionais como por exemplo, alguns construídos pela COHAB (Bugio, Orlando Dantas, Siri, etc.). Existe assim, por parte do próprio Estado, uma prática e incentivo de desrespeito para com a legislação de defesa e preservação ambiental, apesar da rica e variada gama de instrumentos que disciplinam a matéria.

A estes fatos, associem-se outros de ação antrópica que, no litoral sergipano e particularmente em Aracaju, onde se processam as mais variadas formas de uso do solo, se configura entre aquelas áreas do litoral brasileiro consideradas "fortemente degradadas" (ver Figura 13)⁴⁴.

Em virtude disto, praias como a do loteamento da Coroa do Meio, que estão diretamente em contato com as descargas do rio Sergipe no Atlântico, freqüentemente têm sido citadas como "área de alerta" pelo órgão estadual de meio ambiente, por se tratar de locais de elevada concentração de coliformes fecais⁴⁵ além de resíduos domésticos, comerciais

FIG. Nº 13
ARACAJU ENTRE AS ÁREAS DEGRADADAS NA
COSTA BRASILEIRA



FONTE: DIEGUES, A.C. et alii " Processo Econômicos e Sociais da Ocupação e Uso dos Ecossistemas Litorâneos e Costeiros e seus Impactos ". Apud, Folha de São Paulo, 04/03/1988, p.A-17.

e industriais que são jogados pela população, e que são trazidos à praia na ressaca das marés.

Em tempo recente, outras intervenções do poder público, como a implantação de rodovias asfaltadas (Náufragos, José Sarney, do Coco, etc.) e a provisão de infra-estrutura de lazer e turismo na área litorânea, têm contribuído para o comprometimento ambiental nas zonas de "campos de dunas". Estes investimentos só reforçam as possibilidades de aceleração de uso desordenado do solo, sem que haja o estabelecimento de um plano previamente programado para a região, e que possa ser rigorosamente respeitado tanto pela sociedade civil como pelas instâncias estatais.

Não é objetivo deste estudo realizar um detalhamento de todas as formas de impacto ambiental causadas pela urbanização e, principalmente, pela aceleração dos meios de promoção imobiliária. Isto não impede, entretanto, que mostremos, em linhas gerais, através de um pequeno documentário fotográfico acompanhado de "recortes jornalísticos", os efeitos sócio-ambientais que têm sido evidenciados em locais onde são implantados núcleos residenciais (conjuntos, loteamentos, etc.), projetos turísticos, aberturas de vias rodoviárias, especulação imobiliária, etc.

PEQUENO DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO ACOMPANHADO DE RECORTES JORNALÍSTICOS QUE ENFOCAM ASPECTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RECENTE DE ARACAJU COM "IMPACTOS" SÓCIO-AMBIENTAIS.



Foto nº 1

Propriedade rural no povoado Mosqueiro (entre São Cristóvão e Aracaju).

EXEMPLOS DE "REMANESCENTES RURAIS" ...

Foto nº 2

Povoado Areia Branca (Aracaju) com aspectos - vestígios - da sua vida comunitária rural.

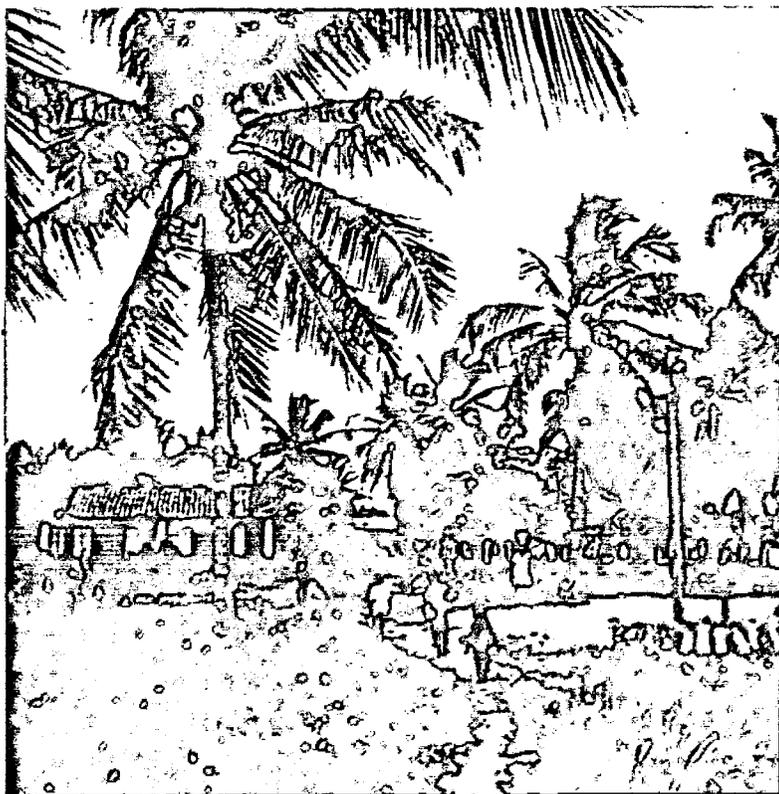
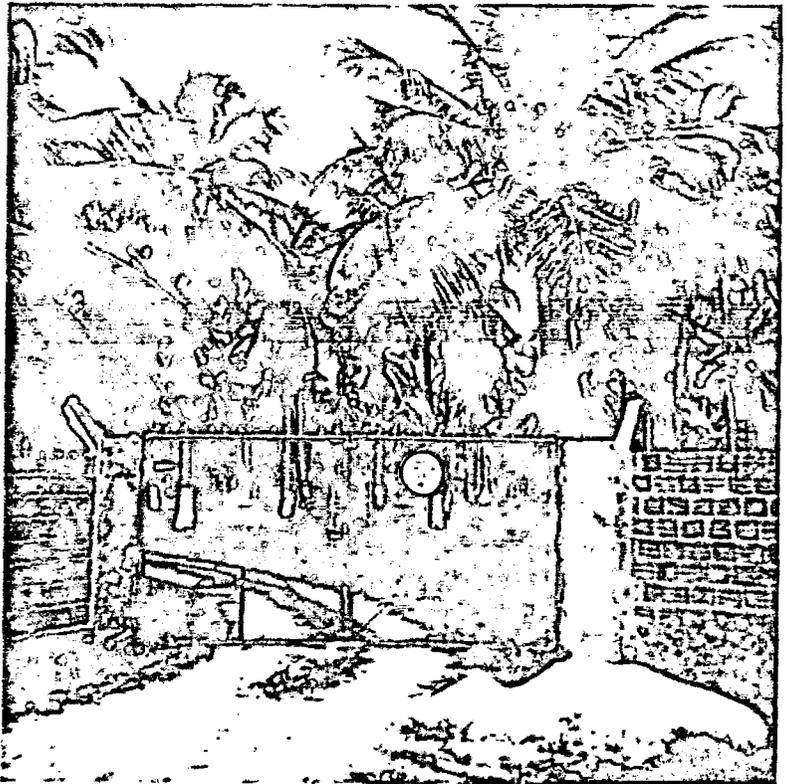


Foto nº 3

Povoado Areia Branca (Aracaju): Os sítios de Coco dão lugar as pequenas chácaras para "fins de semana" e/ou "veraneio".



... EM PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DAS FORMAS DE USOS DO SOLO

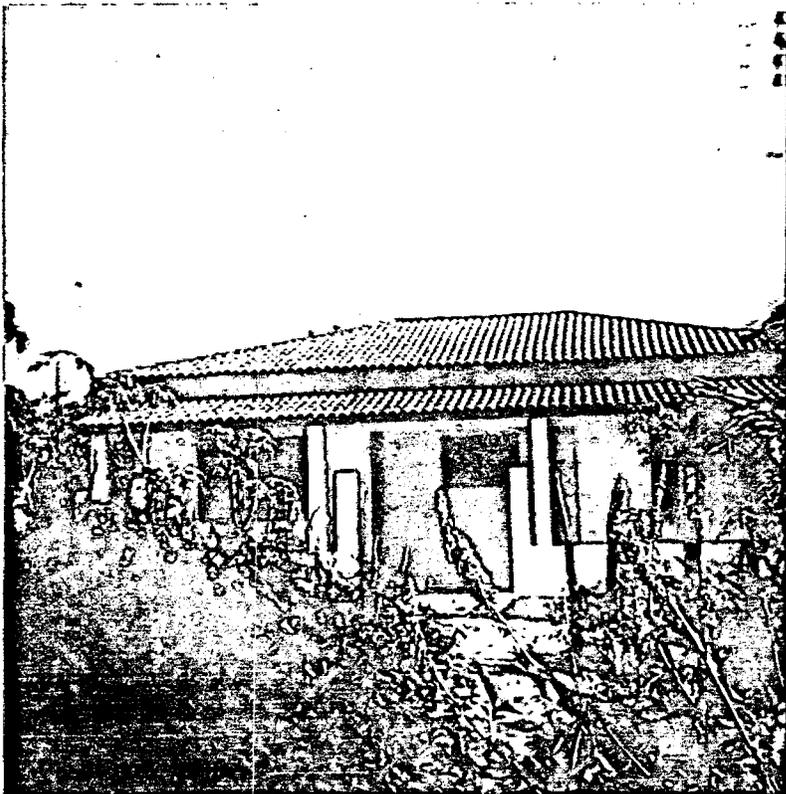


Foto nº 4

Areia Branca (Aracaju). Exemplo do padrão habitacional que substitui as "casas enfaixadas", de palha de coqueiro.



Foto nº 5

Povoado Areia Branca (Aracaju): Exemplo do novo tipo de "residência permanente".

EM NOME DO 'TURISMO' ...

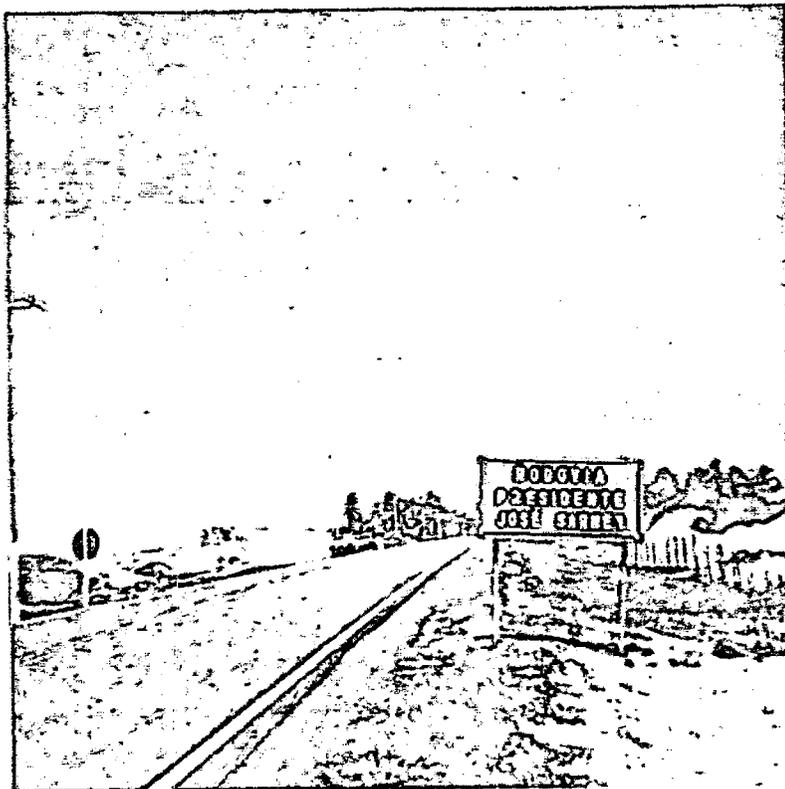


Foto nº 6

O Estado implantou
rodovia à
beira mar ...

Foto nº 7

... e projetou a rede
de drenagem em direção
à orla da praia.

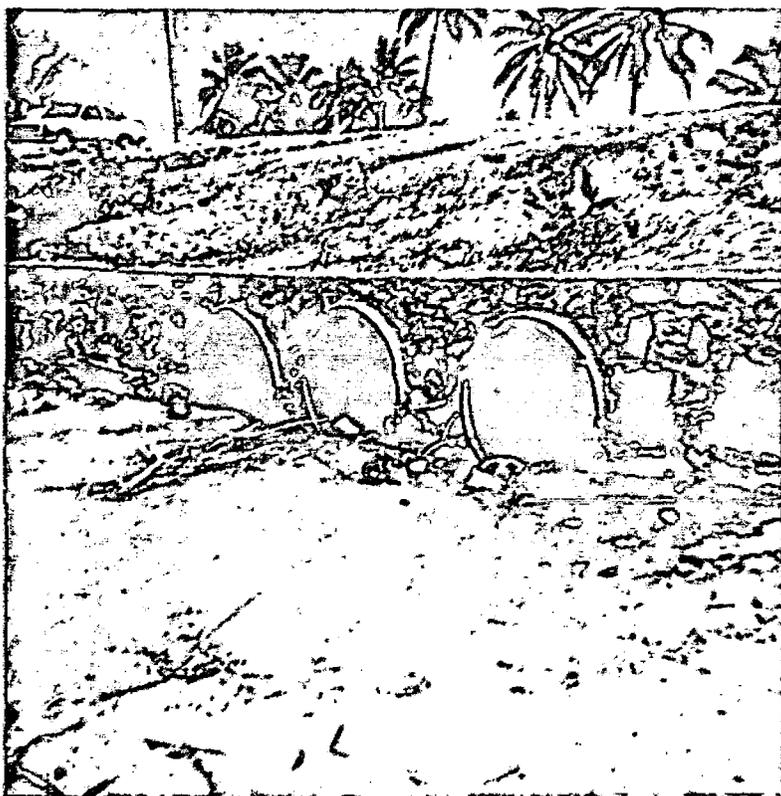


Foto nº 8

Exemplo de uma das áreas de lazer na "Rodovia José Sarney", trecho inicial em Aracaju da "Rodovia do Coco", que ligará SERGIPE à BAHIA.



Foto nº 9

Com a rodovia implantada, o Estado quer "proteger" o que restou das "dunas desmontadas".



Foto nº 10

Local na rodovia
"José Sarney" onde se
expande as instalações
de sedes sociais de
categorias
profissionais.

Foto nº 11

Povoado Mosqueiro. Aspectos
parciais de uma "servidão"
de acesso às casas de praia
na margem esquerda do
Vasa Barris, com rua e rede
de energia implantadas.



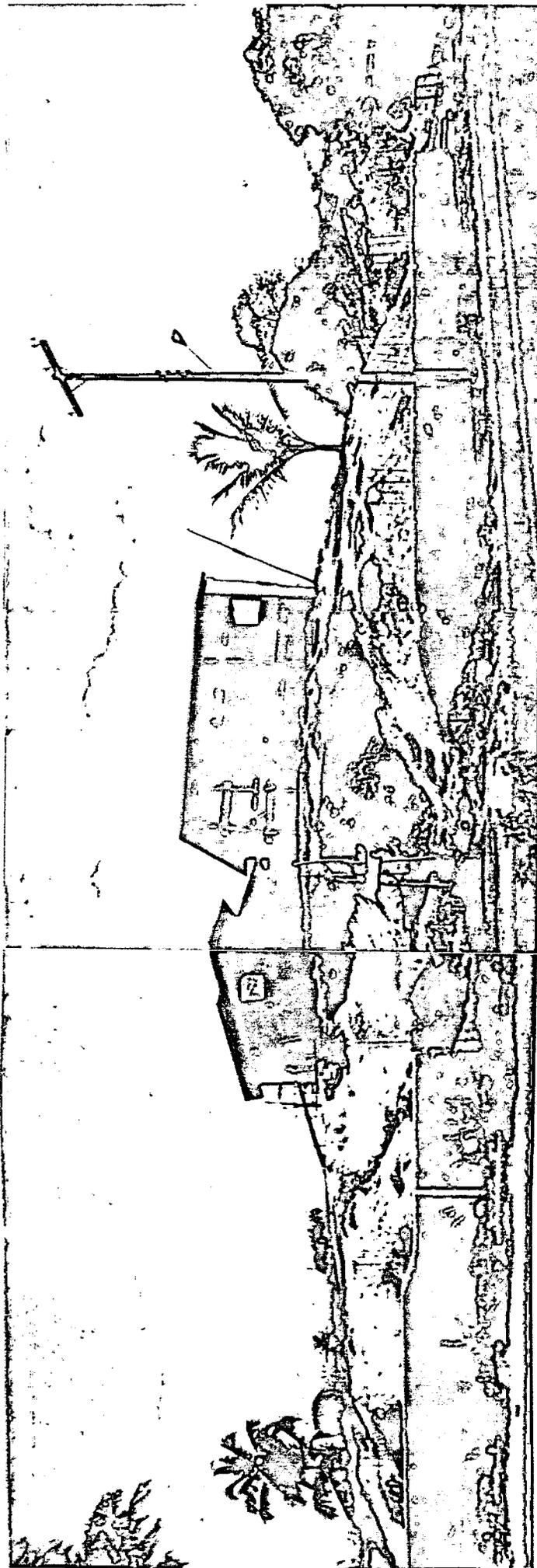


Foto nº 12

Aspectos de uma construção residencial sobre Duna em área do loteamento "Aruana" - Aracaju.

Foto nº 13

Exemplo do tipo de
"mansão" em
construção no bairro
de Atalaia Velha
(Aracaju).

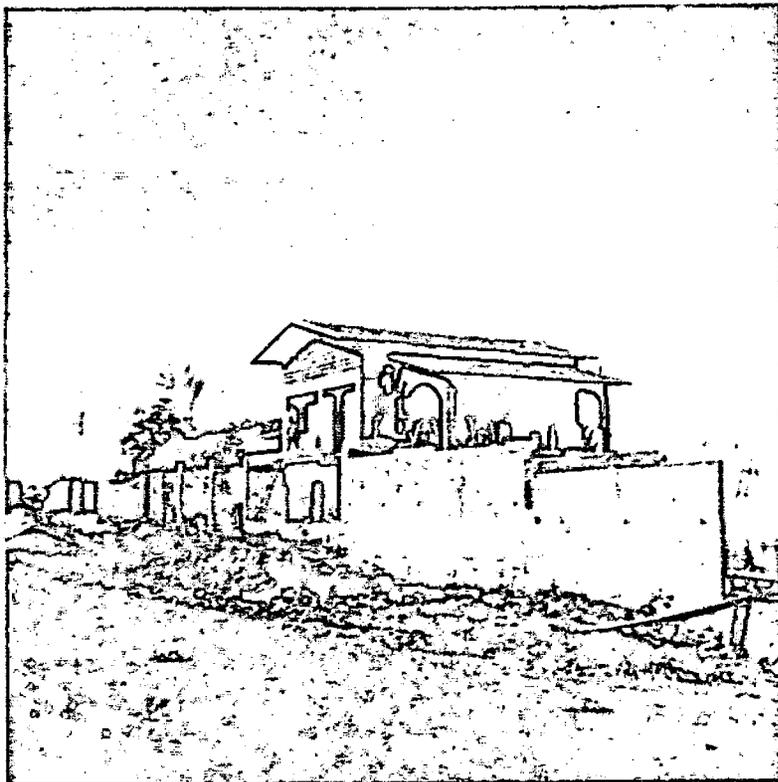
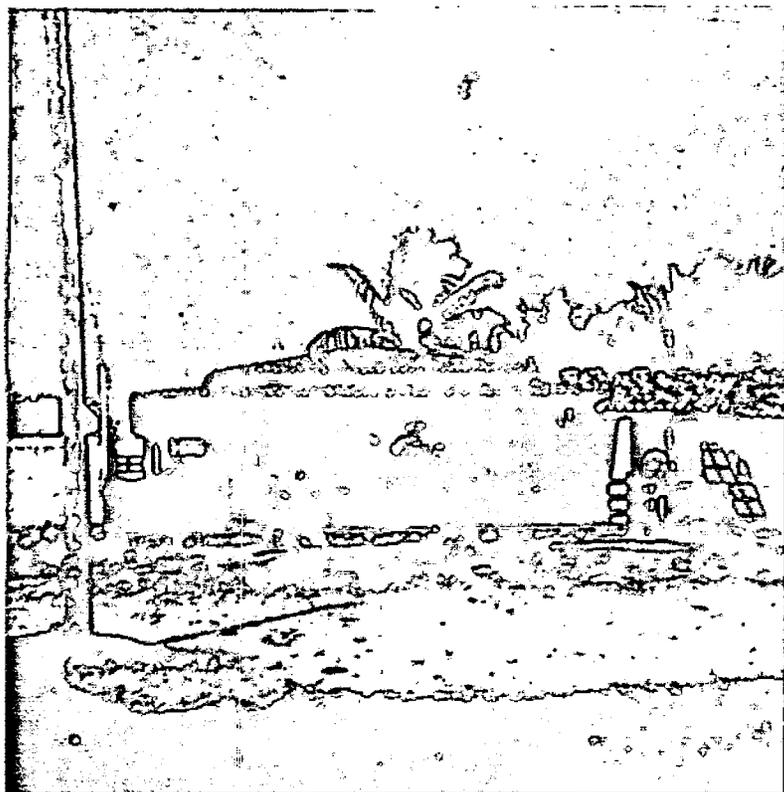


Foto nº 14

Exemplo do tipo de
Casa de Veraneio
no Povoado de
Atalaia Nova
(Barra dos Coqueiros)



Gov. quer acelerar o turismo em Sergipe

O turismo no nordeste continuará a crescer mas é preciso acelerá-lo, é esta a opinião do governador Antonio Valadares, de Sergipe, transmitida ao pre...

"Itton Hotel"

Crescimento urbano está nos planos de Mosqueiro é esquecida

Comunidade do Mosqueiro continua sendo esquecida pelo governo estadual como afirmativa é a comunidade de Mosqueiro, que vive em condições precárias de saneamento e habitação. Segundo o governador Antonio Valadares, a comunidade precisa de investimentos para melhorar sua qualidade de vida.

O problema dos moradores da região de Coraado Meio é o mesmo problema de Coraado Meio abdo em solução. Sergipianos inicia recuperação da C. do Meio. Sub a direção de Empresas e Indústria de Sergipe, iniciou em setembro de 1986, um programa de recuperação da C. do Meio, que há alguns meses vem sendo desenvolvido.

ATALAIA NOVA: Terminal desaba e deixa os moradores em grande perigo

Moradores da Atalaia Nova escaparam por pouco de ser afetados mais diretamente de um grave acidente ocorrido durante a madrugada de ontem. É que o Terminal Flutuante, que se serve de ancoradouro para as barcas, desabou, não esse acidente para então começar a tomar as providências. Segundo ele, as pessoas que trabalhavam nas embarcações avisaram do perigo há alguns dias. Muita gente que reside na Atalaia Nova...

Recuperação da C. do Meio. O governo do Estado através da Secretaria de Empresas e Indústria de Sergipe, iniciou em setembro de 1986, um programa de recuperação da C. do Meio, que há alguns meses vem sendo desenvolvido.

Recuperação da C. do Meio. O governo do Estado através da Secretaria de Empresas e Indústria de Sergipe, iniciou em setembro de 1986, um programa de recuperação da C. do Meio, que há alguns meses vem sendo desenvolvido.

Recuperação da C. do Meio. O governo do Estado através da Secretaria de Empresas e Indústria de Sergipe, iniciou em setembro de 1986, um programa de recuperação da C. do Meio, que há alguns meses vem sendo desenvolvido.

Recuperação da C. do Meio. O governo do Estado através da Secretaria de Empresas e Indústria de Sergipe, iniciou em setembro de 1986, um programa de recuperação da C. do Meio, que há alguns meses vem sendo desenvolvido.

LANÇAMENTO EMPREENDIMENTO. O presidente da Empresa Municipal de Urbanização de Aracaju, Sérgio Costa, anunciou a recuperação da C. do Meio. Falta recurso para resolver o problema da C. do Meio. Local: EMURB. Local: ATALAIA NOVA.

PRIMEIRA QUERIDA PARA ATALAIA NOVA. VENDAS. PIRAMIMÓTIPO. Rua Habalana, 545. 222-5757. Local: ATALAIA NOVA.

01- loteamento Praia dos Coqueiros, na Av. José Sarney, A beira do mar, Loteamentos com ruas abertas e aparelhada meio-fio, lotes demarcados, energia elétrica. 02- Loteamentos Praia do Sol, Pirambu-Sa localizado junto a EMSETUR, lotes com ruas abertas e aparelhada meio-fio. Financiamento em até 12 meses. Escritura na ato da compra. Preço a partir de 700m2 C/total aprovação. SEMANA RIO DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ANO II - Número 65 - Semana de 20 a 27 de Junho de 1987. Editor responsável: Luiz Eduardo Costa.

GAZETA DE SERGIPE. JORNAL - 3. Sergipe terá usinas de beneficiamento de lixo. ANO II - Número 65 - Semana de 20 a 27 de Junho de 1987. Editor responsável: Luiz Eduardo Costa.

Projeto da prefeitura visa melhorar a infra-estrutura de São Conrado. Os problemas de infra-estrutura dos moradores do bairro de São Conrado, entre estes está a falta de drenagem de águas pluviais, que acarreta o alagamento e a preservação da área, evitando o acúmulo de lixo e outros detritos nas vias públicas. Diminuir as despesas e racionalizar os trabalhos, mas também cabe aos moradores a preservação da área, evitando o acúmulo de lixo e outros detritos nas vias públicas. Os problemas de infra-estrutura dos moradores do bairro de São Conrado, entre estes está a falta de drenagem de águas pluviais, que acarreta o alagamento e a preservação da área, evitando o acúmulo de lixo e outros detritos nas vias públicas. Diminuir as despesas e racionalizar os trabalhos, mas também cabe aos moradores a preservação da área, evitando o acúmulo de lixo e outros detritos nas vias públicas.

Coroa do Meio é ameaça à saúde. ARACAJU, Domingo e Segunda-feira, 23 e 24 de agosto de 1987.

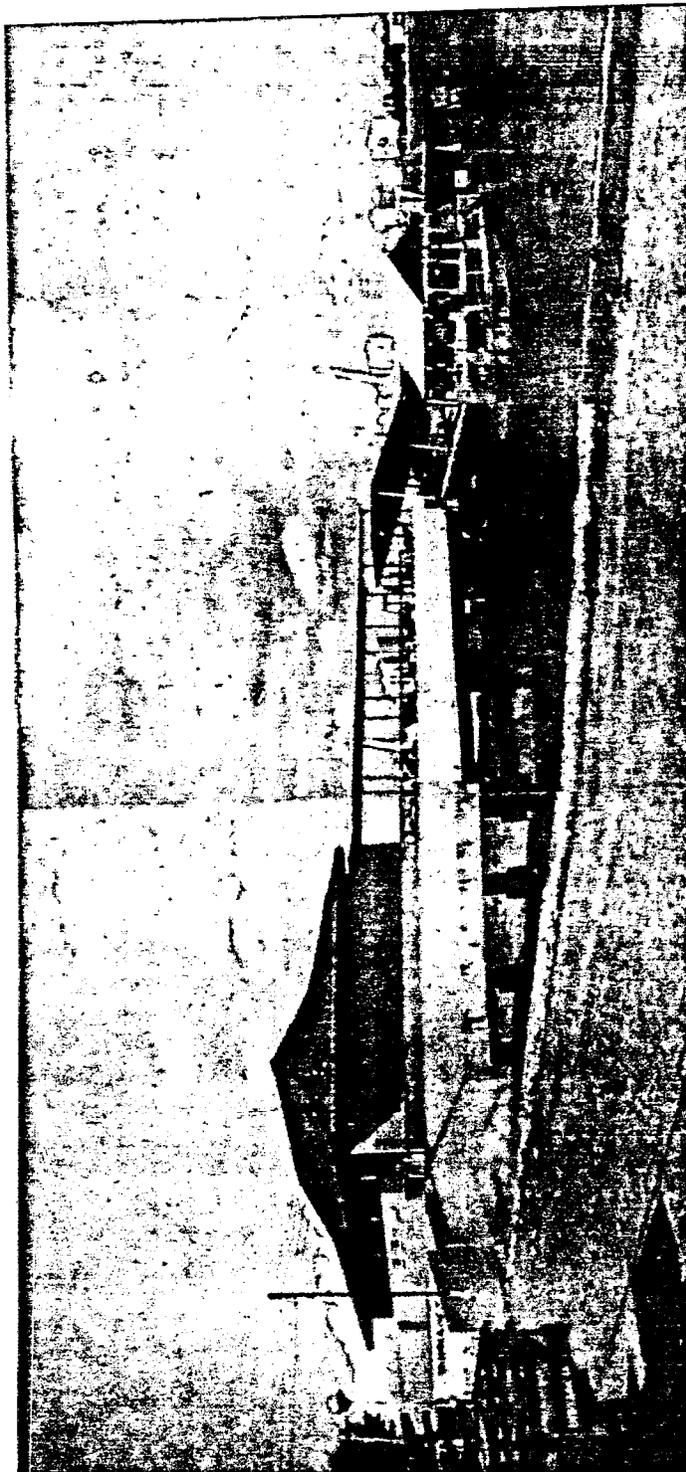


Foto nº 15

Exemplo de terminal hidroviário implantado pelo governo estadual
no município de Barra dos Coqueiros (sede).

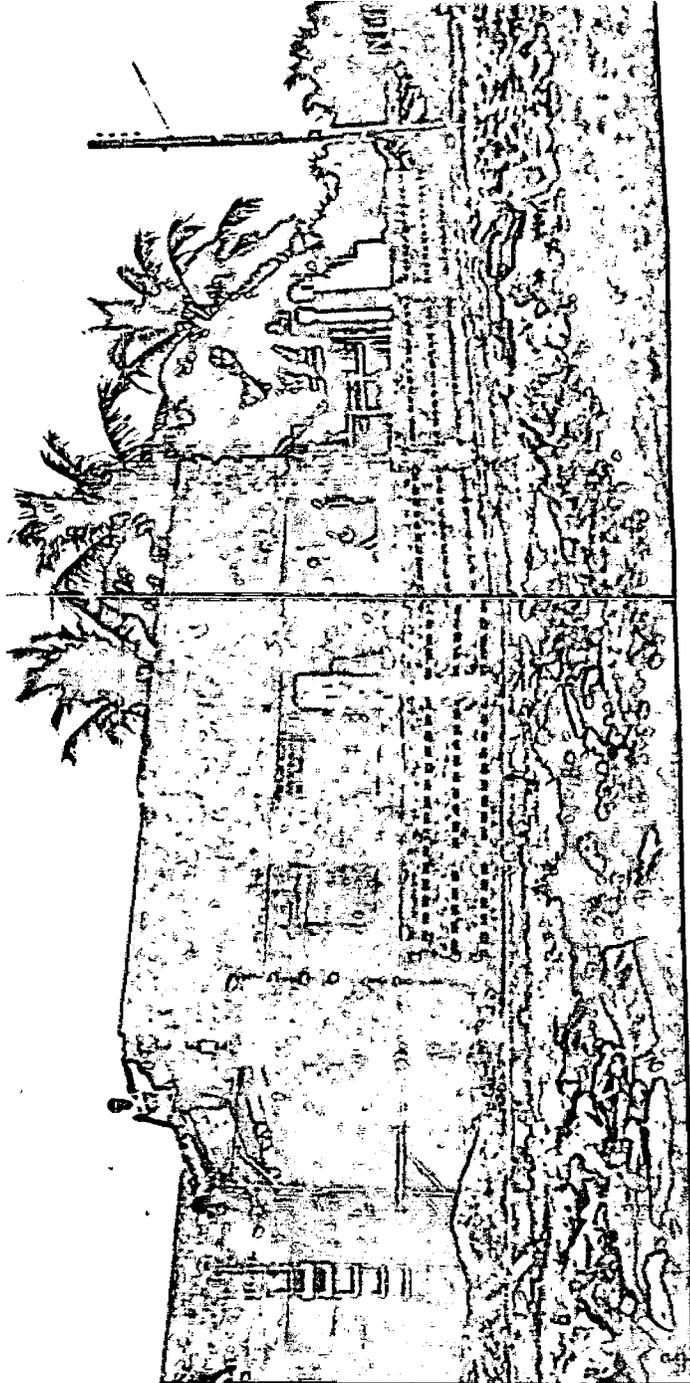


Foto nº 16 (b)

60 APARTAMENTOS EQUIPADOS COM AR CONDICIONADO/FRIGORIFICO/
 TV EM CORES/TELEFONE RESTAURANTE/LANCHONETE-SALAO DE
 CONFERENCIAS-SALAO DE JOGOS E FORTAS-AREA-LAZER-2 PISCINAS
 QUADRA DE ESPORTES-SALAO DE FISECA-SALAO DE MISSAO
 SAUNA-DUCHA-MASSAGEM-ESPRIRES NAUTICOS-FRANCHA/
 CAIQUE/LANCHIA/EQUIPAMENTOS PARA PESCA.

PRATA Hotel
 RUA ALA NOVA
 SAO PAULO

GRUPO EMPRESARIAL
 ZINZULINI

ESTAB. HOTEIS PISCINAS
 SAO PAULO

PISCINA

Foto nº 16 (a)

Aspectos parciais da construção de um empreendimento hoteleiro, com financiamento do governo de Sergipe. Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros).

Foto nº 17

Povoado de Atalaia Nova
- Barra dos Coqueiros.
Ocupação de área de mangue
com usos residenciais e
comerciais.

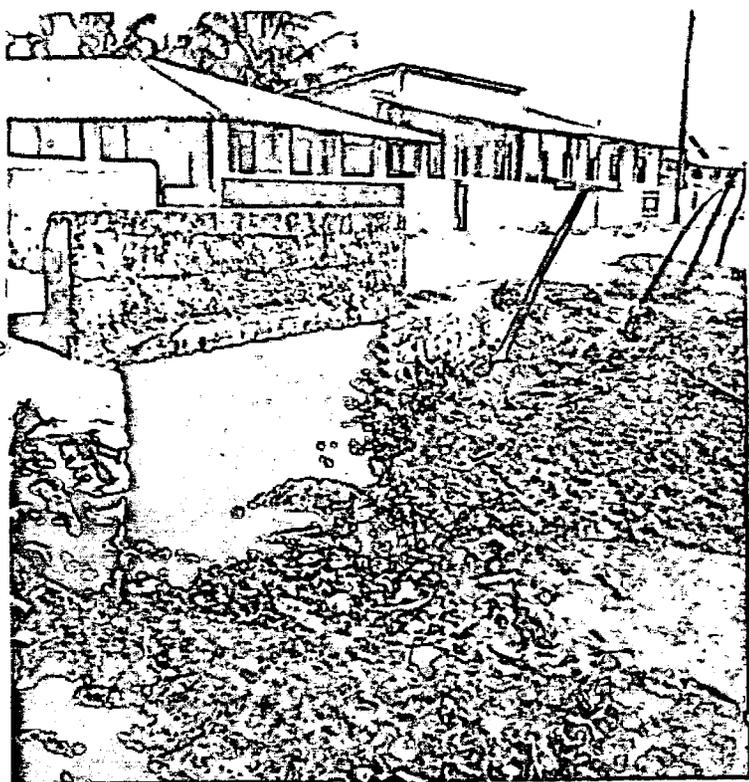


Foto nº 18

Atalaia Nova - Casa de
Pescador colocada à
venda.
Exemplo de ação
estimulada pela
"especulação
imobiliária".

EXEMPLOS DA ATUAÇÃO ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
HABITACIONAL URBANO

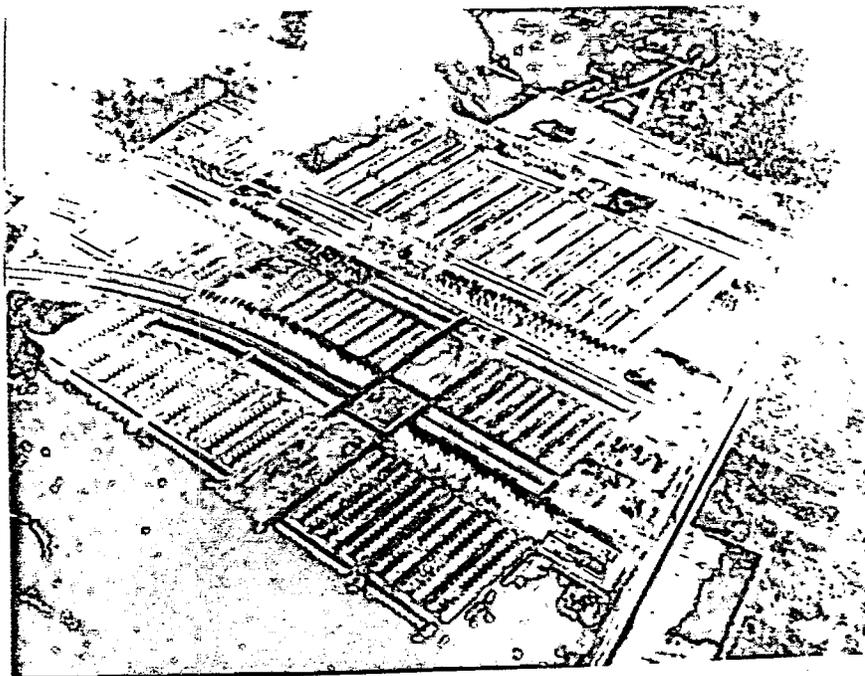


Foto nº 19

Reprodução de foto
aérea do Conjunto
Augusto Franco com
5.646 unidades
residenciais:

1.136 aptos. (de 1, 2 e
3 quartos)

4.510 casas (de 2 e 3
quartos).

Área: 1.400.000 m²

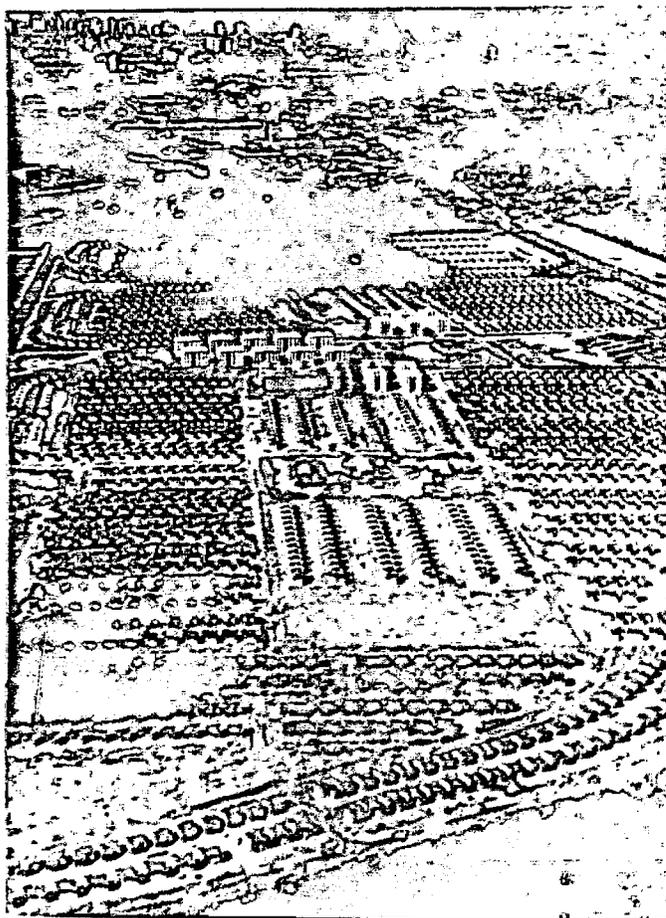
Foto nº 20

Reprodução de foto
aérea do Conjunto
Orlando Dantas com
3.550 unidades
residenciais:

390 aptos. (1, 2
e 3 quartos)

3.160 casas (1, 2
e 3 quartos).

Área: 1.800.000 m²



CONJUNTO HABITACIONAL "ORLANDO DANTAS"
empreendimento COHAB-SE

Foto nº 21

Aspectos parciais
de habitações
edificadas em
área de
mangue...

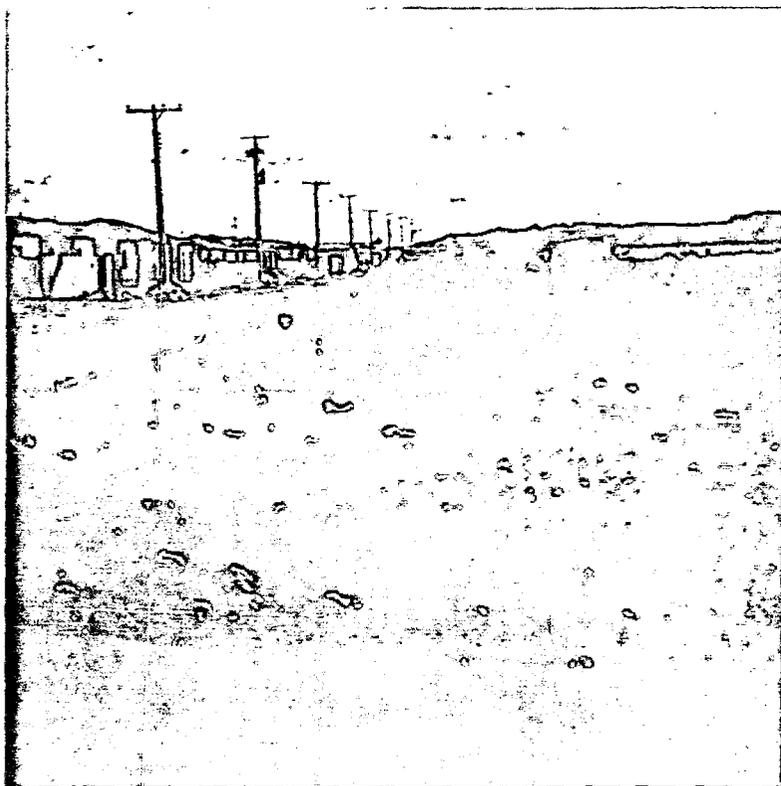
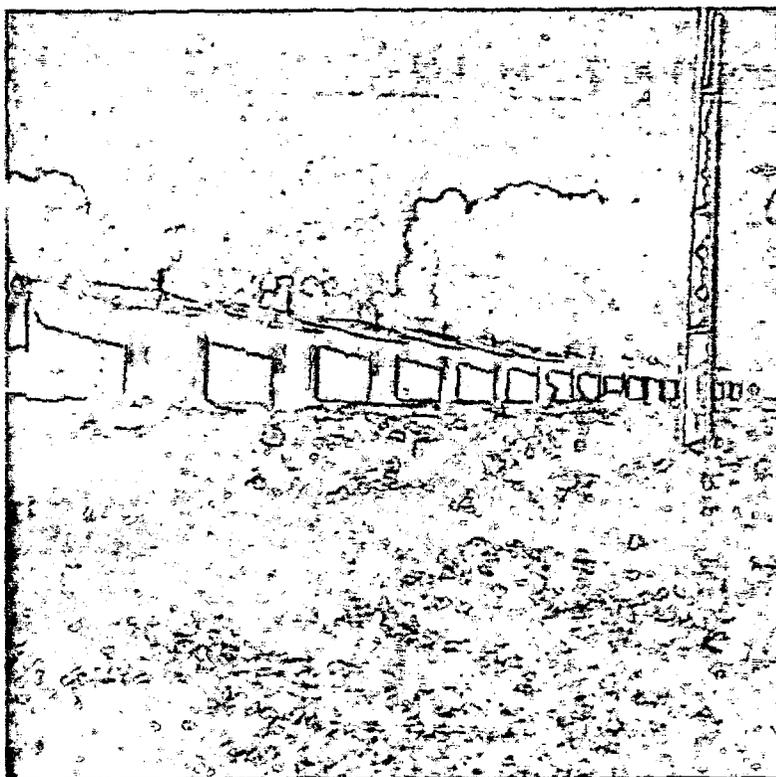


Foto nº 22

... ao lado também,
de áreas por onde
passa gasoduto da
Petrobrás que
abastece o
Distrito Industrial
de Aracaju.

EXEMPLO DE AUTO-CONSTRUÇÃO NA "OCUPAÇÃO DA FAROLÂNDIA"
- ZONA SUL DE ARACAJU



Foto nº 23

Ocupação da Farolândia:
Aspecto parcial do
tipo de padrão
habitacional e qualidade
de vida.

Foto nº 24

Ocupação da Farolândia:
aspecto da estrutura
urbana - vias
públicas.



Onde miséria e riqueza se misturam

r G. Eleor

tar pela avenida
lembreg, em pla-
da cidade, nã
imaginar que a
pista existe.
o através de
a área pert
do Brasil,
a um ant
considerad
do Dial
um ba
ba ter
me e
o se f
cidade
no ent

responsável: Luiz Eduardo Costa

ASORES:

MA e Polícia unidas fazem repressão na Coroa-do-Melo

moradores da localida-
Coroa-do-Melo" res-
segunda-feira a inó-
sita de policiais mili-
funcionários da Em-

ência de cercas de arame
farpado que estão sendo
edificadas no local para
evitar a presença de invaso-
res.

José Almeida
formou ao plená
sembléa Legislativa
medida para
pelo presidente

de lixo caia na coleta
Irregularidade na coleta
LOCAL



Aracaju, quarta-feira, 05

ANO II - Número 66 - Semana de 27 de junho

responsável: Luiz Eduardo Costa

Aracaju, quarta-feira, 05 de agosto de 1987

JORNAL
ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

ARACAJU, sábado 03 de janeiro de 1987 - ANO

JORNAL
da cidade

ARACAJU, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 1987 - ANO XVI - N. 4.574 - C2\$ 5,00

OLIMPICOS ESTADOS - C2\$ 6,00

DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA

ARACAJU, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 1987 - ANO XVI - N. 4.574 - C2\$ 5,00

OLIMPICOS ESTADOS - C2\$ 6,00

DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA

ARACAJU, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 1987 - ANO XVI - N. 4.574 - C2\$ 5,00

OLIMPICOS ESTADOS - C2\$ 6,00

DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA

ARACAJU, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 1987 - ANO XVI - N. 4.574 - C2\$ 5,00

OLIMPICOS ESTADOS - C2\$ 6,00

DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA

ARACAJU, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 1987 - ANO XVI - N. 4.574 - C2\$ 5,00

OLIMPICOS ESTADOS - C2\$ 6,00

DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA

ARACAJU, 15 DE FEVEREIRO DE 1987 PÁG. 02

ARACAJU, 15 DE FEVEREIRO DE 1987 PÁG. 02

ARACAJU, 15 DE FEVEREIRO DE 1987 PÁG. 02

DENÚNCIAS ANÔNIMAS

Alguns moradores que não quiseram se identificar, medo de represálias, dizem que no bairro os caminhos de propriedade Prefeitura e de part como por exemplo de ditado a vereador Jo residente na rua A, vñ tamente transfer aquele setor do efetuando a venda d badas de terra para preças que variam 100 cruzados.

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

que viver constantemente com o bairro, encorajais antigos moradores, continua com melhoras. Eles não têm muito o que

Após um breve diálogo de procura-se apresentar a uma série de pessoas, sempre perturbando e que essas per-
Alção imobiliária, por parte de construção civil, tem crescido em ritmos muitos elevados no Estado. Em Aracaju, com a valorização dos terrenos da Atalaia Nova, na Ilha de Santa Luzia, a despeito de campanhas que vêm sendo desenvolvidas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e ADEMA - Ação do Meio-Ambiente, manguezais estão sendo cercados e aterrados, para que ali se construam prédios e casas de veraneio, num verdadeiro desrespeito à natureza. Um a procura cada vez maior por aquele balneário, os terrenos chegam a valores entre 100 e 300 mil cruzados, a depender de sua localização, e, por isso, nem mesmo os sucatas são comprados. (Pág. 3).

Aracaju, quarta-feira, 05 de agosto de 1987

4.4 - A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS RECENTES

Nesta última parte, nossa intenção é mostrar, mesmo que de forma esboçada, as principais características que recentemente estão se manifestando no processo de formação do espaço regional metropolitano de Aracaju.

4.4.1 - DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E ÁREAS DE LAZER

A atividade turística tem sido impulsionada em todo o Brasil como forma de superar crises reinantes na economia do país. Sô se descobriu este importante filão gerador de rendas, a partir das necessidades internas, e observando o comportamento que este setor - chamado de "indústrias sem chaminé" - produz em outros países de estágios econômicos relativamente fracos ou instáveis como o nosso.

A década de sessenta foi o período em que foram dimensionadas as bases de estruturação do setor turístico brasileiro. Já no início da década atual, começaram a despontar os primeiros resultados expressivos, a nível de fluxos e receitas. A partir de 1984, o setor figurava entre as cinco principais fontes geradoras de renda no país e em vários estados da federação. As tendências estimularam um redimensionamento da atividade, e cada lugar passou a se preocupar em tirar proveito de suas potencialidades.

Em Sergipe⁴⁶, a atividade turística se desenvolveu também na década de setenta, a partir de incentivos promovidos pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste, que geraram as condições básicas para a organização desta atividade.

O turismo constitui para Sergipe, e particularmente para Aracaju e seu entorno, uma forma complementar de geração de rendas e de emprego, sem no entanto ter reflexos importantes sobre a estrutura básica da economia local. Falta

às localidades sergipanas com potencial expressivo na área turística, um melhor enquadramento e especialização das suas infra-estruturas.

Somente nas últimas gestões administrativas estaduais é que o turismo foi colocado na pauta das questões prioritárias. O objetivo é fazer do estado um mercado opcional na competição que se instalou em diversos pontos da região nordestina. Com efeito, o estado de Sergipe (localizado entre dois dos principais centros nordestinos - Bahia e Pernambuco), percebendo o "boom" deslanchado em Alagoas, seu vizinho concorrente, tratou de partir ofensivamente para a preparação de suas condições como opção turística, a fim de alcançar fatias no disputado espaço regional.

Esse despertar para o turismo passou a exigir grandes investimentos, e estes não teriam outra alternativa, inicialmente, se não houvesse os incentivos empreendidos pelo poder público.

Em muitos casos partiu-se praticamente da estaca zero, atacando-se em várias frentes, as quais deveriam dar sustentação mínima a um complexo que o Estado vem ousando implantar. E foi por isto que, a partir de Aracaju, foi definida uma política agressiva rumo a atingir os planos programados.

O Estado passa, então, a bancar propostas idealizadas por sua equipe de planejadores/tecnocratas. Inicialmente, define medidas de impacto. Paralelamente, e/ou num segundo momento, ataca com empreendimentos complementares.

Começa-se pela definição e construção de 10 (dez) novos estabelecimentos hoteleiros de categoria igual ou superior a 3 estrelas, para fins de lazer e turismo (6 hotéis na capital e 4 no interior - sendo 2 desses em município vizinho à capital), pois esta era uma das necessidades prementes para consolidar um processo deflagrado.

Paralelamente, o governo local passa a arregimen-

tar fundos junto a órgãos também estatais como a SUDENE, EMBRATUR e o FUNJETUR que, somados aos recursos oficiais sergipanos e de grupos interessados (em alguns casos) nos empreendimentos, deveriam materializar as novas obras.

Um discurso oficial é então inaugurado e amplamente divulgado além das fronteiras sergipanas, destacando as potencialidades turísticas (em jornais, redes de TVs, outdoors, revistas, famtours, etc), incrementadas por uma política nova (ver Figura nº 14), concebida por um "governo da moda".

Por trás de todo este discurso havia, na essência, além das tradicionais auto-promoções, a abertura de perspectivas de ampliação das atividades privadas de interesse local e de outras plagas. É o Estado local assumindo mais uma vocação que o sistema capitalista lhe engendra, espalhando-se de Aracaju por seus arredores e outros pontos do território estadual.

A partir daí é deslançado todo um elenco de obras complementares às novas infra-estruturas para o setor turístico que, em si, tornam-se infra-estrutura para outros setores que aparecem numa sucessão em cadeia, como a especulação da terra, a indústria de construção civil, empreendimentos imobiliários, entre outros.

O Estado, através de seus governantes, indivíduos que possuem estreitas vinculações empresariais e que atuam direta ou indiretamente no setor de turismo, elege então a zona sul na orla marítima de Aracaju, como área a ser transformada num "novo cartão postal para a cidade". É pois para essa zona, classificada anteriormente como área de expansão urbana e onde a presença da especulação imobiliária (grandes loteamentos, condomínios fechados, etc.) já era intensa, que são destinados os investimentos.

Começam a se repetir então, na costa sergipana, os padrões de urbanização que, em décadas anteriores serviram de modelo de crescimento e símbolo de desenvolvimento pa

Figura nº 14

EXEMPLO DE TIPO DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DE SERGIPE, INSTALADO PELO GOVERNO LOCAL, NA ERA DA "NOVA REPÚBLICA"

AGORA O NOSSO SOL TEM MAIS ESTRELAS.



Sol. Belezas naturais. Cidades históricas.

Tudo isso Sergipe tem. E tem de sobra.

Mas faltava uma indústria hoteleira à altura da grande demanda. E a palavra certa é realmente essa: faltava.

Agora Sergipe dispõe de mais 9 novos hotéis de categorias 4 e 5 estrelas.

Quatro já estão em pleno funcionamento e outros cinco estarão operando até março do próximo ano.

E a Nova República que mostra um ótimo exemplo e faz surgir um Novo Sergipe.

Sorte sua que agora tem uma nova opção para suas férias e fins de semana.

Sergipe está na moda.

Pegue o próximo avião e se mande pra cá.

NOVO SERGIPE. NOVA REPÚBLICA.

FONTE: REVISTA NOVA - MARÇO/86.

EMSETUR

BANESE

Banco do Estado de Sergipe S.A

GOVERNO
JOÃO ALVES FELKO



ra grandes cidades do litoral brasileiro, e que se repetem também em cidades de "médio porte", como Natal, João Pessoa, Maceió, Vitória e Florianópolis.

No caso aracajuano, tais padrões se consubstanciam no projeto da Coroa do Meio (a ser discutido no próximo capítulo) e na extensa área aberta à especulação com a implantação, ao sul do município, das rodovias dos "Náufragos" (SE 438) e "José Sarney" (SE 100)⁴⁷.

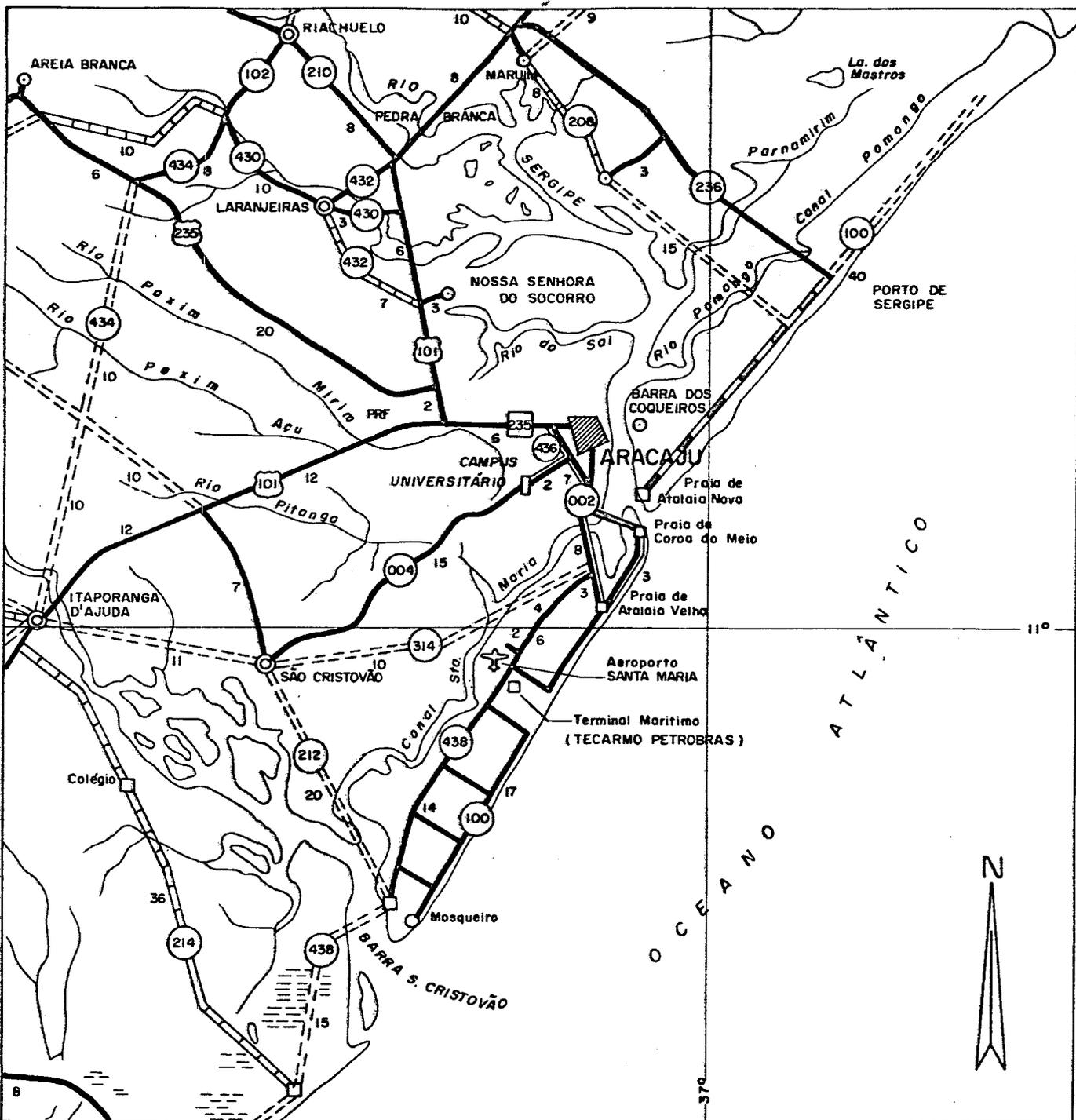
A rodovia "José Sarney"⁴⁸, concebida como parte do plano de expansão urbana para desenvolvimento turístico, corre paralela à rodovia dos Náufragos (ver Figura nº 15), a mais ou menos 1 Km de distância desta. Seu verdadeiro objetivo, não há dúvida, é o de viabilizar empreendimentos imobiliários implantados (alguns encahados) ou a serem produzidos, em locais que já vêm sofrendo a "esterilização agrícola". Além do mais, trata-se de uma obra construída sobre um conjunto dunário em processo de estabilização e sobre locais de "vestígios culturais"⁴⁹ que, como componentes do ambiente, têm valor ecológico, arqueológico e histórico.

Consta das intenções previstas e anunciadas para com esta rodovia, uma integração a mais entre Sergipe e a Bahia, que se fará a partir da "estrada do coco", uma rodovia que se origina nas imediações do aeroporto da capital baiana, avançando pelo litoral norte daquele estado até alcançar o litoral sul-sergipano⁵⁰.

Partindo de Aracaju — com cerca de 20 Km já implantados até a foz do Vasa Barris — esta rodovia deverá encurtar em cerca de 100 Km as distâncias entre a capital sergipana e a capital baiana. Em seu trajeto, "vilas ou comunidades de pescadores" estarão sujeitas a serem substituídas ou incorporadas por extensos loteamentos ou condomínios (além dos de Aracaju, o Barra do Jubiabá nos Abaís, e outros tantos clandestinos), clubes de lazer (Abaís Praia Clube) e projetos de empreendimentos turísticos.

FIG Nº 15

LOCALIZAÇÃO DA RODOVIA "JOSÉ SARNEY" IMPLANTADA EM ARACAJU



CONVENÇÕES

- Pavimentada
- Duplicada
- Pavimentada
- Em Obras de Pavimentação
- Implantada
- Em Obras de Implantação

OBSERVAÇÕES:

Rodovia 438 = Rodovia dos Naufragos
 Rodovia 100 = Rodovia "JOSÉ SARNEY"

FONTE: Detalhe a partir da Carto-Base fornecida pelo DER-SE, 1987.

A partir do balneário de Atalaia, ainda em Aracaju, o cenário desta rodovia se inicia com o carro-chefe de parte deste complexo turístico e residencial: um extenso calçadão, de quase 1 Km, também edificado pelo governo estadual. Diversos equipamentos populares de lazer, bares, quiosques e restaurantes enfeitam esta parte da obra (ver Foto nº 25), e se sucedem em 10 outros pontos da extensão da rodovia, conforme mostra o esquema publicitário na foto nº 26.

Entre os equipamentos acima mencionados, estão estabelecimentos hoteleiros (entre os dez programados na gestão do último governo estadual) e um camping do CCB - Camping Club do Brasil. O Hotel Parque dos Coqueiros (controlado e administrado pelo Grupo Meniberg - SP) é o único do gênero em Sergipe classificado com 5 estrelas. O outro estabelecimento, o Hotel das Dunas, localizado na Praia do Robalo, é classificado como de 3 estrelas (sendo controlado e administrado pelo grupo alagoano Omena).

Quanto aos demais hotéis programados para serem construídos em Aracaju, estes se inserem no plano de ampliação dos equipamentos de turismo e lazer na faixa tradicional do balneário de Atalaia/Coroa do Meio, e alguns até já estão em funcionamento.

Esta expansão da rede hoteleira via incentivos estatais tem favorecido grupos empresariais, não somente de outros estados, que são estimulados a investir no mercado sergipano, como também o empresariado local, destacando-se aqueles que já dispõem de experiência no ramo (grupos Nascimento e Viana de Assis) ou, ainda, aqueles empresários que desejam diversificar suas atividades, como é o caso de empresários da construção civil (grupo Celi por exemplo).

Há casos em que estas concessões apresentam nítidas vinculações políticas, como é o caso do Atalaia Nova Praia Hotel (construção em andamento - Grupo Ivan Pereira (ex-Prefeito da Barra dos Coqueiros/IMOSSEL) ou do Brisa Mar Hotel (do Grupo Viana de Assis, ex-Prefeito da Capital e

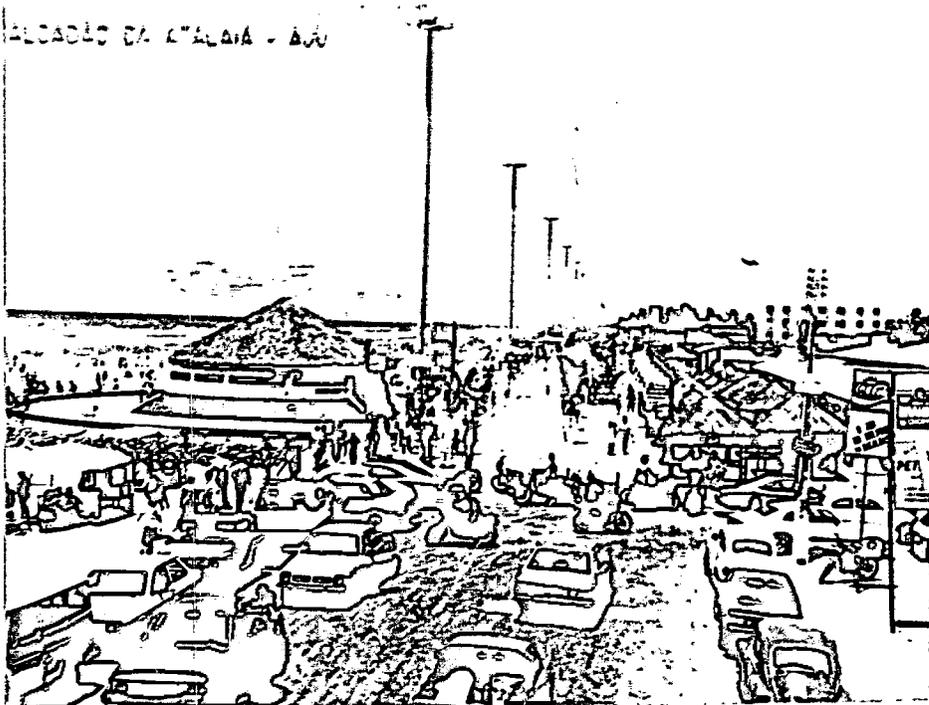
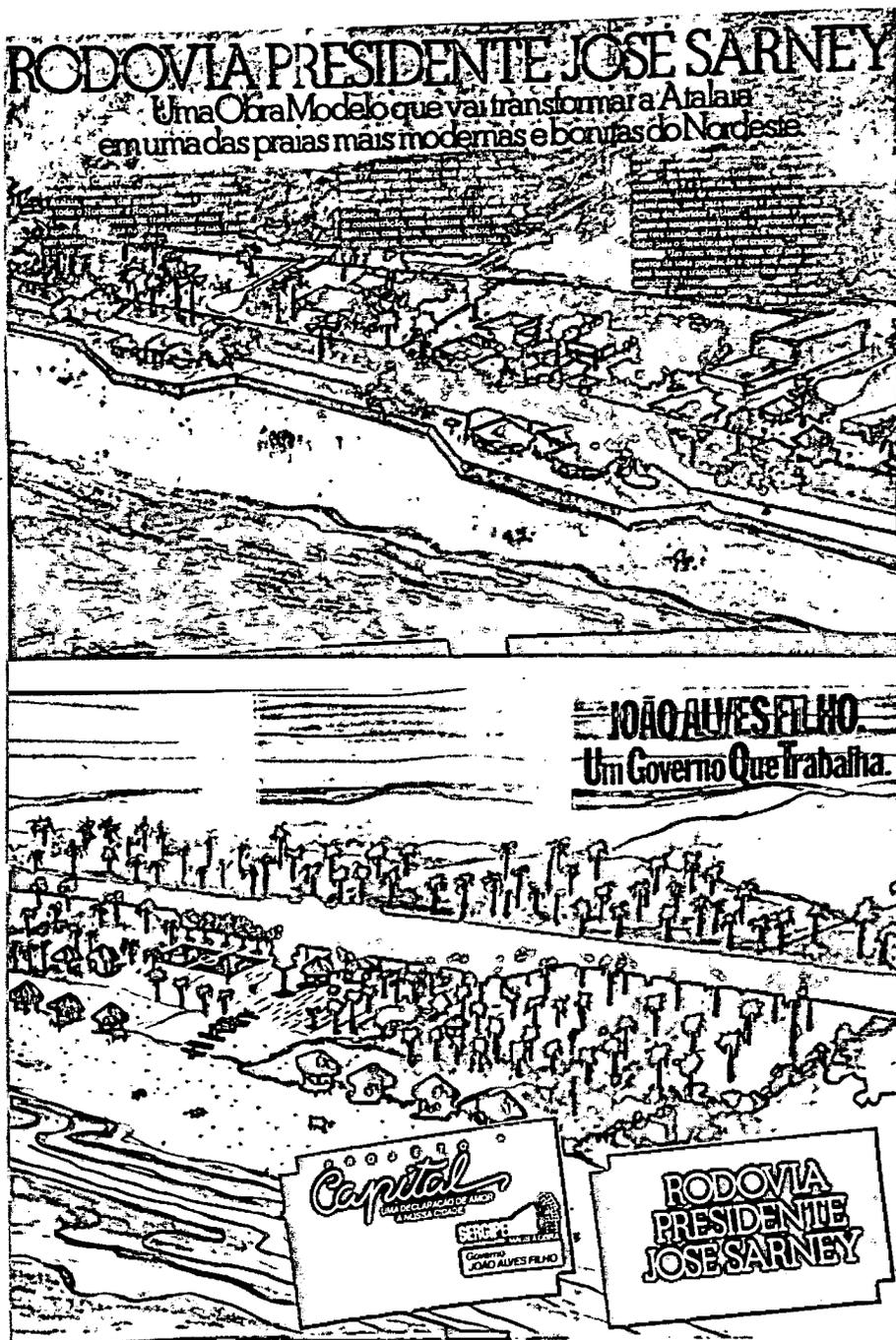


Foto nº 25

Reprodução
 Fotográfica (de
 A. Santana):
 Calçada da
 Atalaia Velha
 (Aracaju), início
 da rodovia
 José Sarney

Foto nº 26

Reprodução de
 folder com esquema
 ilustrativo dos
 tipos de usos
 projetados para
 a rodovia
 "José Sarney" e a
 mensagem a
 referida obra
 representada.



atual Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo).

Um processo com características idênticas ao que está acontecendo em Aracaju, está também se esboçando, no vizinho município de Barra dos Coqueiros. Lá, a partir da chegada de dois novos hotéis (um na costa, tipo 4 estrelas e em pleno funcionamento, e o outro no povoado de Atalaia Nova, em vias de conclusão - em janeiro/89 as obras encontravam-se paralisadas) veio reforçar a atração que a área desperta. Paralelo a isto nota-se um intenso processo de mudança no uso do solo, que vem substituindo o caráter bucólico do lugar pela movimentação desordenada advinda com a construção de inúmeras residências que, diga-se de passagem, têm características, não de residências de veraneio, mas sim de segunda residência para usos em fins de semana.

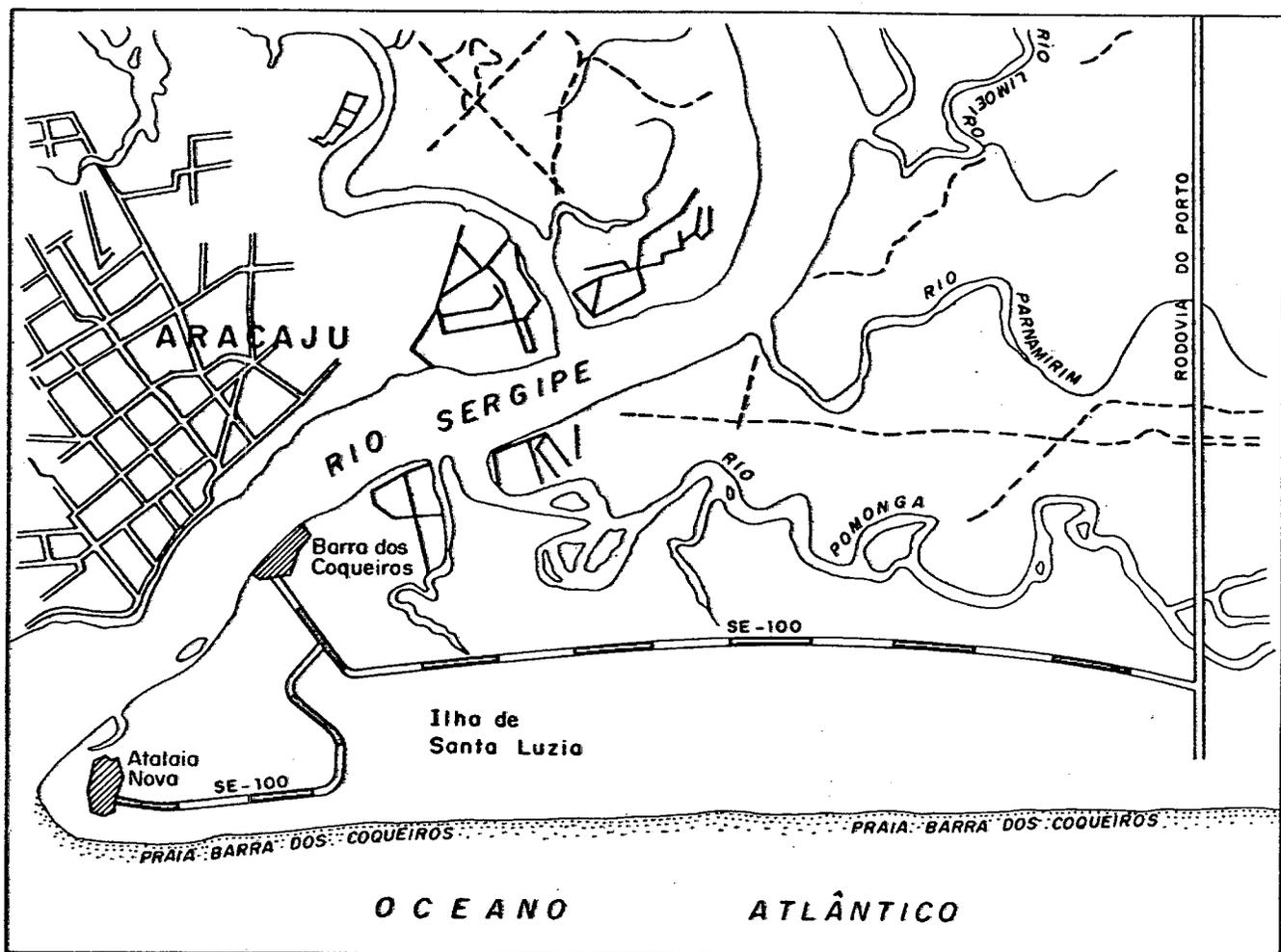
A construção do cais (terminal hidroviário) para lanchas facilitou, sobremaneira, os acessos ao povoado, e estes certamente serão ampliados assim que for implantada a ligação rodoviária asfáltica (SE 100/Em obras) entre o povoado, a sede municipal e a área portuária, esta última integrada ao complexo do Pólo Cloroquímico, ao norte da Ilha de Santa Luzia (ver Figura nº 16).

Esse balneário, além de comportar-se como núcleo residencial dormitório de Aracaju, tem ainda a capacidade de servir como área extensão/opcional para lazer e turismo, na região da capital. Entretanto, a precariedade da infraestrutura local (saneamento, abastecimento de água, pavimentação, coleta de lixo, luz, policiamento, posto de saúde, etc.) tem "despertado" a comunidade e opinião pública em geral, para os problemas do crescimento desordenado e, principalmente, para os riscos ambientais nele contidos.

A SEDUSE - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente estava preparando, em 1987, um projeto de reurbanização para a Atalaia Nova. Isto significa que o Estado ensejará esforços e alocará recursos públicos em mais uma área que se urbaniza para a "classe média" (quase que exclusivamente de

FIG. Nº 16

PLANTA DE SITUAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PLANEJADO
PARA O MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS



CONVENÇÕES

Implantação das  Trecho do Projeto 

FONTE: Governo de Sergipe/DER, Projeto Final de Engenharia da Rodovia SE-100 (Porto - Barra dos Coqueiros - Atalaia Nova) Vol. 1, elaborado pela firma Maia Meio Engenharia, Aracaju, Janeiro de 1986, p. 5

Aracaju), e que segmentos empresariais poderão investir com mais tranquilidade, em empreendimentos turísticos, dentro da atual vocação funcional do local.

Faz parte ainda das intenções governamentais colocar o litoral sergipano, como ponto de negociação da dívida externa brasileira, e certamente a Barra dos Coqueiros poderá entrar, como uma das áreas de opções, incluindo aí o Balneário de Atalaia Nova.

Segundo informações de Secretários de Estado, em matutinos televisivos locais, órgãos do governo estadual estavam estudando a possibilidade de apresentar ao governo federal um "grande projeto integrado de desenvolvimento turístico e preservação ambiental", para ser negociado com empresas (bancos, talvez) japonesas. Não se sabe em que condições estas negociações seriam estabelecidas, nem se tem conhecimento se efetivamente se realizaram.

No entanto, sabe-se que, durante o 1º Leilão para Conversão de Dívida Externa e Investimentos, realizado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 29/03/1988, o grupo Espanhol REGYNA INVESTIMENT obteve o direito de aplicar cerca de 10,9 milhões de dólares em projetos de ampliação do Hotel Parque dos Coqueiros (categoria Lazer), construído pelo governo de Sergipe (1986) e controlado pelo grupo paulista Meniberg⁵¹. Isto evidencia mais um papel exercido pelo Estado, no caso o de intermediador de ações para "interesses capitalistas" no espaço urbano da capital e de sua região.

Concluindo esta parte, pode-se dizer que, até o presente momento, ainda falta muito para que o "pólo turístico" sergipano possa ser considerado como consolidado no contexto nacional. Falta-lhe ainda, uma série de atividades de suporte, inclusive no que diz respeito à qualificação de mão-de-obra, com salários compatíveis aos profissionais habilitados.

Como se trata de um mercado em formação na economia urbana local, é possível que, aos poucos, o próprio Esta

do venha a se preocupar com muitos desses detalhes, seja por pressão das opiniões dos turistas, seja, principalmente, por solicitação dos empresários que, através da Empresa Estadual de Turismo (EMSETUR) procurarão suprir deficiências, hoje tão presentes nos locais de atração turística. É preciso, no entanto, que essa empresa passe também a atuar com mais eficiência nas funções que lhe cabem e não apenas a se comportar como entidade materno-assistencialista, de promoção de interesses governamentais ou privados. Dos investimentos aplicados é necessário um acompanhamento do retorno programado e alcançado, a fim de que recursos sejam relocados na própria manutenção dos muitos espaços que socialmente são produzidos.

4.4.2 - IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE BASE E SISTEMA PORTUÁRIO

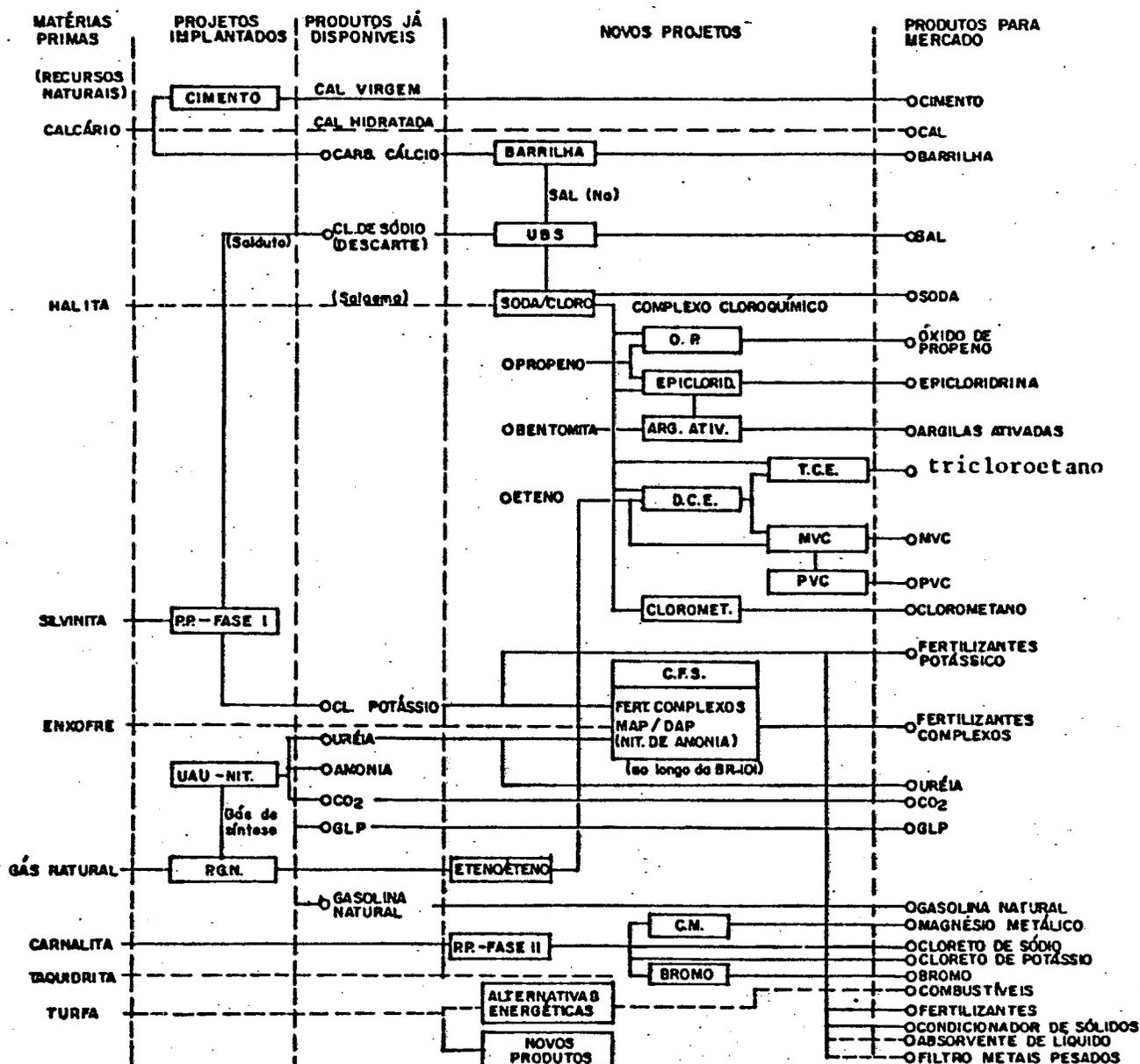
É desnecessário retomar outras discussões para mostrar a importância da presença da PETROBRÁS, e de suas subsidiárias coligadas, no processo geral de transformação sócio-espacial do estado de Sergipe. Acreditamos que as colocações feitas em capítulos anteriores já demonstraram, claramente, de que modo aquela empresa tem contribuído no redimensionamento da vida do estado.

A exploração das riquezas minerais de Sergipe, e conseqüentemente, a presença de empreendimentos (alguns já implantados) para beneficiar esses recursos naturais (ver Fluxograma na Figura 17) possibilitará que o estado e o país não apenas economizem volumosas somas, mas também, gerará condições para a auto-suficiência em determinados setores da economia nacional, como na área dos fertilizantes nitrogenados.

No desenrolar das etapas deste projeto, significativas transformações vêm ocorrendo, ampliando fluxos de recursos que movimentam relações de capital e trabalho e seus

Figura nº17

ESTADO DE SERGIPE
RECURSOS NATURAIS E SUAS RESPECTIVAS POTENCIALIDADES
MATRIZ DE OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS



P.P.-Proj.Potássio; UAU-Unid.de Amônia/Urcia-Nitrofértil; PGN-Planta de Gasolina Natural; UBS-Unid.de Beneficiamento do Sal; OP-Óxido de Propeno; CFS- Complexo de Fertilizantes de Sergipe; CM-Cloreto da Magnésio

FONTE: Governo de Sergipe/SEPLAN-INEP-NUCIT. Linhas de Ação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado de Sergipe, Aracaju, 1988, p.29.

diversos impactos. Por sua magnitude, este projeto vem aguçando, também, as esperanças de melhoria da qualidade de vida de muitos cidadãos, razão pela qual é importante historiar um pouco a sua trajetória.

Em vários momentos do estágio de desenvolvimento industrial recente de Sergipe, muitos embates se travaram no sentido de definir um modelo industrial mais viável de acordo com a disponibilidade de matéria-prima.

Os estudos realizados por técnicos sergipanos⁵², na década de setenta, foram determinantes para auxiliar as diretrizes políticas de luta pela industrialização dos minerais e, conseqüentemente, a necessidade de implantação de um sistema portuário capaz de atender não somente às atividades de exportações de recursos "in natura", mas também, industrializados ou pré-industrializados.

Aos poucos o complexo industrial foi se materializando, tendo como ponto de partida os primeiros empreendimentos implantados a partir de pontos estratégicos, junto às estruturas de exploração mineral (em especial do gás natural) indispensáveis entre as fontes de energia, para a demanda local.

Ainda na década de setenta, começava-se a construir a unidade I da planta de Gasolina Natural e de GLP (junto ao TECARMO), em Aracaju, - para atender às Usinas de Amônia, Uréia e Fertilizantes Nitrogenados, em Laranjeiras, vinculadas à NITROFÉRTIL - Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste, através de sua fábrica de Fertilizantes de Sergipe (FAFEN-SE), que iniciou suas atividades produtivas em 1981⁵³.

Posteriormente, implantou-se a usina de beneficiamento da PETROMISA - para produção de Cloreto de Potássio a partir da Silvinita - em Santa Rosa de Lima (projeto Taquari - Vassouras), cujo projeto também está integrado ao complexo industrial.

Para viabilizar estes empreendimentos, tornou-se

imperiosa a participação do governo estadual, que ficou responsável pela provisão da infra-estrutura necessária à execução dos projetos (construção de rodovias, adutoras, sistema energético, etc.) e, também, pelo atendimento das demandas sociais dos operários das unidades fabris (como habitação, educação, saúde, lazer, etc.) conforme discutimos anteriormente algumas questões.

Os projetos pioneiros, que formam a base do "futuro pólo" enfrentaram, ainda na primeira metade dos anos oitenta, problemas de limitação da capacidade produtiva e de escoamento do seu produto final.

A construção de um porto (centenária reivindicação dos sergipanos, que serviu de motivo para a transferência da capital em 1855, de São Cristóvão para Aracaju) tornou-se então inadiável.

Para estabelecer os fluxos de cargas das empresas, quando estas entrassem em pique definitivo de produção, seria praticamente inviável o escoamento de produtos (sólidos, líquidos e basicamente inflamáveis) a grande distância por rodovia ou mesmo por ferrovia. Na rota Aracaju / Salvador (Pólo de Camaçari) por exemplo, o trajeto era antiquado e passava por dentro de muitas cidades (inclusive por Aracaju, como acontece ainda hoje), colocando em risco os serviços de sempenhados e expondo as populações a possíveis acidentes.

Foi preciso, entretanto, que essa decisão fosse primeiramente referendada por uma política nacional de petroquímica⁵⁴ notadamente em seu rebatimento no eixo químico do nordeste (de Pernambuco/SUAPE até a Bahia/CAMAÇARI) para que Sergipe viesse a ter a possibilidade de implantar definitivamente seu complexo industrial. Este complexo constituir-se-ia de uma área portuária e de uma área de instalação do complexo propriamente dito, que seria integrado ainda pelas unidades da NITROFÉRTIL e PETROMISA, mais as fábricas de cimento (duas do Grupo VOTORANTIM e uma do Grupo JOÃO SANTOS) que aproveitariam o calcário da região e dariam a base de dinami

zação da indústria da construção civil.

O governo estadual preparou-se para enfrentar as disputas, muitas de interesses regionais, agilizando suas articulações em "negociações políticas", com base na oportunidade que a conjuntura de transição nacional lhe oferecia⁵⁵ e que no governo do Presidente Figueiredo foram "sistematicamente boicotadas". A "máquina estadual" foi acionada e, via influências e prestígios pessoais (muito mais políticos que econômicos), o governo estadual iniciou uma série de novos embates, tentando, com isso, trazer para Sergipe conquistas até então ditas como ousadas, para uma pequena unidade federativa.

Como era de se esperar, a construção do porto, pela magnitude do investimento se converteria em um catalizador de conversações e negociações. A partir dele, outras atividades, principalmente as industriais e/ou afins, que se encontravam em compasso de espera (apesar dos avanços oferecidos pelos estudos, montagens de projetos e até tramitação em instâncias como SUDENE/BNB/BB/CEF, etc.), passariam a ter uma melhor definição e perspectivas nos seus destinos.

O porto é de interesse direto da PETROBRÁS e de suas subsidiárias. Por isso, em 1986, aquela empresa estabeleceu com o governo estadual um acordo pelo qual se comprometeria a construir aquela obra para a SERGIPORTOS, Empresa administradora de Portos de Sergipe, dependendo a totalidade dos recursos, para posterior ressarcimento (em quais condições, não foi tornado público).

Os trabalhos iniciaram-se em março de 1987, sob a responsabilidade da construtora Norberto Odebrecht, vencedora da licitação, que terá de entregar a obra até março de 1990. A localização escolhida para o terminal portuário foi o litoral norte da ilha de Santa Luzia, município de Barra dos Coqueiros, segundo definição anterior (fins da década de setenta) do governo do estado, que havia inclusive começado a construir as infra-estruturas básicas, como o acesso

ao canteiro de obras, a partir da BR-101. Este empreendimento dista aproximadamente 15 Km de Aracaju (ao norte) com acessos pela costa, ou a 50 Km via BR's 235/101.

O complexo portuário⁵⁶, que compreende um retroporto (área para armazéns e depósitos de granéis sólido e líquido, além das atividades administrativas) e um cais ligado à terra por uma ponte de 2,3 Km (ver reprodução fotográfica da maquete, Foto nº 27), terá um raio de atuação que deverá abranger em torno de 30 Km em linha reta, na chamada zona de atuação direta que o integra ao pólo cloroquímico (ver esquema cartográfico, a partir da Figura nº 18).

Face às considerações colocadas, convém salientar os prováveis impactos que tal localização – e raio de atividades – terão no espaço circundante, especialmente a partir do novo eixo de acesso que ligará a área do pólo à capital.

Esse novo arranjo espacial poderá gerar, no futuro, problemas de várias ordens para o estado e para aquela região em particular, haja vista a desenfreada "alteração" que está se processando no conjunto das paisagens (rural ou urbana), sem nenhum acompanhamento efetivo e competente por parte do poder público.

Neste sentido, parece-nos que de nada adiantou o esforço realizado por técnicos do próprio governo estadual, ao definir um "Plano Diretor Espacial e Planejamento do Uso do Solo na Região de Aracaju"⁵⁷, com vista a oferecer subsídios à implantação de projetos, de exploração e industrialização mineral e minimização por conseguinte, de seus impactos negativos.

Situações desta natureza nos preocupam, em especial a possibilidade incubada, da construção de uma ponte sobre o Rio Sergipe (que separa Aracaju da Barra dos Coqueiros em ⁺ 1 Km), encurtando assim as distâncias e acessos entre a capital e a área portuária. Se hoje, a barreira constituída pelo rio ainda "protege" as estruturas sócio-ambientais locais da desenfreada penetração e especulação do solo

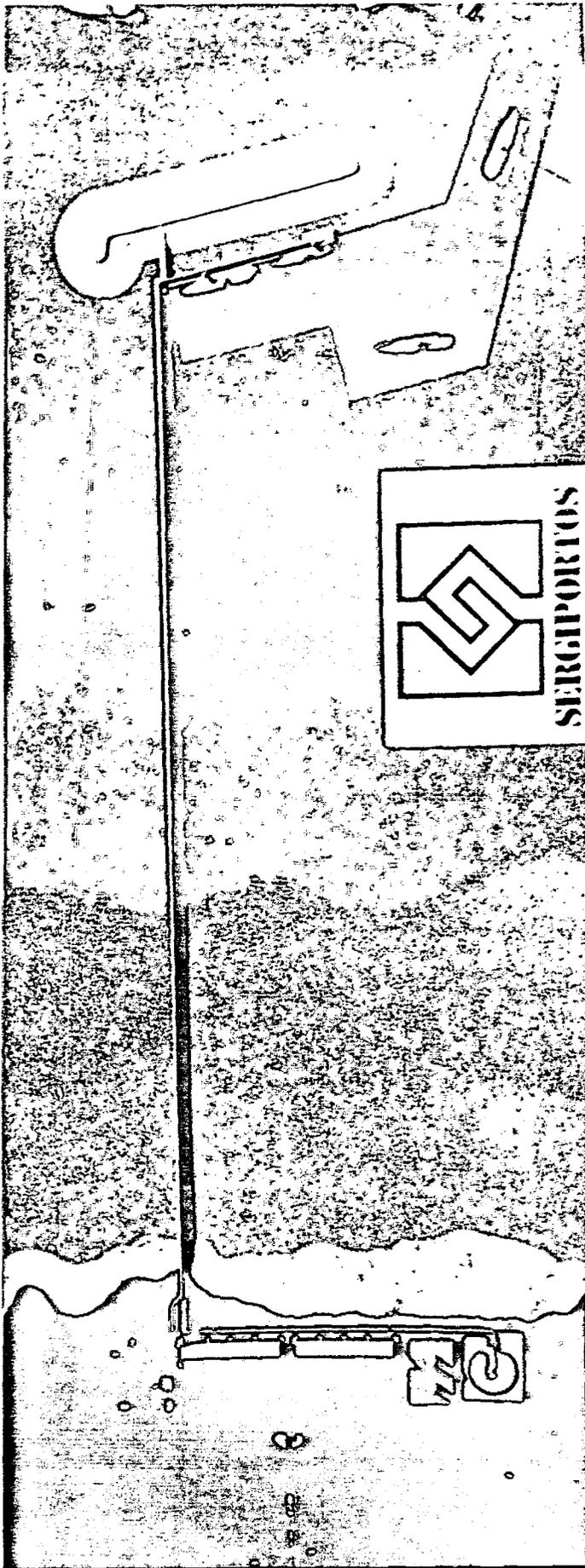
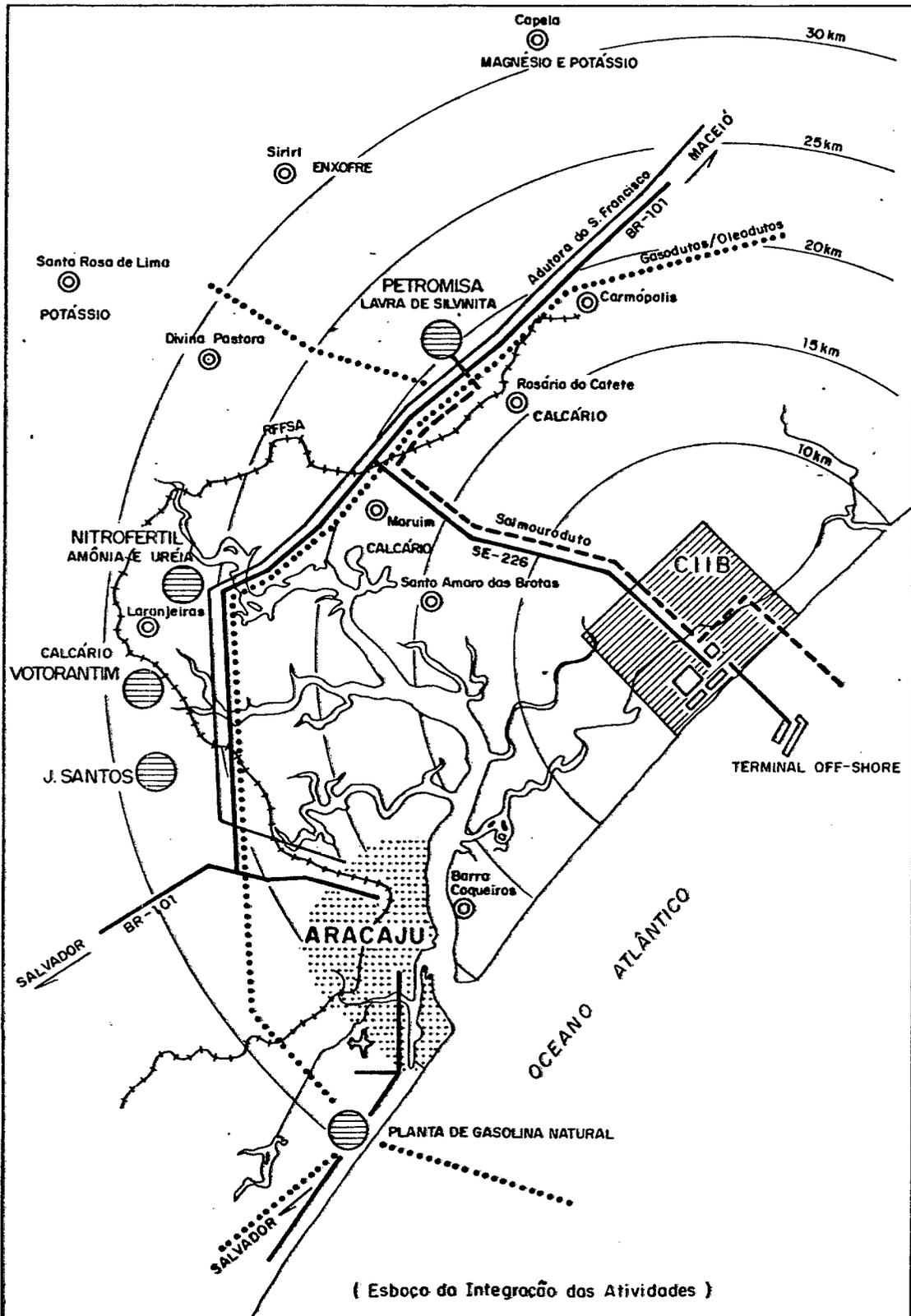


Foto nº 27 - Reprodução de foto (cópia cedida SEGEN-COTESE) da Maquete do Porto de Sergipe, a ser implantado no município de Barra dos Coqueiros).

FIG. Nº 18
ESQUEMA BÁSICO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE
BASE/PÓLO CLOROQUÍMICO DE SERGIPE



FONTE: INFORME PUBLICITÁRIOS DO GOVERNO DE SERGIPE.

da Ilha de Santa Luzia, caso haja concretização do plano e execução da obra, nada poderá contê-las.

Acrescente-se, finalmente, a intenção anunciada pelo governo estadual de solicitar do governo federal autorização para instalação, no litoral sergipano (provavelmente na Barra dos Coqueiros onde está instalando o complexo portuário), de uma área para Z.P.E. - Zona de Processamento de Exportação⁵⁸ -, cujas atividades estariam vinculadas, de certo modo, às unidades fabris do próprio Pólo Cloroquímico.

NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Tornou-se moda discutir o papel do Estado - na sua atuação complexa e de dinâmica variável no tempo e espaço - como parte significativa na constituição da sociedade de classes. Isto é algo que, aliás, não é recente pois, nos diversos segmentos analíticos, a questão se apresenta a partir do objeto principal de cada interpretação concreta.

É importante notar que as discussões têm surgido a partir da existência de uma problemática instalada, onde se produzem teorias com conceitos e noções para cada caso, mas dentro de um quadro histórico local e integrado globalmente.

2. Para aprofundar investigações acerca do pensamento de ALTHUSSER na questão sobre o "Estado", ver considerações feita pelo autor nas seguintes obras: Aparelhos Ideológicos do Estado, Rio de Janeiro, Grall, 1987 e Pour Marx, Paris, Maspero, 1966.
3. O enfoque da questão Capital x Trabalho aparece com frequência nas obras de Manuel Castells. Ver obras do autor citadas nas referências bibliográficas, ao final deste trabalho. Entretanto, vale salientar, que entre tantas outras referências que tratam do papel do "Estado e Questões Urbanas", inclusive, com análises das visões de pensadores em diversas correntes (funcionalista, estruturalista e materialista), Jean Lojkine é o que nos apresenta uma das melhores coletâneas de informações. Ver LOJKINE, Jean. O Estado e Questão Urbana (Le Marxisme l'État et la question Urbaine - 1977), São Paulo, Martins Fontes, 1981. Nesta obra ver, por exemplo, o capítulo I, em que o autor trata sobre "Estado, Política e Lutas de Classe. Da tomada de decisão à produção social da Política Estatal", pp.29-119.

4. Ver OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil. In: Espaço & Debates, nº 6, jun./set., 1982, pp.36-57.
5. Idem. Op. Cit., pp.36 e 37.
6. Ver "Gramsci e o Estado" in CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas, Papyrus, 1986, Capítulo 3, pp. 89-117.
7. Ver PORTELLI, Hugnes. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, 1977. Nesta obra, o autor busca em Gramsci, o que define como sendo estrutura ou infra-estrutura (as categorias da sociedade econômica), e a superestrutura, as categorias da sociedade política (aparelho de estado) e a sociedade civil (maior parte da superestrutura).
8. Cf. MACCIOCCI, Maria Antonieta in A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.152. Apud SERRA, Rose Mary. O Estado como Problema Teórico in A Prática Institucional do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1983, pp. 21-28.
9. Ver PORTELLI, Hugnes. Op. Cit., pp.62 e 63.
10. SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis, 1979. Ver nesta obra, Cap. I (Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método), pp.9-27.
11. OLIVEIRA, Francisco. Op. Cit., pp.36-57.
12. Ver CORRÊA, Roberto L. O autor identifica alguns desses instrumentos segundo a concepção oferecida por A. Samson. Entre outros, CORRÊA cita aqueles instrumentos relacionados com aspectos de legislação e normas para uso do solo urbano, que se constitui num marco jurídico de toda superestrutura legal. Ver considerações in O Espaço Urbano (no prelo), editora Ática (cópia gentilmente cedida pelo autor com autorização para consultas) série Princípios, p.22 e 23.

13. OLIVEIRA, Francisco. Op. Cit., várias páginas.
14. Idem, Op. Cit., pp.41-43.
15. Entre autores que tratam do assunto, ver EGLER, A.C. Dinâmica Territorial no Brasil - 1970/80. In Tecnologia e Gestão do Território. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1988, pp.121-158.
16. SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova. São Paulo, Editora Hucitec, p.182 (Ver Cap. XVI - O Estado não como uma unidade geográfica de estudo).
17. Idem. Op. Cit. p.180.
18. CORRÊA, Roberto Lobato. A Periferia Urbana in Geosul, nº 2, ano 1, Florianópolis, Editora da UFSC, p.72.
19. Cf. Roberto Sinclair, "Von Thünen an Urban Sprawl", Annals of the A.A.G., vol. 57, nº 1, 1967, p.72 a 87. Apud FRANÇA, Vera, L. Alves. "A Cultura do Coco-da-Baía e as Transformações no Litoral Sergipano. Dissertação de Mestrado em Geografia. Aracaju, UFSe, 1988, p.93 (inédita).
20. FRANÇA, Vera Lucia A. Op. Cit. p.93.
21. Faz-se referências àquelas formas que têm como fim o consumo alimentar, com a coleta de frutos tropicais, tipicamente de áreas litorâneas, particularmente no nordeste (como caju, a mangaba, a maçaranduba, o ingá, o grageiru, o sapoti, o muricy, etc) que cada vez mais escasseiam nas safras anuais, tendo um consumo garantido com produto de outras procedências. Em relação à extração do sal marinho, que no passado ainda não muito distante era uma atividade de significativa importância para a economia local, em seus lugares gradativamente foi substituída por tanques para criatórios de peixes ou camarão, ou sofreram aterros para construção de habitações, muitas vezes nas formas de auto-construções. Ressaltamos ainda que, o uso

abusivo e depredativo dos mangues e outros arbustos das restingas, pelas carvoarias ou fornos de estabelecimentos industriais de pequeno porte, como as olarias e padarias, em muito contribuiu para que essas áreas fossem rapidamente utilizadas pela especulação imobiliária. Nesse contexto, vale por extensão lembrar, o desaparecimento de morros com jazidas de argilas e areias, também abundantemente utilizados nos aterros e na indústria de construção civil.

22. Tomamos por base, conceitos definidos por CORRÊA, R. L. Op. Cit., pp.73-76.
23. Para as pessoas que residiam em certas localidades ao sul de Aracaju, houve durante muito tempo (segundo testemunhos e depoimentos) uma espécie de "usos comunais da terra" naquelas redondezas, marcadas pela solidariedade entre vizinhanças. Estas formas de organização social não são típicas das áreas litorâneas nordestinas, onde a apropriação da terra se caracterizou com bastante evidência, por grandes propriedades monocultoras ou criadoras. É possível atribuir a este fato localizado como um vestígio de influência cultural colonial, de enclaves, entre grandes propriedades e que, com o passar do tempo existiram vinculadas com outras formas dominantes, de interesses comerciais para outros, como a atividade de coco-da-baía. Experiências mais expressivas de "uso comunal" podem ser identificadas em áreas de colonização açoriana, no sul do Brasil (como no litoral Catarinense) e, mesmo assim, sem o sentido material que aconteceu na Europa pré-capitalista. CAMPOS, Nazareno. Terras Comunais e Pequena Produção Açoriana na Ilha de Santa Catarina, dissertação de Mestrado em Geografia, na UFSC (em elaboração) procura tratar acerca dessas questões.
24. Os Coqueirais durante muito tempo se constituíram como "atividades extrativas" que rendiam lucros para pessoas que comercializavam seus produtos (in natura ou industria

- lizados), em Aracaju. A terra, nas áreas dos coqueirais, era uma "propriedade ausenteísta" em zonas de marinha, que reunia também "usos coletivos para subsistência" entre as pessoas que residiam e/ou trabalhavam nos coqueirais.
25. Acrescente-se a estes dados os fatores chamados naturais (limitações biogeográficas, não renovação das áreas plantadas, doenças, pragas como o "fogo do coqueiro", "podridão do olho" e "anel vermelho") que, associados, estimulam os donos das propriedades a promoverem mudanças nas formas de usos da terra. Ver detalhes de informações in FRANÇA, Vera L. A. Op. Cit. pp.34/35 e 94/95.
26. Cf. pelo editorial da Gazeta de Sergipe, Humanização da Cidade em 23/09/1978, a partir de uma explanação feita pelo então Prefeito de Aracaju, Engenheiro João Alves Filho, numa reunião do Rotary Clube.
27. O principal acionário do grupo tem vinculações com a política local, em função de seu passado recente, como Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros. Neste município, além de possuir loteamentos na sede e no povoado de Atalaia Nova, seu grupo foi beneficiado pelo governo estadual com concessão para implantar um empreendimento hoteleiro, financiado pelo BANESE, desde a administração João Alves e que, ainda no governo atual, o empreendimento não se encontra concluído (jan. 89).
28. De acordo com os objetivos que norteiam a sua atuação, esta empresa estatal tem como filosofia, suprir a demanda habitacional, com programas populares, para as camadas sociais que percebem remunerações na faixa salarial de 1 a 5 salários mínimos.
29. Vale salientar, a título de ilustração que em certa ocasião, próxima de um período eleitoral, a concessão de chaves se deu por sorteios durante uma sessão pública no

maior estádio de futebol da capital, com presença de políticos, num verdadeiro show promocional para personalidades em campanha.

30. A influência do local onde estes núcleos tendem a ser instalados (áreas próximas às praias, terrenos de mangues ou salobros desmatados, infectados, etc.), o tipo de material utilizado nas obras e a tecnologia empregada nas construções, como também a falta de conservação e/ou manutenção de equipamentos, são aspectos que fazem com que haja uma rápida aceleração nos desgastes aparentes da fisionomia, em cada núcleo.
31. A "marca" dos cidadãos adquirentes de casas ou apartamentos nos núcleos da COHAB, nos revelam traços culturais das origens das pessoas, que promovem um cenário popular relevante para estudos ligados à dinâmica de processos migratórios e de reflexos sócio-econômicos.
32. Conforme declarou o Secretário de Estado para o Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Sr. Antônio Dória, ao jornal "O QUE", Aracaju (semanário), em 1988.
33. O Projeto "Grande Aracaju" foi uma iniciativa do governo João Alves e que está sendo prosseguido na atual gestão (gov. Antônio C. Valadares), com a implantação de obras de envergadura, como o saneamento da capital; ampliação de áreas viárias; sistema de transportes de massas; áreas de lazer e de desenvolvimento turístico, etc.
34. Está previsto também, pela SEDUSE (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) a implantação de equipamentos para lazer e turismo em áreas litorâneas de Aracaju (Atalaia-Mosqueiro) e Barras dos Coqueiros (Atalaia Nova), sendo anunciado para esta última a execução da implantação de um "Plano Diretor de Uso do Solo" que se encontra em fase de estudos e planejamento.

35. O INOCOOP em Sergipe foi fundado em 1967 e está vinculado à área de atuação regional conjuntamente com a Bahia.
36. Esses terrenos urbanos "ociosos" tornam-se em entraves para a administração municipal, ao tempo em que geram obstáculos na solução de questões habitacionais. Em alguns casos, servem de estímulos para fomentar ocupações como as que aconteceram na área da Cerâmica (hoje São Conrado), Farolândia, Coroa do Meio entre outras, locais na zona sul em franca valorização, alguns até considerados pelas empresas imobiliárias como "zona em enobrecimento".
37. Cf. Editorial Jornal "Folha de São Paulo": Vazio Urbano, edição de 05/04/1987, A-2, 1º Caderno.
38. Ver por exemplo, o que registrou o Jornal de Sergipe, ao final da década de setenta, na edição de 16/08/1979, p.2, na seguinte reportagem:
- "SETOR IMOBILIÁRIO CRESCE EM ARACAJU"
- "... atualmente Aracaju vem recebendo um grande fluxo de forasteiros devido a grandes investimentos que estão sendo realizados pelo governo e o setor privado. No setor governamental vale salientar a instalação das unidades de Amônia e Uréia, localizadas em Pedra Branca, município de Maruim; definição do Projeto Potássio, que será instalado em Santa Rosa de Lima e ainda o projeto das minas de Enxofre que já conta com quinze poços perfurados... No setor privado, salientamos a instalação do Grupo Gabriel Calfat no DIA..."
- As observações daquele matutino com relação aos eventos que estavam acontecendo e que de algum modo iriam provocar "desdobramentos", dizem respeito não só ao crescimento da cidade pela presença de contingentes demográficos mas, e conseqüentemente, à produção de meios para as suas mais variadas necessidades.
39. Ver DIEGUES, Antônio Carlos. Conservação e Desenvolvimento Sustentado de ecossistema litorâneo no Brasil in Sim-

pósio sobre Ecossistema da Costa Sul e Sudeste Brasileiro - Síntese das Conferências, Cananéia (SP), Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1987, p.196.

40. Idem. Cf. Op. Cit. p.196.

41. Os mangues do litoral sergipano têm sido local de inúmeros estudos não apenas em levantamentos dos elementos que compõem e caracterizam este ecossistema, mas também, como investigação para um melhor monitoramento e controle das relações entre sociedade e meio ambiente. Intensamente, estudos estão sendo realizados pelo Programa Integrado de Pesquisas do Complexo Estuarino Piauí-Fundo-Real, por diversos departamentos da Universidade Federal de Sergipe. Entre os trabalhos já realizados e publicados que servem de orientação básica a respeito dos Mangues em Sergipe, destacam-se:

- Governo de Sergipe/ADEMA, Levantamento da Flora e Caracterização dos Bosques de Mangues do Estado de Sergipe, Aracaju, 1984;

- Governo de Sergipe/ADEMA, Levantamento Sócio-Econômico da População Humana Envolvida com a Captura do Caranguejo-Uça em Sergipe, Aracaju, 1984;

- M.A./SUDENE-SE, Estudos de Viabilidades Técnicas e Econômicas do Projeto de Piscicultura Estuarina - (avaliação preliminar da adaptação do estuário do Rio Vasa-Baris) - em cooperação técnica Brasil/Alemanha, Aracaju, 1982.

42. Ver Revista Veja, edição de 18/março/1987, p.83, reportagem a respeito da Situação dos Mangues e os Níveis de Contaminação do Litoral Brasileiro.

43. No corte das árvores, a madeira geralmente é transformada em carvão ou lenha e utilizada como combustível em pequenos estabelecimentos industriais (padarias, olarias, etc.) ou mesmo é utilizada como acessório em indústria de construção civil.

44. Informações baseadas em documentos amplamente divulgados na opinião pública, através do jornal Folha de São Paulo, edição de 04/03/1988, p.A.17, e através de dados fornecidos pela SEMA nos relatórios de Monitoramento da Qualidade do Meio Ambiente. Cf. in Almanaque Abril, ano XIV, parte de Geografia - Poluição de Rios, p.158/159. Neste último documento, aparecem destaques com áreas do estuário do Rio Sergipe, margem direita da periferia norte da cidade e, como trecho mais crítico de poluição, a área onde este rio recebe as descargas do canal do Tramandaí, no chamado "Quatro Bocas".
45. Apesar de recentes tentativas que vêm se processando na implantação do sistema de saneamento básico para Aracaju (a partir do governo João A. Filho), com o tratamento de seus esgotos.
46. Um estudo detalhado acerca da atividade turística em Sergipe pode ser encontrado com maiores considerações, análises e proposições in Turismo - Uma Avaliação da Realidade Sergipana. Abordagens Geográfica/exploratória como Subsídios de Planejamento, por Ewerton Vieira Machado. Trata-se de um trabalho realizado como monografia de conclusão de Curso de Pós-Graduação - Especialização em Geografia. Florianópolis, UFSC, 1985, 488p. (inédito).
47. O nome do Presidente "José Sarney" que enfeita esta rodovia, foi uma homenagem prestada pelo então governador do Estado, Eng. João A. Filho, quando da inauguração daquela obra em 1986. Entretanto, já circula na Câmara de Vereadores de Aracaju, um projeto que deshomenageará o citado presidente da república e concederá a rodovia uma nova homenagem, passando a chamá-la de "Rodovia Inácio Barbosa". Ver considerações In: VEJA nº 22, ano 22, edição - 1.082 de 07/06/1989, p.61.
48. Na concepção original desta rodovia, seu projeto de engenharia elaborado pelo DER/SE, estabeleceu um traçado de

acordo com as características ambientais do local, que diferem radicalmente do traçado executado. Como referência, ver Relatório do Projeto e Documento para Concorrência (vol. I) e memorial Justificativo (vol. III) entre a coletânea de documentos elaborados por aquele órgão, em agosto de 1984.

49. A essa questão, nos referimos aos pequenos "sítios históricos" formado por cemitérios ao longo das praias, notadamente na "Praia dos Náufragos" onde, durante a 2^a Guerra Mundial a costa sergipana se notabilizou entre as áreas brasileiras em que houve torpedeamento de navios. Muitos desses locais, segundo informações de pessoas das comunidades próximas, passaram a ser utilizados pela própria comunidade, sendo que depois, a Marinha, decidiu simbolicamente construir num outro local, um monumento em homenagem ao acontecimento.
50. Com a "decadência" dos coqueirais dessa região, que contribuía significativamente para muitas indústrias alimentícias no Nordeste, os interesses por aqueles caminhos passaram a se revelar como uma alternativa não somente para turismo, em decorrência das ricas condicionantes e potencialidades naturais, mas como precedentes para futuras especulações da terra.
51. Ver revista Turismo & Lazer, ano IV, nº 37, Aracaju, abril/88, p.14. Segundo esta mesma fonte, o grupo paulista Meniberg continuaria assegurando o controle acionário do empreendimento ao grupo espanhol REGYNA INVESTIMENT, caberia 45% do capital votante.
52. Em vários níveis e aspectos, os técnicos do antigo CONDESE - Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (atual SEPLAN-SE) realizaram estudos apoiados em pesquisas feitas com outros órgãos como o CPRM - Conselho de Pesquisas e Recursos Minerais, Instituto de Química da UFS, a Petro-misa - Petrobrás Mineração S/A e a Petroquisa - Petrobrás

Química S/A. Definiram linhas mestras para a possível localização portuária e tipos de empreendimentos, para as unidades do projeto integrado de indústrias química e petro-químicas de base.

53. Em 1978, a capacidade de produção era de 370.000 t/ano de Amônia e 320.000 t/ano de Uréia. No entanto, a empresa já recebeu orientações no sentido de duplicar a capacidade de produção desses produtos. Com isso, a Petrobrás já decidiu implantar a unidade II de processamento de Gás Natural (extraído das bacias de Sergipe e Alagoas) não só para estas unidades sergipanas, mas também, com o GLP atender todo Sergipe, parte de Alagoas e o Pólo de Camaçari (BA).
54. Estas atividades cresceram no Brasil, principalmente no governo Geisel (atual presidente da NORQUISA), que definiu um modelo de industrialização com o Estado bancando o suporte financeiro e as empresas nacionais entrando como sócias, em alguns casos, até por "imposição governamental".
55. Nesta fase de transição na vida política nacional, Sergipe é a única unidade federativa do país que saiu do pleito eleitoral de 1986 com um governo do PFL, um dos partidos que dá a base de sustentação do atual governo federal, nesta era da "Nova República".
56. A partir de 1990, quando o porto deverá entrar em funcionamento, está previsto entre os fluxos de cargas a serem movimentadas, produtos a granel sólidos (Uréia e Cloreto de Potássio - para exportação), granel líquidos (Amônia - para exportação) e carga geral (trigo, carvão - exportação e importação). Cf. in Resumo do Empreendimento para Construção do Terminal Portuário de Sergipe, Petrobrás/SEGEN-COTESE, s/data, p.2.

57. Ver Plano Diretor Espacial do Uso do Solo na Região de Aracaju. Aracaju, SEPLAN-SE/INEP, 1982 - (com anexos).

58. A idéia de ser implantada em Sergipe uma unidade de Z.P. E. - Zona de Processamento para Exportação (velha estratégia do capital multinacional, de implantar indústrias em locais em que possa aproveitar mão-de-obra barata e/ou matéria-prima abundante - tipo Coréia do Sul, Hong Kong ou mesmo Manaus) vem sendo anunciada por Secretários de Estado com funções ligadas à economia e pelo atual governador do Estado, em vários pronunciamentos públicos ou em entrevistas para imprensa local. O governo sergipano quer mais uma vez tirar proveito deste mecanismo articulado pelo atual governo federal, que definiu no plano de ZPE's, a instalação de 10 unidades para a região Nordeste.

CAPÍTULO V

"COROA DO MEIO": ANTÍTESE SOCIAL DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA ESTATAL

"Olha, o que nós queremos são os nossos documentos de posse disso aqui. Sem os documentos, nós não estamos livres. Estamos sem segurança".

Sra. "Francisca M. Cruz" - (a)

"O morador da Coroa do Meio tem que lutar pois não vamos dar um voto perdido".

Sra. "Josefa Melo" - (b)

"Os problemas podem ser resolvidos com ajuda do povo. Temos que nos unir a PACS* como a SDCM*, senão nem documento de posse de terra teremos".

Sr. "Genésio Dias" - (c)

A tradição das administrações públicas, no Brasil, tem sido a de sempre optar por obras grandiosas e caras. Muitas delas, desvinculadas das relações sócio-ambientais. Esta é uma marca que se consolidou, principalmente a

(a) Migrante de Indiaroba (SE), Costureira, veio com o marido para Aracaju para trabalhar de pedreiro.

(b) Migrante de N. Sra. da Glória (SE), trabalhou em roças em Capela (SE) e lavouras de algodão no Paraná.

(c) Migrante de Penedo (AL), foi pescador no baixo São Francisco, aposentado e líder comunitário.

* PACS (Participação Comunitária Coroa do Meio Sul) e SDCM (Sociedade de Defesa da Coroa do Meio) são as duas entidades de representação comunitária, na área da Coroa do Meio.

partir de meados do século XX.

Os exemplos são vários em todas as esferas do poder, e as maneiras de viabilizá-las, como obras ditas "públicas", acompanharam peculiaridades diversas, hoje tão bem idealizados pela "engenharia do planejamento".

A intenção deste capítulo, como parte ilustrativa do objeto de estudo desta pesquisa, é a de analisar a fundo esta questão, detalhando um exemplo típico da relação entre Estado, o Urbano e Investimentos Públicos, especificamente o "Projeto CURA Coroa do Meio", em Aracaju.

5.1 - CONDIÇÕES LOCAIS E ORIGENS DA PROPOSTA

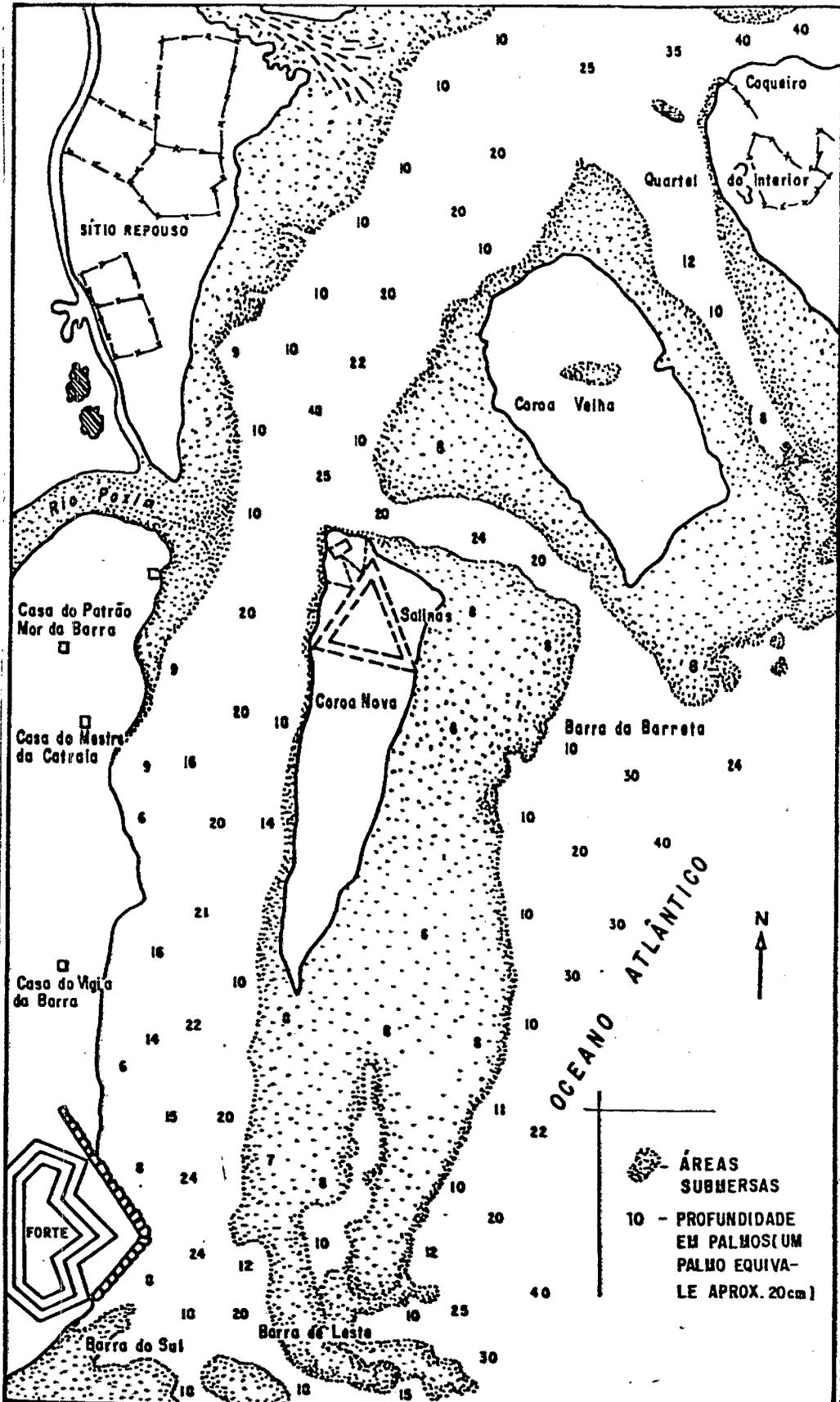
Coroa do Meio é a denominação atribuída, atualmente, ao conjunto de "solos criados" sobre antigas "coroas" de depósitos flúvio-marinhos nas desembocaduras dos rios Poxim e Sergipe no Oceano Atlântico, próximo ao balneário de Atalaia Velha (ver Figura nº 19). Essa área constitui-se num elemento fundamental do sítio urbano de Aracaju hoje, e sua origem se associa à dinâmica do litoral, que esta associada também, às variações atmosféricas e aos movimentos de transgressão e regressão marinha que conferem, àquelas fozes, o tipo de "estuários de rias".

Sob este ecossistema, a sedimentação orientou os "bancos de areia" em cordões litorâneos, canais, enseadas e praias, que possibilitaram o desenvolvimento de um expressivo ambiente de mangue (ver Figura nº 20), hoje quase inexistente.

Como em tantas outras plagas do litoral brasileiro, a Coroa do Meio se constitui como parte integrante dos "terrenos de marinha"¹, estando sob a tutela do S.P.U. - Serviço do Patrimônio da União. No entanto, em qualquer lugar da costa nacional esses terrenos ressentem-se, na prática, de instrumentos legais mais eficazes, capazes de nortear me-

"COROA DO MEIO - ARACAJU-SERGIPE

BASE GENÉTICA DA FORMAÇÃO DESTA ÁREA A PARTIR DA REPRODUÇÃO DO MAPA DA "BARRA DO COTINGUIBA" (ATUAL RIO SERGIPE), DATADO DE 1823 - ORIGINAL EM PODER DA INSPETORIA FISCAL DO PORTO DE ARACAJU - D.N.P.V.N.

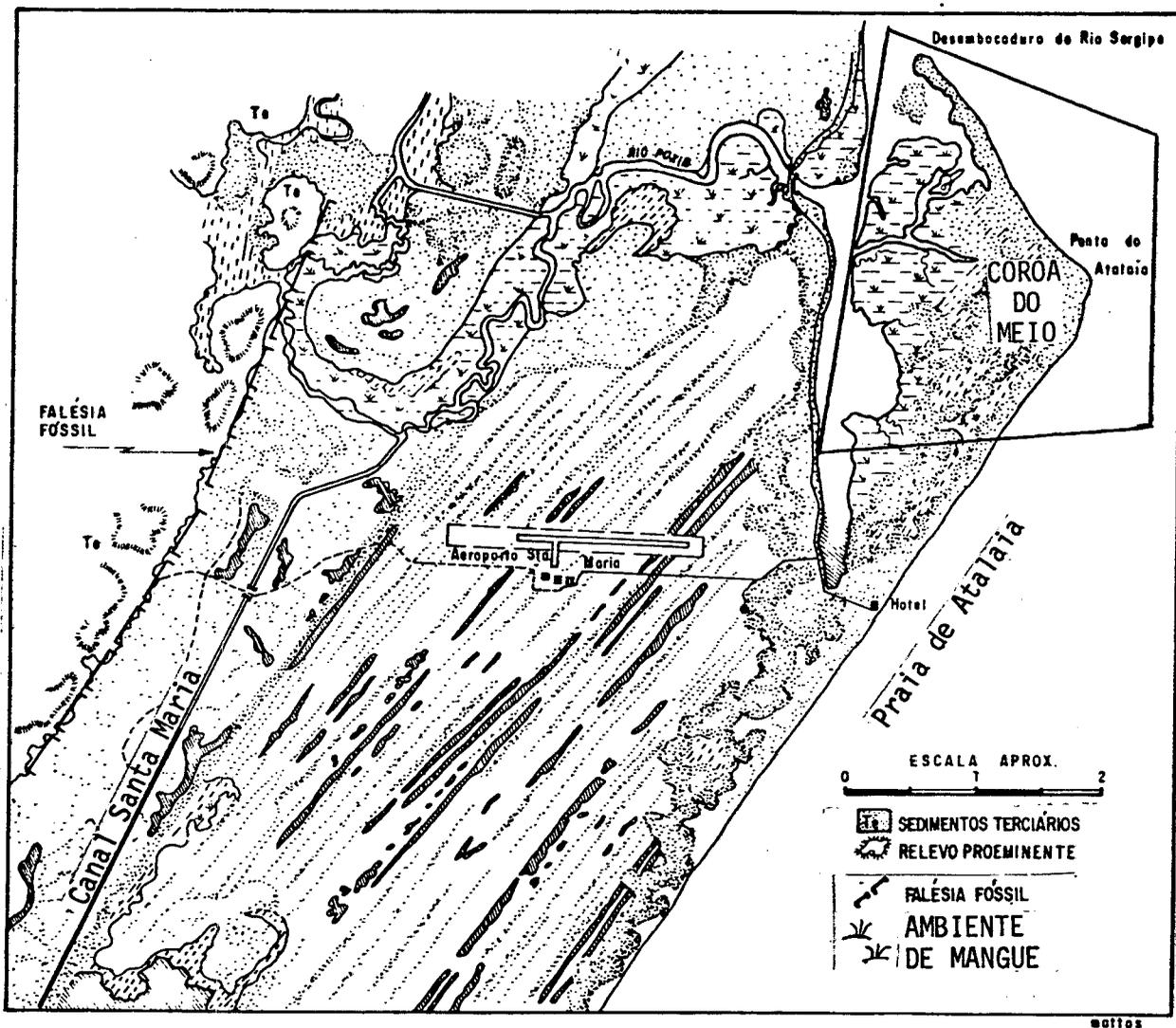


FONTE: A partir do Boletim Téc. PETROBRÁS, Rio de Janeiro, 23(2):73-80,abr./jun. 1980, p.78.

Obs.: "Comparando-se com a Fig.20, pode-se notar que os canais denominados 'Barra da Barreta', 'Barra do Leste' e 'Barra do Sul', estes foram as soreados, dando lugar à atual 'Ponta do Atalaia'. Em outras palavras onde existia até recentemente um farol e imediações, existe atualmente o calçadão da Nova Atalaia e a Praia dos Artistas.

Figura nº 20

"COROA DO MEIO" - ARACAJU/SERGIPE
CARACTERÍSTICAS GEO-AMBIENTAIS BÁSICAS E DE LOCALIZAÇÃO HOJE



FONTE: A partir do Bol. Téc. PETROBRÁS, Rio de Janeiro, 23(2):73-80, abr./jun. 1980, p.76.

lhor a gestão e o manejo de seu uso.

Ao longo do tempo, a Coroa do Meio "conservou" em seu bioma, uma paisagem vista por muitas pessoas como ambiente feio, degenerado e "inservível para urbanização"².

A partir de 1975, a Prefeitura de Aracaju, requereu direitos para posse e uso da área junto ao governo federal, com a intenção de promover meios para integrá-la ao conjunto urbano da capital³.

Após a oficialização das concessões por decreto federal, a municipalidade providenciou o encaminhamento de medidas para implementar um programa, que seria viabilizado através de adesão da Prefeitura de Aracaju ao Programa de Complementação Urbana, executado via "Projeto CURA", do BNH, a partir de 1976⁴.

Naquele ano, o então Prefeito da capital sergipana, o engenheiro e empresário da construção civil João Alves Filho, que realizava uma gestão cheia de "propósitos revolucionários", encomendou ao Escritório Técnico do Arquiteto Jaime Lerner (na época, ex-Prefeito de Curitiba - PR) o planejamento de um programa de ação e investimentos para aquele período administrativo. Entre as propostas sugeridas por esse escritório destacou-se um plano de urbanização na área praiana, a partir da Coroa do Meio.

A Prefeitura da capital, através da EMURB - Empresa Municipal de Urbanização, fez então contratos com a empresa "Jaime Lerner Planejamento Urbano Ltda." (para a elaboração dos trabalhos de Anteprojeto Global da Coroa do Meio, Projeto de Urbanização e Concepção Básica dos Projetos Arquitetônicos), e com o Escritório "Hildálius Cantanhede Sociedade Ltda." (para a elaboração de Projetos de Sondagem Técnica e Geológica, Projeto Topográfico e Projetos Infra-estruturais).

A obra, que foi considerada como "um divisor histórico"⁵ no processo de urbanização aracajuana, "modelo im-

par" para a região nordestina e em termos relativos, "o mais importante projeto CURA do Brasil"⁶, era vista também, por segmentos da sociedade local, como solução para algumas carências da cidade, principalmente em termos de habitação.

Considerada como

*"... uma área formada por mangues, sem nenhum tratamento, que inclusive tem contribuído para emperrar o crescimento da cidade"*⁷,

a Coroa do Meio precisava, segundo os técnicos, sofrer alterações significativas no seu conjunto ambiental a fim de ser definitivamente integrada à paisagem da cidade. Esta visão reflete uma certa desinformação cultural e científica das potencialidades do mangue, e passou, a partir daí, a dividir as opiniões da comunidade. Para muitos, o projeto não passava de uma solução física, constituindo-se, na realidade, numa

*"proposta que consolida uma idéia de ocupação a curto prazo, de tal maneira que uma administração execute as obras que possam comprometê-la definitivamente"*⁸.

Independente das críticas, o projeto foi encaminhado e apregoadado como "uma solução para região". Anunciado como próprio às finalidades do programa CURA - Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada - este visava essencialmente,

*"a recuperação intensiva de loteamentos e de bairros de uma cidade, desocupados ou com baixa densidade, através da coordenação de investimentos públicos e privados que complementem e aperfeiçoem os serviços de infraestrutura e os equipamentos urbanos e comunitários dessas áreas, aliada a uma política fiscal que detenha a especulação imobiliária estimulada pelos investimentos"*⁹.

Em seu projeto de área-piloto, a Coroa do Meio tinha uma particularidade considerada a mais, definida como "CURA-Especial" - conforme o chamavam políticos e técnicos do BNH/CEF (notadamente na agência Aracaju), decorrente de suas peculiaridades locacionais.

Tratava-se, enfim, de importante instrumento de intervenção urbana¹⁰, que foi colocado à disposição das municipalidades e que se coadunava às diretrizes e filosofia que norteavam a atuação do BNH. Contudo, o que aconteceu foi o inverso e nisso Aracaju não diferiu de outros projetos que foram implantados pelo país afora.

Veja-se que o sentido básico dos Projetos CURA era a "recuperação" de áreas onde seriam realizadas obras públicas de caráter social, visando o seu aperfeiçoamento infra-estrutura e comunitário. No entanto, o projeto Coroa do Meio assumiu outra dimensão.

O projeto de Aracaju foi implantado numa área cuja ocupação era apenas de pescadores, muitos dos quais migrantes, notadamente da região do baixo São Francisco, que trabalhavam em Aracaju e faziam daquele local o seu espaço residencial, de lazer e de complementação de sobrevivência (com a captura de caranguejo, moluscos e peixes, muitas vezes vendidos em barracos na praia de Atalaia).

Na concepção da obra, a idéia foi a de que esta deveria ser planejada numa escala de abrangência maior, incluindo o balneário de Atalaia. Nesse sentido, um tratamento urbanístico possibilitaria dar continuidade às tendências que aquela zona da cidade de Aracaju estava assumindo, em termos de área com fins predominantemente residenciais e de lazer. Em suma, era preciso que, "no aproveitamento da área, a solução valorizasse a ocupação de toda aquela região¹¹!

Durante a implantação do projeto, que ainda se encontra inacabado, vários incidentes se sucederam, desde aqueles relacionados às características técnicas de desenvolvimento da obra, até aquele de caráter ambiental, passando

por conflitos gerados entre os interesses dos responsáveis por sua construção e os ocupantes daquela área (antigos e novos moradores).

Em todos esses momentos o poder público (municipal) procurou agir sempre como determinava o projeto delineado pelo Arquiteto Jaime Lerner. Este projeto era também protegido juridicamente, através de uma lei específica de uso do solo criada para resguardar os interesses do projeto CURA na Coroa do Meio¹².

Vale ressaltar, o caráter contraditório que este "instrumento legal" representa, no conjunto de leis disponíveis na municipalidade. Enquanto para o projeto da Coroa do Meio, a legislação era específica e atualizada, o município de Aracaju convivia – como ainda hoje convive – sob a regência de uma lei de uso do solo do início da década de sessenta (Lei nº 42/60) ampliada pelo Código de Obras de 1966, definido pela Lei nº 13 de 03/06/66, e pelos Códigos de Urbanismo (Lei nº 19 de 10/06/65 - alterada pela Lei nº 466/76 de 21/07/76) e Código Tributário (Lei nº 121 de 30/12/69), ou seja, leis e códigos juridicamente defasados no tempo, em relação à evolução alcançada pela cidade.

5.2 - DESENVOLVIMENTO DO PLANO: A EXECUÇÃO DA OBRA

A urbanização planejada para a Coroa do Meio previu, na sua concepção original (1977), uma proposta que para os padrões locais, naquela conjuntura, iria invariavelmente dotar a cidade de um "novo bairro" com condições e investimentos jamais vistos em toda sua trajetória. Esta situação foi saudada por toda a comunidade, principalmente através da imprensa, como uma medida positiva e corajosa do governo, sendo nas fases preliminares da obra, classificada de "sui generis" no país¹³.

De posse e domínio da área da Coroa do Meio, cedi-
da pelo SPU em regime de aforamento (aproximadamente

5.000.000,00 m²), o município resolveu urbanizá-la conjuntamente com outros locais do bairro de Atalaia Velha.

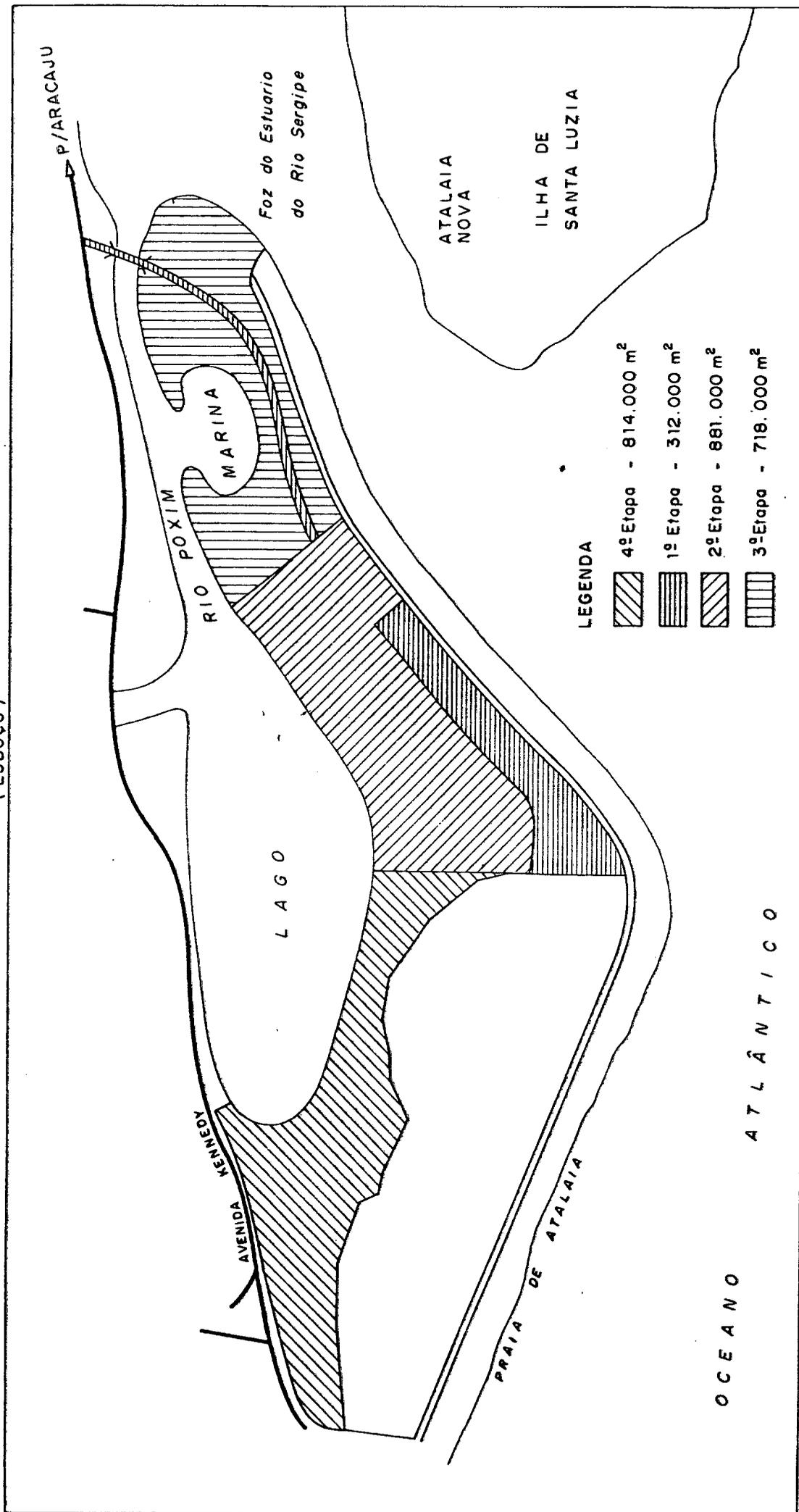
Do total de 479 ha.¹⁴ urbanizáveis, 227 ha. foram previstos para ocupação com habitação (multifamiliar ou unifamiliar); 118 ha. com recreação; 91 ha. com sistema viário; 39 ha. com comércio e serviços e 4 ha. para a construção de escola e centro comunitário. Tratava-se assim de uma proposta de urbanização "entendida como uma solução mista" para o uso físico do solo (ver esboço da proposta através da Figura nº 21), cuja implantação foi programada inicialmente em três etapas¹⁵ e redimensionada posteriormente numa quarta, conforme informações fornecidas (em 1987) por técnicos da EMURB, empresa encarregada da coordenação e administração deste projeto (ver Figura nº 22).

Os investimentos infra-estruturais para este projeto CURA-piloto tiveram um custo estimado de Cr\$ 249.044.000,00 (duzentos e quarenta e nove milhões, quarenta e quatro mil cruzeiros), equivalente na ocasião a 1.356.079 UPCs, a cargo do setor público. Os agentes públicos da obra¹⁶ deveriam realizar as seguintes atividades: sistema viário, drenagem, contenção, aterro hidráulico, terraplenagem, rede de energia/iluminação pública, água potável, áreas de recreação, revitalização da Atalaia, educação, posto telefônico, centro comunitário, estudos/projetos/diversos e eventuais. A cargo da iniciativa privada caberiam outros investimentos, como a construção de apartamentos por cooperativas (INOCOOP) e o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, num custo estimado de Cr\$ 1.671.458.000,00 (hum bilhão, seiscentos e setenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) ou seja, 9.101.303 UPCs¹⁷.

Entretanto, o real financiamento concedido pelo BNH à Prefeitura de Aracaju¹⁸ foi da ordem de até 1.099.092 UPCs, correspondentes, na ocasião, a Crz\$ 214.136.094,36 (Duzentos e quatorze milhões, cento e trinta e seis mil, noventa e quatro cruzeiros e trinta e seis centavos), destinados às obras de pré-investimentos e investimentos que o setor público deveria realizar.

FIG. Nº 21

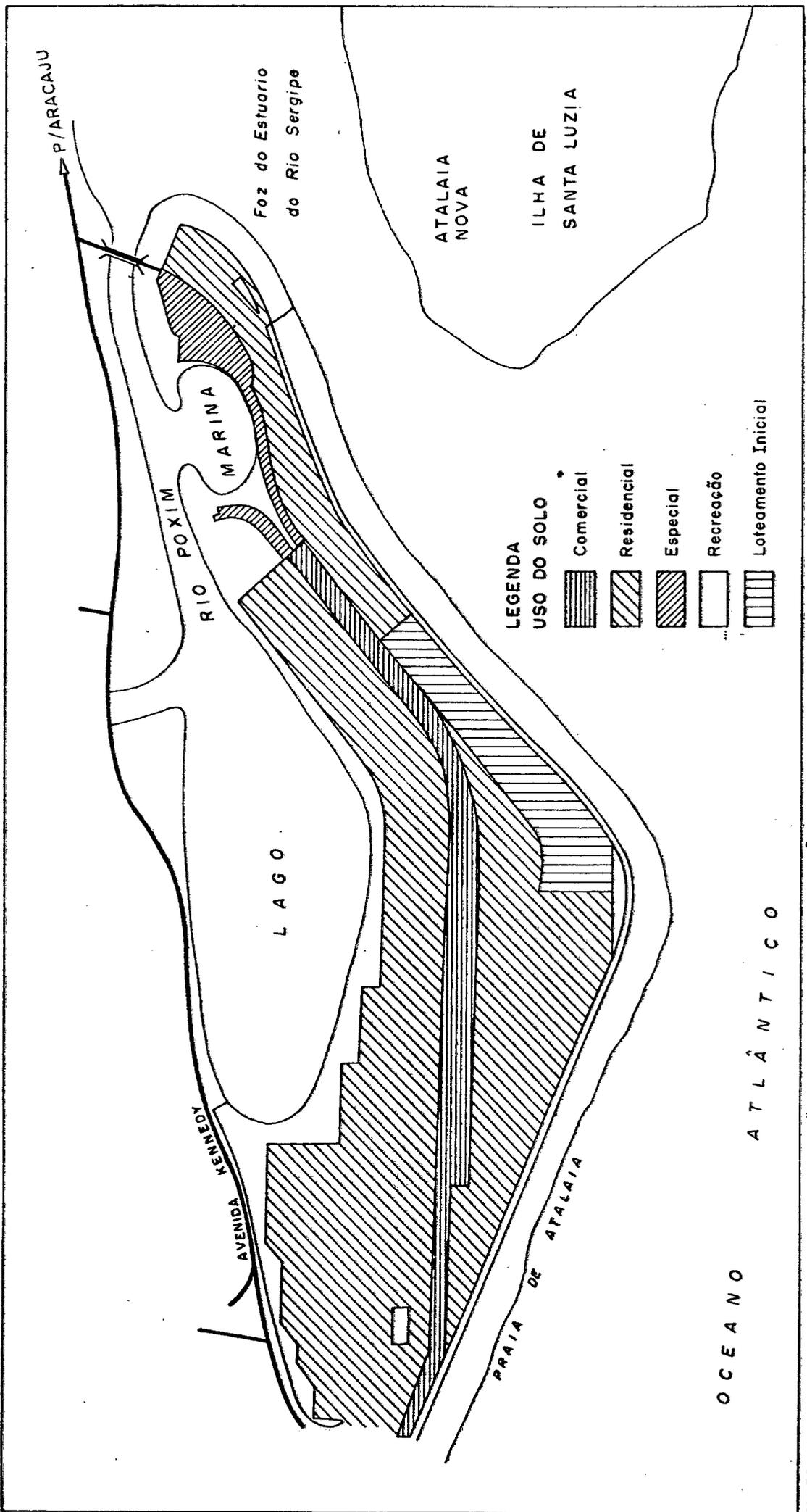
COROA DO MEIO - ARACAJU-SE
PROJETO DE URBANIZAÇÃO - ETAPAS DE EXECUCAO DA OBRA
(ESBOÇO)



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/EMURB "EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO."

FIG. Nº 22

COROA DO MEIO - ARACAJU-SE
PROJETO DE URBANIZAÇÃO - PROPOSTA DE USO DO SOLO
(ESBOÇO)



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU / EMURB "EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. Apud. MENEZES, Ang Virginia. Op.Cit. p. 23

Como se tratava de um empreendimento considerado auto-financeável, os empréstimos concedidos pelo BNH deveriam ser recuperados com a venda dos lotes urbanizados. Para a aquisição desses lotes, ficou estipulado a exigência para o candidato, de uma renda familiar como referência num valor mensal equivalente ou superior a 6,8 salários mínimos regionais (naquela ocasião).

Os agentes promotores da obra previam, que com um fluxo de caixa relativamente saudável e compensável, a instalação e concretização do projeto se daria dentro de um período de 11 anos¹⁹. Ledo engano! Não foram suficientemente corretos seus cálculos, para preverem possíveis transtornos e alterações, como aqueles que aconteceram na economia do país e que, fatalmente, afetaram seus cronogramas.

Mesmo assim, o argumento da "viabilidade econômica e social" do empreendimento foi, durante algum tempo, importante bandeira defendida e carregada por empresários e políticos locais (a'nossa" infra e superestrutura) que, intransigentemente, não admitiam questionamentos contra aquela obra e possíveis obstáculos que a mesma pudesse causar.

Cessados esses primeiros momentos de discursos em defesa da obra (fruto de interesses econômicos, político e eleitoreiros conforme imagem passada para o grande público por alguns órgãos da imprensa), logo outros problemas surgiram. Antes mesmo que a concorrência pública para implantação fosse iniciada e as verbas do BNH fossem liberadas, novas indagações passaram a questionar a verdadeira amplitude social do empreendimento, motivadas por incidentes que envolveram a polícia (do corpo de bombeiros) e a comunidade que ocupava o local.

Era abril de 1978. A imprensa local noticiou os fatos como consequência da ação da EMURB. Os jornais Gazeta de Sergipe e Jornal de Sergipe, na edição de 25/04, deram destaque a estes acontecimentos de ampla repercussão, como a derrubada de algumas casas, espancamento de uma criança, além das ameaças de despejo para centenas de pessoas (veja reprodução matéria jornalística - Figura nº 24). Começava ali

COROA DO MEIO - ARACAJU/SE
PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE INCIDENTES - REGISTRO NA IMPRENSA LOCAL

JORNAL DE SERGIPE

101 Nº 54

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1978

Cr\$ 3,00

Criança espancada no manguê



Moradores da Coroa do Meio estão desesperados

Moradores da Coroa do Meio foram atingidos por uma ação da EMURB e Corpo de Bombeiros. O saldo foram três casas derrubadas, uma criança espancada e o despejo de centenas de moradores que estão lutando por suas residências e integridade física.

Trezentas pessoas compareceram à Assembleia Legislativa munidas dos requerimentos de arrombamento ao Patrimônio da União. Os moradores querem que os parlamentares tomem conhecimento do que lhes vem ocorrendo.

O deputado Guido Azevedo recebeu a reclamação e, imediatamente pronunciou na tribuna um discurso favorável aos moradores, que «estão ameaçados pela ação predatória e indiscriminada que a Prefeitura poderá tomar a qualquer momento».

O parlamentar emendista classificou a medida de injusta e violenta, e afirmou que o povo atingido está com o firme propósito de recorrer ao Poder Judiciário a fim de resguardar seus direitos.

A repercussão do episódio também atingiu a Câmara, onde o vereador Jonas Amaral disse que «a ação da Prefeitura é arbitrária e ilegal». Jonas pediu ao presidente da Casa, vereador Costa Pinto, que se pronunciasse sobre o assunto.

O presidente da Câmara designou uma Comissão para que seja constatada toda a gravidade do problema.

AÇÃO

Os moradores da Coroa do Meio declararam que os soldados do Corpo de Bombeiros e os funcionários da EMURB chegaram ao local em jipes e camionetas por volta das 17:30 horas de quinta-feira passada. A ordem era para que as pessoas abandonassem suas residências naquele exato momento. Alguns moradores resistiram e os funcionários da EMURB resolveram derrubar as casas.

As casas foram inicialmente derrubadas com o pessoal da EMURB puxando cunhas de coqueiros. O resultado não foi satisfatório e eles acharam por bem se utilizar dos jipes, investindo contra as moradias.

Uma criança de 14 anos, que ofereceu resistência, acabou apunhando dos bombeiros.

Jonas Amaral, quando finalizou seu pronunciamento na Câmara dos Vereadores, disse:

«Os pobres continuam cada vez mais encurralados e não podem nem mais resistir na beira de um mangue.» (Página 2)

uma série de medidas que viriam atingir as populações carentes (de habitação, trabalho, serviços públicos, etc.) e discriminadas, e que se prolongariam tempo afora, com vestígios ainda nos dias atuais.

Naquele mesmo ano, a EMURB realizava concorrência pública para execução dos serviços de implantação da obra²⁰. Noticiou-se que participariam da referida concorrência cerca de cinco empresas de caráter nacional mas, no dia da avaliação das inscrições, apenas as propostas de duas empresas, a Norberto Odebrecht e a Queiroz Galvão, foram efetivamente analisadas²¹.

Anunciado o resultado, este parece não ter provocado nenhuma surpresa, haja vista que, dias anteriores, comentava-se pela imprensa que, apesar do sigilo quanto ao nome das empresas concorrentes,

"uma delas já trabalha em Sergipe há vários anos, tendo realizado construções de obras públicas e pavimentação de estradas, estaduais e municipais"²².

Com esta notícia, e sem ter apresentado muita polemização a respeito dos critérios e/ou dados apresentados pelas concorrentes, o matutino local já previa qual seria possivelmente a empresa vencedora: a Norberto Odebrecht, bastante conhecida em Sergipe e em todo o Nordeste.

Esta empresa efetivamente venceu a concorrência e ficou encarregada então, da execução da primeira etapa das obras²³, e por 'arte-técnica' de redação jurídica do "Termo de Contrato", permaneceu nas duas etapas seguintes. Esta condição foi objeto de várias discussões e polêmicas principalmente entre parlamentares e na imprensa local, como abordaremos mais adiante.

Meses depois, já com a obra iniciada, a Prefeitura de Aracaju, através da EMURB e com o aval do governo estadual, assinava com o BNH outro contrato de financiamento,

no valor de Cr\$ 3.117.544,96 (três bilhões, cento e dezesse te milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil cruzeiros e noventa e sete centavos), com repasses administrados pelo BANESE - Banco do Estado de Sergipe²⁴. Este montante foi destinado às obras definidas para a primeira etapa, cuja inauguração foi anunciada, naquela ocasião, para o dia 15 de março de 1979.

A "toque de caixa e repique de sino" - como se diz no ditado popular regional -, as obras foram acionadas para que, na programação de inaugurações do fim da gestão do Prefeito da capital, Engenheiro João Alves, se inserisse a conclusão da 1ª etapa da Coroa do Meio. Em solenidade pública no dia 25/03/1979, festivamente a obra foi inaugurada e, mais uma vez louvada por muitas pessoas, inclusive pela imprensa local, como a "maior obra de Aracaju"²⁵ (ver Figuras nº 24, 25 e 26 - reprodução matéria jornalística).

Assim que assumiu como novo Prefeito de Aracaju, o Bel. Heráclito G. Rallemberg determinou a seus assessores que o acesso à Coroa do Meio, no sentido de quem vai pela rodovia Paulo Barreto, fosse interditado, por terem sido constatadas falhas técnicas em uma das cabeceiras da ponte sobre o rio Poxim, fato que havia causado, inclusive, um acidente, com vítima. Recomendou, ainda, que fossem tomadas todas as providências consideradas cabíveis, a fim de serem corrigidas as falhas.

Como era de se esperar, o governante que entrava queria mostrar serviço. Neste sentido, mostrar falhas em atividades da administração do seu antecessor e "procurar corrigi-las" foi a estratégia estabelecida, num modelo que se repetia e se redefinia na marca de seu idealizador.

Para conquistar espaços e simpatias do público, e seguindo o modelo populista da administração anterior, que realizou uma gestão cheia de "inovações", o novo prefeito resolveu tomar medidas "de impacto" para a sua gestão. Dentre essas estava a conclusão da primeira etapa da Coroa do Meio, objetivo que, para ser atingido, exigia não apenas o conser-

Figura nº 24

INAUGURAÇÃO DA 1ª ETAPA COROA DO MEIO
REPRODUÇÃO DE MATÉRIA PUBLICADA NA IMPRENSA (I)

Coroa do Meio Será Inaugurada Amanhã

A mais importante obra urbanística de Aracaju, em todos os tempos, será inaugurada às 11 horas deste domingo, dia 25, quando o Prefeito João Alves Filho entrega à cidade a primeira etapa das obras de urbanização da Coroa do Meio, realizada em convênio com o Banco Nacional de Habitação, através do Projeto Cura.

Na oportunidade, em solenidade pública que contará com a presença de diversas autoridades e do povo em geral, será inaugurada uma série de obras do projeto Coroa do Meio, destacando-se as seguintes: ponte de ligação da estrada de Atalaia com o bairro da Coroa

do Meio; seis artérias do sistema viário devidamente asfaltadas; cais de proteção e prolongamento da praia, com mais 4 km; e 400 lotes urbanizados.

A Coroa do Meio ocupa uma área de cinco milhões de metros quadrados, entre as prais 13 de Julho e Atalaia, num dos recantos mais aprazíveis de Aracaju. O projeto de urbanização preconizado pelo Prefeito João Alves Filho foi elaborado pelo escritório de urbanista Jaime Lerner. A área foi cedida pelo Governo Federal ao Município de Aracaju, através de decreto do então Presidente Ernesto Geisel, atendendo apelos do Pre-

feito João Alves, que posteriormente levou o projeto urbanístico do bairro modelo à consideração do BNH. Incluído no Programa Cura, de recuperação acelerada de centros urbanos, o projeto foi aprovado e sua primeira etapa, mediante convênio, foi executada pela Empresa Municipal de Urbanização, através da Construção Norberto Odebrecht. Recursos superiores a duzentos milhões de cruzeiros já foram aplicados na Coroa do Meio, que se constitui num verdadeiro divisorio na história urbanística de nossa capital, sendo hoje o projeto mais importante realizado em cidades do nordeste brasileiro.

Figura nº 26

INAUGURAÇÃO 1^a ETAPA COROA DO MEIO
REPRODUÇÃO MATÉRIA PUBLICADA NA IMPRENSA (III)

Odebrecht Executou Projeto da Coroa do Meio

Um grande projeto tem que ser executado por uma grande empresa e a Construtora Odebrecht continua sendo uma das maiores empresas do Brasil, daí porque a Prefeitura Municipal de Aracaju soube confiar à Odebrecht a execução do maior e do mais audacioso projeto da administração João Alves Filho: A construção de uma ponte com 160 metros de comprimento e 16 de largura, que ligará a Coroa do Meio à Rodovia Paulo Barreto de Me nezes, além da própria urbanização do novo Bairro Modelo de Aracaju.

É por isso que nos orgulhamos. O projeto executado em tempo recorde será inaugurado hoje pelo Prefeito João Alves Filho e a Construtora Noberto Odebrecht aproveita para manifestar agradecimento ao Chefe do Executivo Municipal, que soube durante seus quatro anos de administração entender e realizar os anseios de uma comunidade, que ficará grata e saberá reconhecer seus méritos não só agora como no futuro.

Os homens passam, mas suas obras os eternizam.



to da ponte de acesso àquela área, mas todo um redimensionamento das atividades previstas para a 1ª etapa: o objetivo foi conseguido e a reinauguração aconteceu, a menos de seis meses após a primeira inauguração formal, ao final da administração João Alves (ver recortes de jornais – Figs. nºs 27 e 28).

Com o início das obras do calçadão da "Nova Atalaia", nas imediações da Praia dos Artistas, inaugurou-se a 2ª etapa de obras da Coroa do Meio. A partir desta etapa o empreendimento passou a ser implementado conforme um novo "estudo de viabilidades" que a Prefeitura de Aracaju apresentou ao BNH, dentro da condição estabelecida para renegociação da obra.

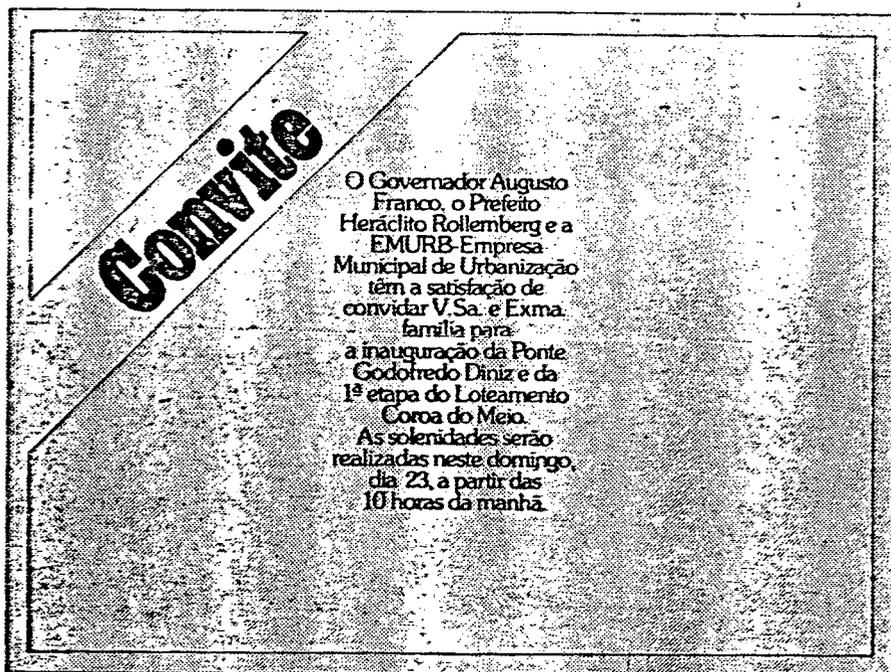
Atendendo ao requerimento do então Prefeito, o BNH através da Carteira de Desenvolvimento Urbano (CDU)²⁶ definiu as condições de normatização para a celebração dos novos trâmites legais de contrato. As operações de crédito assumidas pela Prefeitura para esta segunda etapa foram, com base nas instruções de Lei Municipal²⁷ e Resoluções do Senado Federal²⁸, limitadas a Cr\$ 573.950.000,00 (quinhentos e setenta e três milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros). O agente repassador, por sua vez continuou sendo o BANESE - Banco do Estado de Sergipe. As atividades programadas, sob a competência da EMURB/PMA, incluíram a implantação do sistema viário (em 13,4 ha.), de áreas verdes e de recreação (9,0 ha.), e de uma rua de pedestre (em 2,8 ha.)²⁹.

Esta segunda etapa das obras da Coroa do Meio notabilizou-se, sobretudo, pelo aumento de conflitos com a comunidade local e pelo grande número de "termos aditivos" ao contrato original que fora assinado.

No que diz respeito aos "termos aditivos", a polêmica se iniciou a partir de suspeitas, levantadas pela imprensa, quanto à legalidade da decisão que concedeu à Construtora Norberto Odebrecht o direito de prosseguir na implantação da obra, sem que para isso tivesse sido aberta outra concorrência pública³⁰.

Figura nº 27

(RE) INAUGURAÇÃO DA COROA DO MEIO/1ª ETAPA
REPRODUÇÃO DE MATÉRIA PUBLICADA NA IMPRENSA (IV)



FONTE: Jornal de Sergipe, Edição de 22/09/1979.

Figura nº 28

(RE) INAUGURAÇÃO DA COROA DO MEIO/1ª ETAPA
REPRODUÇÃO DE MATÉRIA PUBLICADA NA IMPRENSA (V)

GAZETA DE SERGIPE

Prefeitura Entrega Primeira Etapa da Coroa do Meio

sexta, 25 de setembro de 1979 Pag. 06

A Prefeitura Municipal de Aracaju entregou ao povo aracajuano, na manhã do último domingo a primeira etapa do projeto Coroa do Meio, com a inauguração da ponte Godofredo D'Almeida que liga a Rodovia Paulo Barreto de Menezes ao primeiro bairro modelo da Capital sergipana.

As solenidades, prestadas pelo governador Augusto do Prado Franco, foram iniciadas às 10 horas contando com a presença do prefeito Heráclito Romberg e de várias autoridades civis e militares como o vice-governador Djalma Tavares Queiroz e o presidente da Câmara Vereadores Antonio Bendocchi Alves.

LOTES

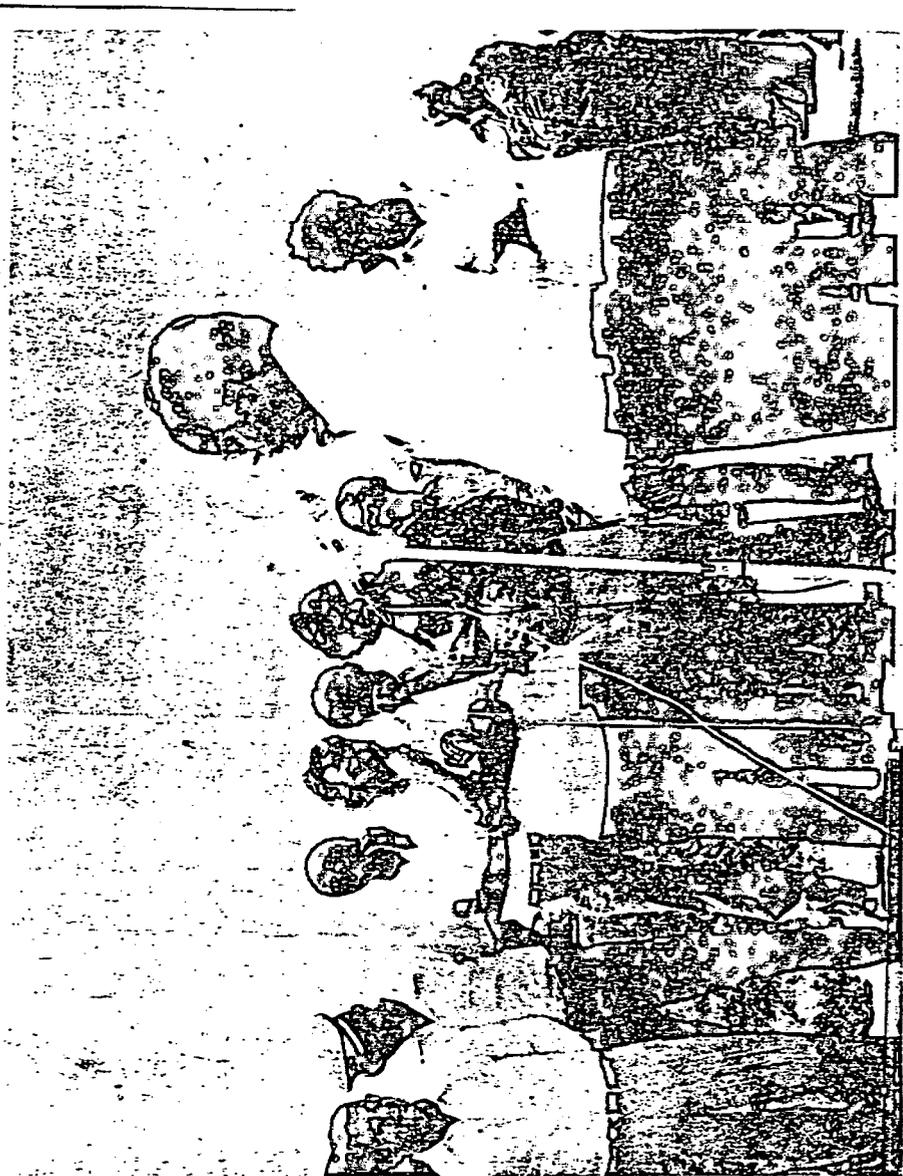
Justamente com a entrega ao público da Ponte Godofredo D'Almeida a Empresa Municipal de Urbanismo (Emurb) iniciou também no domingo a venda dos 400 lotes urbanizados correspondentes a primeira etapa do projeto. Essas lotes que compensarão com as suas vendas o investimento que está sendo feito pela Prefeitura para a implantação do primeiro bairro modelo de Aracaju estão sendo entregues em áreas completamente urbanizadas com iluminação, rede de água e pavimentação de ruas, calçadas e drenagem.

Os recursos que serão arrecadados pelo Município através da venda dos lotes serão utilizados em obras de urbanização e de objetivos sociais que beneficiarão principalmente a população de menor poder aquisiti-

vo em Areia Branca a primeira edificação escolar da atual administração.

Sabemos que Aracaju dispõe de poucas opções de lazer e diversão e que o mar tem sido atraente a todos, ricos e pobres e a todos favorece. A obra da Coroa do Meio é mais um atrativo no caminho do aracajuano para o mar. Porque aqui temos de maravilha conjuntos desportivos que serão comuns em toda orla: parques, escolas, centro comercial, centro de saúde, enfim tudo que uma comunidade precisa para se sentir bem em pouco tempo será possível ao aracajuano praticar a vida desportiva de qualidade, desde a velha e histórica praia 13 de Julho até a parte mais antiga de Atalaia. Faltará apenas uma orla limpa e bem cuidada, cheia de atrativos, um bairro modelo como já dissemos e um moderno calçamento que já foi iniciado e cujas obras deverão estar concluídas até o final do ano.

Senhor Governador Augusto Franco aqui estamos cumprindo a missão que V. Excelência achou por bem nos confiar. Assumimos no primeiro momento o compromisso de servir ao povo aracajuano melhor modo. E se estamos aqui e agora abrimos os caminhos para o desenvolvimento da Atalaia certos da necessidade inadiável de ordem e crescimento e aproveitar a posição e a beleza desta área também estamos nos demais partes da cidade, nos bairros América e Novo Paraíso onde abrimos todas as ruas drenamos completamente e fizemos revestimento primeiro quase cinquenta artérias que abrigam substancial da população da zona oeste



Discursos do prefeito Heráclito Romberg, do governador Augusto

O contrato original, assinado entre essa empresa e a EMURB/P.M.A., já previa, entretanto, a assinatura de futuros "termos aditivos"³¹. São termos jurídicos desta natureza que facilitaram o papel da Odebrecht em suas relações com o organismo estatal — relações que podemos caracterizar muito bem como sendo do tipo que se estabelece entre agentes sociais da "infra-estrutura e da superestrutura"—, e que caracterizaram sobremaneira esta segunda etapa de implantação da Coroa do Meio³².

Aliás, o uso desses "termos aditivos" iniciou-se ainda na 1^a etapa quando, há apenas 24 dias (vinte e quatro) dias da assinatura do contrato original, foi celebrado o 1º termo alterando cláusulas do contrato firmado. Até o início de execução da 3^a etapa, em 1983³³, foram assinados 7 (sete) termos aditivos, com teores variados como, por exemplo, alteração de cronogramas físico e de desembolsos, cessão de automóveis pela contratada à contratante; alterações de preços de serviços, desmembramento de serviços, etc.

A continuidade da obra pela Construtora Odebrecht também suscitou preocupação entre parlamentares sergipanos da Câmara Municipal, da Assembléia Legislativa e até no Congresso Nacional. Tais desconfianças referiam-se também às características contratuais da obra, e sua continuidade por aquela empresa sem ter havido uma segunda concorrência pública, ou ainda, dúvidas técnicas referentes aos tipos de trabalhos, como os aterros que estavam sendo realizados³⁴ (ver Fig. nº 29).

Quanto aos conflitos sociais, esta segunda etapa caracterizou-se pelo conflito entre moradores que ocupavam áreas do loteamento e soldados do corpo de bombeiros que queriam expulsá-los daquele local. Em certo momento (agosto de 79, principalmente—ver Fig. nº 30) o estado de tensão elevou-se de tal maneira que o presidente da EMURB foi convidado para prestar esclarecimentos ao plenário da Câmara Municipal, que também queria informações sobre a forma segundo a qual seriam realizadas as vendas dos lotes do empreendimento³⁵.

Obras da Coroa do Meio criam suspeitas



...da segunda etapa da Coroa do Meio pode provocar problemas legais e sociais

A construção da segunda etapa da Coroa do Meio traz, à primeira vista, dois graves problemas: o primeiro diz respeito à concorrência pública para a obra, que não estaria obedecendo os trâmites legais; o segundo, refere-se à expulsão da localidade de cerca de 100 famílias invasoras de terras.

O fato da construção da segunda etapa da Coroa do Meio ter sido entregue à Construtora Noberto Odebrecht, sem concorrência pública, está suscitando dúvidas. Tanto assim, que o vereador Aival Gomes, MDB, solicitou, através do escritório, ao presidente da Empresa de Urbanização Municipal (Emurb), coronel Antônio Bendocchi Alves Filho, que comparecesse à Câmara de Vereadores, na segunda quinzena de agosto, para esclarecer detalhes sobre a concessão e em torno da urbanização daquela área, sendo atendido no seu propósito.

PREFERÊNCIA NÃO CONVENCE

A concorrência para a construção da primeira etapa da Coroa do Meio, integrante do Projeto Cura, foi vencida pela Construtora Noberto Odebrecht, custando cerca de 200 milhões de cruzeiros. A lei estabelece que, o valor da segunda fase da obra custando até um terço do total da antecedente, não haveria necessidade de uma outra concorrência, segundo explica o vereador Arnóbio Patrício de Melo, MDB.

Conforme, ainda, o vereador emdebista a segunda etapa da Coroa do Meio custará muito mais que um terço da primeira etapa, razão pela qual estranha a entrega da obra novamente à Odebrecht, pois no caso haveria necessidade de uma nova concorrência pública.

Este é o mesmo parecer do seu colega de bancada Aival Gomes, daí estar se movimentando para a presidência da Emurb explique a concessão. Pelo que se sabe, a segunda etapa da Coroa do Meio custará o dobro das obras iniciais, motivo pelo qual há necessidade da concorrência pública, como aconteceu no caso

do Projeto Potássio, exemplificou o vereador Arnóbio Patrício de Melo.

DRAMA DOS INVASORES

Cerca de cem famílias de invasores residem, hoje, em barracos localizados na área de terra onde está sendo desenvolvido o projeto da Coroa do Meio. No entanto, todas essas famílias, estão com os dias marcados para serem despejadas, o que irá gerar um grande caos social, porque nenhuma delas têm para onde ir.

O presidente em alusão ao problema, disse: "para onde vão os pobres aí residentes, hoje?" Afirmou ainda que, caso o Prefeito Heráclito Rollemberg, não haja com sensatez, um grave problema social será criado com a execução das obras do projeto e o despejo dos favelados. "O loteamento de uma área - como foi feito com a antiga invasão da cerâmica - é uma das soluções - segundo Arnóbio de Melo - pois essa responsabilidade cabe exclusivamente aos governantes que estão querendo despejar famílias pobres para ocupar o lugar para o conforto das classes altas". Declarou ainda, o presidente que, "juridicamente, os favelados não têm direito sobre o pedaço de terra no qual construíram seus barracos mas socialmente - repetiu - será criado um grave problema social".

O conjunto residencial que o Prefeito deverá construir dentro de dois meses, aproximadamente, não irá solucionar sequer o problema dos favelados da Avenida São Paulo e nem também dos da Avenida Canal, segundo o presidente da Câmara de Vereadores, quanto mais dos pobres que residem nos terrenos invadidos da Coroa do Meio. Cento e vinte e cinco casas serão construídas para os favelados, mas para onde irão as famílias despejadas da Coroa do Meio? E evidente que elas não estão legalizadas juridicamente, contudo, convém, também, olhar o lado humano e evitar mais desajustes sociais.

Figura nº 30

COROA DO MEIO - 2ª ETAPA

REPRODUÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA PUBLICADA NA IMPRENSA ACERCA DE NOVOS INCIDENTES - AGOSTO/79

SAZALIA DE SLEKIPLE

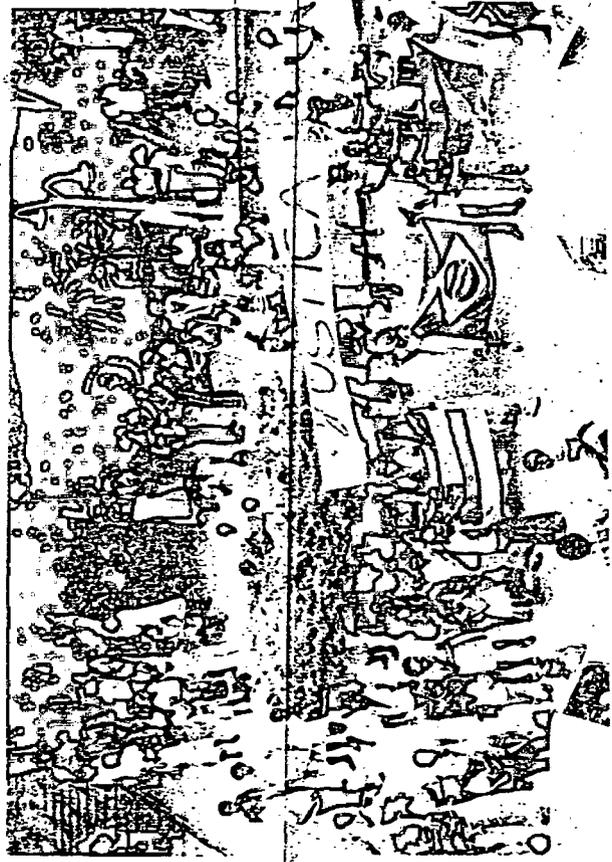
Venda rigorosamente proibida

ARACAJU, QUARTA FEIRA 15 DE AGOSTO DE 1979 ANO XXII Nº 6.265 Cr\$ 5,00

Exclusivo Assinantes

MORADORES DA COROA DO MEIO EXIGEM «JUSTIÇA»

Um grupo de aproximadamente 100 moradores da Coroa do Meio permaneceu ontem, durante quase todo o dia, em frente ao Palácio Inácio Barbosa, à espera de uma audiência com o Prefeito Heracílio Rollemberg que, segundo o Deputado Guido Azevedo, estava marcada para as 9:30 hrs.



Os moradores - que clamam por "Justiça" em faixas grandes e bem visíveis - chegaram às 9 hrs. e se retiraram às 12 horas. As 15 hrs. voltaram a ficar em frente a Prefeitura, no Parque Teófilo Dantas. Como o Prefeito Heracílio Rollemberg, à tarde, ainda não se dignasse a dar o ar de sua graça, os moradores iniciaram uma passeata que percorreu a praça Fausto Cardoso, o Calçadão e veio até a Rua da Frente, dispersando-se. A passeata foi

que a situação a Coroa do Meio está normalíssima. Sua afirmação foi a propósito de manifestação pública ocorrida durante todo o dia de ontem, quando mais de uma centena de pessoas residentes na Coroa do Meio solicitavam "justiça". Os reclamantes foram pedir ajuda ao Prefeito para os seus barracos, localizados na invasão da Coroa do Meio, não fossem destruídos, deixando-os ao relento.

O Prefeito Heracílio Rollemberg garantiu que a medida que o projeto Coroa do Meio for sendo desenvolvido as pessoas que comprovarem que já residem pelo tempo de lei, serão indenizadas, a exemplo do que já ocorreu na primeira etapa do Projeto, quando cerca de um milhão de cruzeiros foram pagos de indenização aos mo-

Os manifestantes ficaram no Parque Teófilo Dantas, manhã e à tarde.

Os esclarecimentos apresentados pela EMURB e pela Prefeitura, para as situações que se repetiam, nunca eram suficientemente convincentes. Suas declarações traduziam-se em discursos evasivos, com forte teor de resistência, típicos reflexos dos esquemas da máquina administrativa municipal. A situação chegou a um ponto tal, que alguns parlamentares passaram a exigir do Ministério do Interior e do BNH, providências com relação às situações que eles haviam denunciado³⁶. Mas, como era também de se esperar, nenhuma medida significativa foi acionada. Afinal, o segmento local de poder naquela ocasião, comungava com os pensamentos idealizados na esfera federal, e portanto...

A contradição marcou claramente a segunda etapa da obra. Destaque-se aqui a insistente menção, em documentos oficiais, entrevistas e na própria imprensa local, de que os seus propósitos eram os de atender às necessidades urbanas mais prementes de Aracaju, principalmente das classes sociais de baixa renda. Mais uma vez, um ledô engano! Os anúncios publicitários para a venda dos lotes logo indicaram claramente o caráter elitista da obra e a quem ela se destinava (veja como ilustração um anúncio produzido por um "pool" de empresas credenciadas pela EMURB - Figura nº 31). Com efeito, o sentido capitalista de visar só lucros neste empreendimento, pode ser visto até na concorrência deflagrada para se saber qual ou quais empresas publicitárias iriam realizar esta outra empreitada³⁷.

Enquanto isto, os incidentes voltavam a se repetir, cada vez com mais violência, resultando em agressões e destruição de casebres. O drama dos ocupantes era quase sempre o mesmo: viver na expectativa de serem expulsos a qualquer momento pela Prefeitura. Um dos mais graves momentos de tensão, aconteceu em meados de 1980. Cumprindo ordens da Prefeitura, soldados do corpo de bombeiros agiram indiscriminadamente contra a população ocupante. Para enfrentar a força policial, tratores demolidores, e fiscais da EMURB, os moradores se armaram com pedaços de pau, pedras, facas e foices

COROA DO MEIO - ARACAJU/SE

EXEMPLO DE MATÉRIA PROMOCIONAL PARA VENDA DOS LOTES

Aqui Você É O Rei.



Coroa Do Meio. A Nova Atalaia.

Lotes A Partir De 300 Mil, Financiados Em 36 Meses.

Aqui você vai viver os melhores dias da sua vida. Tudo aquilo que vive aparecendo nos seus sonhos, uma casinha gostosa pra morar, um bairro charmoso e com todas as facilidades à sua volta, tudo isso você vai encontrar no Coroa do Meio. O primeiro loteamento planejado de Aracaju. Pra ser mais exato, Coroa do Meio tem até uma porção de coisas que você nem estava sonhando.

E além da Marina, olha só o que tem mais no Coroa do Meio: clubes, hotéis, ruas exclusivas para pedestres, centros comerciais sofisticados, escola, sistema integrado de transporte urbano para a cidade e um maravilhoso e inédito Centro Comunitário. Com salão de festas, salão de jogos, centro médico, quadras de esportes, local para exposições, play-ground e biblioteca.

mesmo precisando de um lugar assim para as horas de lazer e recreação. E por falar em verde, a avenida da praia vai ser um espetáculo: imensos calçadões, muitos coqueiros, bancos e quiosques para você curtir "aquele" carangueijo.

Nova Atalaia: o melhor bairro de Aracaju.

A apenas 3 minutos do centro, um bairro com toda a infra-estrutura de uma grande cidade: ruas asfaltadas, água, luz, meios-fios, cais de contenção na praia e nas margens dos rios, lotes nivelados e demarcados.

E tem mais: um parque com 118 mil metros quadrados de verde.

E ele é tão grande que você pode dividir com Aracaju inteira. Afinal, a nossa cidade estava

Pra você levar uma vida de Rei só falta construir a sua casa. Por que você não faz isso?



Uma realização GOVERNO AUGUSTO FRANCO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU Administração HERÁCLITO HOLLEMBERG Empresa Municipal de Urbanização-EMURB Banco Nacional de Habitação-ENH Projeto Cura

a fim de se defenderem e defender "seus patrimônios" que para muitos, tinha sido duramente conquistado, através, também, de aterros feitos no mangue³⁸.

Apesar dos protestos, as obras continuaram a ser realizadas. Em meados de 1981 foram, entretanto, paralisadas devido ao não cumprimento, pelo BANESE, de parte do contrato de financiamento³⁹. Isto impediu temporariamente o repasse de recursos por parte do BNH, mas logo a situação foi resolvida, pois o BNB - Banco do Nordeste do Brasil passou a figurar como o novo agente repassador dos empréstimos⁴⁰. As obras foram recomeçadas com estes acertos e, entre a PMA/EMURB e a Odebrecht foi assinado um novo aditivo.

Com alguns serviços realizados (ainda os aterros, pavimentação, drenagem e infra-estrutura de urbanização) e um "desmembramento de área" para que o BNH - via INOCOOP - promovesse projetos de cooperativas habitacionais, esta etapa foi finalmente encerrada sem maiores comentários e anúncios públicos. Falou-se apenas dos volumosos débitos da EMURB para com a Odebrecht e para com o BNH (!!!).

Visando garantir acordos e honrar compromissos políticos assumidos, a Prefeitura de Aracaju acionou então mecanismos que viabilizassem a continuação das obras da Coroa do Meio agora na sua 3^a etapa.

Mais uma vez a Prefeitura voltou a se utilizar de dispositivos contidos no primeiro contrato (nº 09/78) celebrado com a construtora Norberto Odebrecht, e concedeu a esta empresa um novo termo aditivo para realização de serviços de aterros hidráulicos, cais de contenção, pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais. A opinião pública e a imprensa voltaram também, outra vez, a se manifestar contrariamente.

Em contrapartida, um novo contrato de financiamento foi pleiteado e efetivamente celebrado com o BNB⁴¹, para repasses de recursos no valor de Cr\$ 8.786.414.705,60 (oito bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e

quatorze mil, setecentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), equivalentes, naquela ocasião a 662.892 UPCs, sem direito a crédito suplementar. Por este contrato, o crédito concedido teria um período de desembolso de até 12 meses, a partir da assinatura dos compromissos, e um período de carência para pagamento de até 37 meses. Estas condições, dentre outras como a Taxa de Administração, Taxa de Compromissos, Correção Monetária, Amortização e Juros, sintetizam as idéias contidas nas diversas cláusulas estabelecidas e rigorosamente impostas por aquele órgão financiador ao município de Araçaju.

Assim, através de sua Prefeitura, e seguindo os interesses de seus administradores, o município, que é pobre — como sempre o foi — investiu enormes somas num projeto de urbanização que, na sua essência, se mostra elitizante se comparado aos objetivos apregoados inicialmente.

Ademais, o montante negociado sempre esteve além da capacidade de receita do município, fazendo com que o mesmo compromettesse algumas dessas fontes, como o F.P.M. - Fundo de Participação dos Municípios ou o I.C.M. - Imposto de Circulação de Mercadorias⁴², que entravam no jogo das garantias exigido pelas agências financiadoras. Nesta terceira etapa, o município outorgou ainda ao BNB, por meio de procuração, poderes amplos, especiais e irrevogáveis, válidos até a liquidação total do financiamento concedido⁴³.

Além dos diversos aditivos que foram assinados e que, de acordo com declarações publicadas na imprensa (de parlamentares, e de técnicos de Secretarias da Prefeitura, do Estado ou até da própria EMURB, hoje), sempre favoreceram interesses políticos e econômicos de alguém, verificamos ainda no meio destes expedientes, a assinatura de um documento em que a empresa Odebrecht contratava a própria EMURB para prestação de alguns serviços que estavam programados para a 3ª fase da obra. Este fato, ao nosso juízo, é algo irregular, pois a EMURB, como órgão fiscalizador do empreendimento (conforme termo de contrato nº 09/78), eticamente não deve-

ria executar qualquer prestação de serviço enquanto os acordos com a Odebrecht estivessem em vigor.

Por outro lado, em decorrência dos repetidos incidentes entre os ocupadores dos lotes e a EMURB (por seus fiscais ou policiais bombeiros autorizados), a administração municipal tomou algumas providências e iniciativas, isto é, executou algumas obras paliativas, de caráter emergencial político-demagógico. Construiu, por exemplo, cerca de 75 (setenta e cinco) barracões feitos de madeirite (ver fotos números 28 e 29) ocupando cada unidade $14,52 \text{ m}^2$, com cobertura de telha de amianto e sem as mínimas condições sanitárias. O objetivo aqui foi, certamente, o de passar uma imagem apaziguadora, visando amenizar os conflitos entre ocupantes e o poder público.

Entretanto, como a localização desses barracos foi projetada do lado de grandes blocos de apartamentos, seus destinos futuros de certo modo já estavam também "planejados". Em alguns casos a gradativa "imposição social" a substituição do tipo de habitação de madeira para alvenaria levou os moradores a fazerem essas mudanças, visando, com isso, desfrutar melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, valorizar o seu patrimônio. Estimulou-se, por conseguinte, o comércio de material de construção. Em outras circunstâncias, o que ocorreu com mais frequência foi a venda do lote e do barraco para terceiros, formalizando a expulsão indireta da população do local e a dinamização da especulação imobiliária naquela área. Assim, uma solução duradoura e efetivamente social se dilui sem ser definida.

Com relação às outras obras de infra-estrutura previstas no projeto original, como os aterros e construção de cais de contenção, pela simples constatação "in loco" do que foi realizado, nota-se também, uma série de irregularidades e negligências técnicas.

Os cais que deveriam ter sido melhor realizados, levando em consideração o processo global das condições

Foto nº 28

COROA DO MEIO - Aspectos dos barracos e local onde a EMURB construiu 75 unidades (2ª Etapa) para remanejar e assentar a população carente que ocupava áreas daquele loteamento.

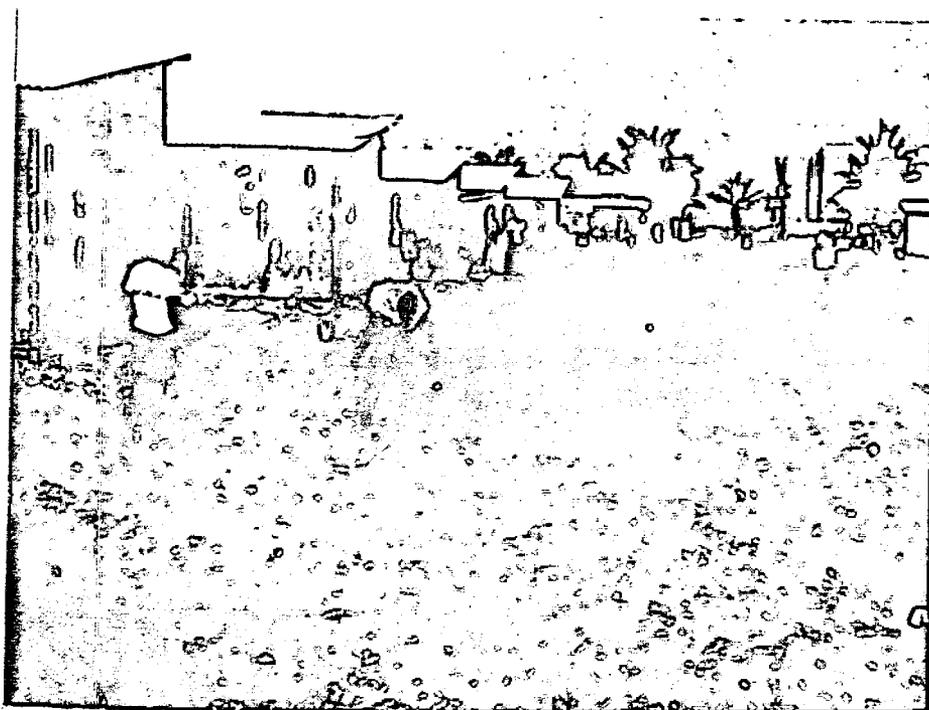


Foto nº 29

COROA DO MEIO - nos barracos implantados pela EMURB (2ª etapa), os destinos foram traçados: a passagem para terceiros.



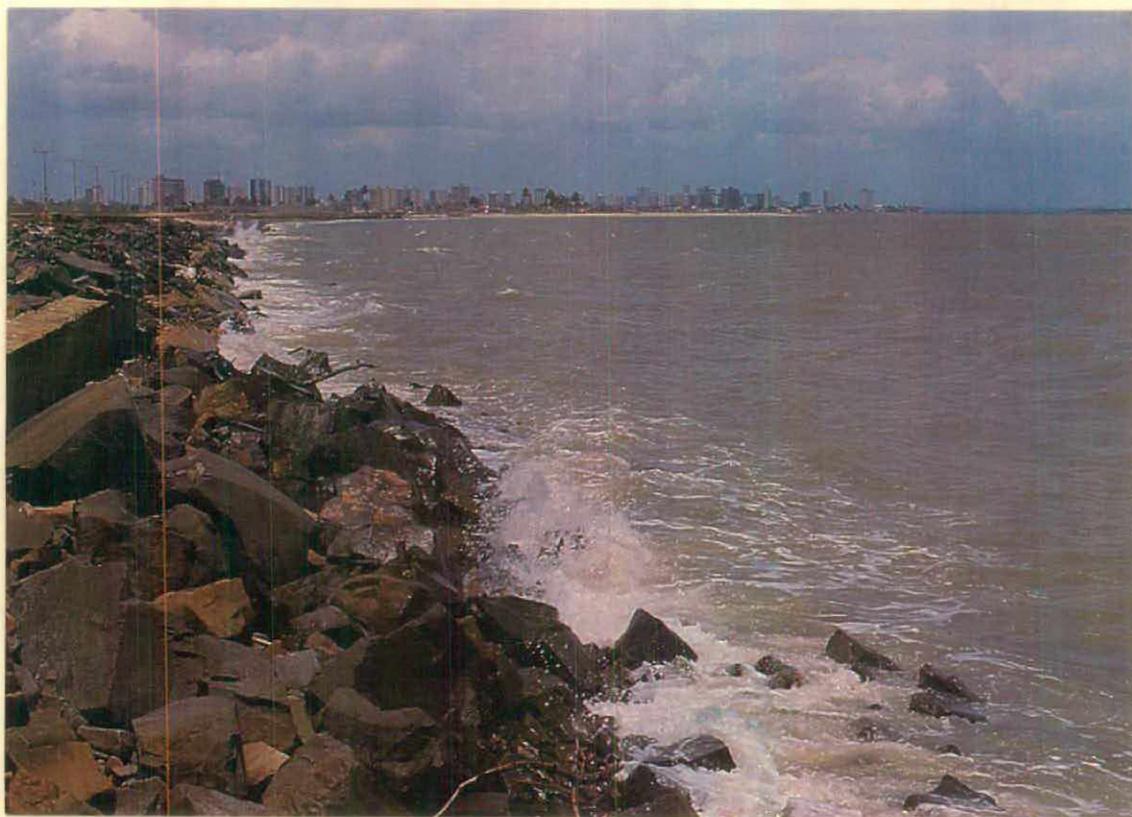
te: Reprodução fotográfica de originais gentilmente cedidos pela EMURB-PMA.

estruturais da desembocadura do rio Sergipe e áreas imediatas (que periodicamente sofrem intensas interferências de fluxos e refluxos da maré, causando alterações erosivas, ao nível da linha da costa)⁴⁵, são hoje, perfeito atestado do significado e competência daqueles que assumiram a responsabilidade da concepção e execução da obra. Vários trechos das Praias dos Artistas e da Coroa do Meio, onde foram construídos aterros protegidos por muros de gabiões e muros de pedras com concreto, vêm sofrendo constantes ataques da ação do mar, provocando a interdição de alguns locais por causa das fortes ondas que destruíram extensas áreas do calçadão da Nova Atalaia e da pista para automóveis.

O problema dessa área é tão preocupante que, por incapacidade financeira e técnica da Prefeitura ou mesmo da EMURB, a situação em 1987, passou a ser acompanhada por uma empresa do governo estadual, a SERGIPORTOS, a qual estudava a possibilidade de empreender as obras de estabilização, com base em pesquisas feitas em 1985⁴⁶, por uma empresa paulista. Para tanto, foi pleiteado, naquela ocasião um financiamento de US\$ 10 milhões junto à Caixa Econômica Federal, para licitação de obra, com previsão de execução de serviços na foz do rio Sergipe⁴⁷, tanto na sua margem esquerda – na Barra dos Coqueiros, com a construção de um espigão na linha da costa e que dará origem a um prolongamento da praia –, como na margem direita, em Aracaju – com molhes de enrocamento, entre outras obras. Até início de 1989 as obras não haviam sido iniciadas, e os problemas haviam sido ampliados.

Figura nº 32

... E A "COROA DO MEIO" VIROU CARTÃO POSTAL



FONTE: DeIgado E. CLUPOSIL

Aquí, a ação humana e a reação do mar estão ir reconciliáveis: ambos "lutam" por um espaço. A quela atua por um "progresso"; este progride por sua própria natureza...

5.3 - DESTINO TRAÇADO OU TENDÊNCIAS ATUAIS

A Coroa do Meio é hoje, no caldeirão do problema urbano de Aracaju, aquela que talvez tem possibilitado mais questionamentos e discussões. Se parcialmente está incorporada às estruturas internas da cidade, em si ainda padece os efeitos de uma concepção caótica, não superada ao longo da sua trajetória.

As atividades da terceira etapa foram dadas por

encerradas pela Caixa Econômica Federal em julho de 1986⁴⁸. No entanto, de acordo com a Presidência da EMURB, ainda no primeiro semestre de 1987 faltavam realizar tarefas para viabilizar esta terceira etapa, visando, com isso, "não se repetir os prejuízos gerados nas anteriores"⁴⁹. É aí que surge, então, a idéia de uma "4ª etapa" (não prevista nos planos originais) mas decorrente da não conclusão da terceira.

Assim, a EMURB, objetivando viabilizar a todo custo a Coroa do Meio, e integrá-la definitivamente ao conjunto intra-urbano de Aracaju, em particular à zona nobre da cidade, passou a articular e planejar medidas para esta "4ª etapa", com as quais espera deflagrar estratégias de implementação do empreendimento e resgatar parte dos objetivos originais daquela obra.

Na corrida contra o tempo, paralelamente, a EMURB lançou algumas propostas a serem alocadas no loteamento, em áreas implantadas desde a primeira etapa.

Para atrair investimento, aquela empresa decidiu intermediar a construção de um Shopping-Center e, a partir deste espera estimular a implantação de dois hotéis de 4 (quatro) estrelas, um centro empresarial (para médicos, advogados, dentistas e outros profissionais liberais) e um centro cultural (este vinculado ao setor cultural público, estadual e municipal)⁵⁰.

De todas estas atividades preliminarmente programadas, o Shopping é a que está com a sua primeira etapa construída. O seu lançamento ocorreu em meados de 1987, quando se espalhou em Aracaju uma "onda" de que outros empreendimentos similares seriam construídos⁵¹.

Para realizar este empreendimento, foi estabelecido uma "associação" entre o grupo baiano Gões Cohabita Construções S/A⁵² e a EMURB, que resultou no planejamento do RIOMAR Shopping Center, o primeiro centro comercial do gênero em Sergipe. Inicialmente, a previsão era de inaugurá-lo em outubro de 88, mas somente em maio de 89 é que finalmen-

te, a inauguração se formalizou.

No contrato firmado (amplamente questionado por Vereadores na Câmara e segmentos da imprensa local, mas permitido pelos estatutos da empresa) a EMURB permutou com o grupo baiano, a cessão do terreno durante 90 anos (prorrogáveis por igual período). Em troca, a EMURB passou a ter direito a 17% da obra, através de receitas obtidas com os aluguéis, o que representa a sua "participação acionária"⁵³ embora o grupo Gões Cohabita detenha a totalidade do controle das ações da sociedade.

Fazem parte ainda, deste empreendimento, quase uma centena de estabelecimentos comerciais, destacando-se algumas lojas vinculadas a grandes redes nacionais como a Mesbla, Bom Preço (como lojas âncoras) e a Arapuã, e outras conhecidas como grifes nacionais e estrangeiras (Giovanna Baby, Benetton, Ellus, Blu 4, Wragner, Hugo Boss, O Boticário, Cantão, etc.), além dos tradicionais grupos locais⁵⁴.

Para que o shopping aracajuano se concretizasse, os promotores do empreendimento procuraram se utilizar de financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, agente financeiro que tem se constituído no principal financiador desse tipo de empreendimento em várias cidades brasileiras⁵⁵. A Caixa Econômica chegou a aprovar o projeto, mas não repassou a verba solicitada. Os recursos gastos na construção dessa primeira etapa, foram assumidos integralmente pelo grupo, que investiu uma soma de US\$ 20 milhões de dólares e espera ter um faturamento de US\$ 60 milhões por ano⁵⁶.

A localização e construção do RIO MAR Shopping Center na Coroa do Meio tem algo também de "sui generis" em relação aos demais existentes no Brasil. O comum neste tipo de iniciativa é o setor privado decidir a localização do empreendimento, e assumí-lo tal como "propriedade privada" em todo processo. No caso do de Aracaju, sua origem já o torna um pouco diferente, porque uma empresa pública municipal (a EMURB), com total apoio da Prefeitura e do Governo do Esta-

do, articulou a idéia e, com a empresa interessada, agilizou os meios e canais de negociações necessários inicialmente, junto ao agente financeiro (a C.E.F.) e à comunidade em geral. O controle administrativo ficou a cargo do grupo privado interessado que, através de outras empresas especializadas, realizou o planejamento e divulgação nacional do empreendimento (ver Figura nº 33).

Como se vê, o interesse da EMURB por esta empreitada foi significativo. Na realidade, nos planos dessa empresa, o shopping é considerado hoje, o agente viabilizador de todo o projeto. É a partir dele que a EMURB pensa em poder atrair novos investimento e, conseqüentemente, dar por "terminada" a reurbanização que a área de Coroa do Meio exige. Por isso é que este caso se tornou uma exceção à regra geral nacional. Em Aracaju, ao contrário do resto do país, o setor público não ficou alijado do processo decisório.

Silvana Pintaudi, em estudo interessante, afirma que — no que diz respeito ao planejamento de shopping centers — o setor público só entra em cena em momento posterior, após a definição do empreendimento, quando então é

*"chamado a dar sua colaboração se houver necessidade, por exemplo, de desapropriação para alargamento de ruas ou avenidas, e, enfim, para um grande número de problemas que surgem quando, de uma hora para outra, se cria local de grande afluxo de pessoas"*⁵⁷.

Essa não foi a situação do RIOMAR Shopping. Pelo contexto que descrevemos, com os dados e informações disponíveis, as condições que se apresentaram a seu favor são outras (entre as citadas, a própria base infra-estrutural do local, com acessos e ruas asfaltadas, rede de energia, telefone, água, esgotos, etc.) e, portanto, sua existência ganha, desde a concepção a marca e a influência estatal.

O RIOMAR Shopping é, pois, o exemplo mais acabado

Figura nº 33

MATÉRIA PROMOCIONAL DO RIOMAR SHOPPING, NA COROA DO MEIO
(LANÇAMENTO DO EMPREENDIMENTO)

ARACAJU TEM SHOPPING?

ARACAJU TEM MESBLA?

AGORA VAI TER AMBOS.



**RIOMAR
SHOPPING
ARACAJU**

O primeiro shopping center de Aracaju começou do jeito certo: assinando com a Mesbla. E o nome Mesbla é garantia de qualidade nos maiores shoppings do Brasil.

O Rio Mar Shopping Aracaju será o pólo comercial que faltava à cidade e ao estado de Sergipe.

Uma região economicamente forte, com um comércio dinâmico e tradicional, ressentia-se da falta de um local destinado ao consumo e ao lazer em alto estilo.

O Rio Mar Shopping Aracaju chega na hora certa com um belo projeto arquitetônico, localização privilegiada no bairro de Coroa do Meio, 1000 vagas de estacionamento, supermercado, dezenas de lojas e boutiques, praças cheias de verde e luz natural, ar condicionado, escadas rolantes, som ambiental, restaurantes, cinemas, banco e uma completa infraestrutura de serviços e lazer.

Agora Aracaju vai ter um verdadeiro shopping center. E vai ter Mesbla, numa loja de 4.800m². Um digno do outro. Como convém a um povo que cresce em todos os sentidos.

Empreendimento:



**GÓES COABITA
CONSTRUÇÕES S.A.**



**Empresa
Municipal
de Urbanização**

Planejamento:

SHOPINVEST

PLANEJAMENTO, MARKETING E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Informações e Locações:

INTERLEASE
COMERCIALIZAÇÃO DE SHOPPING CENTERS LTDA.

Aracaju - SE (079) 224-4734.

Salvador - BA (071) 240-1833.

Rio de Janeiro - RJ (021) 511-1449.

CPM - Cia. Publicitária

das contradições que se estabelecem na relação entre Estado e o Capital, em Aracaju. Ele surge como uma solução final, viabilizadora de um projeto elitista que o Estado teve a ousadia de bancar, mas que vem tendo problemas para dar certo. Ele surge das "crises" e "cinzas" desse projeto, mas tem todas as chances de vir a poder redimi-lo.

Por isso mesmo é que, num editorial jornalístico, um órgão local assim se expressou:

"... por todos os seus méritos, que parecem ser maiores do que seus defeitos de origem, o Shopping dá a Aracaju uma contribuição modernizadora da maior utilidade, acelerando a atualização do comércio sergipano, da mesma forma como acelera o consumo, criando novas opções de compra, tanto a vista como a crédito, democratizando, de certo modo, o acesso da população ao imenso mundo das ofertas das lojas"⁵⁸.

As demais atividades previstas para serem deslançadas, como viabilizadoras do loteamento, ainda não se materializaram, mas seus planos estão sendo negociados ou replanejados pelos setores interessados em empreendê-los.

Em contrapartida a essas medidas mais sofisticadas para a Coroa do Meio, a EMURB ainda convive com resquícios de seus tradicionais conflitos junto aos ocupantes, notadamente ao novos que ocupam as "baixadas do Apicum"⁵⁹. É nessa área, que basicamente os trabalhos da chamada "4ª etapa" seriam concentrados.

Ainda em 1987, aquela empresa realizou "levantamentos sociais e técnicos", visando, com isso, intervir junto àquelas comunidades que vêm seguidamente promovendo ocupações desordenadas, a partir da própria Coroa do Meio. Passou então a estabelecer parâmetros, com propósitos de implantar serviços básicos de urbanização (drenagem, terraplenagem, pavimentação, rede elétrica, água, etc), discutindo-os com a ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente e com

segmentos das entidades comunitárias do bairro onde estavam acontecendo as "invasões" sobre o mangue. A viabilização financeira deveria ser negociada pela Prefeitura de Aracaju com a Caixa Econômica Federal, e o plano era que o contrato viesse a ser assinado com aquele agente financeiro naquele mesmo ano⁶⁰.

Nota-se nesta medida, como em muitas outras que estão sendo realizadas, que o tradicional interesse pela área como um todo não vai além da provisão de melhoramentos pontuais, com vista a atender interesses imediatos de ordem política e econômica, e a minimizar os efeitos de uma favelização em torno de uma "área nobre". Conforme já demonstrado anteriormente, esta política tem também, todas as possibilidades de levar a uma gradativa expulsão dessa população do local via mecanismos de mercado, levando a sua substituição por segmentos sociais mais abastados. Resta questionar, finalmente, o direcionamento de esforços que a EMURB vem concentrando nessa área, preterindo inclusive, em várias situações, outras tantas espalhadas pela cidade, também cheias de carências, mas que estão distantes das "zonas de valorização ou enobrecimento".

Neste contexto, o papel da população local tem variado muito em decorrência dos interesses adversos das categorias sociais que coexistem entre a Coroa do Meio e Atalaia Velha. Entre esses locais, já há adensamentos de habitações por conjuntos residenciais (casas e apartamentos - inclusive do INOCOOP), residências isoladas (pequenas mansões de políticos, comerciantes, profissionais liberais, etc.) , barracos de madeirit ou pequenas cabanas de "invasores do mangue" e, ainda, vários outros prédios para associações e clubes sociais, das mais diversas origens⁶¹.

Disto resulta que não existe, de fato, um movimento forte de conscientização e luta pelas reais necessidades da maioria da população do bairro. Logicamente, como era de se esperar, as desigualdades de interesses não permitiriam que qualquer entidade nestas condições sobrevivesse. Portan

to, as reivindicações populares, que poderiam surgir de um grande coletivo, ficam fragmentadas a interesses de grupos, muitas vezes protegidos por vinculações 'político-partidárias', sem uma conotação mais forte com os interesses da maioria.

Até mesmo a Sociedade de Defesa da Coroa do Meio - SDCM, criada em 1979 para aglutinar moradores daquelas redondezas e outras pessoas interessadas na promoção e defesa comunitária e ambiental, não resistiu às intempéries da dinâmica social e convulsões político-ideológicas. O movimento sofreu rachaduras e deu origem a uma outra entidade, a Participação Comunitária Coroa do Meio Sul - PACS, formada por sócios que se desvincularam da SDCM, apoiados também por outra federação de associações⁶². No entanto, nenhuma delas detém o controle majoritário das "decisões comunitárias", ou até mesmo de qualquer divisão territorial, para suas atuações. Ambas as entidades têm, em comum, a estratégia de creditar seu apoio (notadamente político) a todos os movimentos que surjam e que promovam reivindicações, ou orientam as populações na defesa de seus interesses.

Em contatos com moradores da localidade, verificamos que há casos de pessoas serem associadas nas duas entidades. Acreditamos que esta divisão surgida na entidade-matriz, a SDCM, só fez enfraquecer o movimento na base (que já não era tão organizado) e dar início, também, a um processo de divisão dos interesses comunitários, notadamente das categorias sociais de baixo poder econômico. Em outras palavras, estas categorias ficaram mais vulneráveis à manipulação 'político-partidária', à ação de interesses promocionais eleitoreiros e, até mesmo em algumas circunstâncias, às ações empreendidas pela Prefeitura ou pela EMURB (ver Anexo nº 8 cópia de acordo estabelecido entre esta empresa e as sociedades PACS e SDCM - esta não assinou na ocasião - em 1987) e que coloca em confronto as duas associações.

Ressalta-se, ainda, que não há, na comunidade, uma presença ativa da igreja católica, em termos de desenvol

ver tarefas do tipo "comunidades de base" que pudessem auxiliar e orientar as populações em seus problemas mais prementes. Neste sentido, a população carente da Coroa do Meio (bem como de comunidades pobres localizadas ao sul de Aracaju - Robalo, Mosqueiro, Areia Branca, etc. - , ou de outras periferias da cidade) se ressentia de uma base de apoio forte, verdadeiramente cristã, não somente no que diz respeito às "mensagens de fé" que ela produz, mas, sobretudo, no que tange ao apoio dado aos membros da própria comunidade em sua luta por melhores - e mais dignas - condições de vida.

Isto reflete, em parte, a postura da igreja católica em Aracaju, de linha elitista, com concepção burguesa e hierarquizada, defensora de um paternalismo, e que por não se definir em atuar ativamente ao lado das camadas sociais mais necessitadas, abre espaços para atuação de seitas tipo pentecostais, alienígenas, que passam a oferecer "coisas" em troca de adeptos das suas mensagens⁶³.

Muitos dos moradores revelaram que até "entendem" suas condições, que sabem estar submetidos à manipulação de interesses de terceiros. Esperam, entretanto, poder reverter esta situação na medida em que forem conquistando reivindicações que julgam indispensáveis, como a sobrevivência do cotidiano, ou o fornecimento definitivo do "documento de posse da terra" - a escritura -, que a EMURB e alguns prefeitos haviam prometido.

Algumas pessoas entrevistadas acham que, com a escritura em mãos, a maioria dos problemas estarão resolvidos e suas preocupações de serem expulsas daquele loteamento estarão acabadas. Mais um ato de ingenuidade. As coisas não são bem assim!!!

Para finalizar, apresentamos um pequeno documentário fotográfico, ilustrando situações detectadas na Coroa do Meio em 1987, dez anos após o início das obras que implantaram aquele loteamento.

PROJETO CURA "COROA DO MEIO" - ARACAJU/SE

FLAGRANTES DE SITUAÇÕES DETECTADAS 10 ANOS APÓS O INÍCIO DOS
TRABALHOS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO PELA EMURB/P.M.A -
1987/88

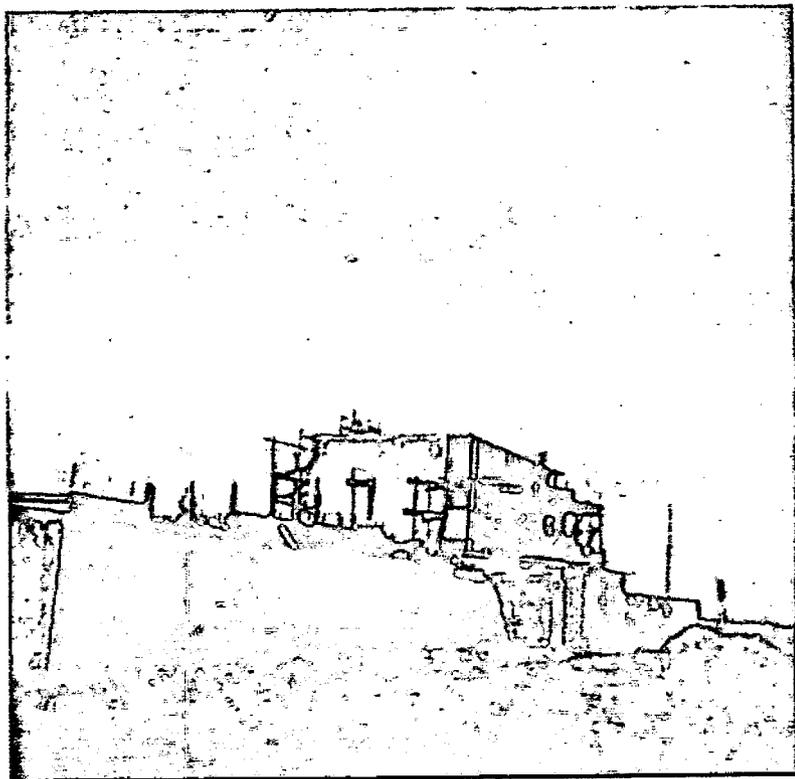


Foto nº 30

Das ricas
construções ...

Foto nº 31

... às miseráveis
ocupações.

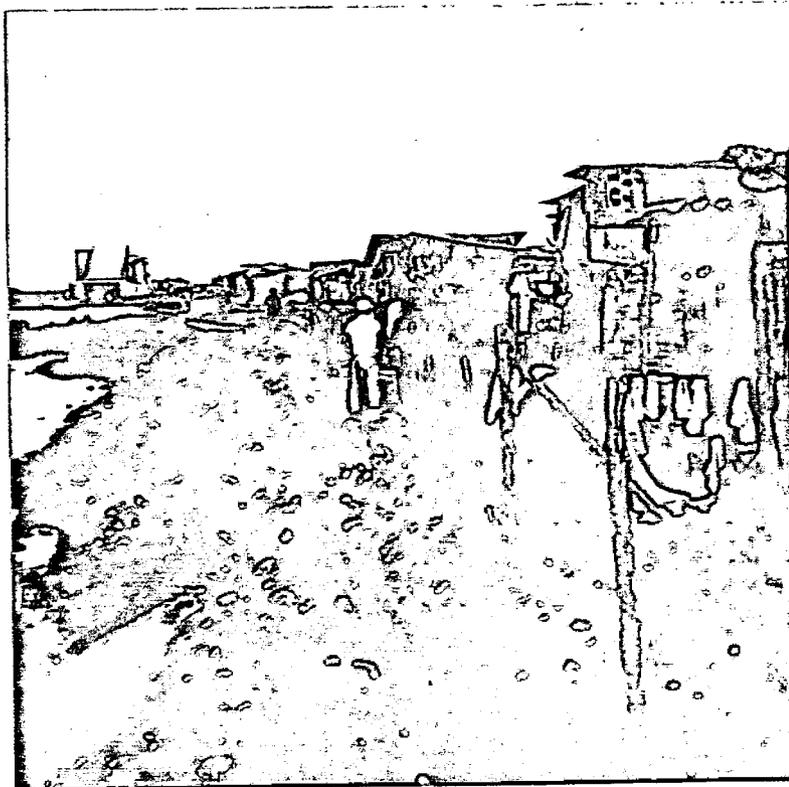


Foto nº 32

A ação do mar
sobre o muro
de proteção do
loteamento...

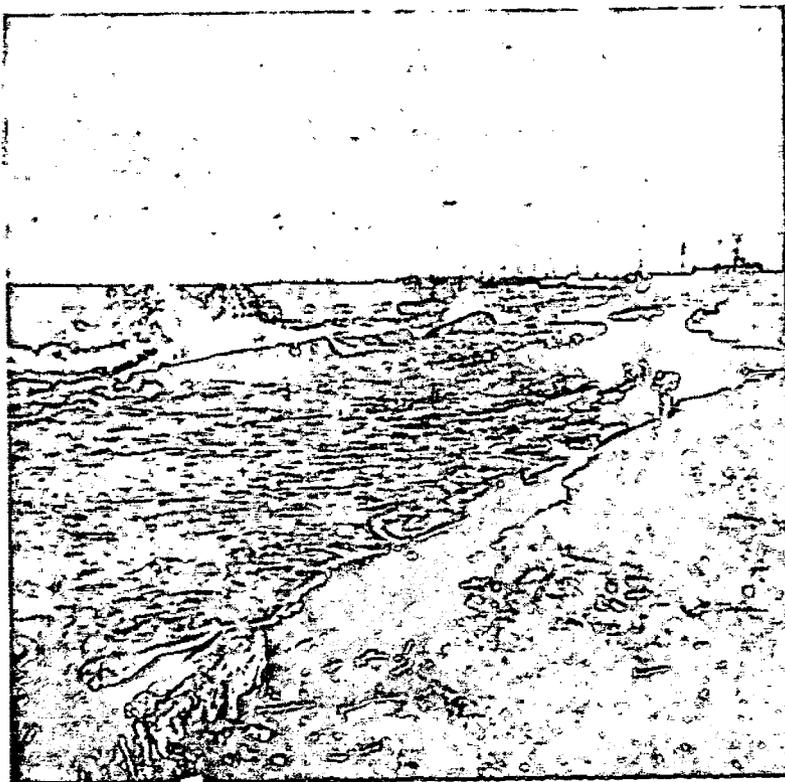
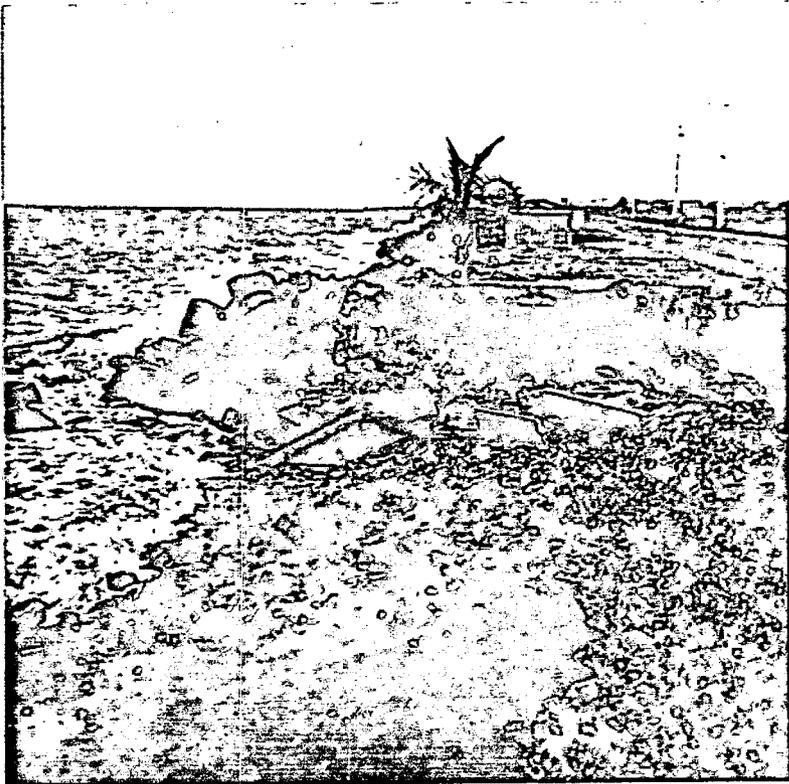


Foto nº 33

... provocou diversos
desmoronamentos. Até a
pista para automóveis
foi interditada e a
população estará sempre
ameaçada.



O primeiro shopping center de Aracaju

7 1507
ARACAJU/AL.
1989



INAUGURACAO
15/10/88

GRUPO COHABITA
CONSTRUCOES S.A.

OPERAÇÃO
E MANUTENÇÃO

Foto nº 34

Aqui nasceu o RIOMAR Shopping - Grupo Cohabita -, incentivado pela EMURB. Já inaugurado (1ª etapa - maio/89), este espaço da Coroa do Meio gradativamente vai se integrando a "paisagem" urbana da cidade, passando a se constituir num dos "fetiches" do crescimento recente de Aracaju.

NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. "O 'terreno de marinha' abrange uma faixa litorânea de 32 metros, medida a partir do preamar médio ocorrido no ano de 1831, quando houve uma grande invasão de águas provocada pela maré cheia. Qualquer imóvel situado nessa faixa do território nacional, é considerado como de propriedade da União. Aos donos desses imóveis cabe o 'domínio útil' do terreno e suas benfeitorias" (Cf. Informativo ACEMI, publicado no jornal "O Estado", Florianópolis, 17/01/88). A Lei de Terra de 18 de setembro de 1850 define os tipos de modalidades de terras e finalidades na forma de usos. A área discutida em tela, foi definida normativamente, pelo Ministério da Fazenda, em 21/11/1973, através do instrumento legal 79.740/73. Ver ainda, decreto nº 2.398, de 21/12/87, que trata da "transferência de terreno de marinha".
2. Cf. Informações GERIN - Gerência de Crédito Industrial do BNB - Banco do Nordeste do Brasil, 83/161, Fortaleza (CE), jan/83, p.4.
3. Esses direitos foram concedidos e garantidos na forma da Lei, dando posse à EMURB - Empresa Municipal de Urbanização da Prefeitura de Aracaju, conforme Decreto nº 77.440 de 14/04/1976 e contrato de cessão fornecido pelo Ministério da Fazenda/SPU em 30/06/1976.
4. Conforme Exp. Externo Ref. GP-Ofício nº 85/76 (ver Anexo 4), a então administração municipal de Aracaju solicita ao BNH uma celebração de "Convênio de Adesão" para implantação do Programa CURA na área de Atalaia - Coroa do Meio, como área piloto para efeito de demonstração do projeto, classificada naquele município de Aracaju como CURA-Especial.

5. Esta foi uma menção entre as várias pronunciadas pelo Eng^o João Alves ao se referir sobre a dimensão da obra. Ver Cf. pela Gazeta de Sergipe, em 06/09/1978, p.5.
6. Afirmações do Diretor de Planejamento do BNH, Sr. Luiz Sandes, quando da celebração de um convênio entre aquele agente financeiro e a PMA. Ver Gazeta de Sergipe, em 06/09/1978, p.5.
7. Cf. Gazeta de Sergipe em matéria publicada no dia 3/6/1977, p.6, sob o título: "Coroa do Meio será um bairro para Todos".
8. Cf. na Proposta de Urbanização da Coroa do Meio. In: Plano CURA Piloto/Projeto de Viabilidades, Prefeitura Municipal de Aracaju/EMURB e Jaime Lerner Planejamento Urbano, Aracaju, abril de 1977, p. sem enumeração.
9. Definições traçadas em documento publicado sob a responsabilidade ds SONDOTÉCNICA S/A. Projeto CURA Santana. São Paulo, s/data, p.5 (cópia xerografada). Ver outras referências técnicas das características do CURA, através de PENA, José Eduardo Oliveira. O Projeto CURA, edição do BNH (sem outras referências e sem data). Ver ainda VILARINHO NETO, Cornélio Silviano. Projeto CURA: um exemplo de intervenção do Estado nas transformações do Espaço Urbano. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, FFCL/USP, 1984.
10. O CURA foi instituído através da Resolução n^o 7/3, do CA/BNH e regulamentado pela Resolução da Diretoria n^o 38/73 daquela agência de fomento do governo federal.
11. Ver o que consta no documento Aproveitamento Urbanístico da Coroa do Meio. In: Aracaju, A Coroa do Meio, Idéia, Viabilidades e Como Acontecer. Resumo do Projeto CURA Piloto/Estudos de Viabilidades, PMA - EMURB/Jaime Lerner Planejamento Urbano, Aracaju, março de 1977, p.sem enumeração.

12. Ver a Lei Municipal nº 604/78, de 27/09/1978, que estabelece as diretrizes da estrutura urbana da Coroa do Meio e dá outras providências.

13. Ver: "Coroa do Meio será um Bairro Para Todos". In: Gazeta de Sergipe, edição de 03/06/1977, p.6.

A partir desta matéria vale ressaltar ainda que, em Sergipe, os meios de comunicação de massa reiterando uma característica, pode-se dizer nacional, passam para o opinião pública, informações e imagens dos administradores municipais ou estadual que melhor lhes convier. Nesse sentido é que, com relação a Coroa do Meio, encontramos registrado na imprensa local, por exemplo, no início das obras, elogiáveis considerações ao empreendimento e a seu idealizador. Com o passar dos tempos e as mudanças de governos, verificamos que esses mesmos órgãos mudam de atitudes e passam sistematicamente a auferir comentários e críticas, muitas delas que poderiam ter sido realizadas em períodos anteriores (ver Anexos nº 6 e 7).

14. Dado constante do documento: Processo nº 00192.084,, fl. 70, do BNH, que trata da Análise do Estudo de Viabilidade da Área CURA piloto "Coroa do Meio" em Aracaju - SE, aprovado em data de 25/05/1977.

15. Conforme consta na prancha esquemática que faz parte do documento: Aracaju - A Coroa do Meio, Idéias e Viabilidades, Op. Cit. sem paginação.

16. Além da EMURB/PMA, o governo do Estado através de Secretarias de Estado e órgãos como o DESQ, ENERGIPE e TELERGIPE, também participaram do empreendimento.

17. Esses dados estimados constam do Projeto CURA Piloto / Projeto de Viabilidades, Op. Cit. s/paginação.

18. Conforme Convênio nº 0023/77 entre o BNH e a PMA., assinado na cidade do Rio de Janeiro em 08/06/1977.

19. Idem. Op. Cit. Se se fizer um pequeno cálculo a respeito deste período, tomando-se por base o ano do início das obras em 1978, este ano de 1989 seria o período final previsto de conclusão para a implantação definitiva do empreendimento. Na prática o que se observa é que falta ainda muito para isso acontecer.
20. Conforme edital de Concorrência nº 01/78 da EMURB/PMA, publicado no Diário Oficial do Estado em 09/05/1978.
21. Conforme cópia da Ata da Reunião de 15/06/78 para concorrência, divulgada em 20/06 pela Comissão de Licitação e publicada na imprensa local em 21/06/78.
22. Ver Gazeta de Sergipe, edição de 09/06/78, p.01.
23. O "Termo de Contrato" nº 09/78 de 04/08/78, assinado entre a EMURB e a Construtora Norberto Odebrecht previu para primeira etapa da Coroa do Meio (cerca de 20% das obras totais), a execução de serviços de aterro, pavimentação, drenagem, cais de contenção e a ponte que ligaria aquele novo bairro à via de acesso ao centro da cidade, através do bairro 13 de Julho (antiga Praia Formosa).
24. Cf. Gazeta de Sergipe, edição de 06/09/1978, p.5.
25. Cf. Gazeta de Sergipe, edição de 27/03/1979, p.5 e 6.
26. Através do Instrumento nº 002/79 do CDU/BNH: Processo nº 04/15.950 BNH, foram apresentadas ao Sr. Heráclito G. Rollemberg as condições para uma nova Adesão do Município ao Programa de Complementação Urbana - CURA, em agosto de 1979, a partir de um requerimento deste Prefeito ao BNH em 23/07/1979. O Plano elaborado para a 2ª etapa do Projeto CURA foi concluído em junho de 1980.
27. Ver Lei Municipal nº 655/79 de 27/09/1979, publicado DO/Estado de 04/10/1979.

28. Cf. Lei nº 655/79 de 27/09/79, art. 6º e a Resolução nº 44 de 24/06/1980 do Senado Federal.
29. Detalhes destas atividades constam do documento Projeto CURA - Coroa do Meio/2ª etapa, BNH (outros setores)/Governo de Sergipe/PMA - EMURB, junho 1979, p.8 - 17.
30. Ver matéria no Jornal de Sergipe, publicada em 25/09/1979, p.3, com o título: "Obras da Coroa do Meio Criam Suspeitas".
31. O "Termo de Contrato" nº 09/78 de 04/08/78, assinado entre a EMURB/PMA e a Norberto Odebrecht S/A, para execução dos serviços da 1ª etapa, em sua cláusula Décima Nona ao tratar de Aditamentos diz: "Mantidos os preços unitários iniciais e sendo de conveniência da EMURB esta, querendo, poderá aditar o restante da obra ou parte dela, a seu exclusivo critério, à Contratada".
32. Diga-se de passagem, trata-se de um mecanismo bastante sutil, elaborado e definido para atender interesses de ambas as partes, que vem desde divulgação do edital de concorrência pública, onde não há dúvidas das possibilidades de quem poderia vencê-la, como ficou anunciado pela imprensa.
33. Do contrato original assinado em 04/08/1978 até 13/10/1983 foram assinados 7 (sete) Termos Aditivos e 1 (hum) Termo de Desmembramento na seguinte cronologia:
- 1ª etapa: 1º aditivo - assinado em 28/08/1978
2º aditivo - assinado em 22/09/1978
- 2ª etapa: 3º aditivo - assinado em 07/05/1979
4º aditivo - assinado em 06/07/1979
- Termo de desmembramento - assinado em 21/01/1981
- 2ª etapa: 5º aditivo - assinado em 16/03/1981
6º aditivo - assinado em 26/11/1981
- 3ª etapa: 7º aditivo - assinado em 13/10/1983.

34. Em nossos levantamentos realizados na EMURB/PMA, na Secretaria de Urbanismo da PMA, ou na Caixa Econômica Federal de Aracaju (escritório que assumiu o extinto BNH) não nos foi possível conferir nos documentos que nos foi permitido consultar, identificar claramente – inclusive nos "Termos Aditivos" – dúvidas que são apontadas por técnicos e/ou políticos, referentes às características do tipo de aterros, seu preço contratual (preço do aterro convencional ou aterro hidráulico) e forma de medição, nos serviços prestados pela empresa contratada e pagos pela Prefeitura Municipal com os empréstimos ao BNH. Estas dúvidas foram apontadas por Vereadores a um dos Presidentes da EMURB (durante a 2ª etapa da obra), o qual foi convidado a prestar esclarecimentos, respondendo com evasivas as questões levantadas, conforme noticiou a Gazeta de Sergipe, no dia 31/08/1979, p.1. Era o então presidente da EMURB, o Cel. Renir Reis Damaceno.
35. Ver Gazeta de Sergipe, matérias noticiadas principalmente nos dias 15/08/79; 16/08/79; 29/08/79 e 31/07/79.
36. Em face das denúncias de irregularidades, o então Deputado Federal pelo PMDB Tertuliano Azevedo, enviou telegrama ao Ministro do Interior e ao Presidente do BNH, com a seguinte mensagem:
- "Levo conhecimento esse Ministério situação projeto Coroa do Meio cidade Aracaju vg face as irregularidades vem praticando prefeito Heráclito Relleberg PT Obras segunda etapa projeto vg valor inicial quinhentos e vinte e três milhões cruzeiros vg em UPCs vg vem ser entregue firma Odebrecht vg sem concorrência pública vg havendo razões suspeitar existência corrupção vg virtude injustificável entrega obra tão alto valor sem licitação pública PT Projeto deixou ser auto-financiável vg única justificativa para sua implantação vg acarretando endividamento Prefeitura Municipal superior possibilidades financeiras detrimen-
tos outras obras municipais PT Projeto visa apenas atender classe alta vg contrariando política governo favoreci-
mento recurso BNH população baixa renda da qual Vossa

Excelência tornou fiel perseguidor PT Empréstimo Prefeitura vg junto BNH vg valor dois milhões UPCs cobertura financeira referido projeto vg além não atender interesse maioria povo Aracaju vg pelas suas graves consequências vg não atende finalidades Projeto CURA BNH PT Na certeza de que as denúncias acima formuladas serão apuradas et matéria reexaminada pelo BNH vg subscrevo-me atentamente Tertuliano Azevedo Deputado Federal".

Transcrito integralmente do material publicado na Gazeta de Sergipe, edição de 06/10/1979, p.1 com o seguinte título: "Coroa do Meio provoca Guerra de Telegramas".

37. Ver Gazeta de Sergipe: "Concorrência para Publicidade", matéria publicada no dia 31/08/1979, p.1.

38. Tudo que aconteceu na ocasião, de nada adiantou, pois a Prefeitura agiu como nos incidentes anteriores. Os fatos transcorridos não puderam nem mesmo contribuir nos encaminhamentos a favor de uma Ação Popular contra a EMURB, requerida por um parlamentar da Assembléia Legislativa alegando que aquela empresa estaria causando danos ao patrimônio público e pedindo providências. A ação foi impetrada em 1979, pelo então Deputado Estadual Jonas Amaral, que de acordo com as idéias publicadas na imprensa, solicitava que fosse anulado o contrato entre a EMURB e a Norberto Odebrecht para continuidade das obras da Coroa do Meio, através de Termos Aditivos. Veja matéria na Gazeta de Sergipe, edição de 01/02/1980, p.2.

Em 1987, de acordo com informações dos técnicos da Prefeitura e da EMURB, este processo ainda se arrastava na justiça sem nenhuma perspectiva de definição esclarecedora.

39. Considerações tratadas no Relatório sobre a Situação dos Investimentos Programados para 2ª etapa da Coroa do Meio, SEPLAN/PMA. Este documento, contém como data da paralização 28/09/1981.

40. O BNB - Banco do Nordeste do Brasil assume o papel de agente repassador conforme Convênio nº CVN - 0069/81. Cf. em Informações do GERIN - Gerência de Crédito Industrial, 83/161 - BNB, Fortaleza, 14/06/1983.
41. Idem. Ver ainda Instrumento legal de natureza contratual que trata da abertura de crédito fixo entre BNB e PMA, as sinado na cidade de Fortaleza em 09/07/1979.
42. Veja por exemplo, o documento do Contrato de Crédito entre BNB/PMA, datado de 09/07/1984, para a 3ª etapa do CURA Coroa do Meio, nas Cláusulas de nºs XV e XVI que tratam de garantias de meios de pagamentos pela Prefeitura com cotas (no máximo 18%) do ICM, durante a vigência do contrato. Veja também argumentação técnica dos avaliadores dos aspectos financeiros para 3ª etapa, que como tal, sugerem entre as garantias, o uso do FPM. Cf. INFORMAÇÃO DO GERIN/BNB - 83/161, jan./83, p.08.
43. Conforme consta em "Termo de Procuração" da Prefeitura Municipal de Aracaju ao Banco do Nordeste do Brasil, lavrado pelo Cartório do 1º ofício de Notas da cidade de Aracaju, em 20/07/1984, livro 439, fls.136.
44. O contrato a que nos referimos, tem seu conteúdo esclarecido em documento próprio, denominado de "Termo de Contrato GCÂ - 01/83", assinado em 10/07/84.
45. Estes fatos também se repetem em determinados pontos da Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros) onde a costa é baixa e há invasões do mar. Para proteger as edificações das altas marés (notadamente entre março/abril e agosto/setembro), muitos "proprietários" realizam aterros e muros com pedras calcáreas envolvidas por tela, que às vezes não resistem às correntezas e provocam desmoronamentos.
46. Os estudos e propostas apresentadas para erradicar os problemas de erosão na Coroa do Meio já fazem parte até de

um capítulo na "história" daquele empreendimento. Várias empresas nacionais e até internacionais apresentaram análises e propostas para implantação de obras de estabilização. Esta área não é a única no litoral brasileiro onde estes fatos acontecem, repetindo-se desde o litoral norte até o sul do país. O sucesso de uma obra de contenção de marés necessita de aplicação dos conhecimentos de engenharia a cada realidade, como aconteceu no litoral Paraense, na Praia de Caiobá. Como referências, citamos aqui alguns estudos realizados para a Coroa do Meio, além do apresentado preliminarmente pela empresa Hildalius Cantanhede (1977):

- Projeto Básico para Proteção Marginal e Estabilização da embocadura do Rio Sergipe, elaborado por técnicos do governo do Estado de Sergipe, como relatório do final da 1ª etapa, março de 1984;
- Analysis of The Erosion Problem at Coroa do Meio. Aracaju, Brazil and Recommended Solution by J. Richard Wegel Pennsylvania - USA; 1985;
- Estudos da 1ª Etapa de Estabilização da Costa na Coroa do Meio, Aracaju - SE. São Paulo, Hidroservice, 1985.

47. As influências das marés na foz do rio Sergipe o torna um estuário com dificuldades de penetração para certas navegações, em decorrência dos fluxos periódicos dos bancos de sedimentos que causam deslocamentos do seu canal e dificultam o movimento das embarcações de grande porte. Já não são mais navios que entram sozinhos até o porto. Às vezes é necessário a ajuda de lanchas ou rebocadores ou até em algumas ocasiões, a ajuda de nadadores tradicionais que conhecem muito bem a situação da barra naquela foz.

48. Relatório de Encerramento das Operações 3ª etapa. Gerência do BNB, Aracaju, julho de 1986. Neste documento, sumariamente é avaliada a situação em que se encontrava a obra e são apresentados dados referentes à aplicação de

investimentos (recursos do BNH e da PMA), e ressaltando apenas como observação, alguns serviços não executados pela Prefeitura, como por exemplo, justificando a não execução dos serviços de recreação e lazer, pois estes sofriam desgastes da ação do sol e das chuvas, uma vez que a área ainda não está habitada, comprometendo-se a própria Prefeitura a realizá-las através da sua Secretaria de Serviços Urbanos - (ver Anexo nº 7).

49. As declarações do Engenheiro Sérgio Santana em 1987, estavam compatíveis com o discurso e a filosofia do novo governo municipal, assumido para aquele período. Ressalta-se pois, que naquela ocasião, a administração municipal sintetizava as estratégias de conchavos e coligações, como fruto da "Nova República", inaugurada no país a partir de 1985 e que em Sergipe, estas sementes têm germinado satisfatoriamente. Portanto, anunciar providências de resgates e recuperação da "valorização democrática" às causas sociais virou modismo. Na prática...
50. Cf. pelo então Presidente da EMURB, Engenheiro Sérgio Santana, em entrevistas concedidas em 1987, para esta pesquisa e dissertação.
51. Além do RIOMAR Shopping Center, idealizado pela EMURB (com o apoio da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado) em consórcio com o grupo baiano Góes-Cohabita, os grupos sergipanos NORCON (Grupo Texeira) e BOMPREGO (Paes Mendonça) se uniram e chegaram a anunciar a construção de um outro shopping (num grande terreno ao lado do parque A. Franco/Sementeira). Ventilou-se também, que o grupo G. Barbosa (maior rede de supermercados em Sergipe) tinha intenções de construir também o seu shopping. As especulações, embates e estratégias políticas se travavam nos bastidores, principalmente junto a agentes financeiros. No entanto, vingou a iniciativa da EMURB. O grupo BOMPREGO aderiu à empreitada e instalou-se em uma das lojas âncora (a outra é da Mesbla) do Shopping Riomar.

52. A holding "Gões Cohabita" é uma empresa baiana, com sede na cidade de Salvador, com atuação diversificada em todo país. O grupo iniciou suas atividades há mais de 30 anos, através do ramo de construção civil. Entre seus presidentes está o Deputado Federal pela Bahia, Joacir Gões. Fazem parte do grupo, empresas como a Cerâmica Senhor do Bonfim e Poty, o Jornal Tribuna da Bahia e, recentemente foi adquirido pelo grupo, a patente do Banco Agremisa, num negócio feito por sua subsidiária, a Biribeira Empreendimentos e Participações, de acordo com concorrência pública. A Gões Cohabita atua ainda no Projeto Jaíba - MG (CO-DEVASF); na implantação de projetos de energia na amazônia, construindo a Usina Hidrelétrica Doze de Outubro (entre MT e RO), e na exploração de minérios para adubos orgânico a partir de algas marinhas, no Espírito Santo. No ramo de Shopping, além do RIOMAR em Aracaju, o grupo está implantando outro em Feira de Santana - BA.
53. Cf. pelo EMURB. Nota de Esclarecimento. Divulgada na Gazeta de Sergipe, no dia 16/17.08.1987, p.5.
54. Na infra-estrutura preparada, a administração do shopping planejou, além das tradicionais atividades comerciais com a disponibilidade de 1.000 vagas para estacionamento, a instalação de duas salas especializadas para espetáculos cinematográficos, visando assim, transformar a área numa permanente opção de lazer, além de ser centro de compras e gastronomia.
55. De acordo com dados da ABRASCCE - Associação Brasileira de Shopping-Centers, em 1987, a Caixa Econômica Federal se apresentava como o principal agente financeiro a alocar recursos na construção de shoppings. Do total existente no Brasil naquele ano (38), a CEF havia financiado cerca de 12. Apud PINTAUDI, Silvana Maria. Os Shopping-Centers Brasileiros e o Processo de Valorização do Espaço Urbano. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 65, São Paulo, 2ºsem./87, p.40.

56. Cf. Tribuna da Bahia (Encarte Especial), Salvador, 8/5/1989.
57. Ver PINTAUDI, Silvana Maria. Op. Cit. p.41.
58. Ver editorial "O Shopping chegou". In: Gazeta de Sergipe, Aracaju, publicado no dia 9/5/1989, p.4.
59. Apicum é a denominação dada às áreas da preamar no interior do loteamento, que criou condições para o desenvolvimento de um pequeno bosque de mangues. Nessas áreas, muitas famílias de migrantes - muitos dos quais escalonados na sua trajetória de outras áreas de Aracaju, como da "Invasão" do São Conrado e da Farolândia - notadamente do Baixo São Francisco, passam a ocupar e retirar do mangue formas de sustentos e de biscates, na labuta cotidiana.
60. Não se chegou a comprovar detalhes dos contratos assinados pela PMA/CEF, em 16/07/1987. Sabe-se entretanto, que entre os três contratos assinados naquela ocasião, totalizando um valor de Cz\$ 374.024.000,00 (trezentos e setenta e quatro milhões, vinte e quatro mil cruzados), as verbas destinavam-se para aplicações em projetos diversos na cidade, entre estes o CURA e o Pró-Morar. Ver dados In: "Jornal da Caixa", CEF, agosto de 1987, p.2.
61. Lembramos que, muitas das entidades sociais existentes na Coroa do Meio/Atalaia Velha, edificaram seus prédios em áreas adquiridas por concessões junto à EMURB, através inclusive, de intermediações e pedidos políticos, ao longo da trajetória do projeto Coroa do Meio.
62. Com a dinâmica dos "movimentos comunitários" surgidos em Aracaju, a partir de julho de 1985, foi criada a FAMA - Federação das Associações de Moradores de Aracaju. Em 1987, o movimento rachou dando origem a uma outra entidade, a FABESE - Frente de Associações de Bairro do Estado de Sergipe, controlada por lideranças com estreitas relações junto a políticos e autoridades que encontravam-se no poder administrativo estadual.

63. Na fragilidade dessas formas de sociabilidade num contexto urbano - associações, as igrejas, etc. - em sociedades como a brasileira, onde há gradações do poder político e econômico por extratos hierarquizados, se estabelecem categorias de relações de paternalismos e/ou clientelismo que refletem no nível de atrelação ao modelo de desenvolvimento imposto pelo tipo de capitalismo aqui instalado, causando declínio nos valores culturais dos indivíduos e em grupos sociais. Ver maiores considerações In: OLIVEN, Rubem. A Antropologia dos Grupos Urbanos. Petrópolis, editora vozes, 1985, pp.21-45.

CAPITULO VI

CONSIDERAÇÕES A GUISA DE CONCLUSÃO

"... o homem eleva-se à universalidade a partir do aprofundamento em suas raízes nacionais".

CARLOS AUGUSTO DE F. MONTEIRO*

Do desenrolar deste estudo, algumas idéias se impõem, como forma de sintetizar um posicionamento que, por ora, encerra as análises em torno de questões que foram colocadas em discussão.

Nas últimas décadas, o estado de Sergipe vem apresentando um dos mais expressivos ritmos de crescimento sócio econômico da região nordestina, sobressaindo inclusive, em algumas atividades, no cenário nacional. No entanto, esta posição não reflete, em sua essência – nem para aquele estado e, muito menos, para o Nordeste – alterações significativas no padrão de vida, de uma região historicamente identificada como pobre.

O crescimento acima mencionado deve-se, basicamente, à atuação do Estado que, no nosso entender, é, de fato, o principal agente impulsionador da maioria das mudanças desencadeadas, particularmente em Aracaju e em sua região em torno.

Nesse contexto, o desenvolvimento dessa cidade, que é o principal centro urbano do estado, foi analisado a

* Cf. In: *Travessia da Crise (Tendências Atuais na Geografia)*. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 50, tomo 2/Especial. IBGE, 1988, p.145.

partir de um marco histórico de referência — "antes e com a presença da Petrobrás" —, sobre o qual foram encaminhadas as objetivações deste trabalho.

Assim, até o início da década de sessenta, Aracaju refletia o papel predominante que as atividades vinculadas à produção agrária desempenhavam na vida sergipana. A partir de então, quando as perspectivas de exploração de petróleo indicaram amplas potencialidades no subsolo do estado, o panorama começou a mudar, e novas expectativas passaram a ser dimensionadas.

Viveu-se, então, momentos de euforia. Tinha-se a impressão de que haveria "radicais mudanças estruturais", superando, num período relativamente curto, o atraso que durante séculos imprimiu padrões sócio-espaciais. A possibilidade de rompimento com uma "velha situação", a "certeza" de que os ventos do progresso instalados no país (vindos da era JK) traziam "novas esperanças", principalmente de redenção social, conferiram às ações da Petrobrás (com o apoio de outros órgãos estatais, como a SUDENE) um crédito incomum.

O significado apregoado de tal "progresso", só induziu os cidadãos a assumirem a defesa de ideologias que, em si, só interessavam às classes dominantes, que têm, no Estado, o seu legítimo representante e sustentáculo.

O surto de desenvolvimento impulsionado pelos projetos da Petrobrás permitiu que houvesse um desdobramento de muitos empreendimentos (expansão comercial, surgimento da universidade, dinamização cultural, renovação de padrões imobiliários, etc.), necessários ao atendimento, não somente das novas vocações locais, mas sobretudo em decorrência das necessidades que aquela empresa passava a exigir, pelo papel que representava no contexto do redimensionamento da economia nacional.

A presença da Petrobrás em Aracaju, num momento de intensa concentração de rendas e de ascensão da chamada classe média, resultou ainda numa série de mudanças econômi

cas e espaciais. Esta classe cada vez mais passou a se constituir num expressivo e crescente contingente, composta agora não somente de sergipanos, mas de muitos outros brasileiros, estrangeiros e seus familiares, transferidos para Aracaju por aquela empresa, suas subsidiárias e/ou outras firmas prestadoras de serviços.

Ao mesmo tempo, ampliou-se a quantidade de pessoas economicamente pobres, "forçadas" a migrar para a capital e municípios do entorno, e que avolumaram-se nas periferias, criando um quadro comumente identificado por "inchação urbana".

O município/capital de Aracaju, rapidamente expandiu então seus tentáculos da urbanização, criando internamente, e em torno de si, um arranjo espacial novo, com as mais variadas imbricações de atividades. Definiu-se assim, ainda que timidamente, uma região em processo de metropolização ou como chama Kátia Loureiro, uma "metrópole incompleta"¹.

A partir daí, um intenso processo de especulação de terras se estabeleceu, notadamente em direção às "periferias de amenidades", ao longo do litoral praiano, em áreas caracterizadas anteriormente pela presença de atividades agrárias, e que passaram agora a ser esterelizadas ou transformadas em loteamentos, produzidos, na sua maioria, para atender às demandas de elite local.

Nessas condições, as ações do poder público, em todas as instâncias, cada vez mais foram assumindo importância na sociedade local. As medidas adotadas pelos governantes, muitas vezes traduziram-se em discursos políticos que só objetivavam atender aos interesses pessoais, eleitoreiros ou econômicos de determinados grupos sociais, e privilegiaram, quase sempre, as reivindicações das classes e espaços mais elitizados, em detrimento daquelas provenientes das "periferias interioranas", local de residência das classes mais proletárias, e cheias de problemáticas.

Exemplo claro dessa estratégia estatal foi o pro

jeto CURA "Coroa do Meio". Planejado e negociado em várias etapas com recursos do BNH, e anunciado como projeto de interesse social, este projeto resultou, na sua prática, numa desenfreada especulação imobiliária (naquela área e adjacências), e na criação de um "locus residencial" para grupos sociais de rendas mais altas, o que conduziu a repetidos conflitos entre ocupadores da área e segmentos do poder estatal.

Apesar do projeto "Coroa do Meio" se encontrar ainda "inacabado", a sua "viabilização" vem sendo tentada frequentemente pela EMURB (estatal municipal administradora do empreendimento). Esta empresa, em suas atuações mais recentes, vem incentivando a realização de diversos empreendimentos privados na área (construção do Shopping-Center, projeto hoteleiro, centros empresarial e cultural, etc.) na perspectiva de incorporá-la definitivamente ao conjunto da cidade.

Vale salientar, ainda, o impulso que os últimos governantes de Sergipe têm dado ao desenvolvimento turístico, sob o pretexto de tornar o estado um forte pólo de atração e geração de renda no mercado regional. Aproveitando-se das potencialidades "naturais" a partir da capital (além da própria infra-estrutura urbana de um grande centro), o Estado passou a realizar e/ou viabilizar obras (hotéis, restaurantes, calçadas, rodovias, áreas de lazer, etc.) em locais em franco processo de expansão urbana. Como resultado dessa prática, a especulação imobiliária foi intensificada, levando, conseqüentemente, à valorização e elitização desses locais, situados preferencialmente na faixa de expansão sul da cidade. Em proporções mais modestas, o povoado-dormitório de Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros) também já começa a sentir os mesmos efeitos. Ali, empreendimentos oficiais e privados vêm produzindo mudanças aceleradas, consubstanciadas na forma desordenada de ocupação do solo de um ambiente praiano que, até recentemente, caracterizava-se por ser um "espaço de pescadores" artesanais.

Todas estas e tantas outras atividades vêm atendendo às exigências de um "grande projeto", qual seja, o da definição dos mecanismos a partir dos quais o espaço metropolitano de Aracaju vem sendo construído.

Nesses mecanismos, a industrialização assume relevância, haja vista que foi através de empreendimentos gerados diretamente pelo "sistema Petrobrás" (TECARMO/RPNE/DIA/NITROFÉRTIL/PETROMISA, etc.), ou indiretamente atraídos por esse mesmo sistema (fábricas de cimento/adutora do São Francisco/hidrelétrica de Xingô), numa escalada cada vez mais ascendente e espetacular, que muitas atividades vêm se estabelecendo, cumprindo assim os objetivos da expansão e acumulação capitalista.

Como resultado, Aracaju já controla e comanda toda uma hinterlândia sergipana, cada vez mais dependente de "decisões" oriundas daquela capital e que ultrapassam, inclusive, a fronteira estadual².

Esta "divisão social e territorial do trabalho" que vem ocorrendo em Aracaju, fruto de "políticas públicas multifacetadas", é o que nos levou a tecer as considerações que estão presentes neste estudo. Algumas vezes, essas considerações tiveram um papel simplesmente acessório, como foi o caso da nossa análise a respeito da implantação do Complexo Industrial e Portuário, que apenas indicou o provável impacto do referido complexo no processo de crescimento urbano de Aracaju.

Olhando para o futuro, observamos que a articulação de eventos espaciais de várias ordens, direcionados para a região da capital sergipana (o litoral em particular), notadamente a partir de grandes projetos estatais, está criando um emaranhado sistema de usos do solo, que põe em evidência as mais diversas disparidades.

Dada a extensão territorial relativamente pequena de Sergipe (21.994 km²) e da Grande Aracaju (hoje com 2.090 km²), os impactos que provavelmente advirão das diversas for

mas do uso, citadas neste trabalho, tendem a resultar numa pressão cada vez maior sobre essas áreas e seus recursos naturais, com tendência a um comprometimento cada vez maior da qualidade de vida da sociedade e de seu meio ambiente.

As atividades industriais têm contribuição maior na geração desse comprometimento, já que podem ocasionar os mais diversos problemas (poluição atmosférica, marinha, fluvial e visual; riscos de acidentes os mais diversos, gerados por empreendimentos químicos e/ou petroquímicos, etc.). São riscos que muitas comunidades, seja no exterior³ ou aqui no Brasil⁴ já têm experimentado, e que decorrem de fatores⁴ tais como a negligência profissional, a imprudência e/ou o desconhecimento popular, a forja ou debilidade da legislação, etc., e que colocam essas populações em perigo constante. Com prometem, além do mais, o destino de diversos cidadãos que participam da construção desse "progresso" e que, muitas vezes, "não têm consciência" dos perigos a que estão sujeitos.

Acreditamos que a complexa configuração de usos que caracteriza o espaço aracajuano na atualidade, e os consequentes riscos dela decorrentes, devem-se especialmente à fragilidade do sistema institucional, notadamente de suas leis orgânica e/ou derivadas. Estas são, além do mais, frequentemente manipuladas e descaracterizadas para viabilizar os mais diversos interesses, que podem comprometer, até mesmo, a qualidade de vida para a maioria dos cidadãos.

Esta situação, fruto da precária tradição brasileira de "organização legislativa", reveste-se de maior expressão, no caso enfocado, pela negligência dos poderes constituídos e pela falta de ampla conscientização da situação por parte da sociedade, que não permitiram que fossem criados, ao longo do tempo, mecanismos coerentes de legislação e planejamento urbano⁵.

Não podemos esquecer que o desenvolvimento que se apregoa para a sociedade é desejável e fundamental, e que ele parte de uma base material. Este entretanto, deve, além

de gerar riquezas, assegurar também formas de sobrevivência decentes para a sociedade.

Além do mais, embora sejam valorizadas prioridades imediatistas, às vezes até como forma de "superar" o subdesenvolvimento, é preciso, que se deflagre, já, a oportunidade de uma "educação ambiental", não como um exercício apenas curricular de escolas, mas como um verdadeiro exercício geral de cidadania.

É lamentável que muitos caminhos do crescimento social sejam desvirtuados. É lamentável, ainda, que não se faça uso coerente das mais variadas contribuições da técnica e da ciência para assegurar a harmonia de um desenvolvimento mais equilibrado, tanto a nível social quanto ambiental. Não é isso que se quer para Aracaju, e tampouco para Sergipe ou para o Brasil!

NOTAS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Cf. LOUREIRO, Kátia. A trajetória Urbana de Aracaju em tempo de Interferir. Monografia de Curso de Especialização em Planejamento do Uso do Solo. Aracaju, INPE/SEPLAN-SE/UFSe/UFPe, s/data, p.70.
2. Para maiores esclarecimentos ver DINIZ, José Alexandre Filizola. O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju - Série Estudos Regionais, nº 15. Recife, SUDENE, 1987.
3. A título de ilustração, cita-se como exemplos, acidentes provocados por gases de amônia (já que em Sergipe há unidade industriais que realizam transportes com este produto: matéria-prima importante na fabricação de fertilizantes nitrogenados) no porto de Nantes (França-outubro/1987), causando incêndio em depósitos desses produtos químicos, e mais recentemente na União Soviética (maio de 1989) onde houve rompimento de dutos sobre uma linha férrea, incendiando vagões de uma locomotiva.
4. Regiões como Cubatão - SP, Camaçari - BA, Criciúma/Tubarão - SC, são alguns locais entre tantos outros que já experimentaram experiências de trágicos acidentes provocados a partir do uso e manejo de produtos químicos e petroquímicos.
5. Sobre aspectos desta natureza, ver NETO, Marília R.T. Influência da Legislação na Configuração Espacial Urbana - Um Estudo de Caso na Área Central de Florianópolis - SC. Monografia de Curso de Especialização em Geografia. Florianópolis, UFSC, 1986. (inédita). Ver especificamente Cap. IV, pp.28-46.

B I B L I O G R A F I A G E R A L

BIBLIOGRAFIA GERAL

LIVROS:

- ABREU, Haroldo e RIBEIRO, Luiz César Q. Debatendo a Reforma Urbana. Rio de Janeiro, FASE, 1986.
- ABREU, Maurício de A. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.
- AFONSO, Carlos Alberto. Teoria do Estado. Petrópolis, Vozes, 1988.
- ALTRUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- ALVES, Alaôr Caffê. Estado e Ideologia: Aparência e Realidade. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- AMIN, Samir. O Desenvolvimento Desigual: Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- ANDRADE, Manoel C. Estado e Industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. Poder Político e Produção do Espaço. Recife, Massanguava, 1984.
- _____. O Nordeste e a Questão Regional. São Paulo, Ática, 1988.
- _____. Caminho e Descaminhos da Geografia. Campinas, Papirus, 1989.
- ARANCIBIA, Alejandro Yáñez. Ecologia de La Zona Costera: Análisis de Siete Tópicos. Planta Alta (México), AGT, s/data.
- ASCHER, François e GIARD, Jean. O Urbanismo e a Política. Lisboa, Estampa, 1976.

- AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Habitação e Poder - Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BARRETO, Vicente et alii. Situação da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra e IEPES, 1985.
- BECKER, Bertka K., COSTA, Rogério Haesbaert da e SILVEIRA, Carmen Beatriz (Orgs.). Abordagens Políticas da Espacialidade. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- BIOLAT, Guy. Marxismo e Meio Ambiente. Lisboa, Seara Nova, 1977.
- BLAY, Eva (organizadora). A Luta pelo Espaço: Textos de Sociologia Urbana. Petrópolis, 1979.
- BOADA, Luis. Uma Economia Poética. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BOHADANA, Estrella (org.). A Cidade é Nossa. Rio de Janeiro, Codecri, 1983 (vols. I e II).
- BORJA, Jordi. Movimientos Sociales Urbanos. Barcelona, SIAP-Planteos, 1975.
- BOSCHI, Renato Raul (org.). Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BRUNA, Gilda Collet (org.). Questões de Organização do Espaço Regional. São Paulo, Nobel, 1983.
- CABRAL, Mário. Roteiro de Aracaju. Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1955.
- CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CARLOS, Ana Fani A. O Espaço e Indústria. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas, Papius, 1986.

- CASTELLS, Manuel. Lutas Urbanas e Poder Político. Porto, A-frontamento, 1976.
- _____. Cidade, Democracia e Socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- _____. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Lisboa, 1984.
- CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENEDIT, Daniel. Da Ecologia à Autonomia. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CASTRO, Antônio E. et alii. Política Urbana: A Produção e o Consumo da Cidade. Porto Alegre, Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, 1985.
- C.E.M. Migrações no Brasil - O Peregrinar de Um Povo sem Terra. São Paulo, Paulinas, 1986.
- CHALOUT, Yves. Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Petrópolis, Vozes, 1978.
- CHAUI, Marilena. O Que é Ideologia. São Paulo, Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1985.
- CINTRA, Antônio Otávio e HADDAD, P.R. (Orgs.). Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- C.N.B.B. Igreja e Problemas da Terra. Itaicí - SP, Paulinas, 1980.
- _____. Solo Urbano e Ação Pastoral. Itaicí - SP, Paulinas, 1982.
- CONH, Amélia. Crise Regional e Planejamento: O Processo de Criação da Sudene. São Paulo, Perspectiva, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo, Ática, 1987.

_____. O Espaço Urbano. São Paulo, Editora Ática (no Prelo).

COSTA, Emília Vioti da. Da Monarquia a República - Momentos decisivos (Cap. A Urbanização no século XIX). São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo, Contexto/USP, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. Dualidade de Poderes: Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DALLARI, Pedro (Org.). Política Municipal. Porto Alegre, Mercado Aberto/F. Wilson Pinheiro, 1985.

DELLE DONNE, Marcella. Teorias sobre a Cidade. Lisboa, Martins Fontes, 1983.

DINIZ, Eli (Org.). Políticas Públicas Para Áreas Urbanas: Dilemas e Alternativas. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

DOIMO, Ana Maria. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular. Petrópolis, Vozes, 1984.

DOWBOR, Ladislau. Introdução ao Planejamento Municipal. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ELIAS, Miguel. Habitação: Fundamentos e Estratégias. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1980.

ENGELS, Fridrich. A Dialética da Natureza. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo, Global, 1986.

_____. A Questão da Habitação. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1979.

ENGELS, F. e MARX, K. A Ideologia Alemã: Teses sobre Feuerbach. São Paulo, Moraes, 1984.

EVERS, Tilman., PLATENBERG, Clarita e SPESSAST, Stefanie. Movimentos de Bairro x Estado na América Latina. São Paulo, NEP, 1984.

FARRET, Ricardo Libanez (Org.). O Espaço da Cidade: Contribuição à Análise Urbana. São Paulo, Projeto, 1985.

FERREIRA, F. WHITAKER. Planejamento - SIM e NÃO. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, Lucrecia D'Aléssio. Ver a Cidade. São Paulo, Nobel, 1988.

FORTI, Reginaldo (Org.). Marxismo e Urbanismo Capitalista. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Fundação Joaquim Nabuco/IPS. Encontro Nacional de Estudos Sobre Crescimento Urbano: Conferências. Recife, Ed. Massangana, 1987.

GALVÃO, Luís Alfredo. Capital ou Estado?: Introdução à crítica da Política. São Paulo, Cortez, 1984.

GOHN, Maria da Glória. Reivindicações Populares Urbanas: Um Estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra: Ensaio Críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro, Rocco/Socii, 1984.

_____. Os (des)Caminhos do Meio Ambiente. São Paulo, Contexto, 1989.

GUIDUCCI, Roberto. A Cidade dos Cidadãos. São Paulo, Brasiliense, 1980.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980.

- HEILBRONER, Robert. A Natureza e a Lógica do Capitalismo. São Paulo, Ática, 1988.
- HOGAN, Daniel J. et alii. Cidade: Usos e Abusos. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Brasiliense, 1977.
- _____. Dialética e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1985.
- ISNARD, Hildebert. O Espaço Geográfico. Coimbra, Almedina, 1982.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- KOWARCIK, Lúcio. A Espoliação Urbana - Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- KRIESCHKE, Paulo J. (Org.). Terra de Habitação x Terra de Espoliação. São Paulo, Cortez, 1984.
- LACOSTE, Yves. A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, Papirus, 1988.
- LAFER, Betty Mindlin et alii. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1970.
- LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. A Sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. La Production de L'Espace. Paris, Editions Anthropos, 1974.
- _____. De Lo Rural a Lo Urbano. Barcelona, Edição Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. El Derecho a La Ciudad. Barcelona, Edição Península, 1978.

_____. Espacio y Política. Barcelona, Península, 1976.

_____. La Revolución Urbana. Madrid, Alianza, 1976.

_____. O Pensamento Marxista e a Cidade. Lisboa, Ulisseia, 1972.

LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. São Paulo, Nobel, 1987.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LOWY, Michael. Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma Análise Marxista. São Paulo, Cortez, 1987.

LUTZENBERGER, José. Ecologia: Do Jardim ao Poder. Porto Alegre, L & PM Editores, 1985.

MANDEL, Ernest. Introdução ao Marxismo. Porto Alegre, Movimento, 1982.

MACCIOCCHI, Maria Antonieta. A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MARICATO, Ermínia (Org.). A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

_____. Política Habitacional no Regime Militar: Do Milagre Brasileiro à Crise Econômica. Petrópolis, Vozes, 1987.

MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____. O Capital. São Paulo. DIFEL (vol. I), 1985.

- MELO, João Manoel C. Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- MINC, Carlos. Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades. Petrópolis, Vozes/IBASE, 1985.
- MOISÉS, J. Álvaro et alii. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Questão Ambiental no Brasil (1960-1980). São Paulo, EDUSP, 1981.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- MORAES, A.C.R. e COSTA, W.M. da. Geografia Crítica: A Valoração do Espaço. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- MOREIRA, Ruy (Org.). Geografia - Teoria e Crítica: O Saber Posto em Questão. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____. O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil: Estudo sobre Sociedade e Espaço. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MOTTA, Fernando C.P. Teoria das Organizações: Evolução e Crítica. São Paulo, Pioneira, 1986.
- NETO, Diogo de F. Moreira. Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico. Rio de Janeiro, Forense, 1977.
- NÓVIK, I. Sociedad y Naturaleza: Problemas sociológicos. Moscú, Progreso, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dudista. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981.
- _____. Elegia Para uma Re(li)gião: SUDENE, Noroeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- OLIVEN, R. George. A Antropologia dos Grupos Urbanos. Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.
- PAIVA, Ester Costa e NASCIMENTO, Lúcia Helena do. Delimitação do Perímetro Urbano. Rio de Janeiro, IBAM, 1983.
- PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília - Ideologia e Realidade/Espaço Urbano em Questão. São Paulo, CNPq, 1985.
- PENNA, José E. de Oliveira. O Projeto CURA. Rio de Janeiro, B.N.H., s/data.
- PEREIRA, Luíz (Org.). Urbanização e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PEREIRA, Paulo Xavier. Espaço, Técnica e Construção. São Paulo, Nobel, 1988.
- PERUZO, Dilvo. Habitação: Controle e Espoliação. São Paulo, Cortez, 1984.
- PORTELLI, Hugnes. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos e MILIBAND, Ralph. Debata sobre o Estado Capitalista. Porto, Afrontamento, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e PECHMAN, Robert M. O Que é Questão da Moradia. São Paulo, Nova Cultural/Brasiliense, 1985.
- ROBOCK, Stefan H. Desenvolvimento Econômico e Regional - O Caso do Nordeste Brasileiro. Lisboa, Editora Fundo de Cultura, 1963.

RODRIGUES, A. Jacinto. Urbanização e Revolução. Lisboa, Ed. Afrontamento, 1973.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras. São Paulo, Contexto, 1988.

ROLNIK, Raquel. O Que é Cidade. São Paulo, Brasiliense (Primeiros Passos), 1988.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. La Geografia y el Espacio del Poder. Barcelona, Fronteira, 1981.

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo, Hucitec, 1979.

_____. O Espaço Dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

_____. Espaço e Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____. A Urbanização Desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. Manual de Geografia Urbana. São Paulo, Hucitec, 1981.

_____. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. O Espaço do Cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.

_____. Metamorfozes do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo, Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adelia de (Orgs.). O Espaço Interdisciplinar. São Paulo, Nobel, 1986.

_____. A Construção do Espaço. São Paulo, Nobel, 1986.

SARMENTO, Walney Moraes. Nordeste: A Urbanização do Subdesenvolvimento. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

- SAUNDERS, Peter. Urban Politics - A Sociological Interpretation. Londres, Hutchinson, 1979.
- SCHMIDT, Benício V. O Estado e a Política Urbana. Porto Alegre, EUFRGS/L e PM, 1983.
- _____. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo, Nobel, 1987.
- SERRA, Rose Many (Org.). A Prática Institucional do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1983.
- SILVA, Armando C. da. De Quem é o Pedacço? - Espaço e Cultura. São Paulo, Hucitec, 1986.
- SILVA, Ivanise Alves da. A Crise da Moradia: A Política Habitacional para classes de Baixa Renda de Campina Grande - PB. Rio de Janeiro, AGIR/UFPB, 1987.
- SILVA, M^a Ozarina da Silva e. Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso. São Paulo, Cortez, 1989.
- SILVA, Sérgio S. Valor e Renda da Terra: O Movimento do Capital no Campo. São Paulo, Polis, 1981.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. Aprender Economia. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SOUZA, Herbert J. de. Como se faz Análise de Conjuntura. Petrópolis, Vozes/IBASE, 1985.
- SOUZA, M^a Adelia de. Governo Urbano. São Paulo, Nobel, 1988.
- VALADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Zahar, 1978.
- VALADARES, Lícia do Prado et alii. Habitação em Questão. São Paulo, editora Alfa-Ômega, 1987.

VESENTINI, J. William. A Capital da Geopolítica. São Paulo, Ática, 1986.

VIANA, Rui Geraldo Camargo. O Parcelamento do Solo Urbano. Rio de Janeiro, Forense, 1985.

VILLAÇA, Flávio. O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação. São Paulo, Global, 1986.

VIOTTI, Eduardo B. A Economia e o Estado Capitalista. Petrópolis, Vozes, 1986.

YUJNOVSKY, Oscar. La Estructura Interna de La Ciudad. El caso Latinoamericano. Buenos Aires, SIAP, 1971.

YURGEL, Marlene. Urbanismo e Lazer. São Paulo, Nobel, 1983.

MONOGRAFIAS/DISSERTAÇÕES/TESES:

ALBUQUERQUE, Teresa Helena Cicco de. A Ação da SUDENE para o Desenvolvimento Regional. Brasília, MINTER, 1977. (Concurso de Monografia).

BARRIOS, Manuel Rolando. O LIXO DOMICILIAR - A Produção de Resíduos Sólidos Residenciais em Cidade de Porte Médio e a Organização do Espaço, o Caso de Rio Claro, SP. Rio Claro, Edição do Autor, 1986. (Dissertação de Mestrado apresentada ao I.G.C.E./UNESP - Rio Claro. Inédita).

BUSS, Maria Dolores. A Noção de Espaço em Geografia. Florianópolis, edição da autora, 1983. (Monografia apresentada à UFSC, para fins de Concurso Público para Professor Assistente - Inédita).

CALAZANS, José. Aracaju: Contribuição à História da Capital de Sergipe. Aracaju, Livraria Regina, 1942 (Tese de Concurso para a cadeira de História do Brasil e Sergipe, na Escola Normal de Aracaju).

- CARDOSO, Elizabete Dezouart. O Capital Imobiliário e a Expansão da Malha Urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú. Rio de Janeiro, edição da autora, 1982. (Dissertação de Mestrado em Geografia, IG/UFRJ).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do Espaço Urbano-Caso Cotia. São Paulo, Edição da Autora, 1986. (Tese de Doutorado em Geografia, F.F.L.C.H./USP).
- CARVALHO, Adrielson Celestino de. Influência dos Loteamentos no crescimento Urbano de Aracaju. Aracaju, edição do autor, 1983, inédito. (Monografia de Curso de Especialização em Planejamento do Uso do Solo, INEP/SEPLAN-SE/UFSe/UFPe).
- CORREIA, Cibele de Oliveira. O Centro Intra-Urbano de Aracaju. In: Indicadores da Conjuntura Sergipana, vol. 2, nº 1. Aracaju. Condese/COEGE, 1978. (Monografia de Curso de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento - UFSe).
- COSTA, Eda Maranhão. Expansão Urbana e Organização Espacial. Recife, UFPe - Editora Universitária, 1982. (Dissertação de Mestrado).
- DINIZ, José Alexandre Filizola. Aracaju - Síntese de sua Geografia Urbana. Aracaju, Edição do autor, 1963. (Monografia apresentada na Reunião da ABG. Penedo/AL, 1962).
- _____. O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju. Recife, SUDENE, 1987. (Monografia - Série Estudos Regionais nº 15).
- DUARTE, Ana Tereza Sotero. As Relações Espaço-Temporais no Processo de Estruturação da Paisagem Urbana Recifense - Estudo de Caso: O Bairro de Boa Viagem. Recife, Edição da Autora, 1979. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE).
- FACHINI, Justino. A Significação Social do Planejamento Urbano - Estudo de Caso de Curitiba. Florianópolis, Edição do Autor, 1978 (Tese apresentada à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre).

- FIorentino, Liliana Mitra Lunardelli. Espaço Urbano e Desenvolvimento Capitalista na América Latina. Recife, edição da autora, 1981. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional - UFPE).
- Fontes, Lia Augusta Brandão. Transformação do Povoado Periurbano: O Caso do Mosqueiro. Aracaju, Iniciação à Pesquisa, DG/C.E.C.H./UFSe, 1982 (Monografia de Curso de Bacharelado em Geografia).
- FORTES, Bonifácio. Evolução da Paisagem Humana da Cidade de Aracaju. Aracaju, Diretório Acadêmico "Jackson de Figueiredo" da F.C.F.S. 1955. (Monografia comemorativa ao Centenário de Aracaju).
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. A Cultura do Coco-da-Baía e as Transformações no Litoral Sergipano. Aracaju, edição da autora, 1988. (Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSe).
- KOHLSDORF, Maria Eliana. A Apreensão do Espaço Urbano: sobre as possibilidades e limitações das técnicas de análise visual, no caso da Barra do Garça. Brasília, edição da autora, 1979. (Tese de Mestrado em Planejamento Urbano, apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo - UNB).
- LOUREIRO, Kátia Afonso S. A Trajetória de Aracaju, em tempo de Interferir. Aracaju, INEP/SEPLAN-SE/UFS/UFPe, 1983. (Monografia de Curso de Especialização em Planejamento do Uso do Solo).
- MACHADO, Anselmo Belém. Atalaia Nova, A Produção de um Espaço Periférico. Aracaju, edição do autor, 1986. (Monografia Curso Bacharelado em Geografia, na UFSe).
- MACHADO, Ewerton Vieira. Barão de Maruim - Uma via de Circulação em Expansão. Aracaju, Iniciação à Pesquisa, DG/C.E.C.H./UFSe, nº 3, 1981. (Monografia de Curso de Bacharelado em Geografia).
- Turismo - Uma Avaliação da Realidade Sergipana. Florianópolis, edição do autor, 1985, inédita. (Monografia de Curso de Pós-Graduação - Especialização em Desenvolvimento Regional e Urbano - DG/C.C.H./UFSC).

- MACHADO, Lilian Correia. A Organização Urbana em Espaços Subdesenvolvidos - a Região de Aracaju. Aracaju, Cadernos Sergipanos de Geografia, nº 8, AGB, 1980 (Monografia de Curso de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento, UFSe).
- MENDONÇA, Corinto. Contribuição ao Centenário de Aracaju. Aracaju, E.I.A., 1954. (Monografia).
- MENEZES, Ana Virgínia Costa. Organização do Espaço Periférico de Aracaju. Aracaju, Cadernos Sergipanos de Geografia, AGB, 1983. (Monografia de Curso de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento, UFSe).
- NETO, Marília R. Texeira. Influências da Legislação na Configuração Espacial Urbana - Um Estudo de Caso na Área Central de Florianópolis - SC. Florianópolis, edição da autora, inédita, 1986. (Monografia de Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - DG/C.C.H./UFSC).
- NUNES, M^a Auxiliadora de Mendonça. Condições de Vida da Área de Baixa Renda. In: Indicadores da Conjuntura Sergipana, 7⁽¹⁾. Aracaju, 1983, pp.123-138. (Monografia de Curso de Especialização em Planejamento do Uso do Solo), SEPLAN/SE/INEP/UFSe/UFPE.
- PORTO, Fernando. A Cidade de Aracaju - 1855-1856: Ensaio de Evolução Urbana. Aracaju, edição do Autor, 1945 (Monografia).
- RIBEIRO, Neuza Maria Góis. Transformações Recentes do Espaço Urbano de Aracaju. Recife, edição da autora, 1984 (Tese de Mestrado em Geografia - UFPE).
- SAMPAIO, Danilo Dias. O Homem do Campo no Processo de Favelamento nas Periferias de Aracaju. Aracaju, DG/C.E.C.H./UFSe, 1987. (Monografia de Curso de Bacharelado em Geografia).
- SANTOS, Adelci F. Contribuição ao Estudo do Processo Migratório em Sergipe. Aracaju, edição da autora, 1976. (Tese de Livre Docência, UFSe).
- SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Transformações do Uso do Solo Urbano: O Caso do Município de Vila Velha - Espírito Santo. Rio de Janeiro, edição da autora, 1982. (Dissertação de Mestrado IG/UFRJ - inédita).

SEABRA, Odete C. de Lima. Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros - Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo. São Paulo, edição da autora, 1987. (Tese de Doutorado em Geografia, F.F.L.C.H./DG-USP).

SEPLAN-SE/INEP. Aracaju. Monografia Municipal, 1983.

SILVA, José Borzacchiello. Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: Uma abordagem Geográfica. São Paulo, edição do autor, 1987. (Tese de Doutorado em Geografia, F.F.L.C.H./USP - inédita).

SOBRAL, José Cláudio Barreto. Contribuição ao Estudo da Urbanização em Sergipe. Aracaju, edição do autor, 1978. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento, UFSe).

SUBRINHO, Josué Modestos dos Passos. História Econômica de Sergipe (1850-1930). Campinas, edição do autor, 1983. (Dissertação de Mestrado em Economia, IFCH/UNICAMP).

TEIXEIRA, Marta Angélica Santana. Caracterização Geoeconômica do Município de Barra dos Coqueiros. Aracaju, edição da autora, 1986. (Monografia de Curso de Bacharelado em Geografia, DG/C.E.C.H./UFSe).

TELES, Edvaldo Santos R. A Primazia de Aracaju. Aracaju, Cadernos Sergipanos de Geografia, Nº 15, AGB, 1984. (Monografia de Curso de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento, UFSe).

WIEDEMANN, Luiz F. Silva (ARARIGBOBIA). Aracaju - 1855 - 1955. Aracaju, Prefeitura Municipal, 1955. (Monografia).

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES

ABREU, Irlane Gonçalves de. Teoria e Teses sobre a Segregação Espacial Urbana. In: Espaço Sociedade: A Questão Urbana. Rio de Janeiro, AGB-RJ, 1983/84, pp.75-110.

ABREU, Mauricio de A. Políticas e Estrutura Interna das Cidades. Uma Abordagem Preliminar. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos - Sessões Dirigidas. Fortaleza, AGB/UFCE, julho 1978, p.13-21.

_____. Contribuição do Estudo do Papel do Estado na Evolução da Estrutura Urbana. In: Revista Brasileira de Geografia, 43(4), IBGE, 1981, pp.577-585.

_____. Da Habitação ao Habitat: A Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro e sua Evolução. In: Revista do Rio de Janeiro, nº 2, abril 1986, pp.47-58.

_____. O Crescimento das Periferias Urbanas nos Países do Terceiro Mundo: uma apresentação do tema. In: A Construção do Espaço (SANTOS, Milton e SOUZA, M. Adelina - Orgs.), São Paulo, 1986, pp.61-70.

ANDRADE, Luiz A. Gama de. et alii. A Modernização da Universidade Brasileira: Análise do Caso MEC/BID. In: Ciências Sociais - Hoje 1986. São Paulo, ANPOCS/Cortez, 1986, pp. 320-328.

BAHIANA, Luiz C. Cunha. Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano. In: ANAIS 3º ENG. Fortaleza, AGB/UFCE, 1978, pp. 53-62.

BOLAFFI, Gabriel. Os subsídios na Política Habitacional. In: Folha de São Paulo, edição de 04/06/1987, p.A-24.

BRANCO, Márcia et alii. Algumas Considerações sobre a Questão do Direito Urbanístico no Brasil. In: Indicadores Sociais de Sergipe, vol.7, Aracaju, INEP/SEPLAN-SE, 1985, pp.71-85.

BRASILEIRO, Ana Maria. A Cidade: Aspectos Políticos. In: Desenvolvimento e Política Urbana. Rio de Janeiro, IBAM, 1976, pp.19-40.

_____. O Elitismo da Legislação Urbanística. In: Revista de Administração Municipal, 25(147), abr./jun. de 1978, pp.6-15.

CAMPOS, José Aloísio de. As Contribuições de Melhorias e as Obras de Urbanismo em Aracaju. In: Revista de Aracaju, nº 3, ano III, Aracaju, P.M.A., 1949.

CARLOS, Ana Fani A. Repensando a Cidade. In: 4ª Reunião SBPC. São Paulo, 1988 (texto avulso).

CARRERAS, Carlos. Los Problemas del suelo Urbano. In: Jornadas de Geografía y Urbanismo. Salamanca, Junta de Castilla y Leon, 1984, pp.101-123.

CARRIÓN, Esteban Santana e BARCELOS, Carmen Lúcia Stein. A Questão Urbana e o Planejamento. In: Revista Brasileira de Planejamento, v.7(13), 1983, pp.73-77.

CARVALHO, Ionaldo Vieira. Evolução da Estrutura Agrária no Estado de Sergipe. In: Indicadores da Conjuntura Sergipana. Aracaju, INEP/SEPLAN-SE, 1983, pp.139-199.

CASTELLS, Manuel. A Intervenção Administrativa nos Grandes Centros Urbanos. Espaços & Debates, nº 6, jun./set. 1982, pp.64-75.

_____. Mudança Tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. In: Espaço & Debates, ano 6(17), 1986, pp.5-23.

CORREIA, R. Lobato. Contribuição ao Estudo da Área de Influência de Aracaju. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 27(2), 1965, pp.233-258.

_____. Estudo das Relações entre Cidade e Região. In: 1ª Conferência Nacional de Geografia e Cartografia. Rio de Janeiro, IBGE, 1968, pp.43-56.

CORRÊA, R. Lobato. Agentes Modeladores do Uso do Solo Urbano na Cidade Capitalista. Reunião de Geografia Urbana da UGI. Rio de Janeiro, 1979 (texto).

_____. Algumas Considerações Sobre Análise Regional. In: Revista Brasileira de Geografia. 49(4), out./dez.1987, pp.47-52.

_____. A Periferia Urbana. In: GEOSUL, nº 2, ano 1. Florianópolis, editora da UFSC, 1986, pp.71/78.

_____. A Rede de Localidades Centrais nos Países Subdesenvolvidos. In: Revista Brasileira de Geografia, 50(1), jan./mar. 1988, pp.61-83.

_____. O Estudo da Rede Urbana: uma proposição metodológica. In: Revista Brasileira de Geografia, 50(2), abr./jun. 1988, pp.107-124.

CUNHA, Francisco M. Bezerra da. Aspectos Morfológicos da Costa de Sergipe ao Sul de Aracaju. In: Boletim Técnico da Petrobrás, 23(2), Rio de Janeiro, abr./jun. 1980, pp. 73-80 .

DAVIDOVICH, Fani. Urbanização Brasileira: Tendências, Problemas e Desafios. In: Espaço & Debates, nº 4(13) - (Edição Especial), 1984, pp.12-29.

DIEGUES, Antônio Carlos. Conservação e Desmatamento sustentado do Ecossistema Litorâneo no Brasil. In: Anais do Simpósio sobre Ecossistema da Costa Sul e Sudeste Brasileiro. Cananeia - SP, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1987.

DINIZ, José A. Filizola. A Zona de Influência de Aracaju. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 31(3), 1969, pp. 103-150.

DÓRIA Jr., João. Turismo e Meio Ambiente, a necessária Integração. In: TURISPRES, nº 56. Rio de Janeiro, 1987.

DUARTE, A. Capdeville. Aracaju e Sua Região. In: Boletim Geográfico, IBGE, nº 220, 1971, pp.3-130.

- EGLER, A.C. Dinâmica Territorial no Brasil - 1970-1980. In : Tecnologia e Gestão do Território. Rio de Janeiro, editora da UFRJ, 1988, pp.121-158.
- _____. Preço da Terra, Taxa de Juro e Acumulação Financeira no Brasil. In: Revista de Economia Política, v.5(1), jan./mar. 1985, pp.112-135.
- LOJKINE, J. Existe uma Renda Fundiária? In: Fort, Reginaldo. Marxismo e Urbanismo Capitalista. São Paulo, Liv. ed. Ciências Humanas, 1979, pp.81-91.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a Geografia Urbana Brasileira. In: 3º ENG - Sessões Dirigidas. Fortaleza - CE, AGB/UFCE, 1978, pp.31-36.
- _____. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. In: GEOSUL, nº 3. Florianópolis, 1987. pp.
- MARTINE, George. Mudanças na Dinâmica Urbano-Regional e Suas Perspectivas. In: Espaço & Debates, nº 13, 1984, p.75.
- MARTINS, Paulo H. Estado, Espaço e Região. In: GEONORDESTE, 2(2). Aracaju, UFSe, 1985, pp.1-13.
- MONTEIRO, Carlos Augusto F. Travessia da Crise (Tendências Atuais na Geografia). In: Revista Brasileira de Geografia, 50(2) - Especial, 1988, pp.127-150.
- MONTEIRO, Maria da Glória Costa. O Quaternário na Desembocadura do Vaza-Barris. In: Cadernos Sergipano de Geografia, nº 18. Aracaju, AGB, 1987, pp.3-17.
- MELO, José Antônio Sales Filho. Impacto Ambiental da Implantação de Complexo Industrial. In: Vº Encontro de Órgãos de Preservação do Meio Ambiente no Nordeste. Maceió, 1978.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Renda da Terra. In: Revista Orientação, nº 5. São Paulo, IG/USP, 1984, pp.94/95.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação Capitalista. Estado e Urbanização: A Nova Qualidade do Conflito de Classe. In: Contraponto, nº 1, ano 1. Rio de Janeiro, s/data.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado no Capitalismo Monopolista. In: O Serviço Social nas Relações Sociais. São Paulo, Cortez Editora, 1987, pp.17-24.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os Shopping-Centers Brasileiros e o Processo de Valorização do Espaço Urbano. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 65. AGB/São Paulo. São Paulo, 1987, pp.29-48.

RANGEL, Ignácio. Questão Agrária e Agricultura. In: Encontro com a Civilização Brasileira, nº 7. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, Janeiro de 1985, pp.172-192.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. Notas sobre a Renda da Terra Urbana. In: Cadernos PUR/UFRJ, ano I, nº 1, jan./abr. 1986, pp.43-66.

_____. Acumulação Urbana e a Cidade: Reflexões sobre os impasses atuais da Política Urbana. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo, ANPOCS/Cortez, 1986, pp.53-78.

RUBRIO, Manuel Valenzuela. Los Procesos de Difusion Espacial de La Ciudad. Tendencias Recientes. In: Jornadas de Geografia y Urbanismo. Salamanca, Juta de Castilla y Leon, 1984, pp.169-179.

SANTIAGO, Enoch. Mudança da Capital. In: Revista de Aracaju, nº 6, ano VI. Prefeitura Municipal de Aracaju, 1957.

SANTOS, M. Da Sociedade a Paisagem - O Significado do espaço humano. In: Boletim Baiano de Geografia, 12(18). Salvador, AGB, agosto de 1979, pp.3-10.

_____. A Geografia e a Nova Dimensão do Planeta. In: Revista Brasileira de Tecnologia, vol.15(5). Brasília, CNPq., set./out. 1984.

_____. O Caminho de Uma Teoria Substantiva de Urbanização. In: Revista Orientação nº 6. São Paulo, IG/USP, 1985.

_____. Espaço e Sociedade no Brasil: A Urbanização Recente. In: GEOSUL, 3(5). Florianópolis, Editora da UFSC, 1987, pp.85-100.

SANTOS, M. Por que as metrópoles explodem? In: Folha de São Paulo, edição de 23/2/1989, p.C-6.

_____. Crescendo menos metrópolis ficam mais fortes. In: Folha de São Paulo, edição de 29/04/1988, p.A-3.

_____. O Meio Técnico-Científico e a Urbanização no Brasil. In: Espaço & Debates, 8(25), 1988, pp.58-62.

SILVA, Armando Correa. Cidade Inchada ou Nova Lógica do Capital? In: Revista de Ciência e Cultura, SBPC, vol.37, nº 8, 1985.

SILVA, José B. da. Geografia Urbana: Algumas Considerações. In: Anais do 3º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo, AGB, vol.2, 1984, pp.472-477.

WANDERLEY, Lilian. Um depoimento: Como Está o Meio Ambiente em Sergipe. Aracaju, Jornal O Que, semana de 07/06 a 11/06/86, pp.7-9.

WILLEIM, Jorge. As Cidades da Nova República. In: Revista Senhor, nº 5. São Paulo, 20/02/85.

VERA, Francisco. ALVES, Elizeu. Urbanização - Desafio à Produtividade Agrícola. In: Conjuntura Econômica, v.39(03), Fundação Getúlio Vargas, mar./1985, pp.159-167.

PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS (RELATÓRIOS TÉCNICOS, PLANOS, DOCUMENTOS JURÍDICOS, ETC.)

B.N.H. Termo de Adesão ao Projeto CURA pela Prefeitura de Aracaju. Rio de Janeiro, 1976.

B.N.H. Análise de Estudo de Viabilidade da Área CURA Piloto "Coroa do Meio" - Aracaju - SE. Rio de Janeiro, 1977.

B.N.H./CDU - GOVERNO DE SERGIPE/PMA - EMURB. Projeto CURA Coroa do Meio - 2ª Etapa (instrumento de adesão nº 002/79), Aracaju, 1980.

BNB/GERIN. Informações GERIN - 83/161. Fortaleza, 14/06/83.

Construtora ODEBRECHT. Termo de Contrato GCA-01/83. Aracaju. 1983.

EMURB. Edital de Concorrência nº 01/78, para obras da 1ª Etapa da Coroa do Meio - Projeto CURA, 1978.

EMURB. Termo de Contrato 09/78 - 1ª Etapa do Loteamento Coroa do Meio. Aracaju. 1978.

EMURB. Projeto da Coroa do Meio/Estudos da 1ª Etapa da Estabilização da Costa da Coroa do Meio - Aracaju - SE. São Paulo, Hidroservice, 1985.

EMURB-P.M.A. Projeto de Urbanização da Invasão da Coroa do Meio. Aracaju, 1987.

FIDEM. Uso do Solo - Legislação Básica. Recife, 1987.

F.I.E.S. Cadastro Industrial'87 - SERGIPE. Recife, EBGE, 1987.

Fundação IBGE. Censos Demográficos: 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1981.

FIBGE/CNI. Séries Estatísticas - Retrospectivas, vol.2, Tomo 3. Rio de Janeiro, 1986 (Ed. Fac. Símile).

GOVERNO DE PERNAMBUCO/SEPLAN/FIDEM/MDU. Região Metropolitana Ano 10: Encontro Nacional (Anais). Recife, 1983.

GOVERNO DE SERGIPE/CONDESE. O Complexo de Indústrias Químicas de Base de Sergipe - Síntese dos Estudos para Implantação no Estado de Sergipe de um Complexo Industrial/Integrado de Base. Aracaju, s/data.

GOVERNO DE SERGIPE/ADEMA. Levantamentos Ecológicos: Estudo de Impacto Ambiental - 1977/78.

GOVERNO DE SERGIPE/ADEMA. Levantamento da Flora e Caracterização de Mangues do Estado de Sergipe. Aracaju, 1984.

GOVERNO DE SERGIPE/ADEMA. Levantamento Sócio-Econômico da População Urbana Envolvida com a Captura do Caranguejo - Uçá. Aracaju, 1984 (M^a Augusta M. Vargas - Coordenadora).

GOVERNO DE SERGIPE. PROFILURB - Projeto Jardim Novo Bairro. Aracaju, 1978.

GOVERNO DE SERGIPE/ITPS/UFS/CNPq. Caracterização Hidrológica e Biológica do Estuário do Rio Sergipe - Relatório de Coletas Realizadas de 1975/76 e 1977/78. Aracaju, 1979 (Maria Auxiliadora Santos - Org.).

GOVERNO SERGIPE/SEPLAN. Relatório Final da Comissão Mista de Preservação de Recursos Hídricos - C.M.P.R.H. - Aracaju, 1981.

GOVERNO DE SERGIPE/SEPLAN-INEP. Plano Diretor de Organização Espacial e Planejamento do Uso do Solo da Região de Aracaju. Aracaju, 1982.

GOVERNO DE SERGIPE/DER. Via de Integração Urbana: TECARMO/MOSQUEIRO - Projeto Final de Engenharia, vol. 3. Aracaju, 1980 (memória justificativa).

GOVERNO DE SERGIPE/DER. RODOVIA SE-100, Trecho: Atalaia-Mosqueiro, vols. 1 e 3. Aracaju, 1984 (respectivamente Projeto de Engenharia e Relatórios de Documento para concorrência).

_____. RODOVIA SE-201, Trecho: Aracaju-Atalaia, vol. 1, Aracaju, CONGEPE Ltda., s/data. (Projeto final de Engenharia).

GOVERNO DE SERGIPE/SEPLAN. Projeto Especial Cidades de Porte Médio - UAS. Subprojeto do Aglomerado Urbano de Aracaju. Aracaju, s/data (vol.1 - Perfil).

GOVERNO DE SERGIPE/SEPLAN/UAS. Setor Informal do Aglomerado Urbano de Aracaju - Projeto Especial Cidades de Porte Médio. Aracaju, 1985 (Relatório Final).

- GOVERNO DE SERGIPE/DER. Rodovia: SE-100 - Trecho: Rodovia do Porto/Barra dos Coqueiros/Atalaia Nova, vol. 1 - Aracaju, Maia Melo Engenharia Ltda., 1986. (Projeto Final).
- M.A./SUDENE. Estudo de Viabilidades Técnicas e Econômicas do Projeto de Piscicultura Estuarina (avaliação preliminar da adaptação do estuário do Rio Vasa Barris) - Em cooperação técnica Brasil/Alemanha. Aracaju, 1982.
- MINTER. Meio Ambiente: Algumas Respostas Básicas. Brasília, 1978.
- MINTER/SUDENE. Presença da SUDENE em Sergipe. Recife, 1978.
- MINTER/SUDENE. Uma Política de Desenvolvimento Para o Nordeste. Recife, 1986.
- MINTER/SUDENE/CDU. Elementos para Formulação de uma proposta de Política Urbana para o Nordeste. Recife, 1984.
- MONTOR/P.M.A. Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Aracaju, vol.1, Aracaju, 1972.
- P.M.A. Lei nº 19/1965 - Define Código de Urbanismo para a cidade de Aracaju.
- P.M.A. Lei nº 429/75 - 22/09/1975 - Estabelece a Criação da EMURB.
- P.M.A. Decreto 96/76 - Aprova Regimento Interno para EMURB (publicado D.M. 26/12/75).
- P.M.A. Lei nº 466/76 - Altera Código de Urbanização e dá outras providências.
- P.M.A.-EMURB/JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. Coroa do Meio - Projeto de Urbanização. Aracaju, 1977.
- P.M.A. Lei nº 508 - 17/12/78. Autoriza Prefeito a Celebrar Contrato e Convênios com o BNH e seus agentes para participar do Programa CURA.

- P.M.A. Lei nº 604 - 27/09/78. Estabelece as Diretrizes da Estrutura Urbana da Coroa do Meio e dá Outras Providências.
- P.M.A. Lei nº 655/79 - Autoriza Prefeito a Celebrar Convênio e Contrato com BNH e seus agentes financeiros, no município de Aracaju para Projeto CURA.
- P.M.A. Programa de Investimentos do Governo Heráclito Rollemberg. Aracaju, 1979.
- S.C.T./IPT-SP. A Cidade e o Preço da Terra. São Paulo, Divisão de Engenharia Civil - IPT, 1987.
- SEGEN/COTese. Resumo do Empreendimento para Construção do Terminal Portuário de Sergipe. PETROBRÁS-COTese, Aracaju, 1987.
- SEMA/MINTER. 1º Encontro Nacional sobre a Proteção e Melhoria do Meio Ambiente - ANAIS. Brasília, 1975.
- SEPLAN-PR/IBGE-DGC. Regiões de Influências das Cidades. Rio de Janeiro, 1987.
- SEPLAN-SE/SUDENE/UFS. Organização Espacial do Estado de Sergipe. Aracaju, 1976.
- SEPLAN-SE/INEP/NUCIT. Linhas de Ação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado de Sergipe no Governo João Alves Filho. Aracaju, 1986.
- SEPLAN-SE. Anuário Estatístico de Sergipe, 1987.
- SONDONTÉCNICA. Relatório de Estudos sobre o Porto de Sergipe. Rio de Janeiro, 1978.
- SONDONTÉCNICA. Projeto CURA de Santana. São Paulo, s/data.
- S.P.U./Ministério da Fazenda. Processos nºs 214.052/51 ; 34.109/71 e 35.148/72 - Respectivamente correspondem a definição de Terrenos da Marinha na cidade de Aracaju, conforme Decreto Lei 9.760, 05/09/1946.

SUDENE. Seminário Sobre Processos Urbanos e Meio Ambiente.
(Documento Básico). Recife, 1987.

UFS. Programa Integrado de Pesquisa do Complexo Estuarino
Piauí - Fundo-Real. Aracaju, 1986.

WEGGEL, J. Richard. Analysis of the Erosion. Problem at Co-
roa do Meio. Aracaju - Brasil. And Recommendal Solution.
Pensylvania, USA, s/data. (Relatório Técnico).

REPORTAGENS JORNALÍSTICAS (AMOSTRAGEM DE MATÉRIAS COLETADAS
E CONSULTADAS).

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
GAZETA DE SERGIPE	ARACAJU	Prefeito no Rio: Liberação pa ra obras da "Coroa do Meio".	25.04.77
"	"	BNH dá 4 milhões de cruzeiros para Coroa do Meio.	21.05.77
"	"	Coroa do Meio: Divisório na História Urbanística de Araca- ju.	06.07.77
"	"	EMURB vê Projeto da Coroa do Meio.	21.07.77
"	"	Projeto da Coroa do Meio aguar da financiamento.	27.07.77
"	"	Editorial "A Onda do Urbanis mo.	06.04.78
"	"	Iniciada Licitação para Coroa do Meio.	09.06.78
"	"	"Coroa do Meio" em obras.	20.09.78
"	"	Editorial: "Humanização da Ci- dade.	23.09.78
"	"	Vereador Critica Solo Criado.	05.10.78
"	"	EMURB Faz Hoje Concorrência pa ra Coroa do Meio.	09.06.78
"	"	ODEBRECHT fará primeira etapa da Coroa do Meio	21.06.78
"	"	Editorial: Atalaia já Era.	09.11.78
"	"	Coroa do Meio já tem Código:Es trutura Urbana.	14.12.78
"	"	Prefeito Inaugura Coroa do Meio.	25/ 26.03.79
"	"	Coroa do Meio será inaugurada Amanhã.	24.03.79

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
GAZETA DE SERGIPE	ARACAJU	Inaugurada 1 ^a Etapa na Maior Obra de Aracaju:Coroa do Meio	27.03.79
"	"	482 milhões para Coroa do Meio	07.07.79
"	"	Prefeitura Quer Levantar Hipoteca da Coroa do Meio	31.08.79
"	"	Concorrência para Publicidade	31.08.79
"	"	Prefeitura entrega primeira Etapa da Coroa do Meio	25.09.79
"	"	Calçada da Atalaia fica pronto em Dezembro	06.10.79
"	"	Coroa do Meio Provoca Guerra de Telegramas	06.10.79
"	"	Coroa do Meio: Assistentes Sociais fazem Levantamentos	25.10.79
"	"	Coroa do Meio: Diretor do DNOS responde a Deputado	30.10.79
"	"	Mosqueiro terá Estrada em asfalto	14.12.79
"	"	Editorial: Crescimento Urbano	19.01.80
"	"	Justiça quer Projeto da Coroa do Meio	01.02.80
"	"	Editorial: Enfim, a Atalaia	09.04.80
"	"	Atalaia Nova Um Futuro Turístico	06.05.80
"	"	Editorial: Explosão Imobiliária	04.06.80
"	"	P.M.A. Destrói Casas na Coroa do Meio	24.07.80
"	"	Editorial: Uma saída para o Mar	02.08.80
"	"	Aterro Hidráulico: Governador e Prefeito vêm projeto revolucionário	21.11.80

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
GAZETA DE SERGIPE	ARACAJU	Rodovia dos Náufragos uma Lembrança de Guerra	22.11.80
"	"	Prefeitura faz recomposição de base na Coroa do Meio	08/ 09.03.87
"	"	Editorial: "O Rosto da Cidade"	27.03.87
"	"	Conjunto Augusto Franco está abandonado pelo poder público segundo Moradores	14.01.87
"	"	Moradores da "Estrada do Mar" denunciam INOCOOP	22/ 23.03.87
"	"	Coroa do Meio ganhará Escola de 1º Grau no próximo sábado	23.05.87
"	"	Governo quer acelerar o Turismo em Sergipe	28.05.87
"	"	Editorial: "Ruas Nuas"	09.05.87
"	"	Editorial: "A Coroa do Meio"	25/26.01.87
"	"	Governo vai recuperar Coroa do Meio	21.07.88
"	"	Sergiportos inicia em Setembro recuperação da Coroa do Meio	21.07.88
"	"	Presidente da EMURB comenta o "Shopping"	05.08.87
"	"	Associação protesta contra estado de abandono do Conjunto Orlando Dantas	9/10.08.87
"	"	Os Perigos do Gasoduto	9/10.08.87
"	"	Habitação: COHAB construirá mais de 23 mil casas em Sergipe	7/08.06.87
"	"	EMURB: Nota de Esclarecimento	16/17.08.87
"	"	Governadores Inauguram o Shopping	09.05.89
"	"	Editorial: O Shopping Chegou	09.05.89

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
GAZETA DE SERGIPE	ARACAJU	Shopping Center é aberto com festa e começa funcionar	09.05.89
"	"	Especial: Griffe "Hugo Boss" chega a Aracaju com a inauguração do RIOMAR Shopping	09.05.89
<hr/>			
JORNAL DE SERGIPE	ARACAJU	Aracaju com uma Nova Praça	21.04.78
"	"	Criança Espancada no Mangue	25.04.78
"	"	Três mil sem opções no Caso da Cerâmica	28/29.05.78
"	"	A triste sina dos Moradores da Cerâmica	28/29.05.78
"	"	Caso Cerâmica: Todos deverão sair	31.05.78
"	"	SOS para nosso Côco	28/29.01.79
"	"	Qual será o destino da Administração João A. Filho?	30.01.79
"	"	Prefeitura decidiu retirar os botecos da praia	06.02.79
"	"	Obras de João Alves causam preocupações	13.02.79
"	"	Favelados do São Conrado pedem Socorro	21.06.79
"	"	Novo Conjunto ("Santa Tereza") tem 8 mil inscritos	27.06.79
"	"	Barra dos Coqueiros ao Abandono	28.06.79
"	"	Prefeitura assina contrato com a Norberto Odebrecht para obras da Coroa do Meio	07.07.79
"	"	Prefeito conclui primeira etapa da Coroa do Meio	13.07.79
"	"	Obras da Coroa do Meio criam suspeitas	25.07.79

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
JORNAL DE SERGIPE	ARACAJU	Pânico na Coroa do Meio	04.08.79
"	"	Setor Imobiliário cresce em Aracaju	16.08.79
"	"	Bendocchi fala sobre a Coroa do Meio	30.08.79
"	"	Bendocchi falou sobre a Coroa do Meio na Câmara	31.08.79
"	"	Editorial: "Favelas Disfarçadas"	12.09.79
"	"	Coroa cria outro Caso para Câmara	13.09.79
"	"	RIFIFI na Câmara: Projeto da Coroa do Meio agita Vereadores	13.09.79
"	"	Farolândia: Uma Favela esquecida	10.05.79
"	"	Invasão da cerâmica foi legalizada por Prefeito	11.05.79
"	"	Farolândia: Miséria ao lado do Luxo	11.05.79
"	"	Implantação de Indústrias Químicas e Petroquímicas de Base em Sergipe	10.02.79
"	"	Trabalho do Governo para consolidar o complexo	10.02.79
"	"	MDB impede votação do projeto "Coroa do Meio"	19.09.79
"	"	Manifesto do DCE (UFS) diz que projeto da Coroa do Meio é caso de corrupção	02.02.79
"	"	Projeto da Coroa do Meio Adia do outra vez	25.09.79
"	"	Prefeitura entrega primeira etapa da Coroa do Meio	25.09.79

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
JORNAL DE SERGIPE	ARACAJU	Jonas classifica Coroa como caso de Polícia	27.09.79
"	"	Poluição toma conta do Rio Sergipe	30.09 01.10.79
"	"	Coroa do Meio: Jonas move ação contra Beudocchi	03.10.79
"	"	Coroa do Meio ainda é prato do dia na Assembléia Legislativa	10.10.79
"	"	Bares e Quiosques aumentam a sujeira na orla marítima	19.10.79
"	"	Invasão causa ação judicial contra governo	15/ 16.11.79
"	"	Saúde: Febre negra ameaça população da Farolândia	16.05.79
"	"	Barra Suja	22.12.79
"	"	Farolândia vive um Natal abandonada	07.12.79
"	"	O problema do lixo e sua industrialização	08.02.80
"	"	Prefeitura vai colocar novos bancos na praia	26.04.80
"	"	Editorial: "O Problema das Favelas"	27/ 28.04.80
"	"	EMURB engana a população com terrenos baldios	06.05.80
"	"	Editorial: As promessas da EMURB	08.05.80
"	"	Calçadão da Atalaia já sofre ação dos vândalos	13.05.80
"	"	Editorial: "A defesa do Meio Ambiente"	15.06.80
"	"	Prefeito cria órgão para planejamento (GEPLAN)	19.06.80
"	"	Lixo ainda é problema em Aracaju	31.07.80

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	
JORNAL DE SERGIPE	ARACAJU	Coroa do Meio: 31 casas demolidas e quatro desabrigados	12.08.80
"	"	Polícia chega e tranquiliza situação	25.07.80
"	"	Trégua na Batalha da Coroa do Meio	25.07.80
"	"	"Coroa do Meio": Uma solução rápida	10/ 11.08.80
"	"	Coroa do Meio: A opção pela miséria	12.08.80
"	"	A longa espera pela ponte do São Conrado	13.09.80
"	"	Problemas no Tecarmo	13.09.80
"	"	Falta de Côco em Sergipe já provoca crise	18.10.80
"	"	Autoridades Inspeccionam obras da Coroa do Meio	05.12.80
"	"	Coroa do Meio continua com seus problemas	10.12.80
"	"	Perigo: Poluição da Foz do Tramandaí faz ADEMA desaconselhar pescarias	02/ 03.02.86
"	"	Caranguejos e Mangues são motivos de uma campanha	07.02.87
"	"	Barraqueiros do Mosqueiro condenam queima de Bares	10.03.87
"	"	Falta Recursos para resolver o problema da "Coroa do Meio"	08.01.87
"	"	Porto garante novo sistema	05.05.87
"	"	Avanço do Mar está se agravando sem que haja solução	04.02.87
"	"	Problema do Cais continua e ameaça moradores da região	03.04.87
"	"	Atalaia Nova: Terminal Desaba e deixa moradores em grande perigo	27.03.87

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
JORNAL DE SERGIPE	ARACAJU	São Conrado ainda é "Caldeirão do Diabo"	07/ 08.05.87
"	"	Projeto da Coroa do Meio é criticado	22.05.87
"	"	Cais: Faltam os Recursos para a construção	05.05.87
"	"	Atalaia Nova: Moradores vão levar documento a Governo	05.05.87
"	"	Atalaia Nova: Protesto agora é feito por turista	19.05.87
"	"	Atalaia Nova, Cais Flutuante terá obras concluídas no próximo mês	11.06.87
"	"	Queda no Fluxo Turístico não desestimula a EMSETUR	17.07.87
"	"	Gasoduto leva pânico e protesto por parte de todos os moradores do Orlando Dantas	05.08.87
"	"	São Conrado: onde miséria e riqueza se misturam	07/ 08.05.87
"	"	Shopping Center: Alexandre põe dúvidas nos 17 por cento dados para EMURB pela Gois Co habita	11.08.87
"	"	Shopping Center: "Bezerra vê maldade em denúncia contra obra"	13.08.87
"	"	Duplicação da ponte de acesso ao cais do porto de Sergipe é realidade	21.08.87
"	"	Petistas escandalizados não confiam mais no governo	11.08.87
"	"	P.M.A. e Polícia unidas fazem repressão na Coroa do Meio	05.08.87
"	"	Orla de Aracaju terá benefícios de Novo Projeto	13/ 14.09.87

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
JORNAL DE SERGIPE	ARACAJU	Pista: EMURB tenta impedir um prejuízo maior	07.01.88
JORNAL DA CIDADE	ARACAJU	Sal do rejeito do Potássio será usado industrialmente	09.01.87
"	"	Comunidade do Mosqueiro é esquecida	11.02.87
"	"	Especulação Imobiliária na Ataláia acaba mangues	15/ 16.02.87
"	"	Fundação de Aracaju	17.03.87
"	"	Plataforma desaba no Terminal Hidrovidrio	27.03.87
"	"	Travessia Precária para Atalaia Nova	28.03.87
"	"	Editorial: Enfim, o Porto	06.03.87
"	"	EMURB conclui projeto para instalação (do Shopping) na Coroa do Meio	19.05.87
"	"	Avanço do Mar danifica pista da Coroa do Meio	19.05.87
"	"	NORCON leva Projeto do Shopping para P.M.A.	26.06.87
"	"	EMURB elabora projeto para construção hotéis	18.06.87
"	"	Invasores vivem sem água e luz no mangue	24.07.87
"	"	EMURB enfrenta efeitos da crise	05.08.87

ÓRGÃO DE IMPRENSA	LOCAL	TÍTULO	DATA
JORNAL TRIBUNA DA BAHIA	SALVADOR	Aracaju ganha hoje seu primeiro Shopping.	08.05.89
"	"	Encarte especial: RIOMAR/Inauguração do primeiro Shopping Center de Aracaju	08.05.89
JORNAL O ESTADO	FPOLIS.	Informativo ACEMI	17.01.88
REVISTA VEJA	S.PAULO	Retrato da Costa: "Situação dos mangues e os níveis de contaminação do litoral brasileiro.	18.03.87
"	"	Anúncio publicitário Shopping	01.07.87
"	"	Publicidade: Hora de decisão na Petroquímica	28.07.89
REVISTA NOVA	S.PAULO	Matéria publicitária: Turismo/Governo de Sergipe	Março/86
REVISTA TURISMO & LAZER	ARACAJU	Reportagens: "Várias"	Diversas Datas
REVISTA GÓES			Jul. 89
COHABITA	SALVADOR	O Brilho do RIOMAR	Jul. 89

A N E X O S

Anexo nº 1 - Cap. I

UFSC/DG-CCH

CURSO DE Mestrado em Geografia/Desenvolvimento Regional e Urbano
Levantamentos de Campo para Dissertação - 1987

Mestrando: Ewerton Vieira Machado

"GUIA PARA COLETAS DE INFORMAÇÕES E/OU OPINIÕES GERAIS"

NÚMERO DO INQUÉRITO: _____

LOCALIDADE: _____

I) ANTECEDENTES:

1. Natureza do Informante: _____

Ocupação principal: _____

2. Exerce outra(s) ocupação(ões)? SIM () NÃO ()

Qual: _____

3. Naturalidade: _____ Estado: _____

4. Há quanto tempo reside neste local (se for residente)?

5. Se reside no local, mora:

Sozinho () Com familiares () Outros ()

6. Se reside, o que levou a residir neste local?

7. Características Gerais do domicílio (quando for o caso) do informante e sua área de localização (Observações do entrevistador):

II) INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A LOCALIDADE EM OBSERVAÇÃO:

1. Quais as principais mudanças que vêm ocorrendo recentemente nesta localidade?

III) INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES DE USO DO SOLO

(aplicar quando o entrevistado faz utilização produtiva na localidade)

1. Tipo(s) de atividade(s):

2. Se atividades Primárias, fazer rápidas considerações sobre a atividade (citar tipos, características, destinos etc.):

. Problemas e Perspectivas da atividade:

3. Se atividades Secundárias, fazer rápidas considerações sobre a atividade (citar tipos, aquisição de matérias-primas, produto final, destinos, etc.):

. Problemas e Perspectivas da atividade:

4. Se atividades Terciárias, fazer rápidas considerações sobre a atividade (citar tipos, destino, se comércio quais as formas de aquisição e vendas de mercadorias, etc.):

. Problemas e Perspectivas da atividade:

Anexo nº 2 - Cap. IISERGIPE
DEMONSTRAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR - MÉDIA ANUAL
1890 - 1930

ANOS	QUANTIDADE (TONELADAS)	SERGIPE/ BRASIL %
1890 - 1900	22.487	8,6
1901 - 1914	22.773	7,9
1915 - 1920	25.250	4,7
1921 - 1930	23.345	2,6

FONTE: APUD, Josué Modesto P. Subrinho, Op. Cit. p.85.

SERGIPE

DEMONSTRAÇÃO DE DADOS DE ESTABELECEMENTOS FABRIS INSTALADOS
ENTRE 1882 a 1930 COM VILAS OPERÁRIAS

LOCALIDADE	ESTABELECEMENTO	ANO DE FUNDAÇÃO	EMPRESA FUNDADORA	EXISTÊNCIA DE VILA OPERÁRIA
Aracaju	. Sergipe Industrial	1882**	Cruz & Cia.	Sim - 40 casas
Estância	. Fábrica Confiança	1908	Ribeiro, Chaves & Cia.	Sim - (...)
	. Cia. Industrial de Estância	1891**	Souza Sobrinho & Cia.*	Sim - 74 casas
Maruim Neópolis (antiga Vila Nova)	. Emp. Industrial Estanciana	1914	Ribeiro, Schofield & Cia.	Sim - 50 casas
	. Indústrias Reunidas Piauytinga	1930	Ferreira e Silveira & Cia.	Sim - (...)
	. Sergipe Fabril	1928	Dantas, Leal & Cia.	Sim - (...)
	. Fábrica Passagem	1906	Peixoto, Gonçalves & Cia.	Sim - 220 casas
Propriã Riachuelo São Cristóvão	. Empresa Têxtil	1906	A. Antunes & Cia.	Sim - 40 casas
	. Empresa Industrial de Propriã	1913	Brittos & Cia.	Sim - (...)
	. Fábrica de Tecidos Riachuelo	1926	A. Franco & Cia.	Sim - 80 casas
	. Emp. Ind. São Cristóvão	1914	Pedro Amado & Cia.	Sim - (...)

FONTE: "Fragmentos de publicação mostrando aspectos Históricos, Econômicos, Sociais e Culturais do Estado de Sergipe e seu desenvolvimento durante o governo de Eronilides de Carvalho". Publicação possivelmente de 1933. Material localizado no Arquivo do Departamento de História da UFS.

* - Único estabelecimento na época com sede na Bahia.

** - datas confrontantes com SUBRINHO, Josué Modesto Passos. Op. Cit., pp.101 e 102 - Ver nota nº 41.

... - O dado quantitativamente é desconhecido, não implicando porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.

Anexo nº 4 - Cap. V



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
ESTADO DE SERGIPE

FLS. 01
00/92084

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

17 SET 1976

1007

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Exp. Externo

Ref. GP - Ofício nº 85/76

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
PROTOCOLO

00/ 092084 17 SET 76

CO-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

...mbro de 1976

Senhor Presidente,

O Município de Aracaju, por seu Prefeito Municipal, vem confirmar sua adesão ao Programa de Complementação Urbana para execução de Projetos CURA, e solicitar a celebração do Convênio de adesão a que se refere a RD 38/73.

Para início de implementação do Programa do Município, indicamos a área "ATALAIA/CORÔA DO MEIO", adequada como área piloto, para efeito de demonstração do Projeto CURA do Município.

De acordo com as instruções recebidas estamos anexando as informações sobre a referida área piloto, sobre o Município, assim como os Demonstrativos da Receita, da Despesa, das Responsabilidades por Empréstimos tomados e o mapa da cidade onde se destaca a área piloto selecionada, em relação ao centro da cidade.

Aguardando convocação para assinatura do referido convênio, firmamo-nos

Atenciosamente,

João Alves Filho
Engº JOÃO ALVES FILHO
PREFEITO DE ARACAJU

Ilmo. Sr.

.MAURÍCIO SCHULHAN

D.Presidente do

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

.Chile, 23o

DE JANEIRO(RJ)

Anexo nº 5 - Cap. V

CÓPIA DE EDITORIAL JORNALÍSTICO (I), AVALIANDO A SITUAÇÃO DA "COROA DO MEIO", em 1977

Coroa do Meio

Há alguns anos que marcamos nosso protesto com a construção dessa obra caríssima, socialmente inútil e tecnicamente inviável, nos moldes em que vem sendo tocada. Poucos, entretanto, nos quiseram ouvir. Falou mais alto o espírito da subserviência que recomenda aos bajuladores acordar sempre com o que fazem os governantes.

Quando o engenheiro João Alves, então prefeito de Aracaju, decidiu iniciar a implantação das obras da Coroa do Meio, deveria ter conhecimento dos pareceres técnicos que advertiam para o risco de uma resposta do mar que certamente, empurrado de seu leito, a ele haveria de voltar, salvo é claro, se fossem construídas defesas de alto custo, que o faria fluir para outro lado.

Mesmo assim, a mania das obras gigantescas, então em voga, não o fez retroceder, mas avançar, contando com os recursos inflacionários do Banco Nacional de Habitação e o interesse na empresa Norberto Odebrecht, a grande beneficiada com esse empreendimento, que tocou, ganhando rios de dinheiro, quase sem necessidade de sujeitar-se à concorrência pública.

Com a assunção de Heráclito Rollemberg, a obra teve continuidade, apesar de ser público e notório seu aspecto anti-social. E

prossegiu com os mesmos erros técnicos e defeitos de moralidade que caracterizaram o início de sua execução.

Com Jackson Barreto, o serviço também prosseguiu. Todavia, há que se lhe reconhecer o mérito de proclamar a inoportunidade desse investimento tão elevado que daria, à Prefeitura, condição de recuperar alguns bairros que padecem toda sorte de vexames, na periferia da Capital. Às claras, o atual prefeito proclamou a impotência do erário do município para levantar as custosas obras de contenção que poderiam, salvar a parte mais à nascente desse novo e desabitado bairro de nossa cidade. Deixou-as para o Governo do Estado, praticamente, fazendo uso do dito popular "quem deu à luz a Mateus, que o balance".

É uma pena que a Coroa chegue a um final tão melancólico e que o dinheiro do povo fique tão desprotegido. Os responsáveis por essa dívida portentosa não terão porque se preocupar. No Brasil, não se apura a responsabilidade dos dirigentes. Por aqui, os escândalos não chegam ao Judiciário. Nosso "watergate" são destinados ao esquecimento se seus protagonistas, ao invés da punição, costumam receber o aplauso do povo. É a triste sina de um país subdesenvolvido.

CÓPIA DE EDITORIAL JORNALÍSTICO (II), AVALIANDO A SITUAÇÃO DA "COROA DO MEIO", EM 1987

EDITORIAL

A COROA DO MEIO

Há dez anos que o poder público aterra dinheiro na Coroa do Melo, tentando fazer da área um bairro modelar e granfino, para determinados e minúsculos segmentos da população aracajuana. É obra do sr. João Alves Filho, pensada a partir de 1976, quando a União entregou à Prefeitura de Aracaju os terrenos de Marinha e os acrescidos, até então encrocados, retardando o desenvolvimento das áreas por onde passava a linha do preamar. Uma obra que vem sendo tocada por já quatro Prefeitos e que ainda é uma incerteza urbanística, vez que os problemas surgidos e acumulados ali são maiores que as vantagens cantadas em prosa e verso pelos vendedores dos lotes dito urbanizados. A Coroa do Melo é um empreendimento que precisa ser visto e avaliado friamente, sem qualquer paixão que o defenda, ou o exiba como atestado de inconsequência administrativa.

Durante muito tempo o discurso oficial da Prefeitura era o de que o projeto era auto-financeável. A afirmação escudava a aventura da Prefeitura em contratar, diretamente, os serviços da construtora Odebrecht, uma das maiores do País. Do Contrato nasceram muitos filhotes, aditamentos sem a devida concorrência, que elevaram os montantes a patamaros realmente impossíveis de administração por uma Prefeitura que tem dificuldades de caldar, regularmente, a sua folha mensal do pessoal e de atender, também com regularidade, aos seus fornecedores. Parte dos terrenos já foi vendida e o dinheiro, naturalmente, gasto. No entanto, há muito ainda por vender, da mesma forma como há muito por fazer, para dotar a área das condições necessárias à habitação. E isto tem sido lento, a ponto de não estimular os proprietários a darem início às construções.

Outro sério e grave problema surgiu no bojo do desenvolvimento do próprio projeto. O aterro de áreas de mangue e do pequeno canal do dreno da maré deu, inicialmente, uma aparência de beleza e de tranquilidade para o local, nas proximidades da foz do rio Sergipe, por onde o canal de acesso ao estuário do Aracaju passa. Algum tempo depois, com o movimento do mar, dos ventos e das areias, as águas rebentaram o cals de sustentação do aterro, levando blocos inteiros de concreto, destruindo o farol antigo e

exigindo que fosse travada uma luta entre a engenharia e o mar, que tem colocado toneladas e mais toneladas de pedras, para conter o avanço das águas e a impetuosidade das marés enchentes. O problema, consequência da má concepção ou má realização do projeto inicial, está aí, e tende a exacerbar uma situação que chega a ameaçar a parte da área e a comprometer o traçado original do projeto.

Veza por outra a imprensa registra e mostra ao povo a situação de toda a margem da Coroa do Melo, na qual o mar tenta recuperar o que lhe foi tirado de leito de expansão, por conta de aterros grandiosos de preparação de terrenos para a venda. Quem passa pelo local, igualmente testemunha que a briga terá, brevemente, um vencedor. Muitos apostam no mar, mas outros preferem acreditar que a Prefeitura encontrará meios de evitar um mal maior, capaz de alterar a marcha do loteamento e afugentar os seus futuros moradores. A realidade, no entanto, é a de que por enquanto a engenharia municipal, competente e operosa, está perdendo para o rio que despeja as águas no mar e para o mar que volta, diariamente, a ocupar o leito do rio, salgando as margens do Sergipe e percorrendo, até o interior, quase todo o seu corpo doce e as vezes açucarado pelos despejos dos engenhos e usinas.

De qualquer forma o projeto Coroa do Melo está sendo muito questionado. Há muita coisa que por ser conhecida, em termos de gastos, de débitos, de compromissos futuros, de avistados e de perspectivas do retorno. A Coroa do Melo está sendo uma aventura que as condições financeiras de Aracaju não suporta e que somente a impunidade torna possível aos administradores semelhantes projetos. O Prefeito Jackson Barreto de Lima, que amarga toda a corte de dificuldades e que tem vibrado por fazer alguma coisa em um ano de administração, certamente que está naquela situação de nem poder sequenciar o projeto, mas também de não poder pará-lo. Aliás, parado é praticamente está, pois tem sido mínima a movimentação das máquinas na área projetada em suas diversas etapas. Muito ainda se falará da Coroa do Melo, antes mesmo que o mar consiga invadir a pista e os aterros.

Anexo nº 7 - Cap. V/Nota 48PROJETO CURA: COROA DO MEIO - ARACAJU/SERELATÓRIO DE ENCERRAMENTO - 3ª ETAPA

(Extrato de Dados)

INVESTIMENTOS (RECURSOS DO BNH)	PREVISTO (UPC)	REALIZADO (UPC)
Sistema Viário	67.425	67.425
Drenagem Pluvial	37.427	37.427
Gerenciamento	12.998	12.998
Aterro Hidráulico	469.554	469.554
Cais de Contenção	<u>75.488</u>	<u>75.488</u>
T O T A L	662.892	662.892
REALIZAÇÃO DA CONTRAPARTIDA (RECURSOS P.M.A.)	PREVISTO (UPC)	REALIZADO (UPC)
Água Potável	13.000	13.000
Rede de Energia Elétrica	15.500	15.500
Recreação e Lazer	24.000	-0-
Desapropriação	<u>24.248</u>	<u>24.248</u>
T O T A L	76.748	52.748

OBSERVAÇÃO:

A P.M.A. deixou de executar os serviços de Recreação e Lazer, justificando a implantação sofrer desgastes da ação do sol e chuvas, pois a área não está habitada, comprometendo-se a Prefeitura Municipal de Aracaju a realizá-la, através de sua Secretaria de Serviços Urbanos.

Aracaju, 09 de julho de 1986.

FONTE: Relatório elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano da Gerência do BNH, em Aracaju

Anexo nº 8 - Cap. V

CÓPIA DE ACORDO ASSINADO ENTRE A EMURB E AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DA COROA DO MEIO, EM 04/08/87.

Empresa Municipal de Urbanização - EMURB em acordo com:

- Sociedade de Defesa da Coroa do Meio - SDCM e
- Participação Comunitária Coroa do Meio Sul - PACS

Vem por meio deste acordo estabelecer os seguintes itens:

Item 01 - A EMURB tem o dever de comunicar e apresentar às associações, SDCM e PACS todos os projetos de realizações Benéficas e Derrubadas de qualquer espécie.

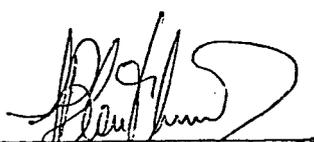
Item 02 - Garantir a permanência dos moradores da invasão nos seus devidos lugares, de acordo com o limite estabelecido pela EMURB:

Item 03 - Transferir os moradores que estão fora de limite fixado pela EMURB, para o local correto de maneira que os mesmo permaneçam na coroa do meio, recebendo um lote de terra tamanho oficial.

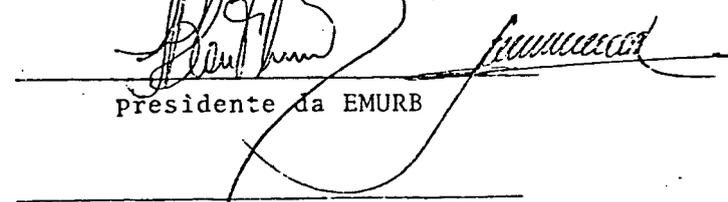
Item 04 - A EMURB só dará um lote de terra a família que esteja comprovadamente morando em seus barracos ou terminando de construí-lo para sua imediata residência.

Item 05 - A EMURB terá todo apoio das associações, no que diz respeito a fiscalização da invasão do resto do mangue e da área limitada na denúncia de falsos corretores e na indicação de pessoas que tem vários terrenos e áreas muito grandes, que seja ricos ou pobres.

Aracaju, 04 de Agosto de 1987.



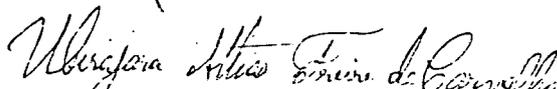
presidente da EMURB

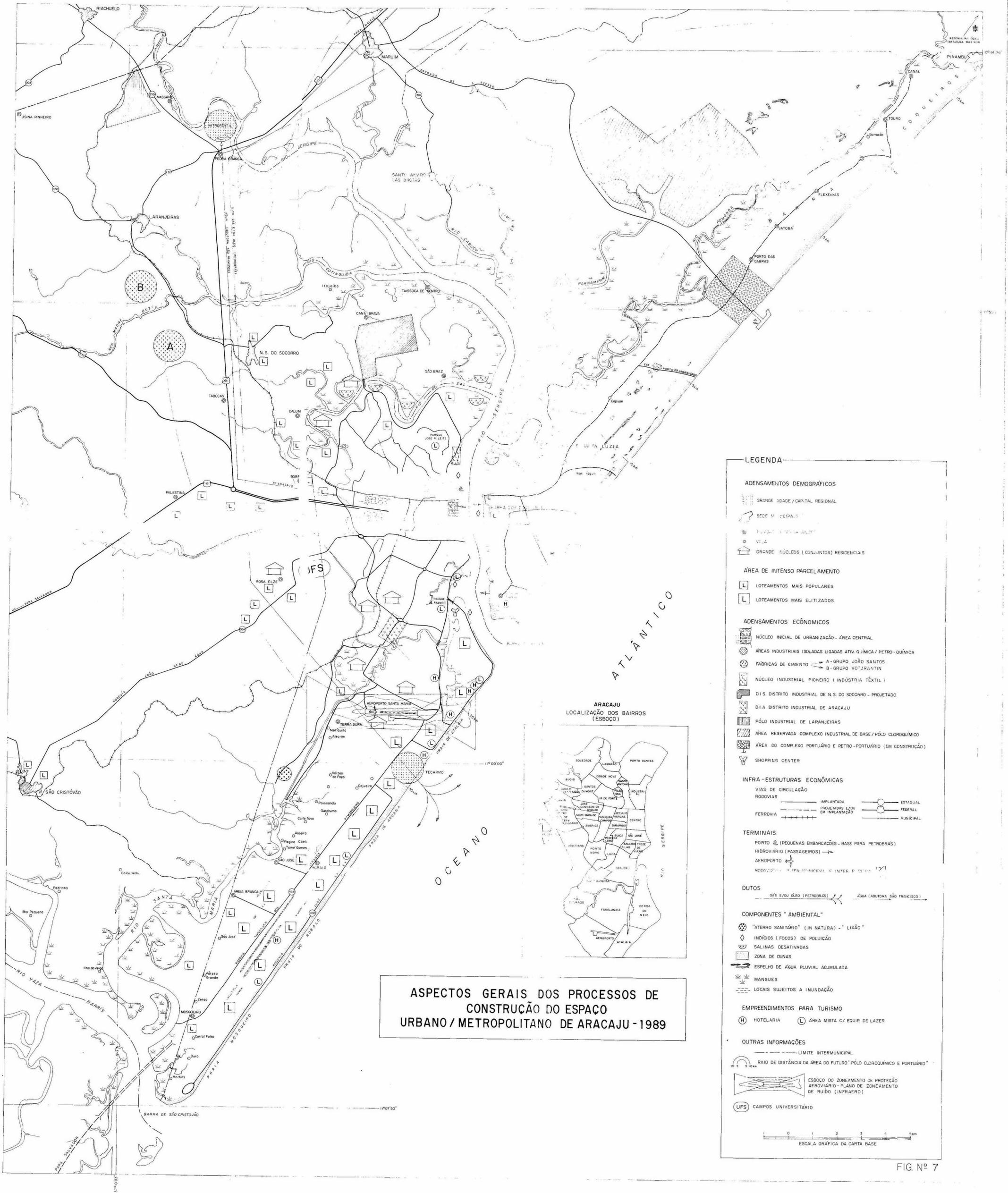


SDCM



PACS
PRESIDENTE INTERINO

TESTIMUNHAS: 



ASPECTOS GERAIS DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO / METROPOLITANO DE ARACAJU - 1989

LEGENDA

ADENSAMENTOS DEMOGRÁFICOS

- GRANDE CIDADE / CAPITAL REGIONAL
- SEDE MUNICIPAL
- FLUXO DE POPULAÇÃO
- VILA
- GRANDE NÚCLEOS (CONJUNTOS) RESIDENCIAIS

ÁREA DE INTENSO PARCELAMENTO

- LOTEAMENTOS MAIS POPULARES
- LOTEAMENTOS MAIS ELITIZADOS

ADENSAMENTOS ECÔNOMICOS

- NÚCLEO INICIAL DE URBANIZAÇÃO - ÁREA CENTRAL
- ÁREAS INDUSTRIAIS ISOLADAS LIGADAS ATIV. Q.ÍMICA / PETRO-QUÍMICA
- FABRILAS DE CIMENTO - A - GRUPO JOÃO SANTOS, B - GRUPO VOTRANTIN
- NÚCLEO INDUSTRIAL PIONEIRO (INDÚSTRIA TÊXTIL)
- D.I.S. DISTRITO INDUSTRIAL DE N.S. DO SOCORRO - PROJETADO
- D.I.A. DISTRITO INDUSTRIAL DE ARACAJU
- PÓLO INDUSTRIAL DE LARANJEIRAS
- ÁREA RESERVADA COMPLEXO INDUSTRIAL DE BASE / PÓLO CLOROQUÍMICO
- ÁREA DO COMPLEXO PORTUÁRIO E RETRO-PORTUÁRIO (EM CONSTRUÇÃO)
- SHOPPING CENTER

INFRA-ESTRUTURAS ECONÔMICAS

VIAS DE CIRCULAÇÃO

RODOVIAS

- IMPLANTADA
- PROJETADAS E/OU EM IMPLANTAÇÃO

FERROVIA

- ESTADUAL
- FEDERAL
- MUNICIPAL

TERMINAIS

- PORTO (PEQUENAS EMBARCAÇÕES - BASE PARA PETROBRÁS)
- HIDROVIÁRIO (PASSAGEIROS)
- AEROPORTO
- RODOVIÁRIO (INTERMUNICIPAL E INTER-ESTADUAL)

DUTOS

- GÁS E/OU ÓLEO (PETROBRÁS)
- ÁGUA (ADUTORIA SÃO FRANCISCO)

COMPONENTES "AMBIENTAL"

- "ATERRO SANITÁRIO" (IN NATURA) - "LIXÃO"
- INDÍCIOS (FOCOS) DE POLUIÇÃO
- SALINAS DESATIVADAS
- ZONA DE DUNAS
- ESPELHO DE ÁGUA PLUVIAL ACUMULADA
- MANGUES
- LOCAIS SUJEITOS A INUNDAÇÃO

EMPREENDIMENTOS PARA TURISMO

- HOTELARIA
- ÁREA MISTA C/ EQUIP. DE LAZER

OUTRAS INFORMAÇÕES

- LIMITE INTERMUNICIPAL
- RAIO DE DISTÂNCIA DA ÁREA DO FUTURO "PÓLO CLOROQUÍMICO E PORTUÁRIO"
- ESBOÇO DO ZONEAMENTO DE PROTEÇÃO AERVIÁRIO - PLANO DE ZONEAMENTO DE RUÍDO (INFRAERO)
- UFS CAMPOS UNIVERSITÁRIO

ESCALA GRÁFICA DA CARTA BASE